

ANTONIO CESAR DE ALMEIDA SANTOS

**PARA VIVEREM JUNTOS EM
POVOAÇÕES BEM ESTABELECIDAS**

Um estudo sobre a política urbanística pombalina

TESE APRESENTADA, COMO REQUISITO
PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR,
AOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA, DO SETOR DE CIÊNCIAS
HUMANAS, LETRAS E ARTES, DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

ORIENTADOR: PROF. DOUTOR MAGNUS
ROBERTO DE MELLO PEREIRA.

CO-ORIENTADORA: PROF^a. DOUTORA
ETELVINA MARIA DE CASTRO TRINDADE.

**CURITIBA
1999**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Tese do candidato **Antonio Cesar de Almeida Santos**, sob o título "**Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas**", para obtenção do grau de **Doutor em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela ~~aprovação~~ com conceito "**A**" sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Doutor**.

Curitiba, 16 de dezembro de 1999.

Prof. Dr.

Presidente

Prof. Dr.

1º Examinador

Prof. Dr.

2º Examinador

Prof. Dr.

3º Examinador

Prof. Dr.

4º Examinador

SUMÁRIO

ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS	01
PROJETO POLÍTICO POMBALINO NO CONTEXTO SETECENTISTA PORTUGUÊS	10
Os fundamentos da administração pombalina	14
Algumas observações sobre a política administrativa pombalina	23
Mistérios da unidade territorial brasileira	33
Coisas d'aquem e d'além mar	38
Fundamentos da política urbanística pombalina	45
Cidades portuguesas, cidades brasileiras	46
“Quem conhece uma cidade, conhece todas...”	57
Do “Império Colonial Português” ao “Reino do Brasil”	62
O Estado português e as vilas brasileiras no século XVIII	68
Povoações no Brasil nas primeiras décadas do século XVIII	76
Vilas e povoações joaninas no Brasil	88
Que se escolha sítio para fundar uma nova vila em Goiás	96
Que se erija uma nova vila no Icó	106
A POLÍTICA URBANÍSTICA POMBALINA E A MAIOR RIQUEZA DE UM ESTADO	116
Instruções para a civilização da América portuguesa	118
As instruções de governo e a instalação de vilas	127
Para conduzir brancos e índios à sociedade civil	133
As ações urbanísticas na capitania da Paraíba	142
Para que “este Povo possa melhor viver”	151

Piauí: que em cada freguesia seja fundada uma vila _____	164
Pelo serviço de Deus, e bem estar dos vassalos _____	167
“Lugares dignos de serem em vila erigidos” _____	173
As vilas deveriam conservar sempre a mesma formosura _____	183
Para que serviriam tais povoações? _____	193
Introduzir a justiça para que se atenuem os delitos _____	199
Aritmética política e a política urbanística pombalina _____	205
Combater e conduzir à Sociedade Civil os que vivem como feras _____	211
Sobre uma política de horror contra a ociosidade _____	213
Ação e método para civilizar a América _____	221
O alcance da política urbanística pombalina _____	224
ALGUMAS PALAVRAS FINAIS _____	230
FONTES E BIBLIOGRAFIA _____	237

ABREVIATURAS UTILIZADAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa/Portugal

Ajuda – Biblioteca da Ajuda, Lisboa/Portugal

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

PBA – Coleção Pombalina da Seção de Reservados da BNL

Nas Notas de Referência, para indicar as capitanias, utilizei as siglas adotadas para a identificação dos atuais estados brasileiros: **(PB)** Paraíba, **(PI)** Piauí, **(SP)** São Paulo, **(GO)** Goiás etc.

ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS

Esta tese de doutorado – realizada entre os anos de 1995 e 1999, e apresentada aos Cursos de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Paraná – foi, inicialmente, orientada pela Doutora Etelvina Maria de Castro Trindade, a qual, depois, passou este encargo para o Doutor Magnus Roberto de Mello Pereira, ambos professores do Departamento de História da UPFR. Esta mudança processou-se com minha total concordância, e as falhas que possam ser aqui encontradas são de minha total responsabilidade.

Este preâmbulo faz-se necessário, porque sou devedor destes dois professores, que têm me acompanhado desde o meu mestrado. Particularmente, sou grato à professora Etelvina Trindade por sua dedicação, responsabilidade e total engajamento em meus projetos de pesquisa, mesmo que eles não se adequassem integralmente às suas investigações acadêmicas. Quanto ao professor Magnus Pereira, comungamos alguns temas comuns de pesquisa, e vimos nos auxiliando mutuamente, em nossa vida acadêmica, há uns bons anos.

O tema geral deste trabalho decorre, aliás, de algumas considerações feitas pelo professor Magnus Pereira acerca do que ele designou “ação

urbanística pombalina”. Minha primeira intenção foi a de investigar a presença de uma prática que visaria a manutenção de um modelo espacial de cidade proposto pela Coroa portuguesa para suas povoações ultramarinas. Tratava-se, em linha gerais, de discutir tal modelo contrapondo-o à cidade que, afinal, emerge no cotidiano das populações organizadas em torno de uma câmara municipal; de um lado, procuraria identificar as diretrizes impostas pela administração portuguesa e, de outro, as soluções adotadas pelos vereadores e moradores de suas respectivas vilas.

Contudo, a leitura mais cuidada da bibliografia fez sobressair uma questão de fundo: a existência de um projeto político no qual a ação urbanística se inscrevia. Tal projeto, formulado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, abrangeu diferentes campos, e diversos autores já esmiuçaram seus elementos econômicos e sua doutrina política.¹ Mas, quando Pombal declarava que os homens eram a maior riqueza de um Estado, tal assertiva não tinha uma significação voltada exclusivamente para as atividades econômicas. Tratava-se, sim, de tornar um contingente populacional em corpo ativo de uma sociedade política – o estado português. Assim, mais do que uma ação, resolvi detectar a existência de uma ‘política urbanística’; seus antecedentes, seus princípios, sua motivação, seus agentes, sua aplicação e, na medida do possível, seus resultados.

Para a realização de minha pesquisa, inicialmente levantei e trabalhei com publicações de alguns institutos e arquivos nacionais, recorrendo também a

¹Em 1982, por ocasião das “comemorações do bicentenário da morte do Marquês de Pombal”, foi publicado um extenso catálogo das obras até então produzidas sobre o Marquês. (Ver BARRETO, António. **Marquês de Pombal** : catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1982.). Interessante assinalar que, a partir daquela data, a historiografia portuguesa vem produzindo uma sistemática revisão sobre a administração e a política da segunda metade do século XVIII em Portugal, incluindo-se aí a participação de Pombal.

autores que produziram compilações documentais relativas ao século XVIII e afetas ao tema estudado. Embora esse conjunto de publicações apresente uma grande quantidade e variada gama de informações, foi possível detectar, para o que eu me propunha estudar, algumas lacunas. Tal problema já estava antevisto, e, para contorná-lo, realizei um estágio de pesquisa junto ao Arquivo Histórico Ultramarino e à Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa. Este estágio efectivou-se em 1997, entre os meses de abril a outubro, com a obtenção de uma bolsa-sanduiche da CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação.

No Arquivo Histórico Ultramarino,

O acervo documental respeitante ao Brasil faz parte dos fundos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, tendo como datas limites os séculos XVI [1548] e XIX [1837]. A documentação avulsa está instalada em cerca de duas mil caixas, divididas pelas seguintes séries documentais: Brasil-Alagoas; Brasil-Ceará; Brasil-Espírito Santo; Brasil-Goiás; Brasil-Maranhão; Brasil-Mato Grosso; Brasil-Minas Gerais; Brasil-Nova Colônia do Sacramento; Brasil-Pará; Brasil-Paraíba; Brasil-Pernambuco; Brasil-Piauí; Brasil-Rio de Janeiro; Brasil-Rio Grande do Norte; Brasil-Rio Grande do Sul; Brasil-Rio Negro; Brasil-Santa Catarina; Brasil-São Paulo; Brasil-Sergipe d'El Rei. Existem também as seguintes séries temáticas: Brasil-Contratos do Sal e Brasil-Limites.

Para além da documentação avulsa, há também, e apenas relativos ao Brasil, mais de quatrocentos códices, e muitos outros que são comuns ao Brasil e às demais possessões ultramarinas. Estão igualmente integrados em séries documentais tais como Consultas; Cartas; Instruções; Decretos; Tratados e Limites; Compromissos de Irmandades; Regimentos; Sesmarias; Ofícios etc.²

²Estas informações foram prestadas pela Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino, Maria Luísa Menezes Abrantes, no artigo 'Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino'. **Ver** ACERVO, Revista do Arquivo Nacional, v. 10, n. 1, jan./jun. 97, p. 17-28. p. 20. No que se refere aos códices, pode-se consultar o inventário produzido por FITZLER, M. A. Hedwig. Códices do extinto Conselho Ultramarino. **In:** A SECÇÃO ULTRAMARINA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Lisboa : Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1928, p. 1-129.

Este rico acervo documental, porém, quando do período em que lá estive, encontrava-se, em parte, sob restrição para consultas, dada a realização do “Projeto Resgate”, que prevê a microfilmagem de toda a documentação relativa ao Brasil depositada naquela instituição. Esse projeto, que tem como coordenador brasileiro o professor Caio César Boschi, estava realizando o inventário e organizando a documentação avulsa das capitanias de Alagoas, Ceará, Sergipe, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco.

Para mim, a restrição à consulta de documentação relativa a Pernambuco trouxe relativo prejuízo, pois eu tinha particular interesse em inventariar a situação da capitania da Paraíba, que passou a quase totalidade da segunda metade do século XVIII como governo subordinado ao de Pernambuco. E, neste momento, acredito ser relevante estabelecer uma distinção entre o teor da documentação constante nos códices, estes disponíveis para pesquisa, e nos avulsos.

No primeiro caso, estão registradas as cartas, instruções, decretos, regimentos, consultas, despachos, ofícios e mais papéis emanados do Conselho Ultramarino ou da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos; de certa maneira, pode-se dizer que se trata da documentação que faz o caminho metrópole-possessões ultramarinas. As exceções, e revestidas de grande importância, não obstante uma reduzida quantidade, são as consultas e os livros nos quais se fazia o registro das correspondências recebidas do ultramar. As consultas, em geral, trazem a transcrição das cartas enviadas pelos funcionários coloniais e os subseqüentes despachos do Conselho e do rei; por seu turno, os Livros de Registro, embora apresentem apenas uma sùmula do teor das correspondências recebidas pelo Conselho, são extremamente úteis para localizá-las.

Essa correspondência recebida, aliás, é o que compõe a maior parte da documentação avulsa; ou seja, é aquela que estabelece uma ligação no sentido possessões ultramarinas-metrópole. A correspondência em questão tem como remetentes algumas câmaras municipais e os principais funcionários coloniais: governadores, ouvidores, bispos, provedores da fazenda. E ainda, bastante importante, muitas das cartas são acompanhadas de cópias de correspondências trocadas entre aqueles funcionários, bem como de relatos e descrições sobre a situação das capitanias e vilas, ou cidades, sobre as quais os diversos oficiais régios exerciam seus poderes.

Deste modo, códigos e documentação avulsa são complementares, e a impossibilidade de consultar uma ou outra espécie, atinentes a um mesmo governo de capitania, provoca sérios percalços ao pesquisador. Isso sem contar com o inevitável extravio de papéis avulsos: o Arquivo Histórico Ultramarino dispõe de alguns inventários da documentação avulsa anteriormente realizados por pesquisadores brasileiros; porém, muitas vezes, mesmo com as indicações de número de caixa, ou maço, o documento não é encontrado.

Após essa breve explanação acerca do acervo documental do Arquivo Histórico Ultramarino relativo ao Brasil, retomemos a questão da existência de restrições à consulta dos avulsos de algumas capitanias. Tal situação obrigou-me a abandonar um imaginado estudo de caso que teria a Paraíba como protagonista. Assim, após aconselhar-me com os professores meus orientadores, passei a trabalhar com a documentação de diversas capitanias, incluindo algumas com as quais, a princípio, não tencionava trabalhar. Esta situação significou a alteração de alguns dos meus pressupostos iniciais, mas estas mudanças não se traduziram na necessidade de uma reorientação quanto ao objeto de pesquisa. Apenas provocaram um trabalho adicional.

Ainda em Portugal, pesquisei junto à Coleção Pombalina da Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, além de obras pertencentes ao Fundo Geral daquela instituição. A Coleção Pombalina compõe-se de 758 códices oriundos do arquivo pessoal do Marquês e da biblioteca de sua família.³ O objetivo desta pesquisa foi o de recolher dados relativos aos princípios que nortearam a administração portuguesa no reinado de D. José I. E para complementar este estudo em particular, consultei também documentos depositados na Biblioteca da Ajuda,⁴ além de obras recentes da historiografia portuguesa relativas à administração pombalina nas bibliotecas da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa.

Além dos estudos de Magnus Pereira, dois outros historiadores podem ser tidos como instigadores deste meu trabalho: Sérgio Buarque de Holanda e Brasil Pinheiro Machado. Embora Sérgio Buarque de Holanda não tivesse 'a cidade' como ponto central de suas preocupações, seu texto 'O semeador e o ladrilhador' influenciou diversas interpretações sobre o urbanismo colonial brasileiro (adiante, este ponto será objeto de atenção), e a dicotomia que ele propôs tornou-se, inclusive, um 'lugar-comum'.

Quanto a considerar a visão dicotômica proposta por Sérgio Buarque de Holanda um lugar comum, com toda a carga negativa que esta expressão encerra, em 1997, o intelectual brasileiro, e Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assim se pronunciava a uma jornalista portuguesa:

³Ver BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. **Inventário dos manuscritos** (secção XIII); colecção pombalina. 1891.

⁴Ver FERREIRA, Carlos Alberto. **Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul**. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1946; e ARQUIVO NACIONAL (RJ). **Índice dos documentos relativos à América do Sul existentes na Biblioteca da Ajuda**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1968.

a nossa sensibilidade não é ibérica, é portuguesa. Minha mulher e eu adoramos Portugal, gostamos de lá estar, apreciamos aquela convivência. Eu gosto sempre de contar isso: quando fui algumas vezes de Portugal para Espanha conduzindo o automóvel, seguia de Coimbra para Ciudad Rodrigo – que é um lugar lindo. Mas ali é Espanha: tem ordem, tem disciplina, tem hierarquia, mas é abstracto. Aquela ordem veio primeiro da ideia e só depois foi posta na cidade. Ora, a nossa ordem não é abstracta, é desordem. Alfama não tem ordem. E o Brasil é Alfama, até favela é Alfama. Então acho que essa referência, esse molde, é muito grande e irá permanecer. Nós somos a continuidade dessa cultura portuguesa.⁵

Já Brasil Pinheiro Machado declarava-se um adepto do estudo das cidades, chegando a propor a existência de uma “cidade colonial brasileira” que teria sua explicação no contexto histórico da colonização. Para ele, a história dos núcleos urbanos paranaenses conteria a própria história dessa região. Trata-se de um continuador das interpretações de Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Oliveira Viana, para os quais o povoamento do território brasileiro processou-se pela expansão de seus núcleos iniciais.

Uma expansão que, com a publicação de **Formação do Brasil contemporâneo**, de Caio Prado Júnior, passa a ser mediatizada pelo reconhecimento de dois momentos distintos na maneira pela qual a Coroa portuguesa trata seus domínios americanos: o primeiro marcado pelo “longínquo e ausente governo”, e o segundo, iniciado no século XVIII, pela afirmação do controle administrativo da colônia por parte da Coroa.⁶

A partir destas considerações preliminares, procurei discutir a existência de uma relação entre a ‘cidade’ instalada no Brasil e a política ultramarina

⁵CARDOSO, F. H. O Brasil olha para o umbigo. **Expresso-Revista**, Lisboa, n.1287, 28/06/1997, p.50. Entrevista concedida a Maria João Avillez.

⁶MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n.10, p.3-23, jun.1985; e, Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n.14/15, p.177-205, jul.-dez.1987.

portuguesa da segunda metade do século XVIII. Para tanto, inicialmente busquei identificar os fundamentos do projeto político pombalino, entendendo que o mesmo expressa, à perfeição, o segundo dos momentos acima indicados. E, nesse sentido, fêz-se necessário construir o contexto do qual decorre o processo de centralização de poder conduzido por Pombal, bem como estabelecer a repercussão do reinado de D. João V (1706-1750) no que se refere à instalação de povoações em território luso-americano. Estes temas, e mais uma explanação sobre o sentido ‘civilizador’ da cidade, ocupa a primeira parte deste trabalho.

Definidas as condições em que o projeto político pombalino iria se desenvolver, passei a investigar a sua prática, atendo-me a três situações particulares, embora complementares. Com maior ênfase, deti-me no estudo da instalação de vilas nas capitanias da Paraíba e do Piauí, às quais foram agregadas algumas informações relativas à capitania de São Paulo. Importante ressaltar que o processo ‘urbanístico’ ocorrido no Brasil, na segunda metade do século XVIII, não esteve restrito às três capitanias citadas, e que a discussão apresentada adiante pode, em larga medida, ser estendida a todo o território da América portuguesa, aliás como demonstra a tese do professor Magnus Pereira, **A forma e o podre**, apresentada em 1998.⁷

Assim, na segunda parte deste trabalho estão expostos e discutidos, em sua expressão prática, os princípios e os elementos constituidores de uma “política urbanística” desenvolvida na segunda metade do século XVIII, e que se inscreve no âmbito mais geral de assegurar a exploração e a posse do território americano que a Coroa portuguesa conquistou, e colonizou, em pouco mais de

⁷PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o podre** : duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades Medieval e Moderna. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado em História). Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

três séculos. Nesse sentido, procurou-se responder a uma indagação proposta pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, quando de sua **Viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro**, em 1785, ao deparar-se com a situação das vilas de índios que foram criadas no reinado de D. José I:

“Sem gente, sem lavoura e sem comércio, não sei para que servem povoações semelhantes!”.

Por fim, quero deixar registrados os meus agradecimentos:

- aos meus amigos Magnus e Etelvina, que também foram meus orientadores;
- aos amigos Maria Luíza Andreazza, Ana Maria Burmester e Euclides Marchi, professores do Departamento de História da UFPR, os quais me auxiliaram na realização deste trabalho;
- aos amigos Cláudio e Elizabete, sempre presentes;
- à amiga Ana Lúcia;
- aos portugueses – Ângela, Antônio, Teodoro, Paula, Luís, Dinorá, Joana, Rui, José Antônio e Andréa –, amigos que bem me receberam e espantaram a saudade;
- à Nicole, que surgiu já ao final do caminho, pelo apoio, compreensão, paciência e carinho.

Institucionalmente, agradeço à CAPES, que forneceu o necessário suporte financeiro tornando possível a realização da pesquisa, e à Chefia do Departamento de História da UFPR.

Do outro lado do Atlântico, foram essenciais, pelo auxílio prestado, os funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino, na pessoa de Fernando Almeida, da Biblioteca da Ajuda e da Biblioteca Nacional de Lisboa/Seção de Reservados.

Também agradeço ao professor Pedro Dias, da Universidade de Coimbra, que supervisionou a realização de minha pesquisa “na metrópole”.

PROJETO POLÍTICO POMBALINO NO CONTEXTO SETECENTISTA PORTUGUÊS

Chegou, enfim, o governo de Augusto. Tudo logo melhorou de face e de estado. Boas Artes, Legislação, Nobreza de Edifícios; foram os três objetos a que ele mais aplicou o seu zelo, os que quis que formassem o desempenho do nome de *Augusto*, que o Senado lhe dera no seu sétimo Consulado. (**Paralelo de Augusto Cesar e de Dom José, o Magnanimo Rey de Portugal.**)

O propósito deste estudo é o de discutir a existência de uma ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII e que teve por objetivo geral assegurar, para a Coroa portuguesa, a conquista e a posse de seus domínios na América.¹ Certamente, muitos são os aspectos abrangidos por tal ação política, bem como muitas são as perspectivas possíveis para tal abordagem. Contudo, decidiu-se privilegiar as ações da metrópole tendentes à institucionalização do povoamento das terras brasileiras. Considerou-se, ainda, que essa política, sua fundamentação teórica e sua prática,² teve em Sebastião José de Carvalho e

¹Segundo Marcello CAETANO, embora o termo “colônia” já fosse de uso corrente, no século XVIII, para identificar “um núcleo de portugueses estabelecido além-mar, [...] as designações oficiais das diversas partes do Império português eram a genérica de ‘domínios’, e as específicas de ‘Estados’ (para a Índia e Brasil), ‘conquistas’ e ‘estabelecimentos’, esta última reservada quasi sempre às feitorias”. **Ver** As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar, p.253. Tal distinção terminológica pôde ser observada na documentação consultada; à qual se acrescenta ainda as de “continente” e “país”, utilizadas para referências genéricas às extensões de terra.

²Segundo J. S. da Silva Dias, “A prática política não é um produto mecânico da teoria política. Supõem-na, com formulação explícita ou em estado meramente implícito; reflecte-a, com mais ou menos entorses, com mais ou menos desvios; mas obriga-a também a correcções centrais ou periféricas e ajusta-a ao particular das conjunturas ou dos momentos. [...] A prática política pode ser apenas a resultante assintótica de soluções não programadas para problemas conjunturais imprevistos. Mas pode ser também, no todo ou em parte, a sequela, bem ou mal ajustada, de um projecto político definido”. SILVA DIAS, J. S. da. Pombalismo e projecto político. **Cultura**; história e filosofia. Lisboa : Instituto Nacional de

Melo, o marquês de Pombal,³ seu propositor. Nesse sentido, convém apresentar alguns elementos do “pombalismo” – expressão utilizada por Silva Dias⁴ para caracterizar o pensamento e as ações políticas e administrativas do secretário de estado e ministro do rei D. José I.

Sensatamente, passaremos ao largo da polêmica cultivada por uma corrente historiográfica portuguesa acerca do nosso Marquês. O objetivo aqui não é o de explorar a imagem, ou a biografia, de Carvalho e Melo. Pretende-se, apenas, situar o pensamento do “estadista” – nas palavras de Joaquim Veríssimo Serrão⁵ – em relação ao período e ao tema estudados.⁶

Para Silva Dias, o “projecto político” de Pombal iniciou-se já durante sua permanência na Inglaterra (1738-1744) e Áustria (1745-1749), à serviço da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Esse período facilitou o seu “contacto com livros e opiniões em correlação com o ser e o agir de um estadista moderno, a que em Portugal só dificilmente teria acesso”, especialmente no que se refere à doutrina do direito natural e à filosofia política “dos teóricos do absolutismo esclarecido”.⁷

Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, v.2, p.185-318, 1983 e v.3, p.27-151, 1984. **Ver** v. 2, p.185-186.

³Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu de D. José I, em 6 de junho de 1759, o título de Conde de Oeiras, e, em 18 de setembro de 1770, o de Marquês de Pombal.

⁴Além do texto indicado na nota anterior, **ver** SILVA DIAS, J. S. da. Pombalismo e teoria política. **Cultura**; história e filosofia. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, v.1, p.45-114, 1982.

⁵SERRÃO, J. Veríssimo. **O Marquês de Pombal** : o homem, o diplomata e o estadista. 2.ed. Lisboa : s/e, 1987.

⁶Para os que têm interesse, algumas obras sobre Pombal estão relacionadas na Bibliografia; recomenda-se também consultar **Marquês de Pombal** : catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1982.

⁷SILVA DIAS, v.3, p.113-118. Um significativo conjunto dos autores e títulos colecionados por Pombal pode ser conferido no **Cathalogo dos livros de que se compõe a Livraria antiga situada no Palácio de Oeiras pertencente à Casa de Pombal (BNL)**.

Nos anos de sua missão inglesa, foram as questões econômicas que ocuparam um lugar preponderante nas preocupações de Carvalho e Melo. “As estruturas culturais e políticas só mais tarde, e em segundo plano, despertaram no seu espírito”, assinala Silva Dias.⁸ Na correspondência mantida com o “tio” Marco Antonio de Azevedo Coutinho,⁹ ocupam sua atenção, especialmente, as questões relativas ao comércio, à navegação e, com menor ênfase, às manufaturas. Estes três interesses “apareciam aos seus olhos como realidades solidárias”, e o Brasil ocupava lugar privilegiado em suas considerações: como produtor de “matérias primas ou alimentares” destinadas ao mercado europeu e como consumidor de manufaturados do reino. Integrando comércio, navegação e manufaturas, Carvalho e Melo pressupunha o desenvolvimento desta última atividade em Portugal, com “a constituição de uma boa frota mercante, e o monopólio lusitano da comercialização dos produtos brasílicos no nosso continente”.¹⁰

O futuro marquês de Pombal entendia, já naquele tempo, que

Implicava tudo isto, como é óbvio, a reformulação de uma parte considerável das estruturas materiais do reino e, a par dela, uma reconversão mental da burguesia e da administração existentes entre nós. As tarefas não eram fáceis; considerava-as, porém, imprescindíveis, para sairmos do marasmo e decadência em que nos afundáramos.

A remodelação da política ultramarina em vigor na época de D. João V é um dos tópicos mais profusamente versado nas exposições que do estrangeiro foi dirigindo a Lisboa. Convenceu-se de que sem a supressão dos comissários volantes, sem o povoamento e a urbanização, sem a eliminação do

⁸SILVA DIAS, v. 3, p.148.

⁹Marco Antonio de Azevedo Coutinho fora quem indicara Carvalho e Melo para a missão em Londres. Sobre o parentesco entre os dois, SERRÃO (1987) anota que ambos eram netos de Sebastião de Lucena de Azevedo e, portanto, primos em “4º grau”. O tratamento de “tio” devia-se ao “costume da época em relação a primos mais velhos”. **Ver** p.30.

¹⁰SILVA DIAS, v. 3, p.149.

contrabando, sem o monopólio lusiada do transporte e comercialização dos produtos brasileiros, essa grande e rica colônia estava condenada, em futuro mais ou menos próximo, a pouco mais ter de português do que o simples nome. O comércio colonial afigurava-se-lhe o braço direito de todo o nosso comércio externo.¹¹

Não obstante assumirem o primeiro plano nas preocupações de Carvalho e Melo, as questões econômicas estavam inseridas em sua “teoria política”.¹² Uma teoria que vai sendo construída “aos poucos, de acordo com o apelo das lutas concretas em que sucessivamente se envolveu”,¹³ após sua subida ao poder – secretário de Estado do Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1750, e secretário de Estado dos Negócios do Reino, em 1756.

Influenciado pela doutrina do jusnaturalismo alemão e holandês,¹⁴ bem como pelos teóricos do absolutismo esclarecido, Carvalho e Melo lançou-se contra o que considerava privilégios e usurpações do poder eclesiástico, da nobreza e da burguesia mercantil. Frente à Igreja, procurou reafirmar e autonomizar o poder do soberano; frente à sociedade civil, lutou para submeter todos os vassallos à realeza. Sua defesa do poder absoluto do rei também encontrava fundamentação na formação histórica de Portugal, entendida como decorrente da conquista empreendida contra os “infiéis”, ou seja, a soberania do

¹¹SILVA DIAS, v. 3, p.149-150 – meu destaque.

¹²SILVA DIAS assinala que “Pombal analisa o facto económico pelo prisma do facto político, aí incluído o fenómeno demográfico. O que reforça o estado não é, segundo ele, a justa repartição da riqueza, mas sim a existência da riqueza, ainda que clamorosamente mal repartida. A perspectiva não diminui, porém, no seu espírito, o valor social do trabalho, sobretudo do trabalho investido no comércio, na navegação e nas manufacturas. E outra nota sobressai no seu discurso: a subtracção da esfera económica à dominância da esfera religiosa”. p.150.

¹³SILVA DIAS, v.1, p.45.

¹⁴De acordo com Luís Cabral de Oliveira MONCADA, a entrada em Portugal dos princípios do direito natural preconizado por jusnaturalistas alemães e holandeses remontam a VERNEY, com seu **O verdadeiro método de estudar** (1747), e é atestada pela Lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769. Cf. **Estudos de história do direito**, v.1, Universidade de Coimbra, 1948, p.83-104.

monarca português dava-se, não por força de um “pacto social” com seus vassallos, mas sim por “dote e sucessão”.¹⁵

Os fundamentos da administração pombalina

A Administração do Homem de Estado é aquela direção geral que mantém a ordem da sociedade política. É necessário que ela se refira à natureza e ao princípio do Governo, que se procura estabelecer, ou que se pretende restabelecer. Esta direção deve ser relativa ao físico do país, ao clima frio, quente, temperado que se habita, à qualidade do terreno, à sua grandeza, às suas produções, às suas riquezas, ao engenho do seu povo, aos seus costumes, às suas maneiras, às artes, ao comércio e à indústria dos seus habitantes.

Com esta premissa iniciava-se o “projecto de um livro” sobre **A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello** (1788).¹⁶ Antes de tratar propriamente da administração de Pombal, seu autor envereda por uma reflexão acerca da história de Portugal, um reino que “teve um destino único”, com a conquista da Índia, o domínio da Ásia e o “esplendor” da fortuna que o Brasil lhe propiciou. “A História não conta que nação alguma se tenha exaltado com um vôo mais rápido ao cume das grandezas”.¹⁷

Mas o poder conquistado sobre “todas as outras potências” logo se desvanece, sendo necessário apontar as causas da derrocada do reino que, afinal, seria preciso restabelecer. O domínio dos Filipes conduziu Portugal para um vôo descendente; suas riquezas, seus domínios de além-mar e seu esplendor

¹⁵Cf. SILVA DIAS, v.1, p.58.

¹⁶**A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello**, Conde d'Oeiras, Marquez de Pombal, Secretário de Estado e Primeiro Ministro do Rey de Portugal D. Jozé I. Amsterdam, 1788. (BNL. PBA, Códice 677). Trata-se de um manuscrito, sem indicação de autor, que, segundo o “Inventário da Coleção Pombalina”, é uma tradução de obra francesa atribuída ao Cavalheiro Desoteux, enviado da França em Portugal. Existe ainda uma outra tradução, realizada por Luiz Inocência de Pontes Ataíde e Azevedo (Lisboa, 1843).

¹⁷**A administração ...**, p. 5.

comercial acabaram seqüestrados por outras nações. Porém, depois de restaurada a independência, a consolidação da dinastia da Casa de Bragança, o reinado de D. João V (1706-1750) e o ouro brasileiro anunciariam um novo período histórico, no qual Portugal atingiria novamente seu antigo lugar. O restabelecimento do Governo e da antiga glória do Império português deu-se, então, sob a direção de Sebastião José de Carvalho e Melo, “conhecido depois com o nome de Marquês de Pombal”.

Importante considerar que **A administração** foi escrito após a morte de D. José I, durante o exílio imposto a Pombal por D. Maria I que, tão logo assumiu o trono no lugar do pai, afastou o antigo ministro da corte e mandou instaurar uma devassa em seus atos políticos e sua vida civil,¹⁸ atendendo solicitação de setores da nobreza portuguesa que, antes, se viram prejudicados por Pombal. Esta ocasião, quando o velho marquês – com o auxílio de antigos aliados – cuida de produzir textos em sua defesa, se não inaugura a polêmica historiográfica que até hoje opõe pombalistas e anti-pombalistas, estabeleceu a controvérsia que a originou.

Ou seja, imediatamente após Pombal cair em desgraça, a apreciação do reinado de D. José I dividiu-se, grosso modo, em duas tendências: para alguns, ele teria sido apenas um marionete nas mãos de seu todo poderoso ministro; para outros, ao contrário, D. José foi o verdadeiro reformador da política e sociedade portuguesas, cabendo ao Marquês o papel de executor das medidas idelaizadas pelo rei.

¹⁸Por meio de um decreto, datado de 04 de março de 1777, D. Maria I atendia a dois pedidos sollicitados pelo Marquês em carta do dia primeiro daquele mesmo mês e ano: “o libertar-se de todos os cargos públicos, a fim de acabar os dias na sua casa de Pombal”. E, segundo Serrão, em um primeiro momento, a rainha não havia cogitado em instalar uma devassa contra ele. Cf. SERRÃO (1987), p.167-171.

Esta última posição, aliás, foi a adotada publicamente por Pombal. Parecendo prever a tormenta que se abateria sobre ele, já esboçava sua defesa poucos anos antes do término daquele reinado.

Devo ultimamente protestar que não foi a vaidade, que nunca tive, o que me deu motivo para escrever estas observações. Porque nas prosperidades do Reino, que elas manifestam, e no gloriosíssimo Governo, a que elas se devem, reconheço que não tive algum merecimento, mas sim, tão somente, a incomparável fortuna de Sua Majestade haver confiado da minha fidelidade, zelo e amor ao seu Real Serviço, a execução das suas iluminadas e providentes Resoluções e Ordens, sendo aliás o meu único objeto deixá-las escritas aos meus Sucessores para recomendação do exatíssimo trabalho com que devem conservar tudo, o que o dito Senhor tem estabelecido no seu felicíssimo Reinado.¹⁹

O texto do qual foi retirada esta citação recebeu, dos pósteros, o nome de **Observações secretíssimas do Marquês de Pombal**. Elas foram escritas após a inauguração da estátua eqüestre de D. José I, erigida na Praça do Comércio de Lisboa, em 06 de junho de 1775, e apresentadas ao rei “no dia oitavo depois da colocação da Regia Estátua”. Trata-se de uma apologia às medidas político-administrativas efetivadas durante o reinado, pelas quais, segundo o ministro, “Sua Majestade tem inteiramente dissipado e reparado as trevas e ruínas em que achou sepultados os seus Reinos”.

As “trevas e ruínas” então observadas foram dissipadas pelos progressos alcançados no exercício das funções públicas, atividade beneficiada pelo ensino da caligrafia, da ortografia e da aritmética, e pelo desenvolvimento dos “ofícios mecânicos” e manufaturas, assim como das diversas formas de expressão artística. Pombal também destaca a realização da reforma educacional, especialmente no que se refere ao estudo do Direito, apontando ainda para a

¹⁹Observações secretíssimas do Marquês de Pombal. **Gabinete Histórico**, tomo XVII, Lisboa, p.305-332, 1831. p.330.

importância da criação das leis de regulamentação do comércio, interno e externo ao reino. Todas essas “providências” tornavam-se responsáveis pelo estado de “opulência dos Vassalos”. Notadamente, mencionará a situação de

sociabilidade entre os diferentes Estados, entre as Ordens, Classes e grêmios deles. E agora se tem manifestado a harmonia e consonância, em que se viram concordes a primeira Nobreza com a Civil, e ambas com a plebe, sem que, no concurso de todas, houvesse em tantos e tão numerosos ajuntamentos a mais leve alteração.²⁰

Executando fielmente os princípios do absolutismo que cultivara, inclusive com o concurso de alguns didáticos exemplos, Carvalho e Melo lograra ‘ilustrar’ os vassalos portugueses de todos os Estados a preferirem a harmonia à alteração. O primeiro desses exemplos foi, sem dúvida, o processo movido contra Diogo de Mendonça Corte Real, exonerado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, em 1756. Pertencente à antiga nobreza do reino, Diogo Corte Real foi acusado de tramar contra o recém-nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Mello. Caindo em desgraça junto ao rei, além de perder o cargo, o antigo secretário foi banido de Lisboa, e, “tendo cumprido pena em vários presídios, veio a morrer no forte de Peniche”.

As ações contra a alta nobreza portuguesa contariam ainda com outro episódio. Em 1758, ocorreu o famoso atentado contra D. José; no qual, foram implicados e processados o duque de Aveiro, os marqueses de Távora e seus familiares.

A história guardou a cena atroz do suplício de Belém, onde na madrugada de 13 de janeiro [de 1759] os réus foram conduzidos para a execução da sentença.

²⁰Observações..., p.316-7. Os “ajuntamentos” mencionados referem-se aos havidos por ocasião dos festejos comemorativos à inauguração da estátua equestre do rei. A data de inauguração da estátua coincide com a do aniversário do rei português.

[...] Tudo se processou com inaudita violência, como se a justiça régia buscasse extrair uma lição para quantos ousassem atentar contra a vida do soberano.²¹

Em relação ao clero, dois importantes acontecimentos também serviram para conduzir a população do reino à tão desejada “harmonia e consonância”. Em 1757, os jesuítas foram expulsos da Corte, onde alguns desempenhavam o papel de confessores da família real. Dois anos depois, os mesmos jesuítas eram implicados no atentado sofrido pelo rei e, por decreto de 3 de setembro de 1759, a Companhia de Jesus foi expulsa do reino e dos domínios de Portugal. O então conde de Oeiras assumiu pessoalmente a campanha anti-jesuitica, conseguindo que a ordem fosse extinta em 1773, por meio de uma bula papal. Nesse contexto, deu-se a prisão do padre Gabriel Malagrida, pregador jesuíta, que morreu na fogueira em 1761.²²

Quanto à burguesia mercantil e aos demais estratos da sociedade civil, além das medidas de exceção tomadas quando do terremoto e da reconstrução de Lisboa,²³ foi representativa a repressão contra “a rebelião” dos comerciantes do Porto, que se amotinaram em 1757 contra o monopólio concedido à Companhia das Vinhas do Alto Douro na comercialização do vinho.

²¹**Ver** SERRÃO (1987), p.86 e p.83.

²²Sobre o processo de consolidação do poder empreendido por Pombal contra a Igreja e setores da nobreza portuguesa, nos anos iniciais de sua gestão frente à Secretaria do Reino, **ver** também Kenneth MAXWELL, para quem “foi a reação dos jesuítas aos tratados de Madri que tornou problemáticas as possibilidades de uma solução pacífica entre a Sociedade e o Estado pombalino”. **Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996, p.69-94.

²³O conjunto das medidas tomadas para garantir a ordem após o terremoto, bem como para dar azo às obras de reconstrução da cidade de Lisboa e dos outros locais atingidos, encontra-se em LISBOA, Amador Patrício [Francisco José Freire]. **Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755; ordenadas e oferecidas à majestade Fidelíssima de El Rei D. José I, nosso senhor**. 1758. [Biblioteca da Ajuda, cota 16-XII-6.]

Os sinos tocaram a rebate, houve violências, assaltou-se a residência do procurador da Companhia e o juiz do povo foi a casa do Chanceler da Relação exigir a extinção da companhia. Tudo se processou em termos de revolta, o que levou a coroa a definir o caso como de lesa-magestade, ainda que alguns desembargadores apenas o entendessem como “motim” e outros como “assuada”. O certo é que se nomeou uma alçada para julgar o “execrando delicto”, que se traduzira em desobediência às leis.²⁴

A condenação de 13 homens e 5 mulheres à pena de morte, além de outras tantas penas de degredo para a África foi assim justificada:

A rebelião de grande parte da plebe de uma cidade, que depois da Corte é sem disputa a maior e mais opulenta desta monarquia, foi um dos casos mais estranhos do presente século; especialmente porque a toda nação portuguesa causa horror o menor movimento, que possa parecer infidelidade ao seu soberano, a quem os súditos respeitam, mais com amor de filhos que de vassalos.²⁵

Mas, as “Paternais, Magnânicas e Infatigáveis Providências” de D. José I não se traduziram apenas em violências, ou ficaram restritas a adversários internos. Pombal, nas **Observações**, também se dirige às demais nações européias, “que com arrogância, vanglória e superioridade olhavam antes para a Portuguesa como bisonha, rude, inerte e destituída de todos os elementos e princípios das Artes Fabris e Liberais e dos verdadeiros conhecimentos das Ciências Maiores”.²⁶ E, se levarmos em boa conta a apresentação dos “felicíssimos sucessos” elencados por Pombal, não será demasiado conceder alguma atenção ao elogio que, à mesma época, veio a ser impresso e publicado sob o título **Paralello de Augusto Cesar e de Dom José, o Magnanimo Rey de**

²⁴SERRÃO (1987), p.134.

²⁵Sentença da alçada que ElRey, Nosso Senhor, mandou conhecer da rebelião sucedida na cidade do Porto em 1757; citada em SERRÃO (1987), p.134.

²⁶Observações..., p.321-2.

Portugal, no qual as realizações daquele reinado são emuladas às conduzidas pelo imperador romano.²⁷

Temos traçado o desenho, que inculca de um golpe de vista qual foi Augusto; quantas e quais as suas Obras, os seus estabelecimentos. Agora, antes de entrarmos no **Paralelo**, que faz o nosso Assunto, devemos prevenir os Leitores de que a comparação que intentamos fazer do nosso Monarca com Augusto não é comparação dos Domínios de um e outro Príncipe, sendo bem manifesto que todas as Soberanias preferentes da Europa têm os seus fundamentos em Pedacos, maiores ou menores, das ruínas do Império Romano. Não se medem porém os grandes Príncipes pela extensão dos estados, mas sim pela grandeza do ânimo, pela sabedoria das leis e pela magnificência das Ações.²⁸

Os temas tratados no **Paralelo** repetem aqueles presentes nas **Observações**, com a diferença porém de destacar a importância da reconstrução de Lisboa e do papel do Marquês de Pombal no reinado de D. José, comparando-o a Cílnio Mecenas.

Este é o que aconselhou ao Cesar que coartasse a nimia autoridade que até ali se arrogavam os Tribunais, que reservasse a si a escolha e nomeação dos Magistrados maiores, e que, para ter mais quem o ajudasse no peso do Governo, criasse novos Ofícios. Este o que aconselhou que os Libelos Famosos contra o Príncipe se reduzissem por lei aos crimes de lesa Majestade.²⁹

Ladeando a grandeza do “Augusto Monarca” português encontrava-se, portanto, “o ativo instrumento não só da Reedificação da mesma Corte, mas também da felicidade pública de todo este Reino”. É lugar comum considerar que

²⁷Diferentemente do que ocorrera na França, durante o reinado de Luís XIV, quando o ideal de uma retomada do *Imperium Romanum* assume uma perspectiva política bastante concreta, o autor do **Paralelo**, identificado pelas iniciais A. F. P., buscou apenas estabelecer uma comparação favorável entre o rei D. José e imperador romano. Em relação a Luís XIV, Jean-Marie Apostolidès assinala que, além de uma contínua ação diplomática, no começo de seu reinado, ele estabeleceu “um verdadeiro ministério da memória, ou seja, incentiva toda produção, literária ou artística, que demonstre a filiação entre o Império Romano e seu trono”. Cf. APOSTOLIDÈS, J.-M. **O rei-máquina** : espetáculo e política no tempo de Luís XIV, p.61-72.

²⁸**Paralelo**..., f.13 [35].

Carvalho e Melo ganha a confiança do rei no contexto do terremoto de 1755. Diversos autores entendem que D. José, abalado pela catástrofe, encontrou em seu secretário o homem que se dispôs a tomar as medidas necessárias que o momento requeria.³⁰ Talvez este o motivo pelo qual o autor do **Paralello** assinale esse ano como o de início dos tantos e tamanhos “sucessos” verificados.

Sucessos que seriam coroados, em Portugal, com a reedificação de uma pequena vila pesqueira localizada no Algarve, na fronteira com a Espanha. Por três dias, no mês de maio de 1776, festejou-se a reconstrução da Vila Real de Santo Antonio, obra que serviu de pretexto para que mais uma vez, ao término do reinado de D. José, fossem pronunciados e publicados elogios ao rei e a seu ministro.³¹

Mudam as personagens, mas os conteúdos dos discursos permanecem os mesmos. Na manhã do primeiro dia das festividades, o Reverendíssimo Cônego Reitor da Santa Sé de Faro, Vicente Alexandre de Tovar, pronuncia um sermão no qual compara D. José a Salomão: “Não é, Senhores, a Piedade, a Religião, a Magnificência deste Grande Rei de Israel uma viva imagem das Virtudes do Nosso Augusto Soberano?”. Nesse mesmo tom, o bispo ainda compara D. José ao sol e, sem poupar adjetivos e epítetos, mesclando princípios religiosos a ações mundanas, assinalava que

²⁹**Paralello**..., f.8 [32v.].

³⁰Entre outras obras que tratam da reconstrução de Lisboa, ver FRANÇA, José-Augusto. **Une ville des Lumières** : la Lisbonne de Pombal. Paris : École Pratique des Hautes Études, 1965. Esta ocasião também pode ser considerada como a do início da centralização do poder empreendida por Pombal. Nesse aspecto, as desavenças com Diogo Mendonça Corte Real e outros representantes da velha nobreza que ocupavam cargos na Corte é bastante significativa.

³¹**Exposição das festividades, celebradas na reedificada Villa Real de Santo Antonio, no mez de maio do presente anno de 1776...** [junta-se o Sermão e o Elogio]. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1776. As festividades pela reconstrução da Vila Real de Santo Antonio tiveram início em 13 de maio de 1776, data que coincidia com a do aniversário do Marquês.

A Polícia^(*) de uma Nação, Senhores, é uma das fontes da sua verdadeira felicidade. A iluminação, que começa a difundir-se sobre os espíritos, adoça a ferocidade dos corações. Já não é o ímpeto que decide, nem as paixões dos Homens, a razão é o móvel das suas ações; e a passo que vão conhecendo os deveres, que estreitamente os ligam a sociedade, o Patriotismo, aquela nobre virtude, que é o apoio dos Príncipes e dos Estados, entra a exercitar todo o seu poder.³²

A reconstrução da pequena vila algarvia, caracterizada como antes sendo “uma povoação de homens quase constituídos em uma Anarquia, sem Lei, sem temor de Deus, sem religião”, apresentava-se não apenas como um “prodígio da Arquitetura civil”, mas como um exemplo de que a “cultura das letras, a educação da mocidade, a instrução da Nobreza, a iluminação universal de todo um Povo é um princípio infalível da sua Polícia”.³³

A “polícia”, que merece tanta atenção, refere-se especialmente à legislação e às ações realizadas no campo da instrução, em seu sentido mais amplo. O ensino das primeiras letras, a instituição da Aula de Comércio, a criação do Colégio Real de Nobres e a reforma dos estudos da Universidade de Coimbra são as providências mais saudadas, todas elas concorrendo para tornar os vassalos “dos vastos Domínios” de sua majestade úteis à sociedade e ao Estado.

Já, a menção à “Arquitetura civil” serve para o bispo introduzir em seu discurso a “indispensável necessidade que tem um Príncipe de um Ministro sábio, zeloso, capaz de pôr em prática quanto ele medita”. Outra vez o onipresente Marquês, e desempenhando o papel que ele mesmo quis que lhe fosse atribuído: “As vantajosas felicidades de que a Monarquia Portuguesa está

³²**Exposição...**, p.17.

(*)Polícia, nessa acepção, tem o mesmo sentido que, hoje, atribuímos às políticas públicas.

³³**Cf. Exposição...**, p.11-26.

gozando, o Rei as concede e o Grande Marquês as solicita. Do Príncipe é o Poder e o Erário; do Ministro, a influência e a feliz execução”.³⁴

Executor de medidas que levavam a chancela real, sem dúvida, o “Grande Marquês” o foi. E, em larga medida, é o estabelecimento do grau de influência que ele exerceu sobre o soberano português a principal questão da querela historiográfica que se estabeleceu sobre o reinado de D. José I. Muitos consideram Pombal como o verdadeiro artífice das medidas administrativas e do centralismo político que caracterizou o reinado de D. José I e, não obstante suas próprias palavras, razões existem para tal apreciação.

Algumas observações sobre a política administrativa pombalina

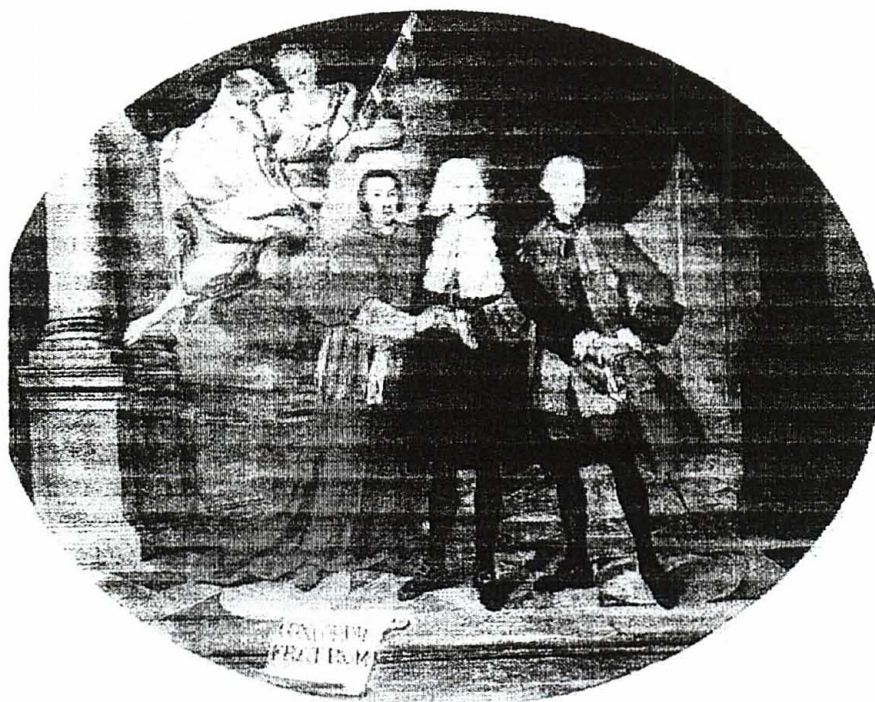
Carvalho e Melo, tão logo assumiu o posto de secretário de Estado dos Negócios do Reino, em maio de 1756, passou a exigir que todas as consultas oriundas dos tribunais e conselhos passassem por suas mãos antes de chegarem ao rei.³⁵ Todavia, seu poder só foi consolidado à partir da nomeação de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o cargo de secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, em 1760.

Antes disso, porém, ele soube aproveitar-se do atentado sofrido por D. José, que proporcionou condições para que fossem afastados das secretarias de estado muitos nomes ligados à antiga nobreza do reino. Sistemáticamente, passou a nomear pessoas a ele ligadas para os postos-chave da administração e dos tribunais de justiça, intervindo até mesmo no funcionamento da Câmara

³⁴**Exposição...**, p.24 e 25.

³⁵Sobre a ação de centralização política desencadeada por Pombal, **ver** SUBTIL, José. **O Desembargo do Paço** (1750-1833). Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

Municipal de Lisboa, para a qual, em 1764, nomeou juiz seu irmão Paulo de Carvalho e Mendonça.³⁶



Pombal com seus dois irmãos, Paulo de Carvalho, cardeal inquisidor-geral, e Mendonça Furtado. Pintura no teto do Palácio de Oeiras. Reproduzido de MAXWELL, p.80.

Notadamente, estavam em curso ações que visavam formar um novo tipo de administração, em que se mesclavam centralismo e uma crescente especialização de funções, de tal forma que as reformas pombalinas alcançariam ainda a implantação, a partir de 1761, de “um sistema nacional de recolha e contabilidade dos impostos, com a criação da mais importante instituição do absolutismo, o Erário Régio”.³⁷ Não obstante a importância da questão

³⁶Paulo de Carvalho e Mendonça também ocupou o cargo de Inquisidor-mor, tendo sido nomeado cardeal no mesmo ano de sua morte, 1770. Entre 1770 e 1779, ocupou a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, Henrique José de Carvalho e Melo, filho do Marquês.

³⁷SUBTIL, José. No crepúsculo do corporativismo; do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807). **História de Portugal** – v. 4; o Antigo Regime. Lisboa : Editorial Estampa, 1998, p.415-424. p.418. Especialmente quanto aos aspectos contábeis e fazendários, a profissionalização administrativa levada a efeito pelas reformas pombalinas não se restringiu ao Reino. Em 18 de março de 1767, o Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, recebeu uma carta régia que, trazendo anexas as leis de criação do Erário Régio, dava conta da nomeação de “um guarda-livros e

fazendária, a profissionalização de quadros administrativos fica também evidenciada com as reformas dos estudos e a criação do Colégio Real de Nobres. O alvará de 28 de junho de 1759 estabeleceu uma reforma geral nos “Estudos das Letras Humanas, nestes Reinos e todos os seus domínios”, objetivando retirar dos jesuítas o controle das escolas e instituir um método conforme ao que se praticava nas demais “Nações polidas da Europa”.

Eu El-Rei. Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração a que da cultura das Ciências depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio delas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade; [...] Sou servido privar inteira, e absolutamente, os mesmos Religiosos [jesuítas] em todos os meus Reinos, e Domínios, dos Estudos de que os tinha mandado suspender. [...] E para que os mesmos vassallos pelo proporcionado meio de um bem regulado Método possam com a mesma facilidade, que hoje têm as outras nações civilizadas, colher das suas aplicações aqueles úteis e abundantes frutos, que a falta de direção lhes fazia até agora ou impossíveis, ou tão dificultosos, que vinha a ser quase o mesmo.³⁸

O Colégio de Nobres, criado por carta régia de 7 de março de 1761, deu corpo ao projeto de preparar a nobreza do reino para a administração do estado.³⁹ Seu estabelecimento derivou de “sugestão do doutor Antonio Ribeiro Sanches, médico e filósofo, que de França propusera a Pombal a referida

dois escriturários” para gerirem a arrecadação dos impostos e a sua escrituração. Os antigos “proprietários” daqueles ofícios da Real Fazenda, no Rio de Janeiro, foram sumariamente demitidos, recebendo os ordenados devidos, “pela metade”, como forma de compensação. (AHU. Códice 415).

³⁸Alvará de 28 de junho de 1759. Não obstante a disposição régia, os vassallos de algumas capitanias brasileiras não colheram “os frutos” esperados. A cidade da Paraíba, em 1765, e ainda em 1771, informava “que a total falta de estudos vai dispondo aos habitantes desta capitania a recaírem naquela ignorância lamentável que experimentaram em seus princípios”. (AHU. PB; Caixa 13. Cartas do governador Jerônimo José de Melo e Castro).

³⁹Esta preocupação com a formação de pessoal capaz para se ocupar da administração não se restringiu ao reino, como se depreende do teor de carta do Conde de Oeiras ao governador de São Paulo: “E para V. Sa. aí formar alguns Homens que sejam Capazes de discernimento e de percepção, manda Sua Majestade remeter a V. Sa. alguns exemplares da Instrução dos ofícios de Cícero,

criação”. Saliente-se que a idéia não era nova, “pois já D. João V sonhara criar um colégio com aquele fim”.⁴⁰

Aliás, Martim Albuquerque,⁴¹ ao recuperar algumas linhas da controvérsia sobre o papel de Pombal no reinado de D. José, oferece elementos que corroboram a presunção de que as idéias pombalinas foram semeadas em um terreno fértil, preparado desde o reinado de D. João V. Assim, a crítica de Camilo Castelo Branco, para quem Pombal não foi senão um aproveitador de idéias alheias, pode ser lida de modo inverso ao desejado por seu formulador. Para Camilo Castelo Branco, todas as novidades propostas e implementadas teriam sido uma apropriação de trabalhos produzidos por D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, Verney, Ribeiro Sanches.

Leis originais, da estreme concepção de Sebastião de Carvalho – indisputavelmente dele – são uma que manda fazer o canal de Oeiras para os vinhos do conde se transportarem economicamente; outra que estabelece a feira de Oeiras para encarecer as propriedades do conde e os gêneros da sua lavoira – a lei dos ‘Contigos’ para encravar na sua quinta de Oeiras as pequenas propriedades limitrofes. A quarta criação genuína de Sebastião José de Carvalho é a lei promulgada em 15 de Março de 1751 em que se proíbe pendurar cornos epigramáticos às portas das pessoas casadas.⁴²

que o mesmo Senhor mandou estampar para a educação da Nobreza do Seu Real Colégio desta Corte”. (**AHU. Códice 423**. Carta de 22 de julho de 1766).

⁴⁰SERRÃO (1987), p.144. Segundo Serrão, Pombal via a educação como “um meio de valorizar as estruturas sociais e mentais do Reino”. Considerando a criação do Colégio, a formação de uma nova elite político-administrativa pode ser tomada como uma ação político-administrativa de longo curso, voltada para o futuro. **Ver Estatutos do Colegio Real de Nobres [1777]**.

⁴¹ALBUQUERQUE, Martim de. Para a história das ideias políticas em Portugal. [Separata de] **Estudos Políticos e Sociais**, Lisboa, v.6, n.1, 1986.

⁴²Citado em ALBUQUERQUE, p.6. **Ver** BRANCO, Camilo C. **O perfil do Marquês de Pombal**. 5.ed. Porto Editora, s.d., p.70-83. O desejo em ridicularizar Pombal faz com que Camilo atribua a ele, como “criação genuína”, a reedição de uma postura existente desde o medievo português: a proibição de pendurar os tais “cornos epigramáticos” às portas das residências.

Camilo Castelo Branco é reputado como um dos mais ácidos críticos de Pombal. Para ele, os autores acima citados seriam os genuínos formuladores das reformas políticas e educacionais do reino, bem como da política econômica extensiva aos territórios ultramarinos. Deixando de lado o “destempero” de Camilo, Albuquerque prefere sublinhar que reconhecer tal apropriação, ou colaboração, significaria, na verdade, a possibilidade de estudar, nos escritos de Pombal, um conjunto de idéias presentes na sociedade de sua época. Assim, se, de fato, Carvalho e Melo foi um compilador de idéias alheias, ele soube cercar-se de muitos homens notáveis. Porém, não se deve desprezar seu ‘aprendizado’ quando de suas permanências na Inglaterra e Áustria, como bem apontou Silva Dias.

Em seu estudo sobre o “ideário” e a “prática do pombalismo”, Francisco Falcon, ao mesmo tempo em que ressalta os aspectos ideológicos, jurídicos e econômicos da monarquia portuguesa da segunda metade do XVIII, elabora uma bem cuidada síntese do quadro mental europeu da época.⁴³ Embora o setecentos assinala o surgimento dos liberalismos político e econômico, o caráter mercantilista das relações econômicas e das normas que regulamentavam a organização das finanças dos estados europeus é, ademais, salientado por grande parte dos estudiosos que voltam seus olhos para o período moderno.

Tanto é que não devemos desconhecer a força das idéias fisiocráticas, que, segundo Falcon, constituiriam uma “espécie de seita particular no seio do movimento ilustrado”. Vinculando a riqueza dos estados à exploração dos recursos naturais e da agricultura, a escola fisiocrática contrapõe-se à doutrina mercantilista, anunciando o projeto do liberalismo econômico. Com Quesnay,

⁴³FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina** : política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ática, 1982. Em especial, ver capítulos 5 e 6, p.213-482.

“pela primeira vez, o ciclo completo da circulação das riquezas e sua expressão matemática eram objeto de uma tentativa de análise”.⁴⁴

Os séculos XVI e XVIII, em verdade, distinguiram-se por uma grande unidade de pontos de vista a respeito da política do Estado moderno europeu e das normas orientadoras das finanças políticas. Heckscher nos mostra que este período, a época mercantilista, caracterizou-se singularmente por uma concepção unitária da vida, em que todos os aspectos estavam ligados por um fio condutor.⁴⁵

Partindo desse contexto, Dorival Teixeira Vieira, vai destacar a importância de um autor inglês, do século XVII, na formulação de uma síntese das “idéias e normas financeiras dos principais países da Europa”: William Petty.

Entre os vários autores que cuidaram das finanças mercantilistas, cumpre destacar a obra de Petty, na qual estão sintetizadas as idéias e normas financeiras dos principais países da Europa. O seu livro *A Treatise of Taxes and Contributions* justifica as despesas públicas, classificando-as por ordem de importância e encarece a necessidade do estabelecimento de fontes especiais da receita para o Erário.⁴⁶

Para Francisco Falcon, as idéias de Petty, além de anunciarem o liberalismo de Adam Smith – este sendo considerado um “ponto de chegada, mais do que ponto de partida” –, assinalam “a importância crescente dos cálculos e princípios racionais no trato dos assuntos econômicos”, no interior da “ideologia mercantilista”.⁴⁷

⁴⁴Ver FALCON, p.139.

⁴⁵VIEIRA, Dorival Teixeira. A política financeira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. t.1, v.2 – A época colonial; administração, economia, sociedade. 7.ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1993, p.340.

⁴⁶VIEIRA, p.341.

⁴⁷FALCON, p.71 e 141. Falcon também destaca que Petty privilegiaria uma discussão acerca do “custo da produção, indo desembocar afinal na teoria do valor-trabalho” – “motivo provável da alta estima em que foi tido por K. Marx”. Cf. p.84.

William Petty também seria o responsável pela noção de “Aritmética política”. Este termo, ao menos, “viria a ter larga utilização no vocabulário dos políticos e administradores do século XVIII”,⁴⁸ dentre eles o próprio Pombal. Segundo o economista Roberto Campos, a obra *Political Arithmetic* (escrita em 1670 e publicada em 1690, na Inglaterra, após o falecimento de seu autor), teve o “propósito de refutar o mito da inferioridade econômica e militar da Inglaterra, comparativamente à França e Holanda”. Sua importância, contudo, reside nas contribuições “pioneiras” para a “metodologia do cálculo da renda e da riqueza nacional” e do “cálculo estatístico”.⁴⁹

Também para Franklin Baumer, a *Political Arithmetic* configurou-se como um tratado político “contra a decadência do comércio britânico”. Em sua obra, William Petty adotou “como lema uma passagem do Livro da Sabedoria onde se dizia que Deus ordenara todas as coisas por número, peso e medida”, a partir do qual construiu um sistema que aliava o raciocínio baconiano com o matemático. Assim, segundo Baumer, “por meio da análise quantitativa, de estatísticas da população, propriedade das terras, negócios, clima, e quejandos, Petty esperava fornecer informações exactas para tomar as decisões políticas”.⁵⁰ Deste modo, a Aritmética Política seria entendida como “a arte de raciocinar com Algarismos sobre as coisas relacionadas com o Governo”.⁵¹

Ou seja, os princípios desenvolvidos por Petty alcançavam tanto as práticas econômicas como as político-administrativas. Para Falcon, o século

⁴⁸FALCON, p.71.

⁴⁹CAMPOS, Roberto. Apresentação [às Obras econômicas de William Petty]. In: **Petty** [e] **Quesnay**. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas). p.8.

⁵⁰BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Volume I, séculos XVII e XVIII. Lisboa : Edições 70, 1990, p.134.

⁵¹Esta definição é proposta por Davenant, “um dos fiéis seguidores de Petty”, segundo Schumpeter. **Ver** CAMPOS, p.8.

XVIII assistiria ao “triunfo da *aritmética política*”, expresso no desenvolvimento de “novas técnicas de governo” marcadas por regulamentos excessivos e uma crescente profissionalização na administração, “com a utilização de novas técnicas fiscais e estatísticas”.⁵²

Carvalho e Melo, em correspondência endereçada ao “tio” Marco Antonio de Azevedo Coutinho, desde a Inglaterra, menciona um tal de “Guilherme Patti”, que não é outro senão o próprio William Petty. Faz isso ao apresentar considerações teórico-práticas sobre a importância do comércio para o desenvolvimento econômico de Portugal.

Antes todos os projetos do comércio e todos os discursos que nele formavam os políticos, vertiam sobre especulações dos livros antigos ou sobre metafísicas cujos assertos, depois de bem provados com argumentos da razão, vinham finalmente a mostrar-se falsos, pelos fatos ou pela experiência que deles se seguia. Foram primeiro Cromwell e depois Guilherme Patti, que viveu no tempo de el-rei Carlos 2º, aqueles que deram em Inglaterra o método seguro, com que hoje se consideram neste reinos, pelos ministros políticos, os interesses da navegação e comércio, pelo que lhes pertence. [...] De tudo quanto naqueles voluminosos escritos [dos antigos] havia de útil ou de prático (que vem a ser o mesmo) e do que os exemplos das nações modernas foram depois estabelecendo com boas experiências, se acha hoje no pecúlio dos políticos (principalmente da Holanda, Inglaterra e França), extraída a quinta essência em um catálogo de poucos axiomas, verificados por demonstrações de conta, peso e medida.⁵³

⁵²FALCON, p.134. Muito embora Falcon faça referências à obra de W. Petty, ele não se deteve no estudo de sua influência sobre a política pombalina. Reportando-se a uma tradução francesa da “Political Arithmetic” existente na Coleção Pombalina, ele ressalva que “o estudo dessa documentação é ainda coisa a ser feita com vagar e atenção”. (Ver p.309) Tal estudo, ao que se saiba, ainda não foi feito, e não será também aqui realizado. Note-se, ademais, que as referências a Petty encontram-se na primeira parte do livro de Falcon, na qual ele trata dos aspectos gerais do mercantilismo e da ilustração.

⁵³Carta de 19 de fevereiro de 1742 (BNL; PBA, código 657), citada em SILVA DIAS, v.3, p.120. Quanto ao “catálogo” mencionado trata-se muito provavelmente da *Aritmética Política*, de Petty.

E a confiar nas **Observações Secretíssimas do Marquês de Pombal**, as inovações político-administrativas postas em prática durante o reinado de D. José estavam estribadas nas leituras que Carvalho e Melo fizera daquele autor inglês. Embora em diversas ordens e cartas expedidas, Pombal e outros ministros mencionem a influência dos “princípios da Aritmética Política” na administração do reino e de seus domínios,⁵⁴ são as **Observações** que permitem estabelecer uma possível correspondência entre o pensamento de Petty e a prática administrativa pombalina, notadamente quanto à importância do saber estatístico-matemático no estabelecimento de medidas para o desenvolvimento das atividades econômicas e dos negócios políticos.

A “faustíssima ocasião” da inauguração da estátua eqüestre ofereceu a oportunidade para que Pombal divulgasse a justificação teórica das medidas político-administrativas efetivadas durante o reinado de D. José I. Para cada princípio – instrução, desenvolvimento de manufaturas, das artes e do comércio, reforma das leis – correspondia um efeito, de abrangência tanto interna como externa ao reino. O maior efeito, entretanto, era o de que a “a estimação nacional está inteiramente restabelecida”, o que vinha a significar a completa sujeição de todos os vassalos, de todos os estados, às determinações “que baixam do Real Trono de Sua Majestade”.⁵⁵

Pois que todos os princípios que a Economia do Estado e a Aritmética Política estabeleceram para que por eles se possa formar uma completa idéia do Estado, da Civilidade, da Política, da Opulência e das Forças de qualquer

⁵⁴**Ver** carta de 05 de agosto de 1758, do então secretário da Marinha e do Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará. (**AHU. Códice 592**, fls. 75-76v.).

⁵⁵**Cf.** *Observações...*, p.321-330.

Nação culta, se viram aparecer em público com esta faustíssima ocasião na Corte de Lisboa, causando assombro a todos os Nacionais e Estrangeiros.⁵⁶

Aliás, a Lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769, principal diploma jurídico do reinado de D. José I, também encontrou na Aritmética Política argumentos para sua elaboração. Considerando as transformações que a sociedade portuguesa vinha experimentando, tanto nas relações internas, quanto nas estabelecidas com outras nações, a lei da Boa Razão estabelecia a aplicação dos princípios da doutrina do jusnaturalismo e dos direitos dos povos, em substituição ao Direito Romano, pois entendia-se ser

muito mais racionável, e muito mais coerente, que nestas interessantes matérias se recorra antes, em casos de necessidade, ao subsídio próximo das sobreditas Leis das Nações Cristãs, iluminadas e polidas [...] do que ir buscar sem boas razões, ou sem razão digna de atender-se, depois de mais de dezessete séculos, o socorro às Leis de uns Gentios [o Direito Romano], que nos seus princípios morais e civis foram muitas vezes perturbados e corrompidos na sobredita forma, que do Direito Natural tiveram apenas as poucas e gerais noções que manifestam os termos com que o definiram, que do Direito Divino, é certo, que não souberam coisa alguma, e que do Comércio, da Navegação da Aritmética Política, e da Economia de Estado, que hoje fazem tão importantes objetos dos Governos Supremos, não chegaram a ter o menor conhecimento.

Torna-se relevante, então, considerar a presença, na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, da obra *Differents essais sur l'Arithmetique Politique, dont les titres sont aux pages suivantes* (Londres, 1699), composta de 5 tratados que versam sobre as qualidades necessárias para um bom governo e a defesa e crescimento dos Estados.⁵⁷

⁵⁶Observações..., p.306.

⁵⁷**BNL. PBA, Códice 168**, s/p. Trata-se de uma adaptação francesa da *Political Arithmetic*, de William Petty. O volume da Coleção Pombalina traz indicado como autor o nome de Guillaume Petty. Observe-se que o texto desse manuscrito não corresponde ao apresentado nas Obras econômicas (Tratado dos impostos e contribuições, *Verbum sapienti*, Aritmética política) em **Petty** [e] **Quesnay**. São Paulo : Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas), p.5-199.

O último desses tratados, o único traduzido para o português, traz por título: “Que uma terra não pode crescer em riqueza e poder senão fazendo os homens particulares seus deveres ao Público, e mediante um íntegro curso de honestidade e sabedoria naqueles em cujos se repôs a administração dos negócios”. Um aforismo que, em certa medida, está convenientemente traduzido no testamento político de Sebastião José de Carvalho e Melo, as mencionadas **Observações secretíssimas do Marquês de Pombal**,⁵⁸ e no principal objeto de atenção de sua prática política: a formação de vassalos úteis à grandeza do reino português.

Mistérios da unidade territorial brasileira

Certamente o caso mais importante do Brasil é o mistério da sua unidade. União mais ou menos inexplicável, se formando como que ajudada pela Providência, numa fatalidade inflexível, passando incólume por todos os princípios de fogo que se ateiam intermitentemente em um esforço enorme de norte a sul, varando cada vez mais forte, por cima de todos os perigos, sempre numa inconsciência indistinta, como se tudo fosse feito pelo acaso, geograficamente, numa terra onde não existisse o homem. (Brasil Pinheiro MACHADO. Instantâneos paranaenses.)

Dentre outros autores, o “mistério da unidade brasileira” foi objeto de atenção do historiador Brasil Pinheiro Machado, em artigo publicado em 1930.⁵⁹

⁵⁸Do mesmo modo, segundo o autor d'**A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello**, Pombal alcançou sucesso imprimindo “princípios matemáticos” à sua administração e buscando na história as justificativas para os seus atos. Sobre a relação de Pombal com a História, consta da Coleção Pombalina um manuscrito que é a tradução da obra “Sobre o modo de escrever História”, de Luciano de Samosata (ca.130-200 a.C.), realizada pelo padre Custódio José de Oliveira, professor régio de grego na Corte de Lisboa, em 1768, e que é oferecida ao Marquês. (**BNL. PBA, Códice 253**). Existe ainda uma edição impressa deste texto, de 1771. Segundo Luciano, “O útil, que só se concilia da verdade, é o único interesse e fim da História: se o acompanhar o deleitável, a fará melhor, como a formosura ao Atleta”.

⁵⁹MACHADO, Brasil Pinheiro. Instantaneos paranaenses. **A Ordem** (Órgão do Centro D. Vital), Rio de Janeiro, n.5, p.8-11, fev. 1930; n.6, p.131-144, abr. 1930. O artigo de Brasil Pinheiro Machado, apresentado em duas partes, abriu um debate com intelectuais filiados ao movimento parananista, criticando as idéias que

Embora voltado para uma temática particularizada – a formação do estado do Paraná –, o artigo de Brasil Pinheiro Machado inaugura dois de seus principais objetos de atenção: a história regional e a história das cidades.

A história regional de Brasil Pinheiro Machado filia-se a uma concepção que, remontando à célebre dissertação de von Martius, foi desenvolvida por João Ribeiro, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana.⁶⁰ Nesse sentido, não obstante o interesse maior em produzir uma história regional do Paraná, a “história nacional” é apresentada por Pinheiro Machado como, “antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adotar de uma cultura”,⁶¹ o que foi “realizado por meio de movimentos de expansão da população a partir de um núcleo organizado”.⁶²

Esse entendimento parte de esquema desenvolvido por João Ribeiro, para quem Pernambuco, Bahia, São Paulo e Maranhão-Pará constituíram as “quatro células fundamentais” responsáveis pela formação de “todo o tecido do Brasil

apresentavam o Paraná e o “tipo paranaense” como realidades autônomas, prontas e acabadas. Após a publicação da primeira parte, recebeu resposta do intelectual e político Bento Munhoz da Rocha Neto – A significação do Paraná – que traz a afirmação das teses paranistas. **Ver A Ordem**, n.6, p.107-113. Sobre o movimento paranista, **Ver PEREIRA**, Luis Fernando Lopes. **Paranismo** : o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1997.

⁶⁰João Ribeiro é tido como o continuador de uma diretriz que entende as histórias locais, ou regionais, “como a história básica da formação nacional”. Esta apreciação decorre da obra **História do Brasil**, publicada em 1900. Veja-se, particularmente, o capítulo VII – A formação do Brasil; história local –, no qual ele aponta “os núcleos primitivos do organismo nacional”. **Cf. RIBEIRO**, João. **História do Brasil**. 14.ed. [revista e completada por Joaquim Ribeiro]. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1953, p.257-283.

⁶¹MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, n. 14/15, p.177-205, jul.-dez. 1987, p.178. A primeira publicação desse artigo foi em 1951, em Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

⁶²MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional (uma nota prévia). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 3, p.103-108, 1981, p.103.

antigo”.⁶³ Mas, à expansão demográfica e territorial decorrente de tais “células” é atribuído um caráter de espontaneidade, “sem as peias nem as tiranias do longínquo e ausente governo”, o qual, em outro momento, promoverá “uma outra expansão”,

obra delineada pelos estadistas portugueses, ministros do reino, vice-reis do Brasil e capitães-generais, impelindo a população a se distender, num plano político previamente traçado, **para atingir as fronteiras naturais do Brasil** que estavam na bacia do Prata-Paraná-Paraguai e na bacia do Amazonas.⁶⁴

Embora até o final do século XVII, a ocupação portuguesa da América, do ponto de vista institucional, pouco, ou quase nada, tivesse avançado para além das regiões costeiras, a expansão tida como espontânea foi responsável pelo estabelecimento de núcleos de povoamento em algumas regiões mais interiores, tanto na bacia do São Francisco, como em terras limítrofes ao meridiano de Tordesilhas. Porém, ainda que se considere que este avanço para oeste, rompendo a imaginária linha que dividia territórios portugueses e espanhóis, se fizesse, se não com o incentivo aberto, com a cumplicidade da Metrópole, tal ação apresentava muito mais um caráter exploratório. Sem qualquer explícita determinação para a fixação de populações, essa expansão ganharia outra expressão, a partir do momento em que a população é impelida “a se distender, num plano político previamente traçado”.

De outra parte, deve-se considerar também que os núcleos urbanos do litoral – quase exclusivamente sedes de capitanias, muitas das quais sob a autoridade de capitães-donatários – apresentavam-se como unidades autônomas,

⁶³RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 14.ed. [revista e completada por Joaquim Ribeiro]. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1953. **Ver** p.22-23 e, especialmente, p.257-283.

⁶⁴MACHADO (1987), p.181; destaque no original.

distantes espacial e politicamente uma das outras, ainda que, desde a criação da vila de São Vicente, estivessem organizadas sob um mesmo estatuto municipal.

No contexto político-administrativo do povoamento da América portuguesa, as capitanias hereditárias devem ser entendidas como um instrumento adotado pela Coroa para viabilizar a ocupação de seus domínios ultramarinos, com a consequente exploração comercial e defesa deles.⁶⁵ Não obstante os amplos poderes concedidos aos donatários, as populações deveriam estabelecer-se sob a égide das “justiças d’El Rei”. Justiças que tinham na organização municipal seu primeiro e fundamental foro.⁶⁶ Ou seja, ao lado de uma divisão territorial geral, de resto submetida à legislação emanada do Reino, também se distingue uma instância de poder consignada às organizações municipais.

Embora seja válida, em princípio, a hipótese de que o município brasileiro colonial foi um transplante do município português de seu tempo, ele se transformou no Brasil em face do próprio processo de colonização, dentro do qual ele se caracteriza, afinal, como a cidade colonial brasileira.⁶⁷

Para Brasil Pinheiro Machado, a transformação do município de origem portuguesa, transplantado para o Brasil, bem como a sua “institucionalização” e as relações entre as diversas instâncias de poder que se estabeleceram no

⁶⁵Para o “regime da capitanias hereditárias”, **ver**, entre outros, TAPAJÓS, Vicente. **O regime das capitanias hereditárias**. São Paulo : Cia. Editora Nacional, s/d.; DIAS, Manuel Nunes. **Natureza e estatuto da capitania no Brasil**. Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979.

⁶⁶Em outro momento deste estudo, iremos nos referir à discussão historiográfica que se instalou, no Brasil, acerca do grau de autonomia, ou ausência dela, das organizações municipais. Quanto à estrutura dessa instância de poder local, além de outros estudos referenciados, **ver** ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil** (1532-1700). São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1948; e, PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o poder** : duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades Medieval e Moderna. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado em História). Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

contexto colonial estariam relacionadas à existência de dois momentos históricos específicos, demarcados por distintas “variações motivacionais da colonização” portuguesa na América.⁶⁸

O primeiro dos momentos históricos considerados está caracterizado pela exploração mercantil assentada nos interesses dos proprietários privados da terra e na administração do território exercida pelos capitães-donatários. Já o segundo, “que se inicia pelos fins do século XVII e que atinge sua plena vigência no século XVIII,” corresponde à ação de conquista “política e militar dos territórios que margeavam o centro já organizado na primeira etapa”.⁶⁹

O século XVIII marca, efetivamente, o momento em que a América portuguesa recebe uma maior atenção do Estado português, seja no trato da questão da delimitação de fronteiras, seja na expansão do domínio português sobre as terras do sertão, com o intuito de povoá-las e de assegurar, desta maneira, sua posse. Nesse sentido, não era suficiente a presença de uma população, seria também necessário o estabelecimento de uma organização político-administrativa que transformasse essa população em súditos leais, colocando a todos “em pé de igualdade perante a realeza”, como já assinalou Silva Dias.⁷⁰

⁶⁷MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n.10, p.3-23, jun. 1985. p.14.

⁶⁸MACHADO (1985), p.5 e p.22. As questões discutidas nesse artigo remontam a uma comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em 1974. Brasil Pinheiro Machado propunha, então, a construção de um tipo particular de cidade colonial, mais especificamente de uma “cidade colonial brasileira”. Para isso, valeu-se das formulações teórico-metodológicas de Max Weber acerca de uma tipologia de cidades. Como veremos adiante, esta distinção de que o processo de colonização compreende dois momentos históricos específicos, aproxima Pinheiro Machado da posição defendida por Caio Prado Júnior acerca das instâncias de poder local.

⁶⁹MACHADO (1985), p.17.

⁷⁰SILVA DIAS, v.1, p.45.

Coisas d'aquém e d'além mar

Se concordamos que, no século XVIII, verifica-se uma transformação no sistema colonial imposto ao Brasil, é forçoso indicar que a própria organização administrativa do Estado Português estava sofrendo profundas mudanças no mesmo período. Aliás, precedentemente, foram apresentados alguns elementos entendidos como orientadores das transformações político-administrativas empreendidas durante o reinado de D. José I.

Porém, esse processo, de resto marcado pela centralização do poder que culminaria no absolutismo josefino, iniciou-se logo após a Restauração, com a consolidação da Casa de Bragança. Por um lado, ocorreu uma progressiva retomada dos direitos senhoriais antes concedidos,⁷¹ procedendo-se também à incorporação de bens territoriais à Casa Real e à Casa do Infantado, criada em 1654, para abrigar uma segunda linha sucessória para a Casa de Bragança. De outro lado, procurou-se arregimentar a população, tornando-a solidária à nova ordem política.⁷²

Durante os reinados de D. João IV (1640-1656) e D. Afonso VI (1656-1667) as principais preocupações ficaram presas à restauração das finanças e à defesa militar, embora já se percebessem ações voltadas para o estabelecimento de uma política mais coesa em relação aos domínios ultramarinos portugueses, na qual sobressai a criação do Conselho Ultramarino, em 14 de julho de 1642.⁷³

⁷¹Cf. VIDIGAL, Luís. **O municipalismo em Portugal no século XVIII**. Lisboa : Livros Horizontes, 1989; em especial, p.22-43.

⁷²No contexto da Restauração, a autoridade real foi confrontada em diversas ocasiões, com a ocorrência de cizões no interior da própria família real e de motins antinobiliárquicos. O processo de consolidação da dinastia bragantina está sumariado no capítulo O processo político (1621-1807), em **História de Portugal** – v. 4; o Antigo Regime. Lisboa : Editorial Estampa, 1998, p.401-429.

⁷³Ver RITA, José Gonçalo Santa. Organização da administração ultramarina no século XVIII. **Congresso do Mundo Português** (Congressos V e VI, de História moderna e contemporânea de Portugal). Lisboa, v. 8, p.123-153, 1940. Sobre a

Até a criação desse Conselho, os interesses comerciais e fiscais da Coroa, em relação a seus domínios e conquistas na África e Índia, eram administrados pela Casa da Guiné (1480) e pela Casa da Índia (1509), ambas subordinadas ao Conselho da Fazenda. Ainda no reinado de D. Sebastião (1557-1578) havia sido nomeado um secretário para administrar os “negócios e cousas da Repartição da Índia, Mina, Guiné, Brazil e Ilhas”.

A estrutura administrativa portuguesa também foi reformada durante o período da dominação espanhola. No interior do Conselho de Portugal (1586), começou a funcionar uma Secretaria de Estado da Índia e Conquistas, e, depois, foi criado o Conselho da Índia, o qual, por seu regimento de 1604, estava encarregado de “todas as matérias e negócios de qualquer natureza, tocante aos Estados da Índia e do Brasil e mais domínios ultramarinos, à exceção das ilhas dos Açores e da Madeira, e dos lugares da costa oriental da África e no Mediterrâneo”. Sua instalação foi justificada, pelo monarca espanhol, para atender aos “grandes inconvenientes que resultam de não haver no reino de Portugal um Tribunal separado, por onde corram exclusivamente os negócios dos domínios ultramarinos”.⁷⁴

Ainda no período filipino, a criação de Secretarias de Estado como órgãos responsáveis pela centralização de consultas, deliberações e decisões atinentes aos negócios do reino e dos domínios ultramarinos reforçou uma tendência

criação do Conselho Ultramarino, diz Marcello CAETANO: “Houve dúvidas, surgidas do facto de o decreto que institue o Conselho Ultramarino e nomeia os seus primeiros ministros ter a data de 14 de Julho de 1643, incontestavelmente exacta, pois a ela se referem vários actos do Conselho, cuja instalação se verificou em 2 de Dezembro de 1643; ao passo que o Regimento anexo a esse decreto está copiado com a data de 14 de julho de 1642 em todos os registos autênticos”. **O conselho ultramarino** : esboço da sua história. Rio de Janeiro : Sá Cavalcante Editores, 1969. p.41.

⁷⁴GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil** (1500-1810). Rio de Janeiro : José Olympio, 1956. p. 226-227. O Conselho da Índia teve curta existência, sendo extinto por Carta régia de 21 de maio de 1614.

centralizadora, e a Provisão Régia de 16 de Fevereiro de 1632, estabelecia “que as contas respeitantes aos negócios do Estado, Governo, Justiça e Fazenda nas partes ultramarinas sejam dirigidas à Secretaria de Estado da Índia”.⁷⁵

Restaurada a independência do reino de Portugal, D. João IV determinaria que,

Logo ao tempo de minha legítima Aclamação, Restituição e Juramento solene e posse destes meus Reinos e Coroa de Portugal, tendo principalmente, com o cuidado da defesa dele com as Armas, o zelo da boa administração da Justiça, na paz e sossego da República, que prefiro a todo outro respeito: houve por bem de mandar, por Lei geral, que tudo o que estava ordenado, feito e observado até o 1º de Dezembro de 1640 (em que fui aclamado e restituído à legítima sucessão desta Coroa), se cumprisse e guardasse como se por mim e pelos Senhores Reis naturais, meus predecessores, fora feito, enquanto não ordenasse o contrário.⁷⁶

Não obstante tal posição, novas alterações de cunho administrativo foram sendo postas em prática, e a de maior vulto, no que concerne ao Brasil e demais territórios no ultramar, foi a já mencionada criação do Conselho Ultramarino, para o qual se aproveitou a experiência e o regimento do extinto Conselho da Índia.

Pelo estado em que se acham as coisas da Índia, Brasil, Angola e mais Conquistas do Reino, e pelo muito que importa conservar e dilatar o que nelas possuo, e recuperar o que se perdeu nos tempos passados, e ser precisamente necessário antes que os danos que ali tem padecido esta Coroa passem adiante, prover de remédio com toda aplicação, e por todos os meios justos, e possíveis; Me resolvi a nomear Tribunal separado em que particularmente se tratem os negócios daquelas partes que até agora corriam por Ministros

⁷⁵Para uma visão sucinta, mas bastante elucidativa, sobre as reformas da administração portuguesa no período filipino, **ver** CAETANO, Marcello. O governo e a administração central após a Restauração. **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa : Atica, 1937-1940; v. 3, p.189-198.

⁷⁶Lei de Confirmação das Ordenações Filipinas, de 29 de janeiro de 1643. Citada em CAETANO (1969), p.39-40.

obrigados a outras ocupações sendo as das Conquistas tantas e da qualidade que se deixa entender, e que este Tribunal tenha no paço a casa que se lhe assignará, e se chame Conselho Ultramarino [...] Em Lisboa aos quatorze de Julho de mil seiscentos quarenta e três. Rei.⁷⁷

Tal como escreve Marcello Caetano, “não seguiremos ano a ano a vida do Conselho: seria fastidioso e inútil”. No entanto, cumpre assinalar que, a partir de sua instalação, todas as questões relativas à administração ultramarina passavam por ele.

Conforme seu Regimento, o Conselho Ultramarino

ocupava-se dos negócios respeitantes à administração das colónias e estabelecimentos e domínios nos próprios territórios. [...] Interpunha parecer sobre o provimento dos oficiais da justiça, guerra e fazenda para o Ultramar, assegurando o respectivo expediente bem como o das patentes e despachos dos Vice-Reis, Governadores e Capitães, e sobre os requerimentos das mercês provindos do Estado da Índia. [...] As autoridades ultramarinas correspondiam-se com El-Rei por intermédio do Conselho.⁷⁸

Outra importante mudança promovida por D. João IV foi a redefinição das funções da Secretaria de Estado – uma criação filipina. Competia-lhe, “em resumo, os negócios da política geral,” intervindo inclusive na administração e assuntos militares dos domínios ultramarinos. Nesse particular, as consultas ou pareceres emanados do Conselho Ultramarino eram enviados ao secretário de

⁷⁷Decreto de criação do Conselho Ultramarino. Transcrito de CAETANO (1969), p.71-72. A justificação apresentada no decreto é quase uma cópia da constante no Regimento da Casa da Índia.

⁷⁸CAETANO, O governo..., p.196 (destaque no original). Diversas Provisões régias, no decorrer do tempo, foram mais e mais alargando os poderes do Conselho. Sua atuação somente não atingia as Resoluções da Casa dos Contos e as da Mesa de Consciência e Ordens referentes aos “negócios eclesiásticos, ou de defuntos e ausentes”. Rodolfo Garcia ressalva que, apesar do poder e respeito que detinha, o Conselho Ultramarino “não estava ao abrigo de acusações de corrupção e venalidade”. Ver GARCIA, p. 228-231.

Estado, responsável por apresentá-los ao rei. Após a decisão régia, esta era comunicada ao Conselho para dar a devida execução.⁷⁹

Até o reinado de D. Pedro II (1668-1706), a ordem interna do Reino esteve sempre ameaçada; uma decorrência direta da instabilidade política provocada pelo “estado de guerra quase permanente” com a Espanha.⁸⁰ Assim, no plano externo, D. Pedro buscou recuperar a expressão política do Estado português frente às demais monarquias européias, inclusive com o estabelecimento de tratados que garantissem o comércio externo e a defesa de suas rotas marítimas.⁸¹

De outra parte, a descoberta do ouro na América portuguesa, nas décadas finais do século XVII, facultou a recuperação econômica do reino e, ao mesmo tempo, mostrou a necessidade de a administração portuguesa controlar de maneira mais efetiva a expansão colonial.

Para Nuno Gonçalo Monteiro,⁸² a “administração central no Antigo Regime se encontrava limitada a esferas bem restritas”, estando marcada pelo

⁷⁹CAETANO, O governo..., p.197-198.

⁸⁰“No plano internacional, o esforço levado a cabo pelo grupo de D. João IV foi assinalável, saldando-se pela assinatura de uma série de tréguas e de tratados de paz, embora só na década de 1660 viessem a ser firmados os acordos mais sólidos, o que sugere que a comunidade internacional – sobretudo a França e a Inglaterra – só então se mostrou disposta a reconhecer, até às últimas consequências, o novo *status quo* político do Reino de Portugal. Por outras palavras, até essa data as potências européias encararam a revolta de 1640 como um mero acidente no normal percurso do Portugal dos Habsburgo”. **História de Portugal** – v. 4; o Antigo Regime. Lisboa : Editorial Estampa, 1998, p.408.

⁸¹Para a questão das rotas comerciais, o Tratado de Methuen (1703), celebrado com a Inglaterra, é o principal documento à respeito. De outra parte, o século XVIII assinala os esforços portugueses para a definição e proteção de seus domínios, especialmente na América. Sobre esse ponto, **ver** GUEDES, Max Justo. A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. **In: Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. pp. 10-38.

⁸²MONTEIRO, Nuno G. D. Pedro II regente e rei (1668-1706); a consolidação da dinastia de Bragança. **História de Portugal** – v. 4; o Antigo Regime. Lisboa : Editorial Estampa, 1998, p. 410-413.

“paradigma jurisdicionalista, de acordo com o qual o fim último do *bom governo* é a *justiça*, entendida como dar a cada um o seu lugar”.

No entanto, as fontes narrativas da época permitem identificar com clareza a existência de uma esfera bem definida da política, da disputa política e da decisão política. De forma abreviada, essa esfera pode resumir-se aos seguintes tópicos: nomeação de pessoas para os cargos e ofícios superiores, remuneração de serviços (mercês), decisão final sobre contendas judiciais especialmente relevantes, política tributária e alinhamentos políticos externos (incluindo a guerra), para além, na conjuntura estudada, do problema específico dos cristãos-novos. A todas essas dimensões dever-se-ia acrescentar mais uma: a forma e o quadro institucional onde tinham lugar os despachos régios. Não havia lugar para “políticas” sistemáticas e continuadas fora das áreas referidas. Era uma esfera limitada, mas que correspondia aos restritos recursos, dimensão e competências da administração central.⁸³

Mesmo assim, no contexto do reinado de D. Pedro II, já se detecta o estabelecimento de quadros de funcionários – poder-se-ia dizer, burocráticos – encarregados de gerir, tanto os negócios internos do reino, como os coloniais.

Subsequentemente, com D. João V (1706-1750), a esfera das “decisões políticas” sofreu uma reestruturação, com a criação, em 1736, de três Secretarias de Estado específicas: a dos Negócios Interiores do Reino, a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e a dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e Conquistas. Com o concurso de seus secretários de estado, o rei passou a avocar para si o despacho de assuntos relevantes que envolviam a situação interna do reino, as relações com outros estados e os domínios de ultramar, fortalecendo o processo de centralização do poder em curso.

Em relação à administração ultramarina, quase todos os assuntos relativos a ela passaram a ser dirigidos pela Secretaria correspondente, incluindo-se as nomeações de vice-reis e governadores, das dignidades

⁸³MONTEIRO, p. 410-411.

eclesiásticas, postos militares e alguns cargos fazendários. Com a constituição da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, “estava criado o órgão central dessa administração”; contudo, ressalva José Gonçalo Santa Rita, passou a existir “um chefe ao serviço do ultramar, mas não unificou nem simplificou a administração; pode-se dizer que criou um ministro mas não um ministério”.⁸⁴

Assim, embora se reconheça que D. João V tenha delineado a estrutura administrativa portuguesa setecentista, bem como tenha estabelecido princípios centralizadores do Estado, seria necessário esperar o reinado de D. José I para que Portugal conhecesse, efetivamente, profundas transformações sócio-culturais, políticas, administrativas e econômicas.⁸⁵ Transformações que se apresentam ligadas, de forma inequívoca, não apenas à figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, mas ao seu projeto político.

Secretários de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, na segunda metade do século XVIII

02/08/1750-07/09/1756	Diogo Mendonça Corte Real (filho)
interino	D. Luís da Cunha Manuel
05/10/1756-20/03/1760	Tomé Joaquim da Costa Corte Real
20/03/1760-15/11/1769	Francisco Xavier de Mendonça Furtado
12/07/1770-1796	Martinho de Melo e Castro
13/09/1796-06/01/1801	Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares

⁸⁴RITA, p.125. Com relação ao ultramar, a Secretaria do Reino tratava dos pleitos e homenagens, da nomeações de prelados e do provimento de cargos dos tribunais.

⁸⁵As questões econômicas do governo de D. José I não são objeto preferencial deste estudo, remetendo-se o leitor para o trabalho de FALCON, Francisco J. C. **A época pombalina** : política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ática, 1982.

Fundamentos da política urbanística pombalina

Cidades regulares ... [são] as que, à maneira de um corpo que se anima de uma só alma, se regem e governam por uma só cabeça, isto é, aquelas que o seu supremo poder está em tudo em um só sujeito ... Das cidades regulares temos o exemplo no nosso reino. (Tomás Antonio GONZAGA, **Tratado de direito natural**; 1778.)⁸⁶

Até aqui nos ocupamos em apresentar alguns dos fundamentos do projeto e da teoria política pombalina, bem como elementos constituidores do processo de centralização do poder e da administração portuguesa. Tal percurso serviu para estabelecer o contexto no qual se situa este estudo sobre a institucionalização do povoamento da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII.

Institucionalização que, aliás, se inscreve em um projeto mais amplo, voltado para a conquista e efetivação da posse dos domínios lusos na América. Esse aspecto particular da política metropolitana voltada para seus domínios no ultramar esteve, assim, conjugado a ações diplomáticas e militares e foi orientado por interesses de cunho econômico, como Carvalho e Melo manifestou em diferentes ocasiões. Quanto às ações de povoamento promovidas pela Coroa portuguesa entende-se que elas se traduzem tanto na instalação física de núcleos urbanos, inclusive com a definição de seu “traçado”, como na fixação de um contingente populacional regido por normas gerais de convívio, comuns a todos os súditos portugueses.

Ressalte-se que o tema da cidade portuguesa edificada no Brasil já vem ocupando a atenção de historiadores, brasileiros e portugueses, há bastante tempo, dividindo suas preocupações com geógrafos, arquitetos, urbanistas e cientistas sociais. Contudo, boa parte dos historiadores brasileiros, aceitando,

em menor ou maior grau, a tese de uma transposição das instituições portuguesas para as suas novas conquistas ultramarinas, conceberam, como regra, as cidades coloniais como expressão do município de que eram as sedes.

Cidades portuguesas, cidades brasileiras

Brasil Pinheiro Machado, como outros historiadores brasileiros, abraça a tese da transposição das instituições portuguesas para seus territórios coloniais e, neste entendimento, quando ele se volta para o estudo da “problemática da cidade colonial brasileira”, ele o faz (con)fundindo-a à instituição municipal. Assim, seu conceito (tipo) de uma “cidade colonial brasileira”, que sugere uma diferenciação em relação à sua matriz portuguesa, precisa ser revisto. Contudo, como bem assinalou Brasil Pinheiro Machado, e neste ponto sua ponderação é precisa, deve-se considerar que esta cidade instalada no Brasil, durante o período colonial, só pode ser conceitualmente discutida levando-se em conta o contexto histórico em que ela se manifesta.⁸⁷

A dimensão político-institucional dos núcleos urbanos coloniais recebeu as atenções de João Francisco Lisboa, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, entre outros.⁸⁸ Suas abordagens, com larga aceitação, mas gerando correntes opostas, colocaram em pauta a discussão

⁸⁶Citado em SILVA DIAS, v.1, p.109.

⁸⁷**Cf.** MACHADO (1985). Neste artigo, Brasil Pinheiro Machado propôs-se responder à pergunta “que é a cidade?” Para tanto, buscou construir um **tipo**, na acepção weberiana do termo, de cidade colonial brasileira.

⁸⁸As referências às obras destes autores encontram-se adiante. O estudo das instituições e do poder local também ocupa a atenção acadêmica portuguesa; entre outros, podemos citar COELHO, Virgínia Aníbal. **Autonomias e despotismo** : a câmara e a vila de Santarém no reinado de D. José. Câmara Municipal de Santarém, 1993; COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero. **O poder concelhio** : das origens às cortes constituintes – notas da história social. Coimbra : Centro de estudos e Formação autárquica, 1986; SOARES, Sérgio Cunha. **Aspectos da política municipal pombalina** : a câmara de

acerca da autonomia, ou subordinação, municipal em relação ao estado central português. Segundo Edmundo Zenha, o primeiro autor a enfocar a atuação dos municípios no Brasil colonial foi, ainda no século XIX, João Francisco Lisboa.⁸⁹

Partindo, parece-nos, de que tudo na Colônia evoluiu desordenadamente, ao impulso de paixões e interesses de indivíduos ou grupos – talvez impressionado com a incapacidade e autoritarismo dos governadores maranhenses –, Lisboa vê também, no município, um fenômeno de jogo de influências, de lutas por satisfações de desejos em geral egoístas e prejudiciais ao povo.⁹⁰

Com João Francisco Lisboa, alinharam-se aqueles que entendiam os municípios como expressão de um poder local, independente em relação à Coroa portuguesa mas subordinado aos interesses dos grandes proprietários de terras.

Capistrano de Abreu, considerando as municipalidades “corporações meramente administrativas”, assumiu posição contrária, declarando: “nada confirma a onipotência das câmaras municipais descoberta por João Francisco Lisboa”.⁹¹ Esse entendimento privilegiou uma visão dos governos locais como delegação e representação do poder régio. De maneira ainda mais contundente, Oliveira Viana afirmaria que povoados, arraiais, vilas, e mesmo cidades,

Viseu no reinado de D. José. Universidade de Coimbra, 1985; VIDIGAL, Luís. **O municipalismo em Portugal no século XVII**. Lisboa : Livros Horizonte, 1989.

⁸⁹Ver ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil** (1532-1700). São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1948. p.32-35. Para João F. Lisboa, consultar **Obras**, v. 2, 1901 [sob edição de Antonio Henrique Leal].

⁹⁰ZENHA, p.34.

⁹¹ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800; Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1982. p.138. Os **Capítulos...** são uma reedição da 4ª edição (1953) comentada por José Honório Rodrigues. Em relação à citação acima, transcrevo a seguinte nota explicativa de J. H. Rodrigues: “Em 1917 Capistrano de Abreu escrevia a João Lúcio de Azevedo que ‘em São paulo começaram a publicar as atas da Câmara. Já estão fora 11 volumes de que pouco há que extrair. Cada vez me convenço mais que João Francisco Lisboa falseou a história, dando-lhes uma importância que nunca possuíram as municipalidades’. (Carta de 25 de janeiro de 1917). Edmundo Zenha diante destas atas se permitiu outras conclusões, afirmando que ‘atualmente é mais fácil andar certo exagerando com João Francisco Lisboa, que duvidando ou negando com Capistrano de Abreu’ ”. **Ver**, p.138-139; nota de rodapé 95a.

Nenhum desses nossos núcleos locais gera ou forma sequer uma única instituição política ou administrativa específica. [...]

Em nosso povo, a organização política dos núcleos locais, feitorias ou arraiais, não é posterior ou mesmo concomitante à sua organização social: é-lhes anterior. Nasce-lhes a população já debaixo das prescrições administrativas.⁹²

O que vale afirmar que não se deve imaginar, ou postular, que o estabelecimento de povoações em territórios da América portuguesa fosse feito de modo caótico, ao sabor e vontade de alguns grandes proprietários de terras;⁹³ ao contrário,

quando já é grande o número de latifúndios espalhados numa dada região, o governo ordena a criação de vilas com o fim de “reunir os moradores dispersos”. Neste caso – o mais comum – é o poder central que toma a iniciativa de dar à população os órgãos de sua administração.⁹⁴

Nesse mesmo espírito, Raymundo Faoro, embora muitas vezes lembrado para demonstrar a vinculação entre poder oligárquico, patrimonialismo e mandonismo local e as câmaras municipais, é um dos autores que reconhecem que “com as vilas se instaurava, nas praias e no sertão, a palavra rígida, inviolável e hierática das Ordenações”.⁹⁵

Contudo, nos anos 1940, Caio Prado Jr., parecendo oscilar entre as duas interpretações, mediatiza o debate que se havia instalado. Para ele, até meados do século XVII, a administração municipal ainda não estava organizada em bases urbanas.

⁹²VIANA, Francisco José Oliveira. **Populações meridionais do Brasil & Instituições políticas brasileiras**. Brasília : Câmara dos Deputados, 1982. p.228-229.

⁹³Cf. PEREIRA, Magnus R. M.; SANTOS, Antonio C. de A. **300 anos, Câmara Municipal de Curitiba** (1693-1993). Curitiba : Câmara Municipal, 1993, p.16-18.

⁹⁴VIANA (1982), p.229.

⁹⁵FAORO, p.149.

Como as vilas, onde se constitui, nasce apenas do influxo rural. Dominam portanto nela os proprietários rurais. [...] O poder das câmaras é pois o dos proprietários. E seu raio de ação é grande, muito maior que o estabelecido nas leis. [...]

A autoridade da metrópole se amolda perfeitamente a esta situação de inferioridade, sancionando, raras vezes contrariando, o poder de fato dos colonos.⁹⁶

Caio Prado Jr., entretanto, reconheceria que no século XVIII profundas transformações nas “condições sociais e políticas da colônia” foram inauguradas, com a consolidação da autoridade real e o cerceamento das atribuições “das câmaras municipais, até então soberanas. O poder delas vai dando lugar ao da metrópole”.⁹⁷

Como apontamos anteriormente, esta cronologia e a diferença que ela encerra quanto ao papel das câmaras municipais foi também utilizada por Brasil Pinheiro Machado, para quem, no século XVIII, os interesses privados submetem-se aos da Coroa, de tal forma que,

os poderes municipais que, na opinião de J. F. Lisboa, tinham sido usurpados pelas Câmaras à Coroa, são restituídos ao Governo Colonial, muito além da usurpação. Este Governo, agora apoiado na força militar que se reorganizava, iria destruir todas as autonomias locais, reduzindo a cidade, com suas Câmaras, justiças, vereadores, a órgãos de execução de decisões do Estado Colonial Portugueses.⁹⁸

Ao lado dessa interpretação política das cidades coloniais brasileiras, uma outra vertente seria inaugurada ainda nos anos 1930. Seu texto referencial encontra-se na obra de Sérgio Buarque de Holanda, **Raízes do Brasil**, que teve

⁹⁶PRADO Jr. (1963), p.28 e 29.

⁹⁷PRADO Jr. (1963), **ver** p.31-41.

⁹⁸MACHADO (1985), p.20; **ver** p.17-22.

sua primeira edição publicada em 1936.⁹⁹ Interessado em apresentar elementos que caracterizassem a mentalidade do colonizador português (e do brasileiro hodierno), suas considerações acerca da morfologia das cidades portuguesas e espanholas instaladas na América estabeleceram um ponto de vista que, fundado na contraposição da “fúria centralizadora, codificadora, uniformizadora de Castela” a uma maneira de “deixar estar” portuguesa, influenciou diversas gerações de estudiosos, tornando-se mesmo um lugar-comum.

Segundo Holanda, na instalação das vilas brasileiras,

A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil, que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária.¹⁰⁰

É fácil perceber que, mais do que a cidade em si mesma, e suas funções em relação ao processo colonizador, ela está sendo tomada como testemunho de uma “atitude” considerada característica do modo de ser lusitano. Para muitos intelectuais, a imagem do “ladrilhador” castelhano *versus* o “semeador” português constitui-se em paradigma, e diversos estudos foram produzidos a partir dessa caracterização estabelecida sobre as mentalidades daqueles dois povos ibéricos.¹⁰¹

⁹⁹HOLANDA, Sérgio B. O semeador e o ladrilhador. In: **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995, p.93-138.

¹⁰⁰HOLANDA (1995), p. 109.

¹⁰¹Embora com um espectro mais alargado, a “herança histórica” portuguesa, manifestada nessa formulação, também serviu de respaldo para fundamentar as teorias do “subdesenvolvimento” brasileiro, surgidas nos anos 1960. Para Celso FURTADO, “Nunca se insistirá suficientemente sobre o fato de que a implantação portuguesa na América teve como base a empresa agrícola-comercial. O Brasil é o

Notadamente, arquitetos e urbanistas foram os que mais privilegiaram tal concepção. Os termos “evolução urbana” e “patrimônio arquitetônico” são bastante ilustrativos de grande parte de estudos produzidos por esses profissionais, nos quais se destacam as contribuições de Paulo Thedim Barreto, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo F. Santos e Murilo Marx, além de outros que encontraram abrigo nas páginas da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde o final dos anos 1930.¹⁰² Mesmo com restrições, a produção desses especialistas tem se apresentado como valiosa ajuda para o historiador interessado no estudo da cidade portuguesa instalada no Brasil.¹⁰³

No entanto, autores como João Boltshauser, por vezes se utilizam de um mecanicismo rasteiro para distinguir e hierarquizar as experiências urbanísticas de Portugal e Espanha na América:

A observação das cidades americanas e o estudo de sua evolução ao longo dos séculos decorridos, desde a descoberta deste continente, nos levam a estabelecer, de modo geral os seguintes princípios:

- que o primeiro sistema [urbanização irregular] foi amplamente empregado no período colonial da América portuguesa, provocando o aparecimento de cidades de um tipo especial, sem maiores preocupações quanto à forma dos arruamentos e à sua implantação no terreno;

único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola. Não se trata, como na América Hispânica, de **conquista**. [...] Na Nova Inglaterra o perfil é igualmente diverso: trata-se de comunidades que nascem **introvertidas** e que logo desenvolverão interesses que não deixarão de conflitar com os da Metrópole”. **Análise do modelo brasileiro**. 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 1975. p.93 e 95; destaques no original.

¹⁰²A Revista do Patrimônio, publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, começou a circular em 1937. Trabalhos dos autores citados acima encontram-se referenciados a seguir; outros, **consultar** Bibliografia.

¹⁰³Destaquem-se também os trabalhos de alguns geógrafos nesse campo, especialmente AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades no Brasil colonial; ensaios de geografia urbana retrospectiva. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Usp**, n.208, 1956. DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, São Paulo, n.14, 1944, p.141-148; n.15, 1944, p.229-308.

- que o segundo sistema [urbanização regular] foi introduzido, desde o início da colonização na América espanhola (século XVI) e na América inglesa (século XVII) [...];
- que o Brasil adotou este mesmo sistema após a sua independência política, no século passado;
- finalmente, que o terceiro sistema [urbanização racional], corresponde a estádios mais evoluídos do urbanismo, [...].

Existe portanto entre essas três fases um sentido único de evolução que parte do primeiro sistema e chega ao terceiro e último, dentro de condições teoricamente cada vez mais perfeitas.¹⁰⁴

Felizmente, esta interpretação não se estabelece como regra; ao contrário.

O comum é encontrarmos interpretações como as de Murilo Marx que, desde a década de 1980, vem estudando sistematicamente as características da “cidade brasileira” e os elementos que concorreram para a sua instalação.

Em geral, a cidade brasileira é irregular, tende à linearidade e, polinuclear, tem um contorno indefinido. Foi assim desde a sua origem, combatendo e derrotando as tentativas para ordená-la de outra forma, algumas significativas. [...] Os vícios e as virtudes dessa cidade apontam a paternidade ibérica e, particularmente, a portuguesa. O típico aglomerado medieval lusitano foi transplantado para a banda oriental americana da linha de Tordesilhas. [...]

As características da cidade portuguesa na América se opõem às da fundação espanhola no continente e nas Filipinas. [...] O estabelecimento colonial espanhol contrasta com as cidades de cunho medieval na península Ibérica e no ultramar português. É, com poucas exceções, regular, em grelha, mononuclear e tem certa nitidez de limites.¹⁰⁵

Entretanto, o processo urbanístico colonial brasileiro não é objeto restrito à produção de especialistas nacionais. Com maior ou menor intensidade, autores

¹⁰⁴BOLTSHAUSER, João. **Noções de evolução urbana nas Américas**. Belo Horizonte : UMG; Faculdade de Arquitetura, 1959-1961. 3 v. Cf. especialmente o terceiro volume, p.9.

¹⁰⁵MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo : Melhoramentos, 1980. p.23-24. A radicalidade desta visão dicotômica vai, aos poucos, sendo amenizada; contudo, o preito a Sérgio Buarque de Holanda permanece em obras posteriores: **Nosso chão** : do sagrado ao profano. São Paulo : Edusp, 1989; **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo : Nobel, 1991.

portugueses também enveredaram pelo tortuoso caminho de diferenciar e contrastar as experiências urbanísticas lusitana e espanhola. Ao final dos anos 1950, tratando das cidades instaladas pelos portugueses no Brasil, Luís Silveira adota como ponto de partida a seguinte afirmação: “na América não encontramos – ao contrário dos Espanhóis – povoações organizadas”. Esta assertiva é tomada como condição suficiente para classificar de “criações **orgânicas**” as cidades portuguesas no Brasil, diferenciando-as das hispânicas, nas quais “o traçado rectangular, em xadrez, desenhado, por assim dizer, sobre uma superfície plana ideal, domina francamente”. Embora Silveira acabe por criticar “o sistema espanhol”, entendendo que ele não considera as “cidades americanas de antes da conquista, como exemplo ou sugestão”, defende que as *Leyes de los Reinos de las Indias*, por seus princípios, merecem “elogio franco”.¹⁰⁶

Para uma melhor compreensão do significado do contraste que vem sendo exposto, pode-se confrontar esse enaltecimento da legislação colonial hispânica às opiniões de dois urbanistas espanhóis. Fernando Chueca Goitia e Leopoldo Torres Balbas, na Introdução ao livro **Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas** (primeira edição de 1951), indicam que os espanhóis fundaram suas novas cidades americanas em locais que favoreciam o desempenho das principais funções a que estavam destinadas: comércio, domínio territorial e controle da população indígena local. Assim, ainda que suas localizações levassem em conta as determinações expressas nas *Leyes*, “como sucede em toda expansión imperial, las razones militares y comerciales predominaron desde el primer

¹⁰⁶SILVEIRA, Luís. **Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar**. Lisboa : Ministério do Ultramar, s/d [195?]. 4 v. v.1, p.11 e 12.

momento y dieron un sello peculiar a las nuevas ciudades de las Indias Occidentales”.¹⁰⁷

Ou seja, tal como ocorreu no Brasil, as primeiras fundações espanholas, no Caribe e, em seguida, na costa do Pacífico, tiveram nítido caráter marítimo. A exceção deu-se na conquista do México, pois mesmo nos domínios meridionais a ocupação principiou pelo estuário do rio da Prata para, depois, adentrar o interior. Ademais, as “razões militares e comerciais” foram comuns a ambas as experiências, ressaltando-se, inclusive, a ligação entre metrópole e colônia.

Chueca Goitia e Torres Balbas, não obstante considerarem que a existência de *ciudades regulares* foi a principal característica da urbanização espanhola na América, não estabelecem paralelos com a experiência portuguesa, e avaliam que para os povoadores espanhóis “se imponían, ante todo, las soluciones prácticas, fáciles y expeditivas”.¹⁰⁸ Ademais, no que respeita à mentalidade do “ladrilhador”,

Los planos se trazaron sin tener en cuenta el emplazamiento ni el relieve del terreno, como siglos más tarde los de América del Norte. [...] En gran parte de los dibujos reproducidos aparecen trazados de perfecta regularidad, como hechos con las escuadras y el compás sobre una mesa; si los planos fuesen de las ciudades ya construídas, la regularidad no sería tan perfecta.¹⁰⁹

Ainda que a presença da dicotomia construída por Sérgio Buarque de Holanda tenha permanecido (permaneça!) entre nós por largo período de tempo, desde a década de 1970 surgiu, se não uma crítica, uma reinterpretação dessa

¹⁰⁷**Planos de Ciudades Iberoamericanas y Filipinas** existentes en el Archivo de Indias. v.I – Laminas. 2.ed. s/l : Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981. p. ix.

¹⁰⁸**Planos...**, p. xiv. Os autores também reconhecem que os planos regulares para as cidades da América espanhola não representaram novidade e que tampouco fossem decorrência direta dos conceitos de ordenação e simetria propostos pelo Renascimento; ao contrário, os planos reproduziam as soluções adotadas para as bastides medievais da Europa Ocidental. **Ver** p. xiii.

visão. O brasileiro Paulo F. Santos, em seu trabalho **Formação de cidades no Brasil colonial**, tomando partido de formulações propostas por Camilo Sitte, optou por inverter o sentido da equação regular+racional+evolução *versus* não-regular+empírico+atraso, valorando positivamente o traçado orgânico medieval detectado no arruamento das cidades coloniais brasileiras, em detrimento da racionalidade presente nos planos das espanholas:

É que naquela aparente desordem, que leva a admitir como o fez o eminente historiador patricio [S. B. de Holanda], a inexistência de um traçado prévio ou de uma idéia diretriz, existem coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade. Genuidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tanta vez falta à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez.¹¹⁰

Duas décadas depois, o arquiteto português Nuno Portas indagava:

Porquê esta diferença de prestígio nos meios internacionais dos dois urbanismos coloniais – o luso e o castelhano, se é que são “dois” – e, problema muito mais interessante, porquê as duas culturas ibéricas, sempre a par na aventura descobridora, se afastam tão profundamente na aventura urbanizadora?¹¹¹

E, mesmo aceitando a existência de diferenças entre os dois processos de colonização, Nuno Portas indica que a propalada dicotomia entre uma “urbanização sistemática” (espanhola) e uma outra “casuística” (portuguesa) é muito mais fruto de uma leitura fundada nas “aparências” do que firmada sobre as dinâmicas particulares a cada experiência. Ou seja, deve-se considerar a ocorrência de

¹⁰⁹**Planos...**, p. xi.

¹¹⁰SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Coimbra : V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968. p.8.

¹¹¹PORTAS, Nuno. Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. **Os portugueses e o mundo**. Conferência internacional. Actas. v. 6; Artes, arqueologia e etnografia. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, p.25-32, 1989. p.25.

dois casos de transposição de modelos de urbanização para os nossos territórios e não de um caso, o espanhol, onde esse modelo é evidente, e outro, o português, onde, por faltar a quadricula ou outra qualquer forma geral, seria inexistente.¹¹²

Esta assertiva, aliás, coincide com a fecunda análise de Sérgio Buarque de Holanda, e contrapõe-se a uma apreciação que, fundada nas “aparências”, teve larga aceitação entre arquitetos-urbanistas que, como Pierre Lavedan, são defensores de um sentido evolutivo para os princípios do urbanismo moderno e privilegiam as concepções racionalistas do presente na interpretação do passado:

as cidades hispano-americanas devem ser estudadas primeiro: a colonização espanhola é a mais antiga; as cidades que nos deram são as mais numerosas; são as únicas que, desde sua origem, testemunham um urbanismo consciente.¹¹³

Porém, mais do que dois “modelos de urbanização”, a América Latina recebeu duas culturas que, embora fronteiriças e com laços de origem comuns, prezam e constróem suas diferenças. Lembremo-nos, à propósito, que Sérgio Buarque de Holanda toma as cidades como artefatos dessas duas culturas,¹¹⁴ e que desta proposição derivou uma abordagem para o estudo da cidade de origem portuguesa instalada no Brasil.

¹¹²PORTAS, p.29.

¹¹³LAVEDAN, Pierre. **Histoire de l'urbanisme** : Renaissance et Temps modernes. Paris : Henri Laurens Éditeur, 1941. p.469. “Les villes hispano-américaines doivent être étudiées les premières: la colonisation espagnole est la plus ancienne; les cités qu'on lui doit sont les plus nombreuses; ce sont les seules qui dès l'origine aient témoigné d'un urbanisme conscient”.

¹¹⁴Em relação à dicotomia proposta por Sérgio Buarque de Holanda, não me parece correto atribuir a ele uma intenção em atribuir ao “deixar estar”, característica da mentalidade lusitana e base de seu “homem cordial”, uma conotação negativa. Isto, não obstante, haver se dedicado, desde **Raízes do Brasil**, a uma análise da sociedade brasileira contemporânea e das possibilidades de sua transformação. Ver CANDIDO, Antonio (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 1998.

“Quem conhece uma cidade, conhece todas...”

Tomando, pois, a cidade como artefato de uma cultura, sua forma e suas funções só adquirem significado no interior da sociedade que a produz. E, as cidades do ultramar português devem ser vistas como expressão de continuidade da metrópole, que pretende inscrever em sua ordem política, e cultural, as populações dos territórios conquistados. Assim, para Luís Silveira,

As nossas cidades não são, como [foram] as fenícias e gregas, unidades novas ligadas somente por fracos elos religiosos ou interesse comercial à metrópole, e fundadas por iniciativa particular de grupos de cidadãos, mas procedem do Estado (e nos poucos casos de acção particular esta é executada sob a égide do Estado) e continuam a metrópole imediatamente, fazendo com ela corpo eticamente indivisível. As cidades portuguesas do ultramar foram, desde o início da expansão e sempre, cidades do “reino” nos “lugares de além”.¹¹⁵

Esta apreciação sobre “as cidades portuguesas do ultramar” tem como ponto de partida a seguinte afirmação: “a criação urbana é sinónimo de civilização”.¹¹⁶ Também para Marcel Roncayolo,¹¹⁷ cidade e civilização são termos equivalentes em uma mesma equação, ressaltando que as “formas urbanas são o produto da história”, variando espacial e temporalmente conforme as sociedades que as produzem. Contudo, Roncayolo ressalva a existência de um elemento comum às cidades: um sentido de centralidade que lhes é conferido e que permite aproximar diferentes experiências. A cidade é, então, uma “**forma** que admite conteúdos variáveis”, centro de culto, de comércio, político-administrativo. Mas,

¹¹⁵SILVEIRA, v.1, p.10.

¹¹⁶SILVEIRA, v.1, p.9.

¹¹⁷RONCAYOLO, Marcel. Cidade. **Enciclopédia Einaudi**, v.8: Região. Lisboa : Imprensa Nacional, 1986, p.396-487.

a cidade não pode reduzir-se nem a um conjunto de objectos urbanos nem a uma combinação de funções: agrupa uma população caracterizada por uma certa composição demográfica, étnica, ou social; é uma forma de comunidade (em certos casos, de coexistência de comunidades) ou de colectividade; é, por princípio, essencialmente política (recordemos aqui a etimologia: *polis* provém de uma palavra que significa ‘cidadela’ e liga-se a *politéia*. *Civis* evoca originariamente o parente, o compaheiro ou, ainda melhor, a associação, na cultura clássica do ocidente, das noções de *polis* e de cidade).¹¹⁸

Seguindo nessa mesma argumentação que confere um sentido político à cidade, Nicole Loraux procurou refletir sobre as representações que as cidades gregas produziam sobre si mesmas.¹¹⁹ Segundo ela, se se considerar para a Grécia clássica a existência de uma autonomia do “político como tal, é preciso aceitar que seja *a cidade* que, no discurso político dos gregos, pense a Cidade, tendo como fundo a negação, o recalque, o esquecimento, mais do que a consciência”.¹²⁰

Nessa proposição, *a cidade* configura-se como um ‘espaço’ (âmbito) para o exercício da prática política – cidadania, no sentido presente –, e “a Cidade é um modelo de unidade” que representa a vontade de seus cidadãos.¹²¹ Com isso, ganha nova legibilidade a afirmação de Luís Silveira de que “as cidades portuguesas do ultramar foram, desde o início da expansão e sempre, cidades do

¹¹⁸RONCAYOLO, p.396-397.

¹¹⁹LORAUX, Nicole. A cidade grega pensa o um e o dois. In: CASSIN, Barbara *et alii*. **Gregos, bárbaros, estrangeiros** : a cidade e seus outros. Rio de Janeiro : Editora 34, 1992. p.75-97.

¹²⁰LORAUX, p.96-97. “Aliás, como já se deve ter imaginado, no fundo é ‘a cidade’ que, nessa proposição, é o elemento mais obscuro. [...] para nós, ‘a Cidade’ é, ao mesmo tempo, uma designação genérica e um modelo para refletir sobre as cidades, de modo que não poderíamos evitar a todo momento de lhe atribuir a posição de sujeito e as atividades a ela relacionadas, a começar pela reflexão sobre si mesma. [...] É tempo de refletir sobre as implicações do gesto que consiste em tratar *polis* como sujeito”.

¹²¹Na acepção de Loraux, “a Cidade” constitui-se como um sintagma: a combinação de dois ou mais elementos, na qual um determinante estabelece um

‘reino’ nos ‘lugares de além’ ”. Pois, na medida em que elas deviam ser estabelecidas debaixo de disposições contidas nas Ordenações do reino, garantia-se a transposição de um modelo expresso pelas “justiças d’El Rei”, representação da instância política daquela sociedade. Ou seja, reunidos em torno de uma mesma vontade, de um mesmo desejo, ou de uma mesma necessidade, os moradores que se dirigiam para as novas fundações passavam a constituir um corpo político único, parte de um outro (e mesmo!) ainda maior, que o abarcava.

Conscientemente, ou não, a população de cada uma das muitas cidades dos territórios ultramarinos portugueses partilharia de uma unidade pretendida para todo o Reino (“a cidade”), seu desejo deveria ser o mesmo do Rei. Contra a ameaça da dispersão e da dissensão (os perigos espanhol e jesuítico, na América), seria necessário estabelecer uma Cidade, um “modelo de unidade” sob o qual as novas cidades se produzissem: a organização e o funcionamento delas deveriam representar, enfim, a sociedade (o corpo político) que as instituía.

Ainda nesta mesma direção, uma obra, publicada na mesma época em que Portugal dava início ao estabelecimento de sua empresa colonial, procurava apresentar uma forma de “bom governo”. Descrevendo as “experiências de viagem do autor” por terras maravilhosas, Thomas Morus comparava as situações da Inglaterra, França, Espanha, Itália e Portugal com a ilha de **Utopia**.¹²²

A narrativa de Rafael Hitlodeu – um português e *alter-ego* de Morus – descreve a geografia da ilha, suas cidades, os aspectos políticos, sociais e econômicos e suas relações com os vizinhos. O modelo de espaço social que

elo de subordinação com o determinado. Neste caso, o artigo definido **a** determina uma individualidade para o substantivo **cidade**.

¹²²MORUS, Thomas. **A Utopia**. Rio de Janeiro : Tecnoprint, s/d. (Primeira edição publicada em Louvain, em 1516.)

emerge da obra de Thomas Morus é marcado pela busca de uma unidade territorial e de uma identidade coletiva (nacional!) que, sob a égide de um “bom governo”, conduziria o povo de Utopia à plena realização de seu bem estar: “confesso sem dificuldade que há entre os utopianos uma quantidade de coisas que eu aspiro ver estabelecidas em nossas cidades. Aspiro, mais do que espero”.¹²³

Em Utopia, como de resto nos Estados europeus da época, o campo é o grande provedor das riquezas e as cidades são os centros do poder e do comércio.¹²⁴ Dentre as “cinquenta e quatro cidades espaçosas e magníficas” que se espalham pela Ilha de Utopia, uma delas é a principal. Mas,

Quem conhece uma cidade, conhece todas, porque todas são exatamente semelhantes, tanto quanto a natureza do lugar o permita. Poderia, portanto descrever-vos indiferentemente a primeira que me ocorresse; mas escolherei de preferência a cidade de Amaurota, porque é a sede do governo e do senado, fato que lhe dá preeminência sobre as demais. Além disso, é a cidade que melhor conheço, pois habitei-a cinco anos inteiros. Amaurota se estende em doce declive sobre a vertente de uma colina. Sua forma é de quase um quadrado. [...]

As ruas e praças são convenientemente dispostas, seja para o transporte, seja para abrigar-se do vento. Os edifícios são construídos confortavelmente; brilham de elegância e de conforto e formam duas fileiras contíguas, acompanhando de longo as ruas, cuja largura é de vinte pés.¹²⁵

¹²³MORUS, p.171. Ainda aqui, a Cidade é tomada como um modelo regulador da vida social de um dado contingente populacional. “A *Utopia* apresenta o seu terreno e ambiente urbanizado tal como apresenta a sua ordem social – como um esquema”. McCLUNG, William Alexander. *Projectar Utopia*. In: CENTENO, Yvette Kace; FREITAS, Lima de (Coords.). **A simbólica do espaço** : cidades, ilhas, jardins. Lisboa : Editorial Estampa, 1991. p.87-105. p.90.

¹²⁴Moore [Morus] alude por certo a antigas cidades-estados cujos terrenos cultivados eram nitidamente subordinados às fortalezas urbanas, mas o seu texto não apresenta imagens nostálgicas. Muito para além de qualquer protótipo antigo, a paisagem manipulada de Utopia desarraiga a pretensa (e caracteristicamente inglesa) autoridade do campo sobre a cidade”. Cf. McCLUNG, p.94-95.

¹²⁵MORUS, p.78; p.81; p.82-3. (meu destaque).

Amaurota é o modelo, e a regularidade de seus espaços físico e social repete-se nas demais. A utopia de Morus coincide, no tempo e no espaço europeu, com a existência de outras formas de textos que propõem a organização de espaços urbanos. Segundo Françoise Choay, tais textos dispõem sobre a organização dos espaços habitados e constroem um percurso que identifica a existência de regras para a constituição de espaços sociais para o início da época moderna. Em maior ou menor grau, tais textos apresentam as bases constituidoras dos Estados Modernos, estando orientados por um sentimento de justiça social.

Para Choay, a organização espacial das cidades, desde o período medieval, estaria submetida à existência de duas categorias de textos: os “realizadores”, aqueles que estabelecem os princípios para a produção e organização do espaço urbano; e, os “comentadores”, dos quais o paradigma é **A Utopia**. Esta última categoria transformava em tema de especulação o espaço humano, criando um modelo de assentamento e contribuindo para a percepção do espaço e incitamento à realização de ações no edificado e no ordenamento de um território.¹²⁶

A partir do século XVII, porém, detecta-se o aparecimento de ‘textos’ que vão marcar uma fase de efetiva interferência de um poder central na organização dos espaços físicos urbanos e das atividades neles desenvolvidas, bem como irão destacar a preocupação dos governantes com a gestão espacial de um Estado Nacional. É o momento no qual o Príncipe assume para si a tarefa de produzir o

¹²⁶CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo** : sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo : Perspectiva, 1985. **Ver** p.15-73.

território de sua soberania e, em especial, os núcleos urbanos irão receber sua atenção.¹²⁷

Fundamentalmente, para os séculos XVII e XVIII, a idéia de um Estado Nacional apoiou-se no exercício de uma soberania “que salientava a centralização do poder [...] em oposição à divisão de poderes entre o rei, a Igreja, e a feudalidade, conforme a teoria política medieval”.¹²⁸ A idéia de um estado nacional, assim, estaria sendo produzida por intermédio do controle de uma população colocada sob a tutela de um governo central e centralizado, ao mesmo tempo, em que, em relação ao exterior, definia-se seu território.

Nesse sentido, a Coroa portuguesa mais do que instalar cidades no ultramar, buscava construir o seu ‘espaço nacional’, constituído do reino e dos domínios no ultramar. E é nesta porção exterior do território que a noção de cidade como “modelo de unidade” adquire sua legibilidade.

Do “Império Colonial Português” ao “Reino do Brasil”

Concordemos, à princípio, que Portugal, por quase dois séculos, tenha se preocupado apenas com a exploração das porções litorâneas de seus domínios americanos, e que a penetração do *hinterland* brasileiro deu-se por iniciativas particulares de ‘baianos’, ‘pernambucanos’ e ‘mamelucos paulistas’. Ainda quanto ao litoral, concordemos também que diversos segmentos dele não receberam a presença portuguesa senão esporadicamente.

Como já mencionado, apenas no reinado de D. João V, as condições internas de Portugal e a descoberta dos veios auríferos e de pedras preciosas

¹²⁷Cf. CHOAY (1985), p.252-263.

¹²⁸BAUMER, Franklin Le Van. **O pensamento europeu moderno** : volume 1, séculos XVII e XVIII. Lisboa : Edições 70, 1990. p.119.

fazem a Coroa olhar para a América portuguesa como um domínio a ser convenientemente explorado e povoado.¹²⁹ Ou seja, na maior parte de seus poucos mais de trezentos anos como colônia portuguesa, o Brasil, embora fazendo parte do que Charles Ralph Boxer chamou de **O império colonial português**,¹³⁰ não recebeu, em relação a outros domínios ultramarinos portugueses, maiores atenções da metrópole.

Desde a primeira metade do século XV, Portugal empreendeu ações de expansão territorial. Premida por interesses comerciais, e religiosos, a dinastia de Avis, a partir da tomada de Ceuta, em 1415, deu início à conquista e povoamento das ilhas atlânticas (Madeira e Açores) e do litoral atlântico africano. Ao adentrar o século XVI, tanto a costa leste como a oeste do Atlântico sul já haviam sido visitadas pelas naus portuguesas, bem como estava estabelecida a rota para o Índico.

O empreendimento dos Avis no Atlântico é realmente distinto, pois particulariza-se fundamentalmente em relação à empresa colombina que buscava a Ásia pelo oeste. Ilhas e terras firmes do Ocidente – cuja existência seria prevista pela ciência náutica portuguesa – eram consideradas como regiões inteiramente desprendidas da Índia, zona afortunada das especiarias e pedrarias.

¹²⁹Uma observação interessante pode ser feita a partir da leitura de mapas do início do século XVIII. Sejam eles portugueses ou espanhóis (e mesmo de outras nações), o contorno da América do sul mostra-se bastante semelhante ao encontrado na cartografia atual e a costa atlântica e a do Pacífico são apresentadas com riqueza de pormenores. Inclusive a proporção entre as distâncias norte-sul e leste-oeste afiguram-se muito próximas das presentes nos mapas de agora. Porém, a porção interior, ainda que identifique alguns aspectos de relevo e hidrografia, mostra-se totalmente disforme. Certamente, as tensões e disputas territoriais entre Portugal e Espanha são, em parte, responsáveis por essa inexatidão dos mapas, mas não exclusivamente. **Ver, Mapa** : imagens da formação territorial brasileira. (Pesquisa, texto e seleção de Isa ADONIAS). Rio de Janeiro : Fundação Emilio Odebrecht, 1993.

¹³⁰BOXER, C. R. **O império colonial português** : 1415-1825. Lisboa : Edições 70, 1981.

A concepção cosmográfica de D. João II, evidenciada em Tordesilhas e nas expedições aos mares ocidentais, conduzia à descoberta do Atlântico brasileiro, admirável ancoradouro para as naus da “carreira da Índia”.¹³¹

Antigas feitorias – entrepostos de comércio sediados nas terras recém-conquistadas – deram lugar às construções dos primeiros povoadores. Com estes, transportavam-se também as instituições portuguesas. No Brasil, além da transferência do regime das capitanias hereditárias – instituição que servia para garantir o domínio e exploração das terras descobertas – foram instaladas as primeiras vilas, e com elas as instituições municipais e as “justiças d’El Rei”, conforme determinações contidas nas cartas de doação e forais passados aos primeiros donatários.¹³²

O Brasil e as possessões na África e Ásia vão compor os territórios ultramarinos do Império português, estando sempre sob o olhar vigilante de prepostos da Coroa instalados em vilas e cidades.¹³³ Como entendia o autor d’**A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello**, esse grande império começou a desmoronar durante o período em que Portugal esteve sob o domínio espanhol (1580-1640). Ainda nas décadas seguintes, seus domínios e conquistas, principalmente nas regiões do Índico, sofreriam constantes ataques de outras

¹³¹DIAS, Manuel Nunes. Expansão européia e descobrimento do Brasil. In: MOTA, Carlos G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1987, p.27.

¹³²De acordo com a Carta de Doação da capitania de Pernambuco e o Foral dado a Duarte Coelho (1534), as atribuições do capitão-donatário abrangiam a nomeação de oficiais e a jurisdição da justiça, a defesa do território, o povoamento das terras e a cobrança de rendas. Cf. SALGADO, Maria da Graça (Org.). **Fiscais e meirinhos** : a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985, p.128. Sobre o regime das capitanias hereditárias, ver DIAS, Manuel Nunes. **Natureza e estatuto da capitania no Brasil**. Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979; TAPAJÓS, Vicente. **O regime das capitanias hereditárias**. São Paulo : Cia. Editora Nacional, s/d.

¹³³Para uma melhor compreensão do quadro institucional português, no contexto de seus territórios metropolitano e ultramarinos, ver PEREIRA (1998).

potências européias, em especial da Inglaterra e da Holanda.¹³⁴ Aos poucos, o poderio marítimo português no oriente foi suplantado e uns poucos territórios foram mantidos sob sua tutela.

De outra parte, durante o século XVII, além da guerra pela Restauração, disputas políticas entre as casas reinantes européias colocaram Portugal e Espanha, as duas nações que haviam estabelecido a colonização da América do sul, em campos opostos. Essas questões bélicas acabaram por influir diretamente para que as terras brasileiras viessem a receber uma maior atenção do governo metropolitano. Porém, o impulso decisivo para isso pode ser atribuído à descoberta das “minas do ouro”, no final daquele século.

Esta maior atenção manifesta-se, no século XVIII, por uma crescente presença de oficiais régios controlando a administração e as questões militares nos domínios portugueses da América. As antigas capitanias hereditárias passaram a ser retomadas pelo Rei, por revogação da concessão ou por compra,¹³⁵ de tal que forma que, já na segunda metade do século XVIII, todo o território brasileiro encontrava-se sob o controle direto de oficiais da administração portuguesa.

Juntamente com a retomada das capitanias, o governo metropolitano procurou encaminhar a administração de modo a servir ao projeto de centralização e unificação do poder em curso. A este respeito, Marcello Caetano salienta que,

¹³⁴Não é demais recordar que a Holanda era um dos principais mercados do açúcar brasileiro. No contexto da União Ibérica, a Holanda, que procurou sua independência da Espanha, atacou e instalou-se no nordeste do Brasil durante quase trinta anos (1630-1654).

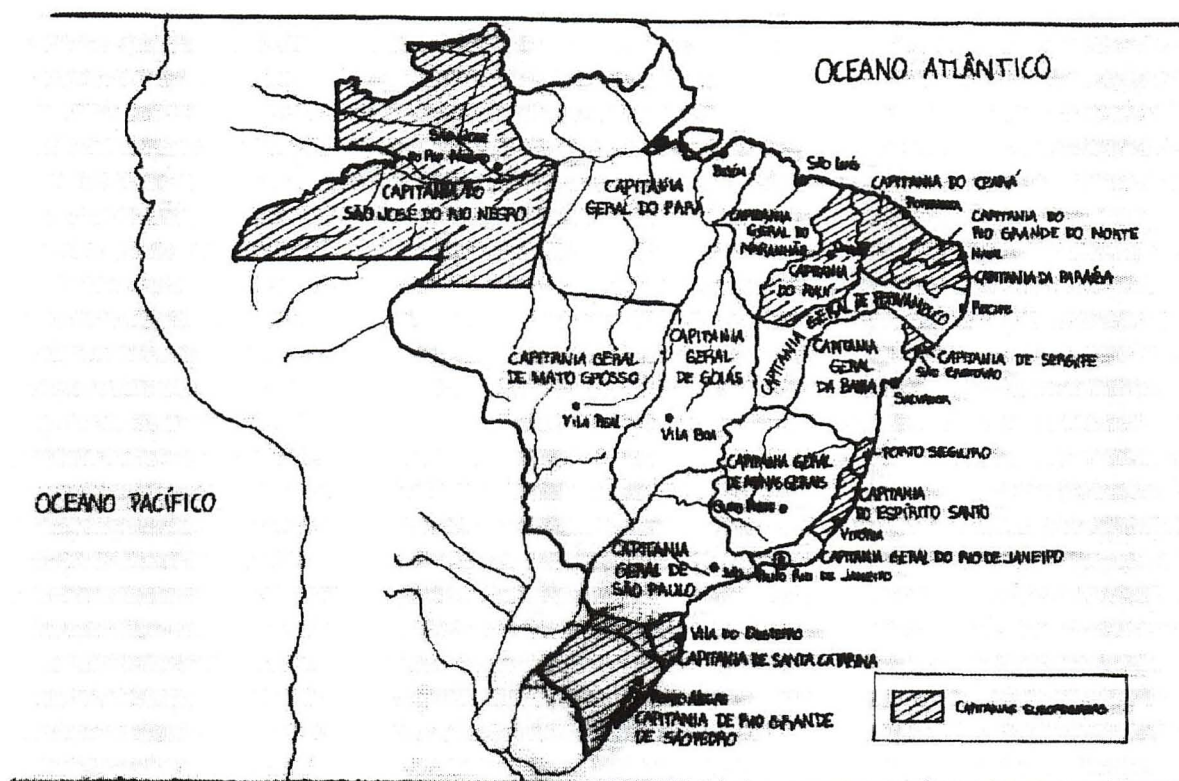
¹³⁵Ver TAPAJÓS, Vicente. **O regime das capitanias hereditárias**. São Paulo : Editora nacional, s/d. No Brasil, a última capitania a ser retomada pela Coroa foi a de Porto Seguro, em 1759, confiscada à casa dos Duques de Aveiro, por ocasião do processo decorrente do atentado sofrido por D. José I.

A transferência da sede do governo geral da Baía para o Rio de Janeiro em 1763 é acompanhada da instituição de um **Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil** com latíssimos poderes que a carta patente dada ao 1º vice-rei, Conde da Cunha, enfaticamente discrimina. Mas nem assim se conseguiu obstar à autonomia dos capitães gerais e até dos governadores subalternos desse Estado, para não falar dos outros governos gerais. A superioridade do Vice-Rei era apenas nominal, e de facto cada capitania era uma colónia.¹³⁶

Assim, cada capitania régia, por sua vez divididas hierarquicamente em gerais e subordinadas, formava uma unidade político-administrativa.¹³⁷ As capitanias gerais eram administradas por um Governador com a patente de Capitão-general, com jurisdição extensiva aos governos subordinados. Os poderes dos governadores eram bastante extensos, tanto nos assuntos civis como militares. Muitas vezes imiscuiam-se nos negócios pertencentes à administração municipal, além de estarem encarregados de fiscalizar a aplicação da justiça e a arrecadação dos direitos pertencentes à Fazenda Real. Mesmo com a presença de um Governador-geral (depois Vice-Rei), as questões relativas à administração das diversas capitanias eram tratadas diretamente entre a metrópole e os seus governadores.

¹³⁶CAETANO, Marcello. As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar; o novo espírito em que são concebidas, p.255. (Destaque no original). Antes do Conde da Cunha, alguns governadores gerais haviam recebido, honorificamente, o título de Vice-Rei.

¹³⁷Para a América portuguesa (1774), as capitanias gerais, e suas subordinadas, eram as seguintes: Pará, São José do Rio Negro; Maranhão, Piauí; Mato Grosso; Goiás; Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; Bahia, Sergipe e Espírito Santo; Minas Gerais; Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro; e, São Paulo.



Capitanias da América portuguesa ao final do século XVIII, sobre projeção de limites com os domínios espanhóis a partir do Tratado de Badajós (1801).
Desenho de Nicole Chagas Lima.

No que concerne à administração dos domínios ultramarinos, e em particular da América portuguesa, as mudanças promovidas durante o reinado de D. José I são a expressão prática do projeto centralizador de Carvalho e Melo.¹³⁸ E, mesmo com o afastamento de Pombal, após a morte de D. José, alguns de seus colaboradores permanecem na administração, ainda que antigos desafetos e membros da aristocracia portuguesa que haviam sido colocados no ostracismo recuperem espaços políticos junto a D. Maria I. Alguns princípios da política pombalina são postos de lado, mas pouco do fundamental é alterado. Em relação ao Brasil, a principal alteração foi de cunho econômico, sendo revogadas

¹³⁸Entre outras obras sobre a administração pombalina em relação ao Brasil, ver AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa do Brasil** : a administração pombalina. 2.ed. Brasília : FUNCEP, 1983.

diversas disposições que beneficiavam o desenvolvimento do comércio interno da colônia.¹³⁹

Após a unificação territorial da América portuguesa, com a extinção dos Estados do Maranhão e Piauí e do Grão-Pará e São José do Rio Negro,¹⁴⁰ o cenário europeu, novamente conflagrado, concorreu outra vez para mudanças na administração portuguesa em relação ao Brasil. Após a instalação da corte na cidade do Rio de Janeiro, deu-se sua elevação, em 1815, à condição de Reino unido a Portugal e Algarve.¹⁴¹

O Estado português e as vilas brasileiras no século XVIII

Como já mencionado, com a Restauração, a Coroa portuguesa iniciou seu processo de centralização política. Esse processo, que se acirra durante o reinado de D. João V e que tem seu ponto de culminância no de D. José I, influenciou diretamente na administração dos domínios ultramarinos, e poderá ser percebido na institucionalização do povoamento da América portuguesa.

O terremoto ocorrido em 1755 destruiu grande parte da cidade de Lisboa, atingindo propriedades da Coroa – inclusive o Paço Real –, da nobreza, do clero, da burguesia mercantil e de populares. Na ocasião, para ordenar o caos que se instalara, Carvalho e Melo, então secretário dos Negócios Estrangeiros e da

¹³⁹A permanência de Martinho de Melo e Castro frente à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (1770-1796) permitirá a manutenção de alguns pontos da política ultramarina pombalina. Marcello CAETANO comenta que Pombal não foi ouvido quando da nomeação de Melo e Castro – “tido por pouco afecto ao Primeiro Ministro” –, contudo sua gestão pode ser considerada como afinada aos princípios da política pombalina. **Ver** As reformas pombalinas..., p.251.

¹⁴⁰A América portuguesa, em 1621, foi dividida em dois Estados: o do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará; este último, a partir de 1751, foi denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a transferência da sede do governo para a cidade de Belém. Em 1772, procedeu-se a uma nova divisão territorial, com a criação dos Estados do Grão-Pará e São José do Rio Negro e do Maranhão e Piauí. Esta separação desaparece ao final do reinado de D. José I.

¹⁴¹Lei de 16 de dezembro de 1815.

Guerra, assumiu a tarefa de dirigir os trabalhos de reconstrução da corte portuguesa. De seu gabinete passaram a ser baixados inúmeros decretos que, além de instituírem normas urbanísticas, cuidavam de questões relativas a sepultamentos, tratamento de feridos e doentes, combate a roubos, abastecimento.¹⁴²

Engenheiros militares e topógrafos, encabeçados por seu octogenário engenheiro-chefe, general Manuel da Maia (1672-1768), pelo coronel Carlos Mardel (1695-1763) e pelo capitão Eugênio dos Santos (1711-1760), foram encarregados de fazer os inventários dos direitos de propriedade e reivindicações e de implementar a miríade de decisões práticas para assegurar que as operações sanitárias e de nivelamento fossem levadas a cabo com segurança. Foram também encarregados de desenhar as plantas para a nova cidade.¹⁴³

Segundo Kenneth Maxwell, a remodelação urbana da capital portuguesa dirigida por Pombal não significou apenas uma reforma física, ela objetivou “celebrar a independência econômica e nacional e um Estado Moderno, bem-regulado e utilitário”.¹⁴⁴ Para José-Augusto França, a reconstrução de Lisboa, transformando-a em “cidade *moderna*”, significou uma adoção do “espírito das *Luzes*”.¹⁴⁵

O “Estado Moderno”, que o ministro e secretário de D. José buscou efetivar em Portugal, encontrou na regularidade do traçado das novas ruas lisboetas e na centralidade das instituições públicas (seus edifícios) a sua demonstração e celebração. Mas a “independência econômica e nacional”

¹⁴²**Ver** LISBOA, Amador Patrício [Francisco José Freire]. **Memórias das principais providências...**

¹⁴³MAXWELL, p.24.

¹⁴⁴MAXWELL, p.27.

¹⁴⁵FRANÇA (1965), p.13 – destaque no original.

portuguesa não poderia ser realizada sem o concurso de suas colônias, como exprimia Carvalho e Melo desde seus tempos de Inglaterra.¹⁴⁶

No terceiro quartel do século XVIII, o Estado Português reforça especialmente sua atenção para a efetiva ocupação e posse de seu território americano. Dentro das estratégias adotadas, que incluíam o conflito armado e batalhas diplomáticas com a Espanha, deu-se uma prolífera ação de criação de núcleos urbanos, a qual, apoiada no retorno da exclusividade do privilégio de fundação de vilas para as mãos do rei, reafirmou disposições referentes ao traçado (regular) das povoações instaladas.

Entenda-se por criação de núcleos urbanos, não somente a fundação de novas vilas, mas também a atribuição desse estatuto a antigas povoações (aldeamentos, lugares, freguesias e arraiais). Importante lembrar que o termo vila (ou cidade) atribuía um estatuto político à povoação, com uma jurisdição de justiça e de administração locais. Símbolo de autonomia municipal, a Câmara, todavia, tinha as suas atividades fiscalizadas por funcionários régios que garantiam uma relativa homogeneidade quanto ao trabalho administrativo e de justiça que os vereadores e juizes ordinários realizavam.

Ao mesmo tempo em que novas vilas e cidades estavam sendo criadas, o governo português legislava sobre o estatuto político de seus súditos americanos. Os indígenas e os mestiços de pais índios que antes não detinham os privilégios de vassalos do reino, passam a ser reconhecidos como tais, procurando-se conduzir essas populações para viverem sob a égide das câmaras municipais.

¹⁴⁶Neste assunto, também é importante considerar as “sugestões” de D. Luís da Cunha, apresentadas em seu **Testamento político**. Lisboa : Iniciativa Editorial, 1978. Este texto também é conhecido como **Carta política de D. Luiz da Cunha ao Sr. Rei D. José, sendo ainda Príncipe** (s/d), ao longo da qual vai enumerando as obrigações que julga serem as de um “Pai de família”, fazendo um paralelo com as obrigações que o “Príncipe” deve ter com o seu reino, desde a segurança da

Embora estejam sendo destacadas ações políticas e administrativas verificadas no reinado de D. José I, já antes desse período, algumas vilas haviam sido fundadas diretamente por agentes da Coroa portuguesa, em território brasileiro e em outros domínios ultramarinos, inclusive obedecendo a determinações quanto à organização espacial que deveriam apresentar: a regularidade das ruas e fachadas das casas e os locais específicos para a construção de edifícios públicos, por exemplo.

Inventário das vilas e cidades no Brasil colonial¹⁴⁷

Até o final do século XVII	1ª metade do século XVIII	2ª metade do século XVIII	Século XIX (até 1822)
58	34	127	45

A tabela acima permite visualizar o período em que ocorreu a maior concentração de fundações/instalações de municípios (vilas) na América portuguesa. Deve-se levar em conta, porém, que a quantidade indicada para a segunda metade do século XVIII, pode apresentar alguma distorção, dada a inclusão de algumas povoações, antigas aldeias indígenas, especialmente localizadas no Grão-Pará, que foram elevadas à condição de “lugares”, e não de vilas.¹⁴⁸ De todo modo, os números apontados evidenciam o momento no qual o estado português mostrou maior preocupação com a institucionalização de sua

concordia e paz de seus vassallos e com seus vizinhos, até a manutenção de seus bens e riquezas e o desenvolvimento econômico do estado. (**AJUDA**, cota 51-II-77).

¹⁴⁷Os dados desta tabela foram retirados de levantamento realizado pelo professor Magnus Roberto de Mello Pereira – Datas de fundações de vilas e cidades – que abrange todo o universo colonial português entre os séculos XV e XIX. Esse levantamento, embora realizado a partir do cruzamento de informações de diversas fontes, pode apresentar algumas discrepâncias, nem sempre possíveis de serem superadas, especialmente entre datas de criação e da efetiva instalação das povoações. Apesar desse trabalho, até o momento, ser o mais completo que se pode encontrar, ainda deverá ser atualizado. **Ver** PEREIRA (1998), Anexo.

¹⁴⁸Para o Grão-Pará, incluindo-se São José do Rio Negro e Macapá, Magnus PEREIRA (1998) aponta a instalação de 53 vilas; para a mesma região, Renata ARAÚJO (1992) relaciona 42 vilas e 48 “lugares”.

presença, colocando em prática sua política que buscava efetivar a ocupação e o povoamento do imenso território que vinha sendo conquistado frente aos espanhóis.

A presença da instituição municipal, da qual as vilas e cidades são suas sedes, servia, no limite, para colocar as populações locais sob a autoridade real, ainda mais considerando que o município estava tradicionalmente ligado ao rei, servindo como mecanismo de controle em relação aos senhores de terras.

Complementarmente à instalação de núcleos urbanos, deu-se uma redefinição territorial das capitanias. Assim, ao visualizarmos o processo de ocupação da América portuguesa, tomando como referência a instalação de novos municípios, temos, na primeira metade do século XVIII, a institucionalização da ocupação das Minas Gerais, de regiões de Goiás e Mato Grosso e dos “sertões” do Ceará e Piauí; nos anos iniciais da segunda metade do XVIII, define-se a ocupação da Bacia Amazônica e do restante do território da capitania do Piauí, e, no mesmo momento, o litoral, desde o Espírito Santo até o Ceará, também será ocupado. Ainda na segunda metade do século XVIII, verifica-se a ocupação de áreas interiores dos territórios da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, e, após 1765, as atenções voltam-se para o interior da capitania de São Paulo e para o extremo sul; esta ocupação da porção meridional do Brasil inscreve-se no contexto das ações bélicas entre Portugal e Espanha.

O resultado desta política foi, de certa maneira, apresentado na **Corografia brasileira**,¹⁴⁹ do padre Manuel Aires de Casal, que procurou descrever, desde o sul até o norte, o “vasto Reino que a Providência confiou a V. R. Majestade”, o rei D. João VI.

¹⁴⁹AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia brasílica**, ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. São Paulo : Edições Cultura, 1943, 2 volumes. [Primeira edição de 1817].

Mesmo considerando o caráter genérico e especulativo da **Corografia**, publicada em 1817, os comentários de Aires de Casal acerca das vilas e cidades brasileiras permitem estabelecer, ainda que de maneira não rigorosa, um quadro da ocupação urbana do território brasileiro e de sua situação socioeconômica nas primeiras décadas do século XIX.¹⁵⁰ Seguindo a divisão político-administrativa então vigente, são abordados os aspectos naturais das “províncias”,¹⁵¹ bem como é realizado um levantamento das povoações existentes (cidades, vilas, povoados, arraiais) e das circunscrições jurídico-administrativas (comarcas e municípios) e eclesiásticas (paróquias, freguesias, bispados).

O objetivo da obra foi o de apresentar as potencialidades econômicas do novo Reino do Brasil. Nesse sentido, são destacadas as vilas e cidades que apresentavam, além de um florescente comércio, uma vida própria: “Guaratuba, [...] é ainda pequena, mas com circunstâncias vantajosas para ser considerável. Embarcações menores exportam daqui vários comestíveis”.¹⁵²

¹⁵⁰Sobre Aires de Casal, e sua obra, veja-se os comentários que Caio Prado Júnior fez em sua Introdução à edição que o Instituto Nacional do Livro publicou da **Corografia brasílica**, em 1945. Caio Prado assevera que Aires de Casal, “é um simples colecionador e registrador de fatos”, e que também, “não sabemos se Aires realizou viagens afim de colher dados para seu livro” (p. ix). No geral, Prado Junior critica a postura de Aires de Casal, chamando-o de “um erudito”, em oposição a uma formação “científica propriamente” (p. x). Assim, a “história natural” proposta por Aires de Casal deveria ser entendida no sentido de uma “compilação e descrição formal da natureza” (p. viii). Porém, longe de tal entendimento constituir-se em óbice aos propósitos deste trabalho, é o aspecto de descrição, ainda que de segunda mão, presente na **Corografia** que nos interessa, ao contrário de análises ou de sínteses históricas e geográficas. A ‘Introdução’ também se encontra publicada em PRADO Júnior, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4.ed. São Paulo : Brasiliense, 1963, p.165-186 (Aires de Casal, o pai da geografia brasileira, e sua Corografia Brasílica).

¹⁵¹O termo “província” utilizado por Aires de Casal pode provocar alguma confusão, pois outros autores do mesmo período ainda se referem às divisões político-administrativas do Brasil como capitânias. Para Marcello CAETANO, na administração ultramarina portuguesa, “não se emprega nunca, até o século XIX, o termo **província**, – nem na acepção romana de território não-metropolitano em condição jurídica subalterna, nem na moderna, de circunscrição administrativa do território uno do Estado”. **Ver** As reformas pombalinas..., p.253.

¹⁵²AIRES DE CASAL, v.1, p.157.

A pequena vila de São Luís de Guaratuba havia sido fundada em 1771, por ordem do governador e capitão-general de São Paulo, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, e estava situada entre as vilas de Paranaguá e de São Francisco. Em seu governo, D. Luís promoveu a instalação de diversas vilas, a maioria delas no território do atual estado de São Paulo.¹⁵³ Guaratuba, hoje no atual estado do Paraná, foi uma dentre as cerca de 120 vilas fundadas na segunda metade do século XVIII, a maior parte delas durante o reinado de D. José I.

Desde a “Provincia do Rio Grande do Sul” até o interior da Amazônia, iam sendo enumeradas as povoações existentes, com destaque para aquelas que eram sedes de municípios e que tinham como finalidade controlar a ocupação e a exploração das riquezas naturais do imenso território conquistado pela Coroa portuguesa. Além dos oficiais encarregados da administração municipal, aqui e ali era detectada a presença de funcionários régios incumbidos de fiscalizar a aplicação da justiça e a arrecadação das rendas pertencentes à Fazenda Real.

Vila Rica, anteriormente Ouro Preto, criada em 1711, grande, populosa, abastada e florescente, é a capital e a residência dos governadores da província, e do Ouvidor da comarca, que é também Provedor dos defuntos, ausentes, capelas, resíduos; servindo ainda de juiz da Coroa com jurisdição em toda a província. Tem juiz de fora do civil, crime, e orfãos, servindo também de procurador da Coroa; vigário forâneo, professores régios de primeiras letras, latim e filosofia; [...]¹⁵⁴

¹⁵³D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, foi governador da capitania de São Paulo pelo período de dez anos (1765-1775), sendo um dos principais representantes da administração pombalina no Brasil. Ao lado de preocupações com a militarização da região sul, frente ao perigo espanhol, desenvolveu intensa “política de urbanização” no território da capitania de São Paulo. **Ver** BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial** : o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo : Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

¹⁵⁴AIRES DE CASAL, v.1, p.259 e p.260.

Alguns municípios, detinham a condição de sedes de comarcas, e neles residiam os ouvidores, que exerciam sua autoridade sobre um grande número de pequenas vilas, arraiais, freguesias e paróquias circunscritas à sua jurisdição. Em Minas Gerais, a noroeste de Vila Rica, cerca de 2 léguas de distância, estava a “cidade episcopal” de Mariana, antes Vila Leal do Carmo. Apesar do título de cidade e sede da autoridade eclesiástica, a câmara municipal de Mariana sofria as correições periódicas do ouvidor residente em Vila Rica, por pertencer àquela comarca.¹⁵⁵

Ao norte, no Pará e em São José do Rio Negro, a grande maioria das vilas estava localizada às margens dos principais rios da região. Eram, majoritariamente, habitadas por índios. Aires de Casal oferece poucas informações acerca dessas povoações, à exceção daquelas que, em função de atividades extrativas, ou pelo seu comércio, mereciam ser reconhecidas como “florescentes”.

Pombal, é outra vila de índios, e da mesma ordem das precedentes, e que só carece de que a seus habitantes atuais se ajunte um bom número de brancos e de negros, para tomar o grande crescimento e florescimento de que é susceptível com a agricultura; em razão da fertilidade do território e das preciosidades naturais que o enriquecem, e facil exportação. Fica cinco léguas acima de Veiros, também nas margens do Xingú, que a regala de pescado. S. João Batista é o padroeiro da matriz que a orna.¹⁵⁶

Com suas descrições dos “aspectos notáveis da Natureza” e da vida civil e econômica das diversas “províncias”, Aires de Casal, ainda que fazendo referência ao Brasil do início do século XIX, oferece valiosas informações sobre a

¹⁵⁵AIRES DE CASAL, v.1, p.262-264. Mariana, quando foi elevada à condição de cidade, recebeu um projeto para sua reedificação, sendo reconstruída ao lado da antiga vila do Carmo. O projeto foi desenhado pelo Brigadeiro-engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, em 1745.

¹⁵⁶AIRES DE CASAL, v.2, p.230.

localização das povoações, umas em relação às outras, e delas em relação ao território, tornando possível inferir a existência de um conjunto de núcleos urbanos que, estabelecidos principalmente desde a segunda metade do século XVIII, garantiam o controle da população e o domínio territorial do “Reino do Brasil”.¹⁵⁷

Este controle institucional da população e o domínio territorial da América portuguesa, decorrentes do estabelecimento de povoações regidas pelas leis do reino português, inscrevem-se, como veremos, na execução de uma política urbanística que, se não gestada, foi conduzida pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal.

Povoações no Brasil nas décadas iniciais do século XVIII

As cidades do Brasil colonial, posto que se diferenciem, por muitos aspectos, das que Portugal erigiu em seu solo metropolitano e em Marrocos, África Meridional e Ásia, conservaram, sob as mais diversas condições, o cunho inequívoco da mãe-pátria, que as características regionais não conseguiram apagar; e podem, por isso, a justo título, ser consideradas antes como cidades portuguesas do Brasil do que como cidades brasileiras. (Paulo F. SANTOS, **Formação de cidades no Brasil colonial**.)

Considerando as opiniões de autores, como Paulo F. Santos, Luis Silveira, José Manuel Fernandes e Nuno Portas,¹⁵⁸ não será descabido aceitar que se fale

¹⁵⁷Contabilizando as vilas e cidades presentes na **Corografia** de Aires de Casal, o Brasil, no ano de 1815, contava com 277 municípios. Número que sobe a 285 se levarmos em conta o levantamento realizado por Magnus PEREIRA (1998), que se estende até o ano de 1822. A diferença entre esses números não pode ser atribuída somente às balizas cronológicas. Deve-se levar em conta a possibilidade do desaparecimento de algumas povoações, especialmente as famosas ‘vilas de índios’, inicialmente instaladas no Estado do Grão-Pará e depois no Estado do Brasil. Também deve-se considerar as fontes utilizadas para ambos os levantamentos.

¹⁵⁸FERNANDES, José Manuel. A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano. In: **A arquitetura**. Lisboa : Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991, p.91-120. FERNANDES, José Manuel. O lugar da cidade portuguesa. **Povos & Culturas**, Lisboa, p.77-112, 1987. PORTAS, Nuno.

de uma cidade portuguesa no ultramar, no lugar de uma “cidade colonial brasileira” que se diferenciassse de outras tantas instaladas em possessões lusitanas. Certamente, a experiência urbanística do Brasil colonial tem suas particularidades, e, no entender de Brasil Pinheiro Machado, constitui um “campo de estudo importante” para a compreensão da própria história do país.¹⁵⁹

Para o arquiteto José Manuel Fernandes, a cidade portuguesa mostra-se como “um modo característico de espaço urbano”, produzido a partir de um “*temperamento* urbanístico coletivo”, o qual, por sua vez, é possuidor de uma dinâmica própria.¹⁶⁰ Em Portugal,

A tradição urbana – firmada na Romanização e “sacudida” pelas sucessivas fixações bárbaras (visigóticas, suevas) – será depois prolongada ou retomada sobretudo pelos invasores muçulmanos, que apesar de tudo vão alterar as características gerais da ocupação interna do espaço urbano [...].

Mas os conteúdos e símbolos da cidade vão sofrer mutações pela introdução de um universo cultural bem distinto, baseado na tradição das civilizações do Médio Oriente: a fusão destes valores com os de raiz ocidental entrará a partir de então para a “alma” das urbes ibéricas.¹⁶¹

Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In: **Os portugueses e o mundo**. Conferência internacional. Actas. v.6; Artes, arqueologia e etnografia. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1989, p.25-32. SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Coimbra : V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968. SILVEIRA, Luís. **Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar**. Lisboa : Ministério do Ultramar, s/d [195?]. 4 v.

¹⁵⁹MACHADO (1985), p.3.

¹⁶⁰José Manuel FERNANDES, apesar de assentar sua análise da cidade portuguesa muito mais sobre sua própria dinâmica conformadora, também irá propor um contraste à experiência espanhola: “Os dois países realizaram, no período que está em análise (séculos XV a XVIII), a ocupação de vastos territórios coloniais, quer na América quer no oriente, e torna-se quase inevitável o desejo de estabelecer uma comparação entre os sistemas que cada um utilizou neste processo, nomeadamente no que toca à produção dos espaços urbanos. Isso também permitirá compreender melhor, pelo contraste que se verifica entre as duas concepções urbanas, a especificidade da cidade de raiz portuguesa”. Ver FERNANDES (1987), p.96.

¹⁶¹FERNANDES (1991), p.95-96.

Aos valores oriundos da ocupação muçulmana, a urbanística portuguesa também irá incorporar, em algumas novas fundações, as soluções de traçado adotadas nas bastides medievais surgidas ao sul da França, no final da Idade Média.¹⁶² Tratou-se, sobretudo, de um momento voltado para as fixações urbanas nas terras interiores do reino; uma nítida ação de repovoamento das faixas fronteiriças que exprime o desejo de unificação e dominação territorial. Com o século XIV, acentuou-se um caráter litorâneo para as cidades portuguesas, voltado tanto para o desenvolvimento do comércio marítimo como para a organização de sua defesa.

Ainda segundo José Manuel Fernandes, por ocasião da expansão atlântica, já se fazia presente um modelo urbanístico português, que foi 'exportado' para a Madeira e Açores.¹⁶³ Características funcionais e locacionais aliam-se a uma forma marcante de implantação:

o centro de vocação residencial é altaneiro, associando-se à elevação que guarda a memória do local de defesa colectiva; o centro de negócios e das trocas portuárias preenche o espaço de transição para o rio ou mar, em baixa e rasa superfície de aterros e praias. [...]

Estas características básicas da cidade portuguesa – o pendor litoral e comercial, o sentido marítimo e trópico e a bipolaridade – tal como surgem pelos sécs. XIV-XV, são adaptativas e vão enriquecer-se, sem se perderem, pelos contactos com novos ambientes, adquirindo se se quiser diferentes qualidades como mutações dentro do seu sentido inicial.¹⁶⁴

¹⁶²Sobre a "forma" da cidade portuguesa, **ver** a bem cuidada discussão realizada por Magnus PEREIRA (1998), p.165-354.

¹⁶³Sobre a ocupação e instalação de núcleos urbanos nas ilhas atlânticas, **ver** AMARAL, Ilídio do. Cidades coloniais portuguesas (notas preliminares para uma geografia histórica). POVOS E CULTURAS, Lisboa, n. 2, 1987, pp. 193-214. **Ver** também RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e problemas da expansão portuguesa**. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962.

¹⁶⁴FERNANDES (1991), pp. 101-102.

Sem dúvida, os assentamentos coloniais dos primeiros anos da expansão marítima portuguesa voltam-se para a metrópole, acentuando seu “pendor litoral e comercial”, especialmente pelo fornecimento de produtos agrícolas para o reino, bem como as preocupações militares para a defesa das conquistas. A implantação dessas cidades adapta-se à topografia do terreno, conservando, contudo, elementos que a identificam com sua matriz.

A transformação desse modelo original inicia-se no próprio território metropolitano, no contexto das guerras da Restauração portuguesa (1640-1668) e das disputas subseqüentes entre os dois reinos ibéricos. Com o reinado de D. Pedro II (1683-1706), marcado pela normalização das relações políticas e militares na península, seriam estabelecidas as bases das intervenções urbanísticas dos períodos joanino e pombalino.

Segundo Fernandes, a presença de “uma estrutura geométrica rígida e centralizada a partir da ‘praça fundadora’ (com uso dos chamados ‘traçados reguladores’)”, vai se tornar mais e mais presente, no correr do século XVIII, passando a se constituir como uma regra (a ser observada) nas renovações urbanas processadas no território metropolitano e, principalmente, para as povoações que vêm a ser fundadas nos territórios de ultramar.¹⁶⁵ Para o mesmo autor, desde D. João V (1706-1750), os “planos” de instalação de novas povoações exibem “um depurado traçado geométrico”, e esta intenção também se faz presente nas ordens régias que dispunham sobre essas fundações. Este rigor

¹⁶⁵Para Portugal, é exemplar o já mencionado caso da reconstrução da Vila Real de Santo António, no Algarve, na foz do rio Guadiana, na fronteira com a Espanha. **Ver** IRIA, Alberto. Vila Real de Santo António reedificada pelo Marquês de Pombal (1773-1776); subsídios para a sua monografia e elementos para a história da administração pombalina. ETHNOS, Lisboa, v. 3, 1948, pp. 5-76; CORREIA, José Horta. **Vila Real de Santo António** : urbanismo e poder na política pombalina. Lisboa, 1984. Tese (Doutorado em História da Arte). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; CORREIA, José Horta.

urbanístico, por sua vez, tem como contraponto político o desejo de “ocupação e controlo do espaço nacional”.¹⁶⁶

Embora Fernandes situe o surgimento de “um depurado traçado geométrico” para as cidades portuguesas instaladas à partir do século XVIII, Magnus Pereira assinala que tal ‘inovação’ não foi, propriamente, uma novidade. D. Manuel, ainda antes de subir ao trono, exercitou uma “carreira urbanística” nas povoações de seu senhorio nas ilhas do Atlântico, e sua ação mais característica “ocorreu na vila madeirense do Funchal onde, primeiro como donatário e depois como rei, conduziu, à distância, a abertura de novas ruas, a edificação da alfândega e a criação de uma praça”, destinada a abrigar a casa da câmara, o pelourinho e a igreja matriz.¹⁶⁷

Para o Brasil, no que se refere à presença de normas explícitas para a regulamentação do traçado urbano e a localização de edifícios públicos (igreja, câmara e cadeia), constantes em ordens e resoluções régias relativas à “ereção” de “novas povoações e vilas” as primeiras conhecidas são da década de 1730: Alvará e Resolução para a criação de uma vila em Goiás, de 11 de fevereiro de 1736, dirigidos ao governador da capitania de São Paulo, e Alvará e Resolução para a criação da Vila de Icó, no Ceará, de 20 de outubro de 1736, dirigidos ao governador da capitania de Pernambuco.

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Conde de Sarzedas, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, que Eu sou servido

Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo marquês de Pombal. **Pombal Revisitado**. Lisboa : Editorial Presença, 1984.

¹⁶⁶**Ver** FERNANDES (1991), p.114-115.

¹⁶⁷**Ver** PEREIRA (1998), p.246-252. Veja-se que, desde o início do século XVI, já se fazia presente no urbanismo português ultramarino um espaço concebido como centralizador da malha urbana; e esta praça com funções cívica, religiosa e comercial seria uma disposição predominante, ou pelo menos desejada, para as cidades instaladas no Brasil colonial. **Ver** também p.270-272.

por resolução de 7 deste mês presente e ano, em Consulta do meu Concelho Ultramarino passeis às Minas dos Goyas e nelas determineis o sitio mais a proposito para uma Vila e procureis que seja o que parecer o mais saudável, e com provimento de boa água e lenha e perto de um arraial que se ache já estabelecido, para que os moradores delle possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a Vila e logo determineis nela o lugar da Praça no meyo da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edificio da Igreja capaz de receber competente número de fregueses ainda que a povoação aumente, e que façais delinear por linhas retas a area para as cazas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a Caza da Camara e das Audiencias e Cadeya e mais oficinas publicas que todas devem ficar na área determinada para as cazas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua eleyção de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas, e junto da Vila fique bastante terreno para logradouro publico, e para nele se poderem edificar novas cazas, que serão feytas com a mesma ordem e concerto com que se mendão fazer as primeiras [...]. El-Rey Nosso Senhor mandou pelos dittos conselheiros de seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Antonio de Souza Pereira a fez em Lisboa Ocidental a 11 de fevereiro de 1736.¹⁶⁸ (*)

Esta carta régia, além de dispor sobre a estrutura interna da vila que seria fundada (o traçado de suas ruas, a praça 'central' e a disposição de edificios), também apresenta um outro elemento a ser observado na instalação de novas povoações: o **sítio**, ou terreno, o que define a situação da povoação em relação à

¹⁶⁸Esta transcrição da Carta régia de 11 de fevereiro de 1736, que trata da criação de uma vila em Goiás, foi retirada de FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. **História da civilização brasileira**. São Paulo : Biblos Editora, 1959, p. 362. (Uma cópia dessa carta encontra-se em **AHU. GO**; Maço 1).

(*)OBSERVAÇÃO: tomando como exemplo a transcrição acima citada, nota-se, confrontando-a com o manuscrito de que ela se origina, alterações bastante significativas em sua grafia, embora o teor do documento tenha sido integralmente respeitado. Em vista de tal ocorrência, e como utilizei tanto manuscritos como documentos já transcritos e impressos, resolvi adotar o procedimento de realizar uma atualização ortográfica nas citações doravante utilizadas. Para os especialistas e interessados em conhecer os documentos originais, as indicações apresentadas poderão conduzi-los até eles.

paisagem circundante.¹⁶⁹ A questão topográfica faz alusão à possibilidade da vigência de um modelo urbanístico pré-existente, influenciando ainda no próprio desenvolvimento da povoação que depende do acesso a “boa água e lenha” para sua subsistência.

No caso de Goiás, a indicação de que a vila deveria localizar-se próxima de um arraial anteriormente instalado assinala, além da necessidade de pessoas para povoá-la, a intenção de se levar em conta a sua **localização** em relação a um território que se quer controlar.¹⁷⁰ De certo modo, o local de instalação da vila prende-se, mais de perto, a considerações estratégicas que também estão presentes na “vontade regularizadora” manifestada naquela carta régia. E, embora o governo português, anteriormente, já houvesse determinado a criação de vilas no Brasil setecentista (especialmente, como veremos, em Minas Gerais), as ordens dirigidas aos governadores de São Paulo e de Pernambuco inauguraram o momento a partir do qual se pode identificar, com maior precisão, a existência de uma relação entre “a Cidade” – na acepção de Loraux¹⁷¹ – e uma intenção política da Coroa portuguesa em controlar a disseminação de um modelo urbanístico.

Nesse sentido, a presença da praça e a obrigatoriedade de que as casas “pelo exterior sejam todas no mesmo perfil” também expressam a atribuição de

¹⁶⁹Desde a Antiguidade, são conhecidos os tratados que dispõem sobre os cuidados para com “os lugares de assentamento das cidades” (**Ver** CARNEIRO, David. **Hipócrates e a locação das cidades**. Curitiba : Editora J. B. Groff, 1930), e estas lições são, depois, retomadas no século XV por tratadistas, como Leon Batista Alberti (**Ver** ARNAU AMO, Joaquin. **La teoría de la arquitectura en los tratados** : Alberti. Madrid : Tebas Flores, 1988).

¹⁷⁰Uma interpretação acerca da importância do **sítio** e da **localização** das cidades nos domínios ultramarinos encontra-se em RODRIGUES, Maria João Madeira. Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. BELAS ARTES, Lisboa, 3ª série, n. 7, 1985, pp. 165-175.

¹⁷¹**Cf.** LORAUX, p.96-97. Trata-se da idéia de “a Cidade” representar um “modelo de unidade”.

uma função simbólica para a nova povoação.¹⁷² As “justiças d’El-Rei”, instauradas com a ereção do pelourinho e a instalação dos ofícios municipais, se fariam concretizar nos cuidados para que a vila conservasse a “mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas”, em todo o tempo. De certa maneira, o “semeador” português estava sendo transformado em um construtor de cidades que deveria observar a geometria e o traçado retilíneo das ruas.¹⁷³

Roberta Delson Marx, tendo o Brasil do século XVIII como foco de atenção, analisa e relaciona o surgimento de preceitos escritos para a edificação de povoações com o absolutismo português representado pela administração do pombalina. Para Delson Marx, a política colonial daquele período estabeleceu-se sobre um projeto de civilização e de europeização da população brasileira, inclusive assentado no ordenamento urbano. A existência de normas urbanísticas regendo a instalação de novas vilas, além de significar uma mudança de atitude da Coroa portuguesa em relação ao Brasil, revela o entendimento de que a adoção dos preceitos arquitetônicos originados na simetria barroca seria uma representação simbólica do “bom governo”.¹⁷⁴

¹⁷²Neste aspecto, interessante comparar as disposições constantes nas *Leyes de India*, em relação ao aspecto físico das novas cidades: os edifícios deveriam ser construídos de maneira a provocar, quando os indígenas os vissem, admiração, temor e respeito. Segundo Chueca Goitia e Torres Balbas, tal determinação significa a utilização da arquitetura “al servicio de una elevada propaganda política”. **Ver Planos...**, p. xiii.

¹⁷³A partir do momento em que a Coroa portuguesa retomou a prerrogativa de fundação de novas povoações, os atos legais para suas instalações eram presididos por funcionários especialmente designados. Em algumas ocasiões, o próprio governador, a quem a ordem havia sido endereçada, oficiava a fundação; noutras, concorria alguém especialmente delegado. Onipresentes, todavia, eram os ouvidores gerais, encarregados da direção dos trabalhos de eleição dos oficiais das câmaras municipais e responsáveis pelas instruções de funcionamento da instituição municipal.

¹⁷⁴DELSON, Roberta Marx. **New towns for colonial Brazil** : spatial and social planning of the eighteenth century. Ann Arbor : University Microfilms International, 1979. **Ver** especialmente o Capítulo VI – Pombal and the portuguese policy of europeanization, p. 85-117.

Tal proposição estaria demonstrada, por exemplo, nas regulamentações construtivas previstas para a cidade de Oeiras. Após a criação da capitania do Piauí, a antiga vila de Mocha foi elevada à condição de sede de governo recebendo novo nome e o título de cidade em 1761,¹⁷⁵ e segundo Roberta Delson Marx, a partir desse momento, “foi realizado um esforço para exigir que todas as casas mantivessem um mesmo estilo de fachada, de forma a produzir um sentido de uniformidade e uma perspectiva harmônica”.¹⁷⁶

Junto a esta relação entre ordenamento físico das povoações e a presença de uma (nova) ordem político-administrativa, Silvio Mendes Zancheti considera que as cidades instaladas na América portuguesa

representavam o Estado como sede de sua administração, ou como canais de representação política – a Câmara municipal – mas nunca foram sedes de um Estado existente no território. O próprio caráter colonial impunha que o Estado fosse algo exterior tanto aos grupos sociais coloniais como ao próprio território.¹⁷⁷

Para Zancheti, “a empresa da dominação do espaço colonial e da economia estaria fadada ao insucesso sem a existência de uma **ordem estatal**”, e foram as

¹⁷⁵Sobre a distinção entre vila e cidade, Ilídio do Amaral, citando Gama Barros, assinala que o termo **vila**, desde forais do século XI, designava “uma determinada povoação que se rege a si mesma, com direitos e deveres próprios entre os seus moradores e para com um senhor da terra”. Quanto ao termo **cidade**, recorre ao cronista seiscentista João de Barros, para quem esta seria uma povoação cercada por muro e residência de autoridade eclesiástica. Assim, o designativo cidade seria uma “distinção política, de base religiosa”. Entretanto, o mesmo título poderia ser concedido pelo rei em reconhecimento por serviços prestados por dada povoação. AMARAL, Ilídio do. **op. cit.**, p.197. **Ver** também SERRÃO, J. Veríssimo. **A concessão de foro de cidade em Portugal** (dos séculos XII a XIX). Lisboa, 1973.

¹⁷⁶DELSON, p. 33. (“[...] an effort was to be made to require all houses to maintain the same styling of facade, in this manner achieving a sense of uniformity, and a harmony of perspective”). Note-se, contudo, que já em 1739, após a fundação de Vila Boa de Goiás, o governador da capitania, Dom Luís Mascarenhas, baixava uma portaria dispondo que “ninguém faça casas de qualquer qualidade que seja senão na dita conformidade, no sítio que pedir, para a parte do Pelourinho desta Vila, sob pena de lhe serem delhidas [demolidas] [...]”. **Cf.** FERREIRA, p. 364.

câmaras municipais coloniais, entendidas como “núcleos do poder estatal”, que estiveram encarregadas do exercício de um controle administrativo e fiscal da população, gerindo a ocupação e exploração dos territórios colocados sob suas jurisdições.¹⁷⁸

A cidade como sinônimo de “civilização” apresenta-se, então, como um artefato cultural (institucional) produzido para conter a possível, e provável, dispersão dos habitantes da colônia por seu imenso território. Essa função agregadora, ou melhor, civilizadora,¹⁷⁹ das vilas e cidades torna-se mais evidente, no século XVIII, à medida em que a Coroa portuguesa passa a desenvolver uma política de centralização administrativa, na qual o estabelecimento de povoações organizadas sob o estatuto municipal constitui uma de suas expressões.¹⁸⁰

Ainda quanto à instalação de vilas e cidades, e sua relação com o ordenamento sócio-político da população, uma outra observação de Zancheti é bastante procedente. Valendo-se de informações apresentadas por Aroldo de

¹⁷⁷ZANCHETI, Sílvio M. A cidade e o estado no Brasil colonial : colocações para um debate. ESPAÇO & DEBATES, ano VI, v. 3, n. 19, 1986, p. 5-29. p. 10.

¹⁷⁸ZANCHETI, p. 9 (destaque no original). Zancheti também afirma que o Estado português “não permitiu, ou sequer intencionou, criar estruturas paralelas às da Metrópole, dentro da Colônia”. (p.10) Nesse sentido, é necessário ressaltar que, no século XVIII, a administração central portuguesa buscou transformar as câmaras municipais em suas agências locais de poder; contudo, o controle que vem a ser exercido sobre essas mesmas câmaras confunde-se, antes, com o processo de centralização do poder daquele período.

¹⁷⁹A idéia de civilizar tem aqui um sentido bastante amplo; tanto significa a transmissão de valores culturais, como o estabelecimento de uma comunidade política (a *civis*, que “evoca originariamente o parente, o companheiro ou, ainda melhor, a associação, na cultura clássica do ocidente, das noções de *polis* e de cidade”. ROCAYOLO, p.397).

¹⁸⁰Zancheti também se mostra atento a esta alteração na política portuguesa: “A partir do final do século XVII, a Coroa passa a dirigir mais intensamente a tarefa de ocupação do território, chamando a si as responsabilidades da urbanização”. ZANCHETI, p. 7.

Azevedo,¹⁸¹ afirma que, “o Brasil, no momento de sua independência (1822), contava com um reduzido número de cidades e vilas”. E acrescenta:

O reduzido número de núcleos urbanos pode causar espanto, tanto a especialistas como a desprevenidos, entretanto, por outro lado, foi surpreendente a capacidade dos colonizadores e do governo metropolitano para conquistar e ampliar o território do país, garantir sua posse e sua unidade, por tantos séculos, com uma base urbana diminuta. [...]

A que se deve atribuir então o tamanho sucesso na tarefa de ocupação e união do território brasileiro?¹⁸²

Uma resposta a esta pergunta pode ser encontrada em comentário de Roberta Marx Delson, quando ela critica a visão corrente que atribui uma “notória inépcia” aos funcionários portugueses encarregados de conduzir a política de colonização estabelecida pela coroa:

a evidência aqui apresentada sugere que a Coroa teve um amplo plano de modernização que abrangeu todo o Brasil e que foi implementado em estágios durante o curso do século dezoito. Pombal facilmente compreendeu a vantagem da existência de grupos coordenados de cidades nas mais diversas regiões, como no distante oeste, na Amazonia e no sul do Brasil, e a importância deles no desenvolvimento da colônia. O conhecimento da centralidade exercida pelas principais comunidades urbanas determinou o posicionamento de muitas das novas povoações.¹⁸³

Também é importante considerar que a ação objetiva e direta da Coroa portuguesa na instalação de novas vilas não se esgotava no ato de criação,

¹⁸¹AZEVEDO, A. Vilas e cidades no Brasil colonial : ensaio de geografia urbana retrospectiva.

¹⁸²ZANCHETI, p.5 e 7. (meu destaque).

¹⁸³DELSON, p.170. (“While most traditional studies of Latin America history depict Portuguese royal officials as singularly inept, the evidence presented here suggests that the Crown had a comprehensive plan of modernization which encompassed all of Brazil, and which was implemented in stages during the course of the eighteenth century. Pombal easily perceived the advantage of having coordinated clusters of towns in such diverse areas as the far west, the Amazon and the south of Brazil, and his representatives in the colony followed suit. The knowledge of the centrality exerted by major urban communities determined the positioning of many of the new townships.”)

quando funcionários régios determinavam o arruamento e a localização dos prédios de uso público e da praça principal da vila. Mesmo que se considere que as câmaras municipais passassem a deter uma relativa autonomia na gerência do espaço urbano e das atividades realizadas dentro dos limites de seus termos, elas desempenhavam suas funções sob constante fiscalização, sofrendo, muitas vezes, intervenções de ouvidores, capitães-mores e governadores em suas deliberações. Ademais, a ação das câmaras estava subordinada a um conjunto de determinações – os provimentos – que, previamente, visavam regular as ocorrências do cotidiano daquelas povoações. Os juízes ordinários, vereadores e demais oficiais municipais exerciam suas funções a partir dos provimentos baixados pelos ouvidores. Tanto as decisões judiciais como as posturas municipais eram correicionadas por estes oficiais régios que, quando necessário, adequavam as decisões tomadas nas sessões camarárias às disposições legais contidas nas Ordenações do Reino e na Legislação extravagante portuguesa.

Desse modo, reconhecer que as vilas e cidades instaladas na América portuguesa, a partir do início do século XVIII, foram, antes de tudo, a expressão da vontade e da conveniência régia, pode ajudar a compreender a estranheza manifestada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira quando percorreu a região da capitania de São José do Rio Negro, entre 1785 e 1787.¹⁸⁴ Ele dizia: “sem gente, sem lavoura e sem comércio, não sei para que servem semelhantes povoações!”.¹⁸⁵

¹⁸⁴**Ver** FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem philosophica pela capitania de São José do Rio Negro (1787). A “estranheza” de Alexandre Ferreira foi destacada por Emanuel Araújo, para quem o naturalista “deixou um testemunho desolador” sobre as povoações do Rio Negro do século XVIII. **Ver** ARAÚJO, E. **O teatro dos vícios** : transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993, p.41.

¹⁸⁵Citado em ARAÚJO (1993), p.41. (Meu destaque). Emanuel Araújo utilizou-se da edição FERREIRA, Alexandre R. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém : Museu Paraneze Emílio Goeldi, s/d. **Ver** p.500.

As povoações a que Alexandre Ferreira se referia eram as vilas de índios instaladas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre 1751 e 1759.¹⁸⁶ Sobre tais povoações, comentava ainda que não entendia o porquê de conservarem a denominação de “vilas”, que, “na maior parte, tal distinção não merecem”.¹⁸⁷

Pois, discutir “a que se deve atribuir então o tamanho sucesso na tarefa de ocupação e união do território brasileiro?” e “para que servem semelhantes povoações” – como questionaram Sílvio Mendes Zanchetti e Alexandre Rodrigues Ferreira – são preocupações deste estudo. Isto, na medida em que se concorda que a “ligação direta entre Colônia e Metrópole dava-se pela cidade”.¹⁸⁸ Ou seja, a vida política – hodiernamente, a cidadania – tinha sua sede nas vilas e cidades. Essas povoações, ainda que grande parte delas apresentasse umas poucas ruas e casas e escassa população, eram a parte visível da instituição municipal e das “justiças d’El Rei”.

Vilas e povoações joaninas no Brasil

Não foi preciso esperar o reinado de D. José I para que se iniciasse a ocupação institucional das regiões de mineração situadas, ainda no final do século XVII, em territórios pertencentes à capitania de São Paulo.¹⁸⁹ Já com D.

¹⁸⁶A capitania de São José do Rio Negro pode ser entendida como um ‘laboratório’ da política urbanística que marcou o governo de D. José I, tendo sido posta em prática por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal, durante o período em que governou o Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre 1751 e 1759. Adiante faremos menção à “ação urbanística” de Mendonça Furtado na Amazônia.

¹⁸⁷Cf. ARAÚJO (1993), p.41.

¹⁸⁸ARAÚJO (1993), p. 90.

¹⁸⁹Entre 1698 e 1765, a capitania de São Paulo esteve subordinada ao governador do Rio de Janeiro. Em 1709, foi criada a capitania régia de São Paulo e Minas do Ouro, com uma extensa área, que compreendia os territórios das futuras capitanias de Minas Gerais, do Mato Grosso e de Goiás. Após a criação da capitania de Minas Gerais (1720), o governo de São Paulo continuou responsável pela

João V, as ações de exploração e de povoamento daquelas áreas deixaram de ser apenas incentivadas e passaram a receber caráter oficial, sendo conduzidas sob a supervisão de funcionários régios, especialmente nomeados para este efeito.¹⁹⁰

No mesmo momento, também os sertões do nordeste brasileiro tornam-se objeto de atenção, sendo que o principal foco de expansão para o interior dá-se a partir de Pernambuco e da Bahia, com a instalação de fazendas de criação de gado ao longo da margem esquerda do rio São Francisco, até o sul do Piauí e do Ceará. A maior parte das terras dessa região fora cedida por donatários na forma de sesmarias, e os sesmeiros, por sua vez, arrendavam-nas para os criadores, que estabeleciam suas fazendas de gados. Esta forma de ocupação era bastante descontínua e os núcleos povoados restringiam-se às instalações das fazendas. A constante ameaça de ataques “do gentio” e algumas capelas para os serviços religiosos serviam para agregar essa população dispersa.

Até o momento em que a Coroa portuguesa decidiu assumir o controle da ocupação do *hinterland* americano, tal empresa ficara na mão de particulares, especialmente paulistas, sendo que a descoberta dos veios auríferos e o início de sua exploração, ao promoverem intenso deslocamento de população – inclusive vinda de Portugal –, proporcionaram a criação de diversos núcleos de povoamento: os arraiais.

Diogo de Vasconcelos, referindo-se à região “das minas gerais” no século XVII, assinala que os sertanistas recebiam instruções régias para “fundarem

administração do restante daquele território até 1748, ano de criação das duas outras capitanias. Paralelamente a esta divisão na administração civil, em 1745, foram criados os bispados de São Paulo e de Mariana (Minas Gerais), além das prelazias de Goiás e de Mato Grosso. De certa maneira, esta divisão eclesiástica também funcionava como uma estratégia para o estabelecimento do domínio português frente à Espanha, na região.

¹⁹⁰Especificamente com relação à exploração das minas, desde 1603 existia o cargo de administrador das minas. Em 1702, passa a ser designado superintendente das minas. Para suas atribuições, **ver** SALGADO, p. 275-279.

arraiais de espaço em espaço, de 50 léguas pelo menos, a efeito de servirem de apoio à conquista e de viveiros à civilização”. Quanto ao termo arraial, faz o seguinte comentário:

Os bandeirantes alojavam-se à maneira de milícias em marcha, e por isso chamavam **arraial** o sítio do acampamento. Alguns convertiam-se em povoados e conservavam o título para os distingüir das **aldeias**. Um **arraial** considerava-se orgulhoso do título, porque as aldeias pertenciam a índios, governados por leis excepcionais e humilhantes. O arraial gozava dos direitos comuns e entrava no regime civil geral do Reino.¹⁹¹

As primeiras vilas mineiras foram criadas ainda antes de sua separação de São Paulo. Em 1711, foram erigidas: a vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque (depois cidade de Mariana), a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar (Ouro Preto) e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará; em 1713: a Vila de São João d’El Rei; em 1714: a Vila Nova da Rainha e a Vila do Príncipe (do Serro Frio); em 1715: a Vila de N. Senhora da Piedade, ou do Infante (Pitangui); e, em 1718: a Vila de São José d’El Rey (Tiradentes).¹⁹²

Como já mencionado, a criação de uma vila deve ser entendida como uma concessão régia. Sede de um município, sua principal competência era a de zelar pelo bem-comum de todos os moradores residentes em seu termo, o que se realizava por intermédio de sua câmara municipal.

¹⁹¹VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**, 1º volume. 3.ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974, p. 62-63. (destaques no original). O termo arraial derivaria da palavra real (*reial*, em sua forma antiga), significando, com a adição do prefixo “ar” (*are*, latim), pertencente ao rei, sendo empregado para identificar uma povoação temporária, ou um acampamento, de caráter militar ou formada em função de atividades voltadas à extração mineral. (Cf. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986. Verbete: arraial, p. 168).

¹⁹²Minas Gerais teria ainda, em 1730, a criação da vila de N. Senhor do Bom Sucesso (Minas Novas do Fanado). Depois, até 1822, novas vilas foram criadas somente a partir de 1789: Itapecerica (1789), Vila da Princesa (Queluz, 1790), São Bento do Tamanduá (1790), Barbacena (1791), Campanha (1798), Paracatú (1799), Jacuí (1814), Baependi (1814).

Aos Vereadores pertence ter carregos de todo o regimento da terra e das obras do Concelho, e de tudo o que puderem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar. E se souberem que se fazem na terra malfetorias, ou que não é guardada pela Justiça, como deve, requererão aos Juizes que olhem por isso.¹⁹³

Os encargos atribuídos às câmaras municipais estendiam-se desde a aplicação da justiça, na instância a ela adjudicada, até a organização do funcionamento da vida comunitária: a conservação de caminhos, o controle da ocupação das terras urbanas e das condições sanitárias, o abastecimento de gêneros, a fiscalização das atividades artesanais.

A instituição municipal, no Brasil, pautou-se pelas disposições expressas nas Ordenações do Reino. É bem verdade que poucas das câmaras chegaram a ter em mãos tais livros, situação muitas vezes comentada pelos ouvidores que faziam a correição dos atos municipais. Todavia, as atribuições concernentes aos vereadores e demais oficiais municipais estavam ali definidas, e uma das primeiras ações, com a fundação da vila, era a de se proceder à eleição dos vereadores e juizes ordinários.

TERMO DE ELEIÇÃO QUE SE FEZ PARA OS ELEITORES QUE HÃO DE ELEGER OS OFICIAIS DA CÂMARA DESTA NOVA VILA. Aos oito dias do mês de julho de mil e setecentos e nove (sic), nesta nova Vila Rica de N. S.^{ra} do Pilar e Albuquerque, em as Casas em que mora o Senhor Governador e Capitão General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sendo presentes as Pessoas principais e mais povo deste distrito, depois de se ter deitado pregão para a eleição que se havia de fazer, foi pelo dito Senhor ordenado a todos em geral, que como se devia a dita eleição na forma das Leis do Reino, se votasse, cada um por si em seis Pessoas para eleitores, capazes e de toda a suposição, e zelo, para bem elegerem os Juizes, Vereadores e Procurador [...].¹⁹⁴

¹⁹³**Ordenações Filipinas**, Livro I. p. 144-145. (Título LXVI – Dos veradores).

¹⁹⁴Termo de eleição da Câmara de Vila Rica. **Revista do Archivo Público Mineiro**, ano II, 1897, p.85. Provavelmente existe uma incorreção na data apontada

Esta eleição, realizada no mesmo dia em que se deu a “ereção” do antigo Arraial das Minas Gerais do Ouro Preto em vila, foi presidida pelo governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, e repetiu os mesmos atos que haviam acontecido no Arraial do Ribeirão do Carmo, em 8 de abril de 1711. Mais tarde, no Arraial e Barra de Sabará, em 17 de julho daquele mesmo ano, sucederia eleição idêntica. Destaque-se que, nas três fundações, esteve presente o governador da capitania, para dar cumprimento às “ordens de S. Majestade, que Deus Guarde”, pelas quais havia-lhe determinado a criação das vilas.¹⁹⁵

Processo semelhante dar-se-ia na criação das vilas de São João d’El Rei, Nova da Rainha, do Príncipe, Pitangui e São José d’El Rei, entre os anos de 1713 e 1718. Na primeira, esteve presente D. Brás Baltasar da Silveira, então governador da capitania; nas duas seguintes, o mesmo governador designou o ouvidor-geral da capitania, e na quarta, um sargento-mór, para presidirem as fundações. Na última, os atos de criação se fizeram novamente com a presença do novo governador, D. Pedro de Almeida e Portugal.¹⁹⁶

Estas vilas mineiras inauguram, de certo modo, as fundações setecentistas brasileiras, embora a presença de “uma estrutura geométrica rígida e centralizada a partir da ‘praça’ fundadora” não se concretize.¹⁹⁷ A ênfase maior das fundações mineiras parece recair na constituição de uma sociedade política, que passaria a viver sob as “leis e justiças de Sua Majestade”. Nesse aspecto,

para a realização da eleição (1709), uma vez que ata de juramento e posse dos oficiais da câmara traz o ano de 1711. Cf. p.86.

¹⁹⁵Ver termos de ereção das vilas do Carmo, Vila Rica e Sabará. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano II, 1897, p.81-88. (meu destaque).

¹⁹⁶**Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano II, 1897, p.88-92.

¹⁹⁷Ressalve-se que ainda no reinado de D. Pedro II foram criadas as vilas de Caravelas (Porto Seguro, 1701) e Pindamonhangaba (SP, 1705); às quais poder-se-ia também incluir Aquirráz (CE, 1700). No início do reinado de D. João V, anteriormente às instalações mineiras, foram fundadas as vila de Icatu (MA, 1708) e Santo Antonio do Recife (PE, 1709).

ganha relevância o fato de tais vilas terem sido criadas a partir de determinações expressas do rei português, inclusive com a designação de funcionários encarregados em dar cumprimento à vontade real.¹⁹⁸ Também é relevante que os textos das atas de fundação tragam especificada a necessidade de se construir igreja e casa de câmara e cadeia.

Ainda que o “traçado regulador” não se fizesse presente, dois outros aspectos merecem ser destacados. O primeiro deles, já apontado, diz respeito ao **sítio** em que as novas vilas estavam sendo erigidas.¹⁹⁹ Em parte, sua conveniência já estaria dada, muito embora entreveja-se instruções no sentido de sempre se buscar o melhor terreno:

Porque supondo não achava o sítio muito acomodado, atendendo às riquezas que prometiam as minas, que há tantos anos se lavram nestes morros e ribeiras, e ser a parte principal destas minas, aonde acode o Comércio, e fazendas, que dele [e]mana para as mais e outras muitas mais que o tempo mostraria, se resolvia executá-lo assim, e que todos deviam, neste pormenor, dar o seu parecer; os quais uniformemente todos convieram em que neste dito Arraial, junto com o de Antono Dias, se fundasse a Vila [Rica] pelas razões

¹⁹⁸Devo informar que não consultei as ordens régias passadas aos governadores de São Paulo e Minas do Ouro relativas à fundação daquelas vilas. Outrossim, a **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XVI, v.1, 1911, traz o registro de uma Ordem Régia, de 12 de janeiro de 1711, “pela qual se aprova ao Governador de Minas, o Conde de Assumar, o ter criado o Arraial de Rio das Mortes em Vila, com a denominação de S. José, porém se lhe adverte que não faça outra criação sem Ordem de S. Majestade, porque aquela, que ele refere dirigida ao Governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi privativa para aquele tempo, em que as Minas começavam, e não havia ainda povoação regulada, M.1, fls.192.” **Ver** p. 458.

¹⁹⁹Com relação ao traçado de ruas e praças dessas novas fundações, Sylvio de VASCONCELOS, em seu trabalho sobre Vila Rica, vai afirmar que a topografia do sítio em que esta fora instalada era, “por assim dizer, bastante imprópria ao estabelecimento de uma povoação”. Uma observação que poderia ser estendida para as demais vilas mencionadas. No entanto, a escolha do terreno das vilas mineiras fora feita atendendo à conveniência de seus moradores, sendo erigidas a partir de antigos arraiais já instalados, aproveitando-se em muito da estrutura previamente existente. **Ver Vila Rica : formação e desenvolvimento, residências.** São Paulo : Perspectiva, 1977, p.66.

A pergunta que se coloca é: aos olhos de um português daquela época tal topografia apresentava-se imprópria para uma povoação?

referidas, pois era Sítio de maiores conveniências que os Povos tinham achado para o Comércio [...].²⁰⁰

O segundo aspecto relaciona-se ao controle de um determinado território. Ou seja, a **localização** das novas vilas. Nesse caso, percebe-se a existência de uma concentração de fundações em região que não detinha, formalmente, qualquer instituição municipal, bem como se caracterizava como área de exploração recente: “em que as Minas começavam, e não havia ainda povoação regulada”.²⁰¹ Este aspecto evidencia-se ao confrontarmos outras fundações ocorridas entre 1700 e 1720: vila de Icatu (Maranhão, 1708), vila de Mocha (Piauí, 1717), vila de Aquiráz (Ceará, 1700), vila de Santo Antonio do Recife (Pernambuco, 1709), vila de Caravelas (Porto Seguro, 1701), Vila Nova de Benevente (Espírito Santo, 1716), vila de Pindamonhangaba (São Paulo, 1705) e vila de Laguna (atualmente no estado de Santa Catarina, 1714).

Essas vilas, com exceção das de Santo Antonio do Recife e de Pindamonhangaba, foram localizadas em regiões que poderiam ser consideradas como ‘vazios’ institucionais.²⁰² Aquirráz, mesmo depois da fundação da vila da Fortaleza (1726), que passaria a ser sede do governo da capitania do Ceará, manteve-se como cabeça de Comarca. Caravelas, por seu lado, foi uma tentativa para povoar o sul da capitania de Porto Seguro, sempre ameaçada pelos ataques dos indígenas locais. A fundação de Benevente, hoje cidade de Anchieta, no sul

²⁰⁰Termo de ereção de Vila Rica. **Revista do Archivo Público Mineiro**, ano II, 1897, p. 84.

²⁰¹Registro da Ordem Régia de 12/01/1719, transcrito em Nota precedente: [a Ordem] “dirigida ao Governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi privativa para aquele tempo, em que as Minas começavam, e não havia ainda povoação regulada”.

²⁰²Pindamonhangaba foi estabelecida entre Taubaté e Guaratinguetá, já existentes desde o século anterior, fazendo parte de uma série de vilas localizadas no caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro. Icatu localiza-se ao lado da ilha de São Luís, no continente, e foi a terceira vila instalada naquela capitania.

do Espírito Santo, deve-se aos mesmos motivos que Caravelas. Laguna, que antecedeu à criação da vila de Santa Catarina (Desterro, 1726), era a mais meridional em terras portuguesas, em que pese a existência da Colônia de Sacramento, às margens do rio da Prata. Seria desnecessário lembrar que a cada uma destas vilas corresponde um município, uma câmara, vereadores, juizes ordinários, enfim, uma forma institucional de organização de uma dada população.

Ainda, Pindamonhangaba e Mocha eram as únicas distantes da faixa litorânea. A vila de Mocha foi instalada no centro do “sertão do Piauí”, a partir da igreja matriz da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, criada em 1697. Até então, poder-se-ia dizer que o pároco local era, por assim dizer, o único representante do Estado português naquela região, ocupada por uma população dispersa, moradora em fazendas de gado.²⁰³

Assim, com relação à **localização** das vilas fundadas no início do século XVIII, na América portuguesa, é possível identificar a existência de uma ação que, originada na metrópole, visava controlar uma ocupação já em desenvolvimento, estabelecendo povoações regulares que contassem com instituições que representavam o poder régio. Nesse aspecto, as vilas mineiras no interior do território são exemplares. Mesmo no litoral, buscou-se preencher ‘vazios’ e, ao mesmo tempo, fortalecer as defesas contra possíveis invasores (especialmente os espanhóis, no caso de Laguna). Essa ocupação regular

²⁰³Segundo Rocha Pita, a exploração do Piauí teve início por volta de 1670. Um de seus primeiros desbravadores foi Domingos Afonso Sertão – “apelido que tomara em agradecimento das riquezas que lhe deram os sertões do Brasil” –, em empreendimento associado à Casa da Torre, dos Garcia D’Ávila. Em pouco tempo, a região foi ocupada por extensas fazendas de gado, em sesmarias concedidas pelo governo de Pernambuco. Além de fazendeiros oriundos de Pernambuco e Bahia, o Piauí também foi explorado por paulistas que seguiram com uma expedição de Domingos Jorge [Velho]. PITA, Sebastião da Rocha. **História da América**

(institucional) serviria, enfim, para afirmar a posse dos territórios contidos nos termos municipais para a Coroa portuguesa.

Que se escolha sítio para fundar uma nova vila em Goiás

Acima, foi salientado que as ereções de vilas em Minas Gerais, na segunda década do século XVIII, fizeram-se a partir da existência de ordens expressas d'El Rei. Também foram apresentadas algumas considerações relativas ao urbanismo português daquele momento, tendo em consideração os conteúdos das ordens régias expedidas e, por assim dizer, os resultados alcançados.

Observou-se, porém, que as ordens dirigidas para a criação das vilas mineiras, entre 1711 e 1718, não traziam qualquer instrução quanto a arruamentos e a locação de uma praça “central” em torno da qual fossem instalados os edifícios públicos. Contudo, é possível identificar, ainda no reinado de D. João V, um segundo momento urbanístico empreendido pelo governo português em terras brasileiras. Grosso modo, ainda levando em consideração a região aurífera, pode-se datar seu início em 1736.²⁰⁴

Seguindo uma cronologia de novas fundações na primeira metade do século XVIII, temos, no Ceará, a vila da Fortaleza (1726); e, na Bahia, as vilas de Jacobina (1722), Livramento do Brumado (1724), Maragogipe (1725), Santo

portuguesa. Belo Horizonte; São Paulo : Itatiaia; Editora da USP, 1976. **Ver** p.179-180.

²⁰⁴Embora não venha a trabalhar, especificamente, com as vilas de Curitiba, Paranaguá e São Francisco do Sul, merece comentário a ação que o ouvidor geral de São Paulo, Rafael Pires Pardini, realizou em tais vilas, no início da década de 1720. Em seus provimentos, cuidou deixar registrado que as ruas daquelas povoações deveriam ser retilíneas, “direitas por corda”, para evitar que a vila ficasse “disforme”. **Ver** PEREIRA; SANTOS, p.23; e, **Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba**, v.1, 1906, p.19. Em Paranaguá, Pardini “usou seus provimentos para traçar um projeto geral da vila e chegou, inclusive, a demarcar ruas no próprio terreno”. **Ver** PEREIRA (1998), p.282. A menção a este funcionário português justifica-se ainda mais dado o fato, quando de seu retorno a Lisboa, de ser nomeado para o Conselho Ultramarino.

Amaro (1727), Cachoeira da Abadia (1728) e Itapicurú (1728). Também são criadas a vila de Santa Catarina (1726) e a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1727), em sítio antes ocupado por um arraial de mineração.

Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1727, nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sendo mandado por S. M., que Deus guarde, criá-la de novo, o Exmo. Sr. Rodrigo Cesar de Menezes, governador e capitão-general desta capitania, e que o acompanhasse para o necessário, o Dr. Antônio Alvez Lanhas Peixoto, ouvidor geral da comarca de Paranaguá, sendo por ele eleitas as justiças [...].²⁰⁵

Por vários anos, a vila “paulista” de Cuiabá foi a mais ocidental da América portuguesa, bem além do meridiano de Tordesilhas. As outras mencionadas, em sua maior parte, localizavam-se no litoral. Em Minas Gerais, também se deu uma nova fundação, a vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no antigo Arraial do Fanado, em 1730. O ouvidor da Comarca do Serro Frio, que presidiu sua criação, enviou uma comunicação de seu ato ao rei para que este o aprovasse ou determinasse “como achar ser mais conveniente ao seu Real Serviço”. Para justificar-se, o ouvidor indicava que a grande extensão da comarca, que contava apenas com a vila do Príncipe, propiciava, nos arraiais nela instalados, várias desordens “por falta de justiças”.²⁰⁶ Tal argumento, aliás, desde o século XVII esteve sempre presente nos requerimentos e nas cartas régias que dispunham sobre a criação de novas vilas.

Goiás, assim como Minas Gerais e Mato Grosso, tinha sua população distribuída por diversos arraiais de mineração. Dada a grande distância que separava o governo de São Paulo daquelas povoações, dificultando a fiscalização

²⁰⁵Transcrição da ata de fundação da Vila Real de Cuiabá, **in** LEITE, Luis-Philippe Pereira. **Vilas e fronteiras coloniais**. Cuiabá : [Edição do autor], s/d. p. 52.

da arrecadação dos direitos reais, bem como a aplicação das justiças, D. João V, por Resolução de 23 de fevereiro de 1731, decidiu instalar nas “minas dos Goiases” um Ouvidor e um Mestre de Campo. O primeiro deveria trabalhar na administração da justiça e o segundo encarregar-se da manutenção da ordem e arregimentar os moradores para os corpos de milícias.²⁰⁷

Ao mesmo tempo em que o governador de São Paulo era informado do teor daquela Resolução, o recém-nomeado ouvidor-geral da capitania, Gregório Dias da Silva, recebia uma carta régia que lhe ordenava dirigir-se para “as minas dos Goiases” e

achando nelas gente e povo suficiente, estabeleçais nelas uma vila na forma que dispõe a ordenação, apontando para ela sítio o novo governador que para elas mando.²⁰⁸

Considerando o teor de ambas as cartas, nota-se, já em 1731, a disposição do governo português em criar a capitania de Goiás com um governo independente do de São Paulo. Também se percebe que a criação de uma vila naquela região seria tarefa partilhada pelo novo governador e pelo ouvidor, cabendo ao primeiro definir o sítio da nova povoação, “o que fará com conselho das pessoas mais práticas do país”.²⁰⁹

Embora a fundação de uma vila em Goiás já estivesse sendo cogitada desde 1731, sua efetiva instalação demorou oito anos. Durante este lapso de tempo, os arraiais goianos receberam uma forma de organização política até

²⁰⁶Carta do Ouvidor Antonio Ferreira de Mello ao Governador das Minas Gerais, em 15/5/1731. **Revista do Archivo Público Mineiro**, ano II, 1897, p. 93-94.

²⁰⁷**AHU. Códice 236**. Carta régia para o governador de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, em 26/2/1731.

²⁰⁸**AHU. Códice 236**. Carta régia para o ouvidor geral de São Paulo, Gregório Dias da Silva, em 26/2/1731.

²⁰⁹Como será visto, o governador não escolheu apenas o **sítio** na nova vila, mas também a sua **localização**.

então não usual na administração portuguesa. Como sabemos, os arraiais serviam como núcleos, mais ou menos fixos, para agregar as populações que se dedicavam à exploração mineral e também como suporte logístico para os que se dedicavam à explorações dos sertões.²¹⁰ Espalhados pelas capitanias, contavam com alguns poucos funcionários encarregados de fiscalizar a extração do ouro e de pedras preciosas e encarregados do recolhimento dos direitos devidos à Fazenda Real.²¹¹

Porém, quanto aos arraiais goianos, uma consulta registrada no Conselho Ultramarino indica que eles, desde 1736, contavam com dois juizes ordinários, além de um tabelião e de um meirinho, oficiais cuja presença não foi verificada nos arraiais de Minas Gerais.²¹² Note-se, porém, que isso não conferia aos arraiais goianos um estatuto de organização municipal.

A adoção de tal medida parece ser decorrência de uma ordem passada ao governador de São Paulo, Antonio Luís de Távora, conde de Sarzedas, em 1736,

²¹⁰Ainda em relação aos arraiais, Diogo de Vasconcelos faz uma distinção, “[...] segundo o velho direito, os arraiais fundados no sertão se classificavam: em legais, os que provinham das bandeiras e pertenciam ao domínio régio, governados por funcionários e os de domínio particular, que eram fundados por iniciativa e à custa dos sertanistas, sendo, pois, de sua propriedade, quase fazendas, que até passavam aos herdeiros.” (VASCONCELOS, Diogo de. **História média de Minas Gerais**. 4.ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974. p. 36-37.). Observe-se, porém, que os sertanistas particulares geralmente estavam no exercício de um direito que lhes tinha sido concedido, o de povoador, muitas vezes acompanhado de um título militar (em geral, capitão), o que também os submetia à autoridade do capitão-mor responsável pela região em que os arraiais fossem instalados.

²¹¹Nas áreas de mineração, ao lado dos governadores e dos ouvidores, sobressaía-se a figura do “superintendente das minas”, funcionário especialmente nomeado para a administração das minas e com poderes específicos e independentes dos atribuídos ao governador. Acerca dos regimentos dos governadores de Minas Gerais, ver COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais**. Quanto ao regimento do Superintendente das Minas, ver AHU. **Código 1238**. Carta régia ao superintendente das minas de São Paulo, em 24/4/1702.

²¹²AHU. **Código 239**, fls. 76-76v. Despacho do Conselho Ultramarino, em 07/7/1739. Este despacho decorre de uma correspondência do superintendente das minas de Goiás, Agostinho Pacheco Teles, de 17/5/1738, prestando contas do que havia sido executado desde sua nomeação em 1736, em substituição a Gregório Dias da Silva.

pela qual deveria dirigir-se à Goiás e lá determinar o sítio para instalação da nova vila a ser criada, bem como deveria informar “de tudo o que naqueles distritos necessitar de providência”, opinando, inclusive sobre a conveniência, ou não, de formar um “governo separado”.²¹³

Atendendo ao rei, o Conde de Sarzedas, dirigiu-se a Goiás, e lá, considerando

a necessidade que padeciam os povos daquelas minas de administração de justiça, pela distância em que ficam umas povoações das outras, se assentou em uma Junta de Ministros que se achava naquela parte, no Serviço de V. Majestade, convocados pelo governador de São Paulo, o Conde de Sarzedas, que enquanto Vossa Majestade se não servia mandar criar vilas nas povoações a que chamam Arraiais, se elessem na forma da lei, dois juizes ordinários em cada um deles, e um tabelião do público, judicial e notas e um meirinho, para servirem com os ditos juizes, considerando-se igualmente que estes tabeliães se fariam precisos para poderem, sem despesa da Real Fazenda, escrever nos livros da matrícula e encher os bilhetes da capitação e do censo naqueles Arraiais, com os Intendentes Comissários que neles se nomeavam, sem ordenado, propinas, nem ajuda de custo para a cobrança e arrecadação dos reais quintos comutados na referida capitação e censo [...].²¹⁴

A “novidade” instituída em Goiás,²¹⁵ antes da criação de Vila Boa, teve como um dos argumentos de defesa a opinião do superintendente das minas,

²¹³**AHU. Códice 236**, fls. 163-163v. Carta régia ao governador de São Paulo, em 11/02/1736. Em 1734, o rei já havia consultado o conde de Sarzedas, sobre a conveniência de lá “se levantarem povoações”. (**AHU. Códice 236**. Carta régia para o governador de São Paulo, em 09/12/1734.) Nessa mesma carta, o rei ordenava que fosse criada uma Casa de Fundição em Goiás, para tentar controlar a extração e a cobrança dos direitos sobre o ouro.

²¹⁴**AHU. Códice 239**, fls. 76-76v. Despacho do Conselho Ultramarino, em 07/7/1739.

²¹⁵As Ordenações do Reino previam a eleição de juizes vintenários, para povoações, ou “aldeias em que houver vinte vizinhos, e daí para cima até cinquenta, e for uma légua afastada, ou mais da cidade ou vila, de cujo termo for”. Esses juizes eram eleitos pela câmara municipal em que a povoação estivesse inscrita. (**Ordenações Filipinas**, Livro I, Título 65, § 73) O que se verificou em Goiás, além da ausência de uma câmara municipal, foi uma eleição realizada por “uma Junta de Ministros”.

afirmando que ela tornaria desnecessária a criação de outras vilas, bem como era bastante adequada ao fato de a população local estar sempre em movimento, buscando novos veios auríferos. Entendia o superintendente que assim se garantiria, ao mesmo tempo, a administração da justiça e o controle da arrecadação dos direitos reais. Por fim, ouvidos o Conselho Ultramarino e o Procurador da Coroa, que se pronunciaram favoravelmente, o rei aprovou a criação daqueles oficiais por Despacho de 31/10/1739.

Mas, se em 1736 a aplicação das “justiças d’El Rei” foi assegurada aos moradores dos arraiaias goianos, a vila que o rei desejava erigir em Goiás acabou por provocar uma discussão sobre o local mais adequado para a sua instalação. De acordo com a carta régia de 1731, dirigida ao governador de São Paulo, D. João V deixou manifesto que a escolha do “sítio” para a nova vila ficaria ao encargo do “novo governador” que para lá mandaria, e ao ouvidor caberia a responsabilidade pelos atos legais da mesma fundação.

Gregório Dias da Silva seguiu para Goiás, tomando o cargo de Superintendente das Minas. Instalou-se no Arraial da Meia-Ponte e informou que, “por ser a primeira povoação destas minas e as mais permanentes, me parecia mandasse Vossa Majestade criar vila na forma da ordem que tive”. Justificava a escolha daquele arraial porque,

ainda que a pequena povoação a não permita, poderá ser que a sua ereção a faça mais populosa, e permanentes os moradores que aqui se acham, e se disponham os que andam espalhados, por gozarem das honras da República, a governarem aqui serviços com utilidade da Real Fazenda.²¹⁶

O superintendente das minas de Goiás também propunha ao rei que este ordenasse “que o ministro destas Minas [ele próprio] seja presidente da Câmara para lhe constituir maior respeito e que nos descobertos tenha a mesma Câmara

jurisdição”. Não vamos aqui comentar sobre o desejo do superintendente de se apossar da jurisdição das justiças, tomando o cargo de presidente da Câmara, afrontando seu próprio Regimento. Mas, com as informações que ele enviou a Lisboa, convém observar que fora dado início à discussão acerca do melhor local para a vila que ainda haveria de ser fundada.

O Arraial da Meia Ponte também mereceu atenção e a preferência do segundo superintendente, em detrimento de outro, o de Santa Ana, por entender que este último ficava “em um lado do continente o mais distante das outras povoações, e seis dias mais longe dos caminhos de povoado que a Meia Ponte”.²¹⁷

Essa questão só seria resolvida em 05 de julho de 1739, quando D. Luiz Mascarenhas, dirigiu-se para Goiás e efetivou a criação de Vila Boa, ao lado do Arraial de Santa Anna.

Senhor. Em observância das ordens que nesta capitania achei de Vossa Majestade de onze de fevereiro de mil setecentos trinta e seis, de que com esta vão as cópias, passei a estas Minas dos Goiás, e depois de haver estado no Arraial da Meia-Ponte quinze dias, cheguei a este de Santa Anna, em cinco de julho do presente ano, aonde em consideração de estar bem estabelecido, ser populoso e salutar seu território, ter muitas lenhas e boas águas, e ser o sítio, se não de grandezas de ouro no tempo presente, ao menos de permanentes faisqueiras, e estar vizinho a um descobrimento de grandes esperanças, chamado dos Araês, e dos rios Claro e Pilões, e ser também por onde se tem aberto, e creio se há de frequentado caminho do Cuiabá, circunstâncias todas atendíveis, e que excede as que concorriam em qualquer dos outros Arraiais destas Minas, de que me informei exatamente. Erigi junto a ele uma vila, na forma da ordem de Vossa Majestade, expedida pelo Conselho Ultramarino, levantando pelourinho no meio do sítio determinado para a praça, e observando tudo o mais que dispõe a referida ordem, e se intitulou Vila Boa, em que por ora fico, enquanto a grande concorrência do povo para algum

²¹⁶**AHU. GO; Maço 4.** Carta de 05/01/1735.

²¹⁷**AHU. Códice 239**, fls. 76-76v. Despacho do Conselho Ultramarino, em 07/7/1739.

descoberto não faz nele mais precisa a minha assistência, de que dou conta a Vossa Majestade, que determinará o que for servido. Vila Boa, 2 de outubro de 1739. Dom Luiz Mascarenhas.²¹⁸

Interessante observar que as instruções de 11 de fevereiro de 1736, dirigidas ao Conde de Sarzedas, dispunham:

passéis às Minas de Goiás e nelas determineis o sítio mais a propósito para uma Vila, e procureis que seja o que parecer mais saudável e com provimento de boa água e lenha e perto de um arraial que se ache já estabelecido; [...] determineis nela o lugar da Praça no meio da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edificio da Igreja capaz de receber competente número de fregueses ainda que a população se aumente, e que façais delinear por linhas retas a área para as casas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a Casa da Câmara e das Audiências e Cadeia e mais oficinas públicas; que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores as quais, pelo exterior, sejam todas no mesmo perfil [...].²¹⁹

O processo de instalação de Vila Boa de Goiás pode ser resumido como se vê no quadro abaixo:

26/02/1731	Carta régia enviada a Gregório Dias da Silva, recém nomeado ouvidor-geral de São Paulo, mandando que passasse às Minas de Goiás e que lá estabelecesse uma “vila na forma que dispõem as Ordenações”. – ordem decorrente de Resolução de 23/02/1731.
05/10/1735	Carta de Gregório Dias da Silva, identificando-se como superintendente das minas de Goiás e propondo a criação de uma vila no Arraial da Meia-Ponte, “por ser a primeira povoação destas minas e as mais permanentes”.
11/02/1736	Carta régia enviada ao Conde de Sarzedas, governador de São Paulo, determinando que ele fosse a Goiás e escolhesse o “sítio para se fundar uma vila”. Contem ainda instruções acerca de como deveria proceder na instalação da dita vila. – ordem e instruções decorrentes de Resolução de 07/02/1736.
02/10/1739	Carta de D. Luiz Mascarenhas ao rei, dando conta de haver fundado Vila Boa de Goiás, junto ao Arraial de Santa Ana, em 05/07/1739, conforme as instruções passadas ao Conde de Sarzedas em 1736.

Considerando o teor das correspondências trocadas entre o governo metropolitano e os oficiais sediados no Brasil encarregados de dar cumprimento

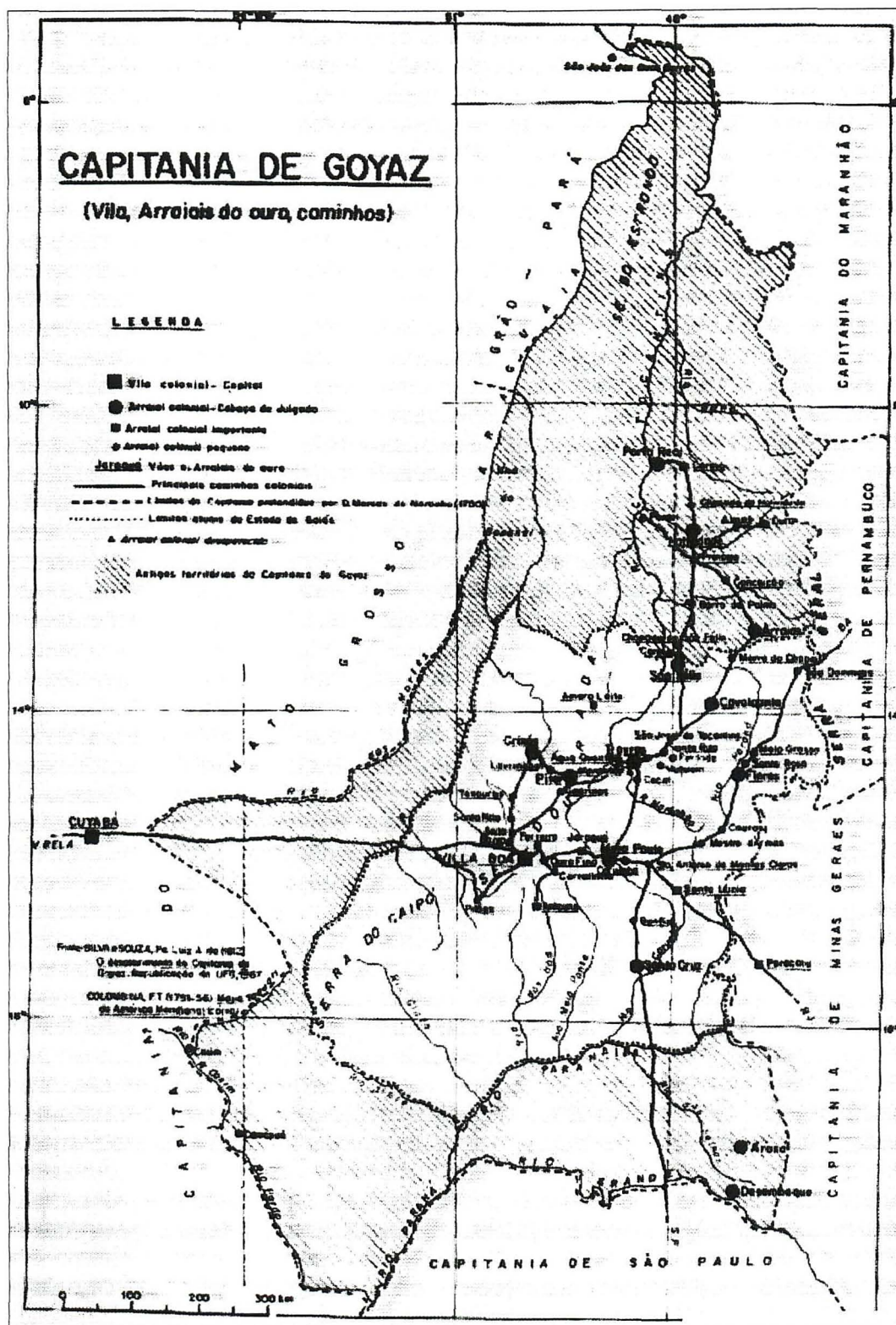
²¹⁸AHU. GO; Maço 5. Carta de D. Luís Mascarenhas ao rei, em 02/10/1739.

à determinação real, o dilatado prazo de oito anos, verificado entre a disposição de estabelecer uma vila em Goiás e sua efetiva instalação, não pode ser atribuído a uma pretensa inépcia dos mesmos oficiais. Ao contrário, as sucessivas consultas, informações e pareceres permitem entrever a realização de um bem cuidado estudo que resultasse em solução mais adequada à vontade do soberano. Destaque-se, à propósito, que o rei, afinal, aprovou a localização da nova vila – “onde se tem aberto, e creio se há de frequentado caminho do Cuiabá” –, justificada por D. Luiz Mascarenhas, o qual deu preferência à vizinhança do Arraial de Santa Anna, e não ao da Meia-Ponte,²²⁰ que vinha sendo recomendado pelos superintendentes das minas de Goiás.²²¹

²¹⁹Cópia de Carta régia para o Conde de Sarzedas, de 11/02/1736. **AHU. GO; Maço 1.**

²²⁰Note-se que em 1778, os moradores do ainda Arraial da Meia-Ponte solicitavam ao rei que aquele “julgado” fosse erigido em vila, “visto ter câmara e gozar de todos os privilégios concedidos a outras vilas famosas de Minas”. **AHU. Códice 340**, fl. 219v.

²²¹O superintendente Agostinho Pacheco Telles atribui ao Conde de Sarzedas essa escolha: “a razão que considerava o dito governador e colegas para o estabelecimento da Vila em Santana consistia em ser o arraial mais antigo, e estabelecido”. Carta do superintendente das minas de Goiás, de 17/05/1738; citada em PALACÍN, Luis *et alii*. **História de Goiás em documentos**; I. Colônia. Goiânia : Editora da UFG, 1995, p.46.



Mapa da capitania de Goiás, com a indicação dos principais arraiais e caminhos.
Fonte: PALACÍN *et alii*, p.126 – Desenho de Antonio T. Neto/UFG

Que se erija uma nova vila no Icó

A carta régia enviada ao Conde de Sarzedas, contendo as instruções para a ereção de Vila Boa, decorre de uma Resolução, tomada em consulta ao Conselho Ultramarino, de 07 de fevereiro de 1736. Alguns meses antes, havia sido expedida outra Resolução, em 17 de outubro de 1735, da qual resultaria a criação da vila de Icó, no interior da capitania do Ceará. A vontade, e conveniência, de Sua Majestade foi comunicada ao governador de Pernambuco por carta datada de 20 de outubro de 1736, e a sua instalação se efetivou em maio de 1738.²²² As instruções contidas em ambas as cartas régias são, em tudo, semelhantes, e as fundações delas originadas inauguram o segundo momento da dimensão urbanizadora do reinado de D. João V, mencionado anteriormente.

Enquanto se discutia a viabilidade e a necessidade de se criarem juizes ordinários nos arraiais goianos, o sul do Ceará, na proximidade do noroeste do território da capitania de Pernambuco, também recebia a atenção régia, tratando-se de uma região tida como propícia à produção de ouro. Tal como em Goiás, a Coroa portuguesa logo mostrou-se atenta em ali estabelecer-se institucionalmente, com a presença das “justiças d’El Rei” e, óbvio, com oficiais que garantissem a fiscalização da arrecadação dos direitos que lhes eram devidos.

Os núcleos povoados da região do Icó ficavam “oitenta léguas” distantes de Aquirráz, a vila onde residia o ouvidor-geral da capitania do Ceará, motivo alegado para que este justificasse as dificuldades na aplicação da justiça aos moradores. A administração militar e civil da capitania estava nas mãos de um

²²²A instalação de Icó foi presidida pelo ouvidor-geral do Ceará, Vitorino Pinto da Costa Mendonça, em 04 de maio de 1738. GIRÃO, Raimundo; MARTINS Fº, Antonio. **O Ceará**. 2.ed. Fortaleza : Editora Fortaleza, 1945, p.246.

capitão-mor subordinado ao governador de Pernambuco, o que também acarretava problemas para combater a presença de “facinorosos” e as “correrias do gentio bárbaro”.

O governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, em carta de 6 de janeiro deste presente ano, dá conta a Vossa Majestade, por este Conselho, em que diz que o ouvidor geral da capitania do Ceará, Pedro Cardoso de Novaes Pereira, lhe escrevera a carta de que remetia cópia, para fazer presente a Vossa Majestade a necessidade que há de mandar criar de novo uma vila naquela capitania, no lugar a que chamam de Icó, onde está a Igreja Matriz do distrito, e não já lhe parecia justo que a houvesse para a administração da justiça, mas era precisa para a quietação dos povos, pela distância de 80 léguas que fica da vila dos Aquirraz, de que é termo, e que isto lhe constava não só pela dita carta mas pelas grandes notícias que tinha de toda aquela capitania. [...]

E, dando-se vista ao Procurador da Coroa, respondeu que se conformava com o parecer do governador.

Ao Conselho, parece o mesmo que ao Procurador da Coroa. Lisboa Ocidental, 27 de abril de 1735.²²³

Aqui também se desenrola um processo semelhante ao ocorrido com Vila Boa. Requerimentos, consultas, pedidos de informações, pareceres dos procuradores da Fazenda e da Coroa, do Conselho Ultramarino e, finalmente, o despacho régio:

Dom João &c. Faço saber a vós, Governador e Capitão-General da Capitania de Pernambuco, que havendo visto o que me escrevestes em carta de 6 de janeiro do ano passado [1735], a respeito de ser conveniente criasse uma vila no Lugar do Icó, não só para a boa administração da justiça, mas para a quietação daqueles Povos, pela distância de oitenta léguas que ficava da vila dos Aquirráz, de que era termo, fui servido determinar, por Resolução de 17 de outubro do ano passado, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que se

²²³ **AHU. Códice 266**, fls. 208-208v. Ao lado do registro, lê-se: “Como parece. Lisboa Ocidental, 17 de outubro de 1735. Com a rubrica de Vossa Majestade”.

erija uma nova vila no Icó, junto aonde se acha a Igreja Matriz. [...] Lisboa Ocidental a 20 de outubro de 1736.²²⁴

A carta é bastante extensa e, como na enviada ao Conde de Sarzedas, em fevereiro daquele mesmo ano, contém as instruções que deveriam ser observadas na instalação da nova vila de Icó: escolher o sítio “que parecer mais saudável e com provimento de água”, demarcar o lugar para a praça, delinear as ruas “em linha reta, com bastante largura”, assinalar o local para a edificação da câmara e da cadeia, demarcar os lotes para a construção das casas dos moradores, “na forma que parecer a cada um, como fiquem à face das ruas”.

Também se deixe sítio bastante para logradouro público, do qual em nenhum tempo se poderá alhear parte alguma sem expressa licença minha e, de mais, deste logradouro público se daria ao Conselho uma sesmaria de quatro léguas em quadro, que fazem dezesseis léguas quadradas, juntas ou divididas, a qual sesmaria renda para as despesas públicas e seja administrada pelos oficiais da Câmara, que poderão aforá-la por partes aos moradores, pondo-lhes competente foro com aprovação dos Ouvidores, e com aprovação dos Ouvidores [sic] e confirmação dos Governadores dessa capitania a quem se encarrega o exame para que se façam estes aforamentos [...].²²⁵

Além da demarcação dos terrenos do Conselho, definia-se também o regime para a ocupação e aforamento das terras livres, aquelas que não “estivessem dadas em sesmarias”, inclusas no termo do município. Ao final da carta, comunicava-se ao governador de Pernambuco que a mesma ordem seria dirigida ao ouvidor-geral do Ceará, sendo que ambos deveriam dar execução a ela no que respeitava à competência de cada um.²²⁶

²²⁴**AHU. Códice 260**, fls. 179-179v. Registro de carta régia para o governador de Pernambuco, 20/10/1736.

²²⁵**AHU. Códice 260**, fls. 179-179v. Registro de carta régia para o governador de Pernambuco, 20/10/1736.

²²⁶Ao lado do registro da carta régia enviada ao Governador de Pernambuco, encontra-se a seguinte anotação: “Sobre a ereção de uma vila no lugar a que chamam do Icó. Ao ouvidor geral do Ceará se escreveu nesta mesma forma, com o

Apesar das minúcias presentes nas cartas endereçadas ao governador de Pernambuco e ao ouvidor-geral do Ceará, as determinações régias demoraram algum tempo para serem efetivadas. Ainda em junho de 1737, os moradores da freguesia do Icó da ribeira do Jaguaribe encaminharam, pelo ouvidor-geral do Ceará, Antonio Marquez Cardoso, uma solicitação para que fosse criada uma vila naquela localidade, “com juiz-de-fora e capitão-mór”.²²⁷

Em que pesem as distâncias, e a consequente demora no trânsito das correspondências, somente em novembro de 1737, o ouvidor-geral do Ceará se manifestava, dando conta de estar prestes a dar cumprimento ao que lhe havia sido determinado, informando sobre a necessidade de se estabelecer uma “finta” aos moradores para a edificação da cadeia.²²⁸ A instalação da nova vila de Icó prolongou-se até 04 de maio de 1738, e a construção de seus edifícios públicos, como era comum ocorrer, demandaria ainda algum tempo.

Na altura em que o processo de criação da vila de Icó de desenrola, a capitania do Ceará contava apenas com as vilas de Aquirráz e da Fortaleza, ambas litorâneas e bastante próximas uma da outra. As demais capitanias subordinadas a Pernambuco contavam apenas com as cidades de Natal e da

acrescentamento porém seguinte no fim = ordenando-vos façais logo eleição das justiças na forma da lei e com elas procedais à demarcação que se vos ordena.” **AHU. Códice 260**, fl. 179v. A transcrição da carta régia enviada ao ouvidor-geral do Ceará pode ser encontrada em FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. **História da civilização brasileira**. São Paulo : Biblos Editora, 1959, p.382-384. A transcrição apresentada por FERREIRA, informa que a carta do governador de Pernambuco, que dá origem à carta régia em questão, teria a data de “16 de janeiro”(!).

²²⁷**AHU. Códice 260**, fls. 235-235v. Registro de uma carta ao Governador de Pernambuco, solicitando seu parecer sobre o assunto, de 20/10/1738.

²²⁸**AHU. Códice 260**, fls. 239v.-240. Registro de carta régia para o governador de Pernambuco, 20/10/1738.

Paraíba.²²⁹ Para o oeste, situava-se a vila de Mocha, no interior do território do Piauí, até então a única povoação efetivamente localizada distante do litoral, nessa região.

Além da questão da institucionalização da presença portuguesa nos sertões de Goiás e do sul do Ceará, as Resoluções que determinaram as criações de Vila Boa e Icó são aquelas que, no período aqui enfocado, melhor se atêm aos aspectos propriamente urbanísticos das povoações.

Paulo F. Santos, apresentando as “directivas portuguesas no que tange à criação de cidades e vilas no Brasil, objectivadas em exemplos característicos”, reconhece que a fundação de Icó – e podemos incluir Vila Boa – decorreu de “determinação expressa do reino” e que foi precedida de “preocupações urbanísticas notáveis”. Ressalva, no entanto, que a carta régia relativa a Icó fixava uma série de princípios gerais, mas não indicava “de que modo foi escolhido o local da Vila”.²³⁰

Quanto aos preceitos urbanísticos a que se refere Paulo F. Santos,

Gustavo Barroso comentou com tanta justeza esse texto [a carta régia] que, a fazê-lo nós próprios, preferimos passar-lhe a palavra: “Troque-se em miúdo o que aí se lê, no estilo ingênuo e na grafia incoerente da época, e se verá a sabedoria das medidas preconizadas para a fundação da vila, aliás mera repetição do que se contém em dezenas de cartas régias semelhantes”.

Relevando os anacronismos dos comentários de Gustavo Barroso, as “medidas” elencadas por ele se referem: a) ao traçado das ruas e alinhamento das casas; à existência de quintais, “coisa imprescindível nesse tempo em que não havia esgotos nem água encanada”; b) definição para o local das praças e dos

²²⁹Na capitania geral de Pernambuco existiam a cidade de Olinda e as vilas de Formosa, de São Francisco, Madalena, do Bom Sucesso, de Igarassu e de Santo Antonio do Recife. Havia ainda a vila de Goiana, na capitania de Itamaracá.

²³⁰**Ver** SANTOS, p.40-46.

edifícios públicos; terreno para o logradouro público; c) “terminava tudo pela ordem de eleição da Justiça antes de qualquer outra providência. Constituir-se-ia, assim, de entrada o governo democrático da nova vila”.²³¹

Quanto à **localização** de Icó, contrariamente à opinião de Paulo F. Santos, ele também estava determinada *a priori*; bastava que se tivesse acompanhado a troca de correspondências entre metrópole e funcionários coloniais. A possibilidade de extração de ouro, a distância em que se encontrava de Aquirráz e das vilas do litoral, uma povoação (freguesia) que contava já com uma igreja instalada, a presença de “facinorosos” e a ocorrência de ataques de índios não missionados, a ausência de “justiças”, são os motivos declarados que conduzem a Coroa a decidir-se pela instalação da nova vila naquele “sertão”. E, assim como na carta régia enviada para o Conde de Sarzedas, devia-se eleger para a nova vila do Icó “sítio que parecer mais saudável e com provimento de água”.

Determinações sobre localização e sítio de instalação que também estiveram presentes nas instruções para a criação de Vila Boa de Goiás, as quais explicitavam ainda uma definição da estrutura urbana: os lugares para a praça, para a igreja, para a câmara “e mais oficinas públicas”; o delineamento do arruamento “por linhas retas”; e, a delimitação de um perímetro urbanizado, caracterizado pela construção de casas “todas no mesmo perfil”.

Para o Brasil setecentista, estas duas ordens régias podem ser consideradas como inauguradoras da presença de normas explícitas sobre o ordenamento do espaço urbano. E, além disso, assinalam o momento em que melhor se pode identificar a presença de uma relação entre o ato de se instalar

²³¹Paulo F. Santos transcreveu o artigo de Gustavo Barroso, A fundação de uma cidade sertaneja (publicado em **O Cruzeiro**, de 19 out. 1957), aliás eivado de anacronismos. **Ver** SANTOS, p.45-46.

uma Cidade – institucional e fisicamente – e a “transformação no sistema político colonial” português, como apontou Brasil Pinheiro Machado.

Considerando a presença de regras para os arruamentos das povoações e de normas para a ocupação dos terrenos municipais contidas naqueles textos, inclusive dispondo sobre a expansão das mesmas vilas,²³² as instalações de Icó e de Vila Boa demarcam o momento em que o “semeador” português transformou-se em um construtor de cidades que observa, de antemão, o traçado retilíneo para as suas ruas.

Estes cuidados com o aspecto físico de uma povoação repetem-se ainda no reinado de D. João V, e na mesma capitania do Ceará.

Dom João &c. Faço saber a vós, Manoel José de Faria, Ouvidor geral do Ceará, que sendo-me presente o que me informastes como também o Governador de Pernambuco, sobre ser conveniente erigir-se uma vila no Lugar do Aracati de Jaguaribe, e nesta matéria foi ouvido o procurador de minha Coroa; sou servido ordenar-vos, por Resolução de onze de abril deste presente ano, em Consulta do meu Conselho Ultramarino, passeis logo ao dito porto do Aracati e nele crieis uma vila, escolhendo o sítio que sendo mais livre das inundações do rio fique igualmente cômodo assim às embarcações e forasteiros que vão nela comerciar [...]. Lisboa a 10 de julho de 1747.²³³

Esta ordem foi cumprida em 10 de fevereiro de 1748,²³⁴ e em relação a determinações sobre o aspecto físico da povoação, elas aparentam ser ainda mais

²³²A normatização da ocupação dos terrenos pertencentes ao Conselho e termo municipais servia para solucionar prováveis, e futuros, conflitos entre, e com, proprietários privados de terras.

²³³Carta régia ao ouvidor-geral do Ceará, de 10 de julho de 1747. **AHU. Códice 261**, fls. 81v.-82v.

²³⁴Aracati pode ser considerada a última vila a ser erigida na América portuguesa antes de D. José I. Aroldo de AZEVEDO (p.41) informa a criação de uma vila Viçosa, na Bahia, no ano de 1748; contudo, essa povoação não é registrada por AIRES DE CASAL (cf. v.2, p.60, 79, 88 e 100). Na região bahiana, a única vila Viçosa foi instalada em 1768, na capitania de Porto Seguro (ver FERREIRA, **História da civilização brasileira**, p.386). Note-se, à propósito, que a usual demora no cumprimento das ordens originadas na Metrópole sugere que

minuciosas, visando atender “a formosura do aspecto público”. Aliás, como se depreende da carta enviada ao ouvidor, este já havia proposto o aspecto que a nova vila deveria apresentar: “escolhido o dito sítio, e conservando a idéia que apontaís, de estender uma face da vila ao longo do rio, demarcareis em primeiro lugar a área que há de servir de praça, com tal proporção que não padeça o defeito de acanhada, ainda que a dita vila tenha o aumento que se espera”.²³⁵

Até aqui, acompanhando a fundação de vilas em Minas Gerais, a eleição de juizes ordinários para os arraiais goianos, a instalação da Vila Real de Cuiabá, de Vila Boa, das vilas de Icó e de Aracati, além de outras mencionadas, é possível inferir que, ao findar o reinado de D. João V, diversos ‘vazios’ institucionais do Estado do Brasil estavam preenchidos. A Coroa portuguesa havia distendido e controlado seu território, inclusive para além do meridiano de Tordesilhas.

Ao sul, a Colônia de Sacramento, na margem esquerda do Prata, dava o tom de uma ocupação militar, dirigida desde a cidade do Rio de Janeiro e apoiada pelas vilas de Laguna e de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina.²³⁶ A segurança do litoral sul também encontrava apoio nas vilas pertencentes à capitania de São Paulo, de fundações mais antigas. Até a primeira metade do século XVIII, acima da Serra do Mar, a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Curitiba) era a povoação mais ocidental do Brasil meridional, instalada nos limites definidos por uma linha, tanto imaginária quanto fugidia, que dividia os domínios americanos de Portugal e Espanha.

algumas das fundações do período josefino tiveram origem ainda no reinado de seu pai.

²³⁵Carta régia ao Ouvidor geral do Ceará, de 10 de julho de 1747. **AHU. Códice 261**, fls. 81v.-82v. (Meu destaque).

²³⁶Sobre a Colônia de Sacramento, ver SILVA, Silvestre Ferreira da. **Relação do sítio da nova Colônia do Sacramento** [1748]. São Paulo, 1977; e, SÁ, Simão Pereira. **Historia topografica e belica da nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata** [1737]. Porto Alegre : Arcano 17, 1993.

Na região central, a exploração do ouro havia produzido a criação da capitania das Minas Gerais, com governo autônomo, e o estabelecimento de nove vilas entre 1711 e 1730. A mesma preocupação com a atividade mineiradora fizera com que os núcleos de povoação (arraiais) do extenso território “dos Goiasés” tivessem a criação de oficiais até então privativos das câmaras municipais. O processo de institucionalização da ocupação de Goiás culmina com a instalação de Vila Boa e da própria capitania, medidas aventadas desde 1731. No mesmo contexto, o Estado português distende-se até a Vila Real do Cuiabá, região também ocupada por arraiais de mineração, sendo que a capitania de Mato Grosso é criada ao mesmo tempo que a de Goiás, com a administração de seu território ficando independente da de São Paulo.²³⁷

No norte-nordeste, embora o território do Piauí fizesse parte do Estado do Maranhão e Grão-Pará, seus sertões, assim como o sul do Ceará, também receberiam a atenção da Coroa portuguesa. Nessa região, ocorreram as fundações da vila de Mocha, e, mais tarde, de Icó. Estas, juntamente com as vilas das áreas de mineração, constituem-se efetivamente como povoações do *hinterland* da América portuguesa. A instalação das “justiças d’El Rei”, e o governo civil que se estabelecia a partir delas, caracterizam uma preocupação do

²³⁷Em 09 de maio de 1748, foi expedida uma carta régia para o governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, que estabelecia “se criem de novo dois Governos, um nas minas de Goiás, outro nas de Cuiabá, a considerar ser desnecessário que haja mais em São Paulo governador com patente de General, razão por que mando que D. Luis de Mascarenhas se recolha para o Reino na primeira frota”. Transcrita em LEITE, Luís-Philippe Pereira. **Vilas e fronteiras coloniais**. Cuiabá : Ed. do Autor, s/d., p.57-58.

Como já indicamos, essa preocupação em ocupar institucionalmente as regiões sul e oeste do Estado do Brasil reflete-se também na administração eclesiástica. O governo português gestiona e obtém da Santa Sé, em 1745, a criação dos bispados de Mariana (Minas Gerais) e de São Paulo, e a criação das prelazias de Goiás e de Mato Grosso. Com isso, a Igreja acabava reconhecendo a pretensão portuguesa de domínio sobre terras para além do meridiano de Tordesilhas.

Estado português em submeter populações, espacialmente distantes e dispersas, às leis gerais do Reino.

Fundação de vilas e cidades no Estado do Brasil, até a primeira metade do século XVIII²³⁸				
Capitanias	Século XVI	Século XVII	1ª Metade séc. XVIII	Observações
Ceará	-o-	01*	03	*Aquirráz em 1700
Rio Grande do Norte	-o-	01	-o-	
Paraíba*	01	-o-	-o-	*Inclui Mamanguape
Pernambuco*	03	04	01	*Inclui Itamaracá
Alagoas	-o-	03	-o-	
Sergipe d'El Rei	01	04	02	
Bahia	01	03	10	
Ilhéus	01	03	-o-	
Porto Seguro	03	-o-	01	
Espírito Santo	02	01	01	
Rio de Janeiro	01	07	-o-	
São Paulo	08	12	01	
Santa Catarina	-o-	01*	02	*São Francisco do Sul
Rio Grande de São Pedro	-o-	-o-	-o-	
Minas Gerais	-o-	-o-	09	
Goiás	-o-	-o-	01	
Mato Grosso	-o-	-o-	01	
Colônia de Sacramento	-o-	01	-o-	Colônia militar (1680)
Totais	21	41	32	

²³⁸Para esta tabela considerou-se apenas as capitanias que, desde 1621, faziam parte da divisão administrativa da América portuguesa conhecida como Estado do Brasil. Porém, como vimos trabalhando com o território do Piauí, pertencente à capitania do Maranhão, deve-se considerar a fundação da vila de Mocha, em 1717. Os dados foram retirados de PEREIRA (1998), Anexo.

A POLÍTICA URBANÍSTICA POMBALINA E A MAIOR RIQUEZA DE UM ESTADO

FILÓSOFO: Diremos nós que a Cidade e a República são uma mesma coisa, ou diversas?

SOLDADO: Melhor o direis vós.

FILÓSOFO: A mim me parece que uma mesma coisa são, e só há esta diferença: que a República não é só uma cidade, mas todas as que seguem uma mesma opinião, e assim não têm mais diferença, que a fazem pelas habitações.

SOLDADO: Assim é.

FILÓSOFO: Logo, definindo a Cidade ficará definida a República?

SOLDADO: Sem dúvida.

FILÓSOFO: Diremos logo que a República (segundo Aristóteles e Platão definem a Cidade) é uma multidão de cidadãos e uma congregação de muitos adjutores e companheiros. (Luís Mendes de VASCONCELOS, **Do sítio de Lisboa; diálogos** [1608]. Lisboa : Livros Horizonte, 1990, p.70.)

Inicialmente, procuramos apresentar um esboço do pensamento pombalino, entendido como organizador dos pressupostos do absolutismo português da segunda metade do século XVIII. Buscamos relacionar o contexto político do período às mudanças que ocorreram no âmbito administrativo, especialmente no que tange aos domínios ultramarinos e, em particular, à América portuguesa. Em um segundo momento, apresentamos algumas considerações acerca do(s) sentido(s) da Cidade no interior de uma dada formação social, para, em seguida, discutir a presença da Coroa na condução de ações voltadas ao povoamento do território brasileiro, no reinado de D. João V.

Também fizemos uma rápida menção sobre a importância do papel de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no processo de consolidação do projeto político de seu irmão, Sebastião José de Carvalho Melo, o marquês de Pombal.

Neste particular, é importante destacar as considerações de Silva Dias acerca da relação que se estabelece entre teoria e prática política:

A prática política não é um produto mecânico da teoria política. [...] É por isso que estudar a teoria política de uma corrente, de um governo ou de uma época não equivale a conhecer a respectiva prática política, e vice-versa. As contradições, as indefinições, as perplexidades, os contágios, são inseparáveis da teoria política, mas são-no, não menos, da prática política e das relações entre uma e outra. O linear não existe no real da História e deve ser expulso da historiografia.¹

Com estas palavras, Silva Dias introduz uma outra categoria de análise ao que ele designa como “pombalismo”: o “projecto político” de Carvalho e Melo, que vinha sendo gestado desde seus tempos como funcionário diplomático.² Este projeto fundamenta-se, grosso modo, nas teorias políticas do absolutismo e na doutrina do direito natural; porém, ele sofre correções de curso necessárias à sua adequação ao “real da História”, o contexto sócio-político de Portugal naquele momento. Do mesmo modo, as ações dele decorrentes produzem ajustes “ao particular das conjunturas ou dos momentos”.³ E é nesse entendimento que ganha relevo a participação de Mendonça Furtado na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1760-1769), para a qual levou sua experiência frente ao governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759).

¹SILVA DIAS, v.2, p.185.

²Na parte inicial deste estudo, fizemos referência ao que pode ser entendido como os fundamentos da administração pombalina, mostrando a influência das idéias e obras com as quais ele manteve contato durante suas permanências na Inglaterra e Áustria.

³SILVA DIAS, v.2, p.185.

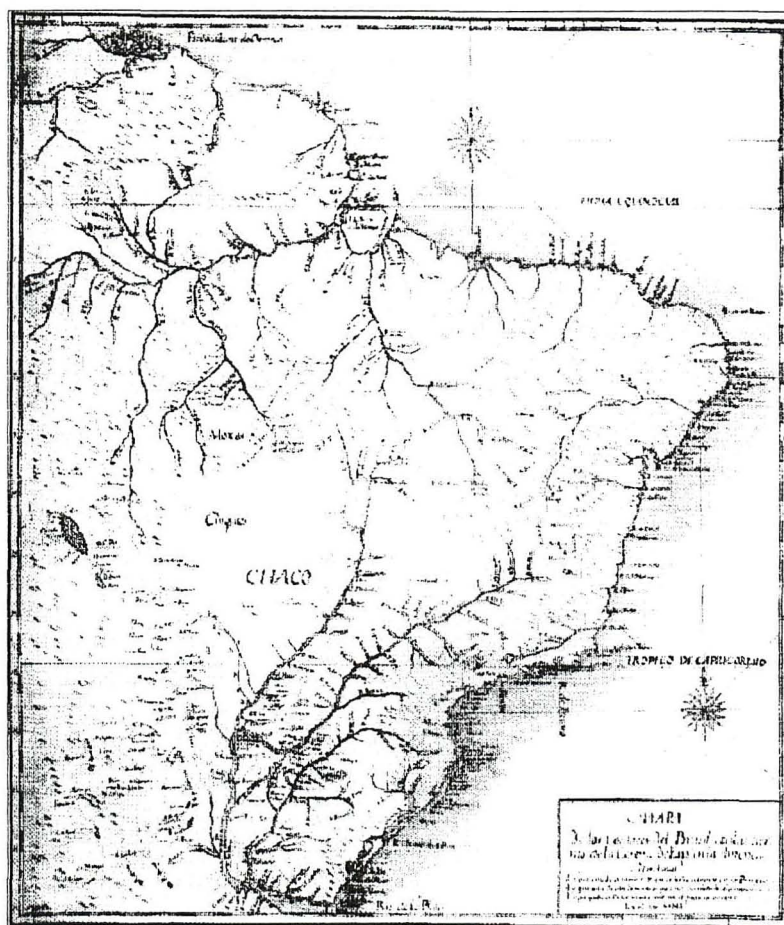
Instruções para a civilização da América portuguesa

Nos últimos anos do reinado de D. João V, a diplomacia portuguesa lograra estabelecer um novo tratado de limites com a Espanha.⁴ Após quase quatro anos de negociação, em janeiro de 1750, foi firmado o Tratado de Madri, que, expressamente, abolia a linha de Tordesilhas e reconhecia o princípio do *uti possidetis* como definidor da posse das terras das duas coroas ibéricas.⁵

Não foram em vão, enfim, as ações desenvolvidas por D. João V, tanto na criação de novas capitanias régias (especialmente a do Mato Grosso), como na institucionalização de povoações nos limites, e além, do meridiano de Tordesilhas. Restava, todavia, estabelecer as linhas divisórias entre as possessões americanas dos dois reinos; divisas que deveriam ser definidas a partir de balizas naturais identificadas por comissões bipartites. Entretanto, em 31 de julho de 1750, o rei português veio a falecer e os trabalhos de demarcação dos limites ficaram suspensos até julho do ano seguinte, quando foram então nomeadas duas comissões, uma responsável pela parte sul e outra pelo norte, ambas tendo como apoio o documento cartográfico mostrado abaixo, atribuído ao 'brasileiro' Alexandre de Gusmão.

⁴No tocante à disputa por territórios no sul da América, entre Portugal e Espanha, é significativa a instalação da Colônia de Sacramento, em 1680, e os conflitos dela decorrentes. Na ocasião, iniciaram-se discussões sobre a definição da linha de Tordesilhas e Sacramento foi reconhecida como possessão portuguesa em decorrência do tratado de paz de Utrecht (1715). Pelo Tratado de Madri, Portugal entregaria à Espanha a Colônia de Sacramento, em troca da região dos Sete Povos das Missões.

⁵**Ver Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII.** Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997; e, CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.** Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, 1953.



“Mapa de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España en la America Meridional (1749)”. In: **Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**, p.54. Este mapa e suas cópias portuguesas são conhecidos como os “Mapas das Cortes”, utilizados para as demarcações do Tratado de Madrid (**Ver Mapa**, p.67)

A comissão da parte sul teve, do lado português, a chefia de Gomes Freire de Andrade, governador da capitania do Rio de Janeiro. Os trabalhos foram iniciados em outubro de 1752, e dados como concluídos em dezembro de 1759, embora tivessem sido interrompidos durante as chamadas Guerras Guaraníticas. Entretanto, a eclosão da Guerra dos Sete Anos, em 1756, impediu que as demarcações feitas fossem, de fato, consideradas.⁶

⁶Os trabalhos de demarcação estiveram interrompidos durante as chamadas Guerras Guaraníticas (1754-1756). Após a morte do rei espanhol, D. Fernando VI, em 1759, e no contexto da Guerra dos Sete Anos, o Tratado de Madri foi anulado pelo convênio de El Pardo, em 1761. Em seguida, a Colônia de Sacramento e o território de São Pedro do Rio Grande foram invadidos pelos espanhóis em 1762, iniciando-se um longo período de conflito armado na região. **Ver SÁ, Simão Pereira. Historia topografica e belica da nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata**

Para comissários principais da Comissão do Norte a escolha recaiu, por parte de Portugal, no Governador do Maranhão e Grão Pará, capitão-de-fragata Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal (no cargo desde 1751), nomeado primeiro-comissário em 30 de Abril de 1752, e por parte da Espanha, no capitão-de-navio, logo depois chefe-de-esquadra, D. José de Iturriaga, que fora gerente da companhia Guipuzeoana em Caracas e tinha, destarte, parcial experiência pessoal na região a ser demarcada.⁷

Mendonça Furtado fora nomeado para governar o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a patente de capitão-general, em 19 de abril de 1751. Ao tomar posse, no mês de junho daquele ano, sua primeira ação foi a transferência da sede do governo da cidade de São Luís para Belém, obedecendo ao contido nas Instruções que havia recebido, datadas de 31 de maio de 1751.⁸

Em outubro de 1754, Mendonça Furtado partiu de Belém, subindo os rios Amazonas e Negro para encontrar-se com os comissários espanhóis; encontro este que não se realizou. Instalou-se na aldeia de Mariuá até 1758, quando retornou para Belém e dali, em março de 1759, seguiu para Lisboa.⁹ Não obstante sua longa estada em Mariuá, elevada à categoria de vila, com o nome de Barcelos, em 1758, Mendonça Furtado continuou à frente dos negócios relativos ao governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

[1737], p.165-192 ["Breve noticia da Colonia do S.^{mo} Sacram.^{to}, e Diario do seu ultimo ataque pelos Castelhanos, Anno de 1762"].

⁷GUEDES, Max Justo. A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. In: **Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**, p.10-38. p.36. Quando da nomeação de Mendonça Furtado, aquele domínio da América portuguesa passou a chamar-se Estado do Grão-Pará e Maranhão.

⁸A Instrução de Governo passada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31 de maio de 1751, está publicada em MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai** : primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro : Xerox do Brasil, 1985, p.42-47.

⁹Quanto à demarcação propriamente dita, após a partida de Mendonça Furtado, foi nomeado o governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura. Todavia, a comissão não chegou a efetivar seus trabalhos.

Em meados do século XVIII, o panorama urbano-institucional daquela porção portuguesa na América mostrava-se bastante rarefeito. Além das cidades de São Luís e de Belém,

As vilas eram poucas: Caieté (sic), Vigia e Cametá. A primeira, fundação do donatário Álvaro de Souza. A segunda, saída do pesqueiro e da ataláia que lá se creou para garantia da navegação. A terceira tirava origem no estabelecimento montado pelo donatário Feliciano Coelho. Gurupá, já no Amazonas, datava dos tempos das campanhas contra os invasores holandeses e ingleses. Nascera à sombra da casa forte do mesmo nome, passando depois a ser a capital da Capitania real, governada em nome de S. Majestade pelo comandante e capitão-mor da praça.¹⁰

As vilas paraenses acima citadas, acrescente-se Alcântara (1637) e Icatu (1708), ambas na capitania do Maranhão. Outras formas de estabelecimentos portugueses organizados naquela região eram as aldeias dirigidas por missionários e as “casas fortes”. As primeiras situavam-se sertões adentro, geralmente próximas aos rios, e as fortificações guardavam especialmente a foz do Amazonas e a fronteira com a Caiena.

A extensão da terra desabitada da capitania era gigantesca. Aqui e ali encontrava-se um povoado montado pelos missionários. Não era bastante. E o capitão-General sonhou novos povoados, como o de Caeté, Ourém e Macapá. Esses novos povoados seriam estabelecidos no Xingú, no Tapajós, no Madeira e Marajó. Receberiam, como os outros núcleos, povoadores brancos que trabalhariam a terra e seriam exemplo aos aldeamentos indígenas existentes naqueles distritos. O povoado do Madeira, sobre os demais e como o do Macapá, teria uma importância político-militar.¹¹

Ao contrário de muitos governadores, que preferiam permanecer acolhidos em suas residências nas sedes das capitanias, Mendonça Furtado mostrou uma vocação itinerante: fazia-se presente em todos os locais, tomando conhecimento

¹⁰REIS, Arthur Cesar Ferreira. **Estadistas portugueses na Amazônia**. Rio de Janeiro : Edições Dois Mundos, 1948. p.45.

tanto dos progressos quanto das dificuldades existentes no território sob seu governo. Enquanto aguardava a chegada dos comissários espanhóis, ele inspecionou a região da futura capitania de São José do Rio Negro e pôs em execução as Instruções anteriormente recebidas e as que continuava a receber das mãos de seu irmão, bem como as novas leis que iam sendo expedidas desde Lisboa.

O governo de Mendonça Furtado na Amazônia foi conduzido com mão firme – com violências, segundo alguns –, e ele se houve não apenas com as ordens regulares; de modo geral, toda a população civil, de todas as qualidades, foi submetida às suas férreas determinações.¹² Tornar o Estado do Grão-Pará e Maranhão economicamente viável, e rentável para a Coroa, foi, sem dúvida, seu principal objetivo.¹³ Contudo, importa aqui destacar sua “ação urbanística”.

Diversos autores têm se ocupado da “urbanização do espaço amazônico” promovida por Mendonça Furtado.¹⁴ Essa ação política esteve orientada pelo contido em suas instruções de governo e, especialmente, pela carta régia de 03 de março de 1755, que deu origem à fundação da vila de Barcelos, para ser a sede da capitania de São José do Rio Negro.

Esta carta, aliás, repete aqueles preceitos já nossos conhecidos, que estiveram presentes quando das criações de Icó e de Vila Boa. O rei havia optado

¹¹REIS, p.146.

¹²Cf. REIS, p.63-174.

¹³Nesse contexto, em 1755 foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, concomitantemente à Real Junta do Comércio, em Lisboa.

¹⁴Entre outros, destaque-se: DIAS, Manuel Nunes. Política pombalina na colonização da Amazônia: 1755-1788; DIAS, Manuel N. Estratégia pombalina de urbanização do espaço amazônico; MENDONÇA, Marcos C. de. **A Amazônia na era pombalina**; PEREIRA, Arnaldo Antônio. Para uma caracterização da política colonial pombalina, a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1752-1759; e, ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII** : Belém, Macapá e Mazagão.

por uma dada localização, disposição que não foi atendida por Mendonça Furtado ao preferir a antiga aldeia de Mariuá, onde estava instalado.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão general do Grão-Pará e Maranhão. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Tendo em consideração ao muito que convém ao serviço de Deus, e Meu, e ao bem comum dos meus Vassallos moradores nesse Estado, que nele se aumente o número dos fiéis alumados da Luz do Evangelho, pelo próprio meio de multiplicação das povoações civis, e decorosas, para que atraindo a si os racionais, que vivem nos vastos sertões do mesmo Estado, separados na nossa Santa Fé Católica, e até dos ditames da mesma natureza, [...] e atendendo a que aquela necessária observância de Leis se não conseguirá para produzir tão úteis efeitos, se às duas capitanias, do Grão-Pará, e de São Luiz do Maranhão, se não subdividissem em mais alguns governos, a que as partes possam recorrer, para conseguirem que se lhes administre Justiça com maior brevidade, e sem vexação de serem obrigados a fazer tão longas e penosas viagens como agora fazem. Tenho resoluto estabelecer um terceiro governo nos confins ocidentais desse Estado, cujo chefe será denominado Governador da capitania de São José do Rio Negro.

O território do sobredito governo se estenderá pelas duas partes do Norte e do Ocidente até as duas raias setentrional e ocidental dos domínios de Espanha, e pelas outras duas partes do Oriente e do Meio Dia, lhe determinareis os limites que vos parecerem justos e competentes para os fins acima declarados.

Para a residência do mesmo governador, Sou Servido mandar erigir logo em Vila a aldeia que mandei novamente estabelecer entre a boca oriental do rio Javari e a aldeia de São Pedro, que administram os religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo.¹⁵

Quanto à configuração espacial da nova vila, era ordenado que fosse escolhido o “lugar mais próprio para servir de praça”, no meio da qual seria instalado o pelourinho, que se determinasse a área para a edificação da igreja,

como também as outras áreas competentes para as casas das Vereações e Audiências, Cadeias e mais Oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos

¹⁵Carta régia de 03 de março de 1755. Transcrita em FERREIRA, Alexandre R. *Diário da viagem philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro (1785)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v.49, 1886, p.150-154.

moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas. [...] com a obrigação de que as ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve sempre a mesma formosura na Vila, e nas ruas dela a mesma largura que se lhes assignar na fundação.

A diferença a ser destacada, em relação ao que dispunham as cartas régias relativas a Icó e Vila Boa, diz respeito a determinações quanto aos habitantes da nova vila. Geralmente, depois de instituídos, os concelhos municipais solicitavam e obtinham certas franquias do soberano, o que propiciava o ingresso de novos moradores desejosos de gozarem os “privilégios e prerrogativas” atribuídos. No caso dessa carta régia de 03 de março de 1755, D. José I previamente estabeleceu que, para “favorecer aos meus vassallos que habitarem na referida vila”, os mesmos teriam e gozariam das mesmas franquias “de que gozam os Officiais da câmara da cidade do Grão-Pará, capital desse Estado, para o que se lhe passará carta em forma”.

“Aos meus vassallos que habitarem”, registra a carta; e para favorecer, não apenas seus oficiais municipais, mas todos os outros moradores

Hei por bem de os isentar a todos de pagarem fintas, talhas, pedidos e quaisquer outros tributos, e isto por tempo de doze anos, que terão princípio no dia da fundação da dita vila; [...] E pelo que desejo beneficiar esse novo estabelecimento, Sou Servido que as pessoas que morarem dentro na sobredita vila não possam ser executadas pelas dividas que tiverem contraído fora dela e do seu distrito. O que, porém, se entenderá somente nos primeiros três anos contados do dia em que tais moradores forem se estabelecer na mesma vila, ou seja na sua fundação, ou no tempo futuro.

Certamente, este último privilégio não incluía os acusados de roubo ou de apropriação indébita de bens de terceiros, “por serem indignos desta Graça os que tiverem tão escandaloso e prejudicial procedimento”.

São, enfim, medidas tendentes a incentivar o povoamento da nova vila com o concurso das pessoas que se encontravam dispersas e, mesmo, com a transferência de moradores de outras povoações, que seriam também beneficiados pela cessão de “datas de terras”.

A “ação urbanística” de Mendonça Furtado (que na prática, “não foi particularmente notável” – como informa Magnus Pereira¹⁶) também se desenvolveu mediada pelas leis de 1755, com as quais “V. Majestade foi servido mandar declarar a Liberdade a todos os Indios deste Estado e abolir o governo temporal absoluto em que se tinham introduzido os Regulares nas Povoações dos mesmos Indios”.¹⁷

Alegando dificuldades para colocar tais leis em prática, e com o objetivo expreso de complementar e dar execução à vontade do soberano, Mendonça Furtado redigiu, em 1757, o **Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua majestade não mandar o contrario**. O **Diretório**, enviado para a apreciação do rei, foi confirmado e mandado publicar, por Alvará de 17 de agosto de 1758.¹⁸

Com efeito, as disposições contidas nesse regulamento para a administração das povoações indígenas abrangem uma variedade de aspectos que somente poderiam ser estabelecidos a partir de um contato direto com aquela realidade.

¹⁶PEREIRA (1998), p.309. Como mencionado na apresentação deste trabalho, o “resultado” da ação urbanística de Mendonça Furtado e de seus sucessores foi objeto dos comentários de Alexandre Rodrigues Ferreira que, afinal, lançava a exclamação que já citamos: “sem gente, sem lavoura e sem comércio, não sei para que servem semelhantes povoações!”.

¹⁷Lei de 6 de junho de 1755, e “Alvará com força de Lei” de 7 de junho de 1755. **Collecção das leis...**, Tomo I.

¹⁸**Directorio, que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do pará, e Maranhão em quanto Sua majestade não mandar o contrario** [de 03 de maio de 1757] e Alvará de confirmação, de 10 de agosto de 1758. **Collecção das leis...**, Tomo I.

74. A lastimosa ruína, a que se acham reduzidas as povoações dos Índios, de que se compõe este Estado, é digna de tão especial atenção que não devem os Diretores omitir diligência alguma conducente ao seu perfeito restabelecimento. Pelo que recomendo aos ditos Diretores que, apenas chegarem às suas respectivas Povoações, apliquem logo todas as providências para que nelas se estabeleçam casas de Câmara, e Cadeias públicas, cuidando muito que estas sejam erigidas com toda a segurança, e aquelas com a possível grandeza. Consequentemente, empregarão os Diretores um particular cuidado em persuadir aos Índios que façam casas decentes para os seus domicílios, desterrando o abuso e a vileza de viver em choupanas à imitação dos que habitam como bárbaros o inculto centro dos Sertões, sendo evidentemente certo que, para o aumento das Povoações, concorre muito a nobreza dos Edifícios.¹⁹

Do ponto de vista institucional, o projeto de civilização dos índios, contido na legislação mencionada,²⁰ objetivava elevá-los à categoria de vassalos, atribuindo-lhes o privilégio de ocuparem cargos de administração local, ainda que tutelados por “diretores” nomeados pelo governador.

Embora alguns dos antigos aldeamentos indígenas viessem a receber o designativo de “lugares”, para sinalizar a mudança de administração, a maioria deles foi elevada à condição de vila, com erguimento de pelourinho e com os chefes locais ocupando-se, em tese, de ofícios camarários. No Grão-Pará e São José do Rio Negro, durante o governo de Mendonça Furtado, de 49 antigos aldeamentos indígenas sob a administração de ordens religiosas, 15 foram constituídos em ‘lugares’ e 34 em vilas, todos após 1755.²¹

¹⁹**Diretório...**

²⁰No mesmo contexto, é importante mencionar o Alvará de Lei de 04 de abril de 1755, pelo qual D. José I declarava que os seus vassalos, “deste Reino, e da América, que casarem com as índias delas”, não ficariam com “infâmia alguma, antes se farão dignos de minha Real atenção”. O mesmo se dava para com “as Portuguesas que casarem com os índios”.

²¹**Cf. ARAÚJO**, p.447-448.

Instruções de governo e a instalação de vilas

Em 1759, abatido por moléstias contraídas em suas viagens pela região amazônica, Mendonça Furtado retornou a Lisboa. Por um breve período, serviu como adjunto do irmão na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Em 1760, D. José I nomeou-o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, presidindo também o Conselho Ultramarino, cargos que ocupou até o ano de sua morte, em 1769.

Um estudo detalhado sobre o período de sua permanência naquela Secretaria de Estado ainda está por ser realizado. Contudo, sua correspondência com os funcionários do estado português espalhados nos diversos domínios ultramarinos permite perceber que o exercício de seu ministério foi influenciado tanto pelas Instruções que recebia como por sua experiência de governo no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Para Magnus Pereira, Mendonça Furtado

se encarregaria de difundir as instruções que recebera em 1755 para todos os territórios coloniais portugueses, transformando-as numa espécie de manual administrativo da criação de novas vilas. Uma cópia passaria a ser sistematicamente incluída nos regimentos dados a capitães-governadores e ouvidores das capitanias do Brasil e da África. Como ele próprio fez questão de deixar registrado em diversos documentos, os princípios urbanísticos então adotados não eram de sua invenção mas a reprodução das instruções que recebera da corte quando enviado ao Grão-Pará.²²

Instruções de governo não foram uma novidade introduzida por D. José I, embora Marcos Carneiro de Mendonça sustente que “o hábito de se expedir ‘Instruções governamentais’ para a firme orientação de subordinados em postos de responsabilidade” foi instituída pelo primeiro “Gabinete Ministerial” daquele

²²PEREIRA (1998), p.309-310; **ver** também PEREIRA (1995), p.72-73.

reinado, do qual faziam parte Pedro da Mota e Silva, na Secretaria de Estado do Reino, Diogo Mendonça Corte Real (filho), na Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, e Sebastião José de Carvalho e Melo, na Secretaria de Negócios Estrangeiros e Guerra.²³

Martim de Albuquerque, porém, menciona a existência de uma “abundante literatura das instruções políticas e regimentos dados aos representantes régios no Ultramar, literatura ainda pouco estudada”, da qual é representativa “a directiva passada pelo rei D. Sebastião ao célebre D. Luís de Ataíde”, quando este foi nomeado para o governo de Moçambique, no século XVI:

Fazei muita cristandade. Fazei justiça. Conquistai tudo quanto puderdes. Tirai a cobiça dos homens e favorecei os que pelejarem. Tende cuidado com a minha fazenda. E para tudo isto vos dou meu poder. Se fizerdes assim, muito bem, far-vos-ei mercê, e se fizerdes mal mandar-vos-ei castigar [...].²⁴

A “directiva” de D. Sebastião estabelecia um método de governo que ele desejava fosse posto em prática. Entretanto, os reis portugueses utilizavam-se, para a “declaração de suas vontades”, de diferentes fórmulas jurídicas.²⁵ Enquanto as Ordenações do Reino definiam o corpo das atribuições, deveres e privilégios dos ofícios da estrutura jurídico-administrativa, os diversos textos legais que compunham a legislação extravagante anunciavam as diretivas

²³MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII** : século pombalino do Brasil. Rio de Janeiro : Xerox do Brasil, 1989, p.17.

²⁴**Citado em** ALBUQUERQUE, Martim de. Para a história das ideias políticas em Portugal (uma carta do marquês de Pombal ao governador do Maranhão em 1761). [Separata de] **Estudos Políticos e Sociais**, Lisboa, v.6, n.1, 1986. p.5.

²⁵**Ver** COSTA, Vicente José F. C. da. **Compilação systematica das leis extravagantes de Portugal**, offerecida ao Serenissimo Senhor Dom João, príncipe do Brasil. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1799. O volume consultado é um estudo introdutório à “Collecção das leis extravagantes”, tratando de expor aspectos relativos à natureza do sistema legislativo português. A “Collecção” estaria dividida em 8 livros, abordando, cada um, a Legislação Militar, as Leis Públicas, Políticas e Económicas, as Leis da Fazenda, as relativas aos Eclesiásticos, as referentes aos Magistrados (Políticos, civis e criminais) e demais Officiais, as Leis de Propriedade,

políticas e de governo que deveriam ser seguidas consoantes aos momentos vividos pelo estado português.²⁶

Especificamente quanto às Instruções de Governo, elas eram dirigidas a funcionários que iriam exercer determinados ofícios, e não precisavam, necessariamente, receber a assinatura do soberano, embora manifestassem a expressão de sua vontade.²⁷ No reinado de D. José I, um aspecto precisa ser destacado: as Instruções se constituem em instrumentos de disseminação, entre os diferentes estratos do funcionalismo colonial português, das normas de administração e de governo que a Coroa queria ver implementadas, como ocorreu quando da nomeação de D. Luís Antonio Botelho de Souza Mourão para o governo da capitania de São Paulo. Foram-lhe entregues, por Mendonça Furtado e pelo Conde de Oeiras, cópias de diversos capítulos das Instruções passadas ao vice-rei Conde da Cunha.²⁸

O início de tal prática pode ser atribuído ao ainda governador Mendonça Furtado que, não obstante a recomendação de guardar segredo de sua Instrução de Governo – “dela só comunicareis ao governador do Maranhão os parágrafos

as Leis Criminais e as que regulam a forma do Juízo. (BNL/Fundo geral. Cota SC1846-V).

²⁶Comumente, faz-se uso do termo “ordem régia” para designar um texto que exprime a vontade do soberano referente a determinado assunto. Contudo, os diplomas legais baixados pelo rei, em quem residia o poder legislativo, recebem diferentes denominações e guardam significativas diferenças entre si: Álvaras e Cartas de lei (ou apenas Leis), Provisões, Regimentos, Estatutos e Pragmáticas, Decretos, Cartas régias, Resoluções, Avisos e Assentos. Cf. COSTA, p.25-77. Rodolfo GARCIA menciona também a existência de Portarias, termo atribuído “a ordem verbal dada pelo rei a seus ministros ou oficiais”. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil** (1500-1810). Rio de Janeiro : José Olympio, 1956, p.121.

²⁷Para o reinado de D. José I as Instruções de Governo aparecem firmadas por seus secretários do Reino e da Marinha e Domínios Ultramarinos. Dentre outras, as Instruções para Mendonça de Furtado (1751) e para D. Álvaro Botelho (1754), governador de Goiás, foram assinadas por Diogo Mendonça Corte Real, e as Instruções para o vice-rei Conde da Cunha (1763), redigidas por Carvalho e Melo (então Conde de Oeiras).

²⁸Ver AHU. Códice 415.

que vos parecerem convenientes para o seu governo, na observância das minhas reais ordens” –, acabou por generalizar as orientações recebidas por todos os oficiais aos quais comissionava alguma tarefa. Do mesmo modo, manteve profusa correspondência com o governador do Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura Tavares, na qual discutiam e trocavam experiências sobre os melhores meios de levarem avante as atribuições a eles conferidas.²⁹

Também foi de uso freqüente, quando da nomeação de novos governadores, anexar às suas próprias Instruções cópias das anteriormente emitidas. Em 1777, Martinho de Melo Castro comunicou a D. Luís da Cunha de Menezes, governador de Goiás:

Sua Majestade manda remeter a V. S^a. a cópia da instrução que, no primeiro de outubro de mil setecentos setenta e um, se expediu a José de Almeida Vasconcelos, a quem V. S^a. vai suceder na Capitania de Goiás, com os duplicados dos quarenta e cinco documentos que a acompanharam, para que sirvam a V.S^a. de Regras impreteríveis em tudo o que forem aplicáveis, aos tempos, aos casos e às circunstâncias, que ocorrerem no exercício do mesmo governo de que V. S^a. se acha encarregado.³⁰

A respeito da citada Instrução expedida a José de Almeida Vasconcelos, ela é a que melhor sintetiza os princípios do “sistema” de governo que foi estabelecido para a América portuguesa na segunda metade do século XVIII.

1. Sua Majestade, tendo nomeado a V. S^a. por governador e capitão-general da capitania de Goiás, e achando-se estabelecido para o governo de toda a América portuguesa um sistema político, civil e militar aplicado a cada uma das capitanias daquele vasto continente, segundo a situação e circunstâncias de cada uma delas, as melhores instruções e mais conformes ao sistema acima

²⁹**Ver BNL/PBA. Códices 621 a 631.** Contêm cópias das correspondências de Mendonça Furtado relativas ao seu período de governo no Grão-Pará.

³⁰**AHU. Códice 465.** Carta de Martinho de Melo e Castro a D. Luís da Cunha de Menezes, 06 de fevereiro de 1777. Anexas as cópias mencionadas.

Não obstante a idéia de uma administração geral, estabelecida sobre princípios comuns, os governadores de capitanias continuaram a receber, com as Instruções, uma “carta separada” que individuava os poderes concedidos.

referido que se podem dar a V. S^a. são aquelas com que, por ordem de El Rei Nosso Senhor, tem o senhor Marquês de Pombal instruído aos governadores que precederam a V. S^a., nas diferentes cartas régias, ordens e ofícios que sucessivamente se lhes tem dirigido, conforme a exigência de casos, e à proporção que as circunstâncias o pediam.³¹

Seguindo-se considerações de ordem geral, e particulares a Goiás, a Instrução estabelecia que cada governador deveria ter “um exato conhecimento” da capitania posta sob sua jurisdição, proporcionando os meios necessários para o sustento da população e o desenvolvimento do comércio e, para tanto, deveriam proceder à povoação das regiões inabitadas. Os governadores também estavam obrigados a combater as “iniquidades e prostituições que, em todos os séculos, foram a ruína dos mais florescentes impérios”, quais sejam, os descaminhos perpetrados pelos maus administradores, civis e eclesiásticos, e nisto cuidariam da civilização dos “nacionais da mesma América”.

Esta ação em particular era merecedora de toda a atenção, sendo considerada como “objeto muito mais importante, pelas suas consequências, que todas as outras riquezas”, pois, segundo os “mais sólidos princípios da boa Aritmética Política”, os homens são a mais importante riqueza de um Estado.

Este anunciado princípio da aritmética política pombalina, também eivado de considerações militares (o que tornava obrigatório que os governadores fizessem mapas anuais dos habitantes de suas capitanias, divididos por classes de sexo e de idades), embora não explicitamente mencionado, pode ser percebido

³¹ **AHU. Códice 465.** Cópia da Instrução de Governo passada a José de Almeida Vasconcelos, anexa à de D. Luís da Cunha de Menezes.

Representativo desta busca por uma unidade de governo e de administração, os secretários dos governos das capitanias, em 1777, passaram a ser obrigados a apresentarem, anualmente, ao Conselho Ultramarino, uma relação das ordens recebidas e das providências tomadas. **AHU. PB; Maço 27.** Cópia da Real Ordem Circular de 03 de setembro de 1777.

na já mencionada carta dirigida a Mendonça Furtado, datada de 03 de março de 1755, e em instruções subseqüentes a ele enviadas.³²

Segundo Rita Heloísa de Almeida,

As instruções coloniais são como projetos. São regulamentos que têm a grandeza de orientar a instalação de governos, criando uma economia compatível com o meio ambiente e com as populações trabalhadoras; organizando o povoamento e a edificação de cidades, o relacionamento da população nativa, o convívio social, segundo leis fundadas em alguma tradição de direitos e costumes.³³

Nesse entendimento, entre tantos outros itens voltados ao “interesse público e às conveniências do Estado”, sobressaem na Instrução de 31 de maio de 1751, os cuidados que Mendonça Furtado deveria observar quanto à liberdade dos índios:

17. Tendo-vos referido o que é da minha real intenção que observeis a respeito da liberdade dos índios, sou servido encarregar-vos do modo com que deveis cuidar sobre as missões, para que estas se façam como importa ao bem espiritual daquela conquista e que por meio das mesmas Missões se cultivem, povoem e segurem os vastíssimos países do Pará e Maranhão. [...]

27. Recomendo-vos muito que procureis atentamente os meios de segurar o Estado, como também os de fazer florescer o comércio, para se conseguir o primeiro fim, além do que fica dito a respeito de se aldearem os índios, especialmente nos limites das Capitanias e tereis o cuidado quanto for

³²Em carta de 05 de agosto de 1758, o então secretário da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, dirigiu-se a Mendonça Furtado, então governador do Estado do Grão-Pará, mandando incentivar a povoação e lavoura das “úteis campinas” do rio Mearim e condenando a atividade mineradora. Tal recomendação estava apoiada na “máxima mais universalmente recebida na Aritmética Política, que gradua os ditos mineiros, pelo que a eles lhes pertence, abaixo dos remendões dos sapateiros e dos soldados rasos, e pelo que toca ao Estado, pelos menos úteis de todos os vassallos”. (AHU. **Códice 592**, fls.75-76v.).

³³ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios** : um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília : Editora da UnB, 1997, p.139. Trata-se de uma recente e interessante interpretação sobre a abrangência e desdobramentos do Diretório de Mendonça Furtado, que vigorou até 1798.

possível, que se povoem todas as terras possíveis, introduzindo-se novos povoadores.³⁴

Percebe-se, então, que as ações de civilização dos “naturais da terra” e de povoamento de regiões ainda inabitadas, desde o início do reinado de D. José I, fizeram parte de uma política concertada que, aos poucos, foi sendo refinada e posta em prática, ademais estabelecida sob um princípio geral: para ter assegurada a posse de territórios americanos para a Coroa portuguesa, era preciso aumentar “o número dos fiéis alumados da Luz do Evangelho, pelo próprio meio de multiplicação das povoações civis, e decorosas”.

Para conduzir brancos e índios à sociedade civil

Como já foi indicado, Mendonça Furtado, após seu retorno a Lisboa, e no exercício de suas funções na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, “se encarregaria de difundir as instruções que recebera em 1755 para todos os territórios coloniais portugueses”.

Dessa secretaria ele passa a conduzir a criação sistemática de municípios em todos os cantos do Império, sem se descuidar de enviar instruções relativas à forma urbana aos responsáveis por promover as fundações.³⁵

Certamente, esta tendência uniformizadora levava em conta as condições particulares de cada capitania, aliás como o próprio Mendonça Furtado havia feito no Grão-Pará. Ademais, concordando com Silva Dias, devemos reiterar que “a prática política não é um produto mecânico da teoria política”, sendo que a primeira propõe correções de curso necessárias à segunda.³⁶

³⁴Instrução de Governo de Mendonça Furtado, **in** MENDONÇA (1985), p.44 e 46.

³⁵PEREIRA (1998), p.309.

³⁶SILVA DIAS, v.2, p.185.

Neste entendimento, algumas situações particulares, mas complementares, poderão nos auxiliar a compreender os resultados da política urbanística pombalina posta em execução no Brasil; resultados estes celebrados pela apologética **Corografia brasílica**, de Aires Casal.³⁷

No início da segunda metade do século XVIII, a cidade de Nossa Senhora das Neves da Paraíba, ou apenas cidade da Paraíba, era o único núcleo urbano daquela capitania organizado na forma das Ordenações do Reino.³⁸ Dela, o padre Domingos Loreto Couto, em 1757, fez a seguinte descrição:

A cidade da Paraíba tomou o nome do rio que a banha, que conservou sempre, esquecendo-se do nome Filipéia, que lhe deram os nossos, tomado de Filipe, Rei de Espanha, e de Frederica, que lhe puseram os Holandeses, em contemplação de Frederico, príncipe de Orange. É habitada de quase três mil vizinhos, com uma suntuosa Igreja Maior, Misericórdia, sete templos, convento de São Bento, São Francisco, Carmo, e Colégio da Companhia, que tem anexo um magnífico seminário, onde se dão estudos de latim e filosofia, e nos conventos de São Francisco e Carmo, filosofia e teologia. O pároco desta freguesia é vigário da vara, e tem a freguesia mais de dez mil pessoas de confissão, por se estender o seu distrito fora da Cidade. No seu termo habitam mais de vinte mil pessoas, tem muitos engenhos reais, suntuosos templos e ricas capelas. O governador desta capitania é independente do governador e capitão-general de Pernambuco.³⁹

³⁷“Senhor: A descrição geográfica do vasto Reino que a Providência confiou a V. R. Majestade na América, é o assunto da obra que respeitosamente ofereço a V. R. Majestade, como Sua, por muitos títulos. [...] mostra-se a época, o método da colonização e o atual estado das povoações, e produções da Agricultura e indústria de cada uma delas [capitanias]”. AIRES DE CASAL, v.1, Dedicatória.

³⁸Em carta de 12 de maio de 1756, o governador da Paraíba, Luís Antonio de Lemos de Brito, comunicava a Diogo Mendonça Corte Real que havia convocado, “ao som de sino corrido a Nobreza e o Povo desta cidade, que é a única camara de toda a capitania”, para fazer-lhes o anúncio de que a Coroa solicitava donativos para as obras de reconstrução de Lisboa. **AHU. PB**; Caixa 12.

³⁹COUTO, Domingos do Loreto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco [1757]. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, v.24, p.167-8, 1902. A cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves foi fundada em outubro de 1585, por Alvará de 29 de dezembro de 1583.

A extensão da freguesia e o termo atribuído à responsabilidade da câmara municipal da cidade da Paraíba evidenciam a carência de formas institucionais para o controle da população da capitania. O mesmo Domingos Loreto Couto menciona que o extenso território paraibano contava apenas com a existência de aldeias indígenas administradas por religiosos. Na ocasião, eram identificados 12 aldeamentos: Jacoca, Utinga, Bahia da Traição e Preguiça, “de caboclos da língua geral”, Boa Vista, Cariry, Campina Grande, Brejo, Panaty, Corome, Pega e Icó Pequeno, habitados por “tapuios”.⁴⁰

Mas, segundo dados apresentados por Irineu Ferreira Pinto, a população paraibana, de brancos e índios aldeados, em 1750, congregava-se em torno de 6 freguesias: a da cidade de Nossa Senhora das Neves, a de Mamanguape, a do Piancó, a do Cariry, a de Nossa Senhora dos Anjos do Taipu e a de Nossa Senhora dos Milagres dos Cariris-de-Fora.⁴¹ Ainda que se considere a presença dos párocos dessas freguesias, e de capitães-mores naqueles núcleos de povoamento,⁴² a ausência de formas institucionais de governo local (câmaras municipais) impunha dificuldades para o exercício das atribuições do governador e do ouvidor-geral da Paraíba.⁴³

⁴⁰**Ver** PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa : Editora Universitária da UFPB, 1977. v.1, p.149. As mesmas aldeias são citadas por COUTO, **ver** p.170.

⁴¹**Ver** PINTO, v. 1, p.148-151.

⁴²Em carta de 24 de outubro de 1755, o rei solicitava informações sobre a existência de quatro capitães-mores nas povoações das freguesias de Mamanguape, Taipu, Cariri e Piancó, “contra as ordens régias que determinam haja em cada vila, ou cidade, um capitão-mor, quando na capitania só existe a cidade da Paraíba e nenhuma vila”. **Ver** PINTO, v.1, p.156. Segundo ordem régia de 21 de abril de 1739, o cargo de capitão-mor das ordenanças era privativo para as vilas e cidades; sua principal função era a de organizar a defesa do município contra invasores estrangeiros e contra ataques de índios e de malfetores. Quanto às povoações com menos de 100 moradores, elas teriam um capitão de companhia. **Ver** SALGADO, p.164, 230, 312 e 404.

⁴³Por Provisão régia de 12 de dezembro de 1687, foi criado o lugar de ouvidor-geral da Paraíba. Sua jurisdição também abrangia as capitanias do Ceará, do Rio

Tal situação fazia constantes as reclamações dos habitantes do sertão, que viviam às voltas com “sublevações” de índios aldeados e com ataques perpetrados por “vagabundos”. Também eram presentes as queixas de religiosos, que viam as terras de seus aldeamentos serem invadidas pelos moradores brancos, impossibilitando – segundo eles – a obra catequética.⁴⁴

Para atender tais reclamos, o rei, por intermédio do Conselho Ultramarino, exigia que o ouvidor fizesse correições periódicas, prestando “contas” das providências que havia tomado.⁴⁵ Mas os ouvidores não demonstravam ser adeptos da realização das correições periódicas a que estavam obrigados, especialmente nos aldeamentos indígenas. Como justificativa para o não cumprimento dessa obrigação, informavam que “os lugares e aldeias distavam a mais de 100 léguas da Cidade” e que não dispunham dos meios necessários para empreenderem as viagens.⁴⁶

Se, efetivamente, as longas distâncias dificultavam a administração da justiça, a Coroa logo percebeu que tal condição também era desfavorável para a arrecadação de seus direitos. A medida tomada para sanear tais problemas foi radical:

Dom José, &c. Faço saber a vós, Coronel Governador da Paraíba, que por se ter conhecido os poucos meios que há nessa Provedoria da Fazenda para sustentar um governo separado, fui servido, por Resolução de vinte e nove de dezembro próximo passado, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino, extinguir esse governo da Paraíba, e que acabado o vosso tempo fique essa mesma capitania sujeita ao governo de Pernambuco, pondo-se nessa

Grande do Norte e de Itamaracá. Em 1723, foi criada a ouvidoria do Ceará, desanexando-a da Paraíba.

⁴⁴**AHU. Códice 261**, fls.197v.-198. Carta régia para o governador da Paraíba, 02 de dezembro de 1754.

⁴⁵**AHU. Códice 261**, fls.215v.-216. Carta régia para o ouvidor-geral da Paraíba, 14 de dezembro de 1754.

⁴⁶**AHU. PB**; Maço 37. Correspondência diversa.

da Paraíba um capitão-mor com igual jurisdição e soldo ao que tem o capitão-mor da cidade de Natal no Rio Grande do Norte [...]. Lisboa ao primeiro de janeiro de mil setecentos e cinquenta e seis.⁴⁷

Durante os 43 anos seguintes, o governador da Paraíba, juntamente com os capitães-mores do Ceará e do Rio Grande, esteve subordinado à autoridade político-militar do governo geral de Pernambuco. Essa subordinação também se verificou no âmbito judicial: a ouvidoria-geral de Pernambuco detinha autoridade sobre os funcionários da justiça de 4 comarcas: a de Pernambuco, que abrangia a cidade de Olinda, a vila do Recife, a vila de Igarassú, a vila de Serinhaém, a vila de Porto Calvo, além de outras povoações; a da Paraíba, que se compunha da cidade de N. S. das Neves da Paraíba, da cidade de Natal, da vila de Goiana (Itamaracá) e das povoações do Piancó e de N. Senhora da Conceição de Itamaracá; a comarca do Ceará, com as vilas de São José do Ribamar de Aquirraz, de N. Senhora da Assunção da Fortaleza, de N. Senhora do Ó do Icó, de Aracati (mais tarde, também a vila de Montemor-o-novo); e, a comarca de Alagoas, com a vila do mesmo nome e a de Penedo.⁴⁸

Entretanto, antes mesmo que o governo da Paraíba estivesse formalmente subordinado ao de Pernambuco, o rei português – diga-se, o Conselho Ultramarino – já se dirigia a este último para comunicar decisões relativas àquela capitania. Assim, em fevereiro de 1755, D. José comunicava ao governador e capitão-general de Pernambuco que, “havendo visto o que informaste, em carta de quatro de maio de 1754”,

fui servido determinar, por Resolução de 29 de novembro do ano próximo passado, tomada em consulta de meu Conselho Ultramarino, que se crie o dito juiz ordinário com seu escrivão, nas Ribeiras do Açú e Apody, e que o Ouvidor

⁴⁷Provisão do Conselho Ultramarino, de 01 de janeiro de 1756. Citada em PINTO, v.1, p.157.

⁴⁸Ver AHU. Códice 264.

da Paraíba, quando for em correição, determine o limite da jurisdição que há de ter este Juiz criado de novo nas ditas Ribeiras, e faça praticar, na sua criação, e na do seu escrivão, o mesmo que se pratica com o juiz e escrivão do Piancó, de que vos aviso para que assim o tenhais entendido e façais executar esta minha Real Ordem.⁴⁹

Como se depreende, não se tratava de constituir um novo município nas Ribeiras do Açu e Apody, região pertencente à capitania do Rio Grande do Norte, mas área de jurisdição do ouvidor da Paraíba. Aparentemente, a Resolução de D. José repete o mesmo procedimento que fora adotado para os arraiais goianos na primeira metade do século XVIII e para o “sertão do Piancó daquela mesma Comarca”, isto porque não fica definido a quem competiria a escolha (ou eleição) daquele juiz, se ao próprio ouvidor, ou se aos oficiais da câmara municipal que detinha jurisdição sobre aquela povoação.⁵⁰

Entretanto, a justificativa para a medida tomada era a de reparar “a consternação em que se viam, na falta de quem lhes administrasse justiça, não só para as suas causas e contendas, mas para o temor dos malfetores, e se evitar tantas mortes e roubos que frequentemente aí se cometem”.⁵¹

Nessa mesma ocasião, em que a Coroa portuguesa procurava dotar as povoações paraibanas de formas institucionais de aplicação de justiça e de fiscalização e arrecadação de tributos, os “naturais da terra” também passaram a

⁴⁹**AHU. Códice 261**, fl.232v. Carta Régia para o Governador de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1755. Carta de igual teor, na mesma data, seguiu para o ouvidor-geral da Paraíba.

⁵⁰Irineu Ferreira PINTO informa da existência de uma carta régia de 07 de fevereiro de 1711 que dispunha sobre a criação de “juizes ordinários e escrivães nos distritos dos sertões” da Paraíba. **Ver** v.1, p.105. Sobre essa questão dos juizes ordinários extra-câmaras, uma carta do Conselho Ultramarino, de 17 de agosto de 1749, informava ao governador de Pernambuco que haviam sido criados três julgados, com juizes de vintena, na região do rio São Francisco, pelo ouvidor-geral da comarca da parte sul da Bahia (**AHU. Códice 261**, fls.105v.-106).

⁵¹**AHU. Códice 261**, fl.232v. Carta Régia para o Governador de Pernambuco, 24 de fevereiro de 1755.

merecer atenção, buscando-se desestigmatizá-los e atraí-los para junto das instituições e da cultura do colonizador português.⁵²

As ações para a civilização dos índios na América portuguesa ganhou maior ímpeto com a expulsão dos jesuítas, que contribuiu para a desorganização das antigas missões e aldeamentos. Porém, já em carta de 06 de março de 1759, o governador de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, comunicava a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, ainda na secretaria dos Domínios Ultramarinos, que havia recebido as ordens que mandavam estabelecer, no território sob sua jurisdição, novas vilas e lugares nas “antigas aldeias de índios”.⁵³ E ao mesmo governador, em 1760, Mendonça Furtado, já secretário, exigia que ele observasse, quanto à civilização dos índios, o disposto no **Diretório**, que passava a valer para o Estado do Brasil.

No caso de algum artigo necessitar de modificação, ou declaração, acomodada a diferença dos Lugares, fará V. S. presente ao mesmo Senhor, especificamente as alterações necessárias para sobre elas resolver o que for servido. Também ordena o mesmo Senhor que as Posturas das Câmaras novamente eretas nos Sertões, se regulem pelo que se tem praticado com bom efeito no Pará, e que as terras adjacentes a cada uma das vilas, depois de separadas algumas porções delas para patrimônios das sobreditas Câmaras, e logradouros comuns, todas as outras se repartam pelos moradores, incluídas as fazendas que foram dos

⁵²Por Despacho do Conselho Ultramarino, de 28 de abril de 1755, o ouvidor e a câmara municipal da cidade da Paraíba são informados de que deveria ser observado o Alvará de Lei de 04 de abril de 1755, que dispunha sobre os casamentos entre índios e portugueses. **AHU. PB**; Maço 28.

⁵³As ordens recebidas pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva estariam contidas em Carta régia de 14 de setembro de 1758; **cf. AHU. PB**; Caixa 13. A referência à correspondência de 06 de março de 1759 encontra-se em uma relação dos “papéis avulsos relativos à capitania de Pernambuco, 1605-1738” existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, redigida pelo professor José Antonio Gonçalves de Melo Neto, da Universidade de Pernambuco, em 1952. Como já mencionado, dada a subordinação da Paraíba ao governo geral de Pernambuco, muitas das ordens relativas àquela capitania tinham o governador desta última como destinatário. E, por ocasião de minha pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino, a documentação avulsa referente à capitania de Pernambuco sofria restrições para consulta, o que impossibilitou um trabalho sistemático.

regulares expulsos na conformidade da Carta Régia que proximamente foi para o Estado do Grão Pará, e de que remeto a V. S. a cópia, que V. S. executará naquelas partes que foram aplicáveis.⁵⁴

A partir dessa carta de Mendonça Furtado, em que se faz presente a evocação do “que se tem praticado com bom efeito no Pará”, D. Luís Diogo Lobo da Silva expediu uma longa instrução ao juiz-de-fora de Recife, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelbranco, comissionando-o para a execução das ordens que havia recebido.

Ainda que a inteligência de Vossa Mercê se faz desnecessária tôda a instrução a respeito da diligência de que acha encarregado por ordem de Sua Majestade Fidelíssima relativa à ereção das vilas, e lugares, que se mandam formar das antigas aldeias [...].

Sua Majestade é servido se regulem pelas leis unidas à Coleção dos exemplares que Vossa Mercê tem do número 1 até o número 3 e Diretório impresso [...].

Resta-me só dizer a Vossa Mercê que nas povoações em que achar número de 150 casais deve constituir Vila na conformidade do Diretório impresso, § 77, erigindo câmara e levantando pelourinho, fazendo Juizes, Vereadores, Procuradores e Escrivão, para o que se faz preciso que não achando nos ditos índios pessoas com inteligência necessária as deve procurar dos moradores mais próximos às referidas vilas [...].

O que digo a Vossa Mercê a respeito do número dos 150 casais o não põem na precisão de que achando alguma aldeia com maior número lhe seja preciso dividi-la, mas sim para que a não forme com a dita qualidade no menor do que fica referido, por poder constituir todas aquelas que o tiverem e excederem em qualquer número que seja com a sobredita prerrogativa, maiormente refletindo serem os povoados mais numerosos de maior utilidade para se civilizarem, e de menos despesa para a Real Fazenda. [...]

A todas as vilas e lugares que erigir denominará Vossa Mercê com os nomes das de Portugal que lhes parecer mais conformes aos sítios em que se acharem, ou as formar, procurando não fiquem com aqueles que já se tem dado a outras novamente criadas neste continente, como se mostra da relação de número 13 [...].

⁵⁴**AHU. Códice 583**, fls.45-46v. Carta de Mendonça Furtado para o Governador de Pernambuco, 17 de julho de 1760.

Deus guarde a Vossa Mercê muitos anos. Recife de Pernambuco, 29 de abril de 1761.⁵⁵

No mesmo ano em que foi ordenado ao juiz-de-fora do Recife erigir em vilas e lugares as povoações de índios no território sob a jurisdição de Pernambuco, o Conselho Ultramarino encaminhava a D. José I uma consulta sobre a criação de um juiz ordinário, e seu escrivão, na povoação de Cariris-de-fora. Desta feita, a documentação deixa explícito tratar-se de um juiz que seria “eleito nos Pelouros daquela cidade” da Paraíba,⁵⁶ conformando-se mais de perto ao que se designava por juízes vintenários.

O que chama a atenção, no entanto, é o fato de se expedir uma “consulta” para um procedimento previsto nas Ordenações do Reino. Uma explicação possível deve-se ao processo de centralização administrativa promovido por Carvalho e Melo; ou, como o próprio texto permite inferir, a situação de subordinação vivida pelo governo e justiças da Paraíba frente a Pernambuco.

O Ouvidor da Comarca da Paraíba, em carta de 20 de março de 1759, de que com esta sobe cópia a Real presença de Vossa Majestade, dá conta de ser preciso criar-se na povoação dos Cariris-de-fora, um Juiz eleito nos Pelouros daquela cidade, e o seu Escrivão, assignando-lhe por distrito para a parte da mesma cidade até o Pahó e Bananeiras, e para a parte de cima até o Estreito, ajuntando-se-lhe a Ribeira de Acauy. Desta carta se deu vista ao Procurador da Fazenda, o qual respondeu que devia informar com seu parecer o Governador e Capitão General de Pernambuco, ouvindo os oficiais da Câmara da cidade do Natal. E ordenando-se ao Ouvidor da Comarca da Paraíba informasse novamente nesta matéria ouvindo os oficiais da Câmara, satisfez dizendo que

⁵⁵Transcrita em BOXER, Charles R. Uma instrução inédita de Luís Diogo Lobo da Silva – governador de Pernambuco, acerca da elevação das aldeias dos índios à categoria de vilas no nordeste do Brasil (1761). **Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da sede do Governo do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro (1963)**. Volume VII. Rio de Janeiro : IHGB/Imprensa Nacional, 1967, p.147-160. p.150-155.

⁵⁶Note-se que o termo municipal da cidade da Paraíba não sofreria divisão, assinalando-se apenas um “distrito” para a jurisdição daquele oficial.

pela resposta dos ditos oficiais da Câmara, constava que reconheciam a urgente necessidade que há de Juiz naquele distrito, e ele não tinha mais que informar do que disse na primeira, e só dissera de novo que, indo aos sertões lhe descobriu a experiência, que não são bastantes juizes o do Assú e o do Piancó, pelas grandes distâncias que compreendem os seus distritos e excessivas custas às partes e falta de administração de justiça a todos eles pelo referido, e que seria muito útil, em cada povoação, ou matriz, haver um Juiz Ordinário feito em os Pelouros das Câmaras respectivas, com o seu escrivão, por que nisto não dispende nada a fazenda de Vossa Majestade, antes se aumenta no donativo do ofício de Escrivão e Meirinho, e Escrivão da Coroa que tem todos os que se tem criado, e os povos ficam mais satisfeitos e com menos incomodos quando Vossa Majestade assim seja servido determiná-lo. Sendo outra vez ouvido o Procurador da Fazenda, disse que se conformava com o parecer do Ouvidor, praticando-se o mesmo que ultimamente se fez no Assú. O Procurador da Coroa, a quem também se deu vista, disse que convinha no mesmo. Ao Conselho parece que Vossa Majestade seja servido mandar criar um Juiz ordinário, com seu escrivão, para o distrito dos Cariris-de-fora, na conformidade da conta do Ouvidor da Comarca.⁵⁷

A transcrição desta Consulta é bastante elucidativa quanto aos trâmites administrativos sobre as questões do ultramar português. Ela também indica que as autoridades metropolitanas mostravam-se empenhadas em afirmar a presença das instituições portuguesas em seus territórios, reconhecendo que a ausência de funcionários instalados nos núcleos de povoamento gerava dificuldades para a administração da justiça e a exação das rendas.

As ações urbanísticas na capitania da Paraíba

Segundo Aires de Casal, a capitania da Paraíba do Norte

é a mesma capitania de Itamaracá; ou para melhor dizer, ocupa quase dois terços daquela, não tendo hoje mais de dezoito a dezenove léguas de costa, contadas do rio Goiana até a enseada dos Marcos, que fica três milhas ao norte

⁵⁷ **AHU. Códice 267**, fls.113-113v. Parecer do Conselho Ultramarino, 11 de agosto de 1761.

do rio Camaratiba; havendo-lhe tomado a de Pernambuco sete a oito léguas na parte meridional, e a do Rio Grande [do Norte] quatro a cinco ao norte, sendo de notar que a capitania de Itamaracá verdadeiramente nunca foi mais que uma porção da que el-rei D. João o Terceiro dera a Pedro Lopes de Souza, em mil quinhentos e trinta e quatro.⁵⁸

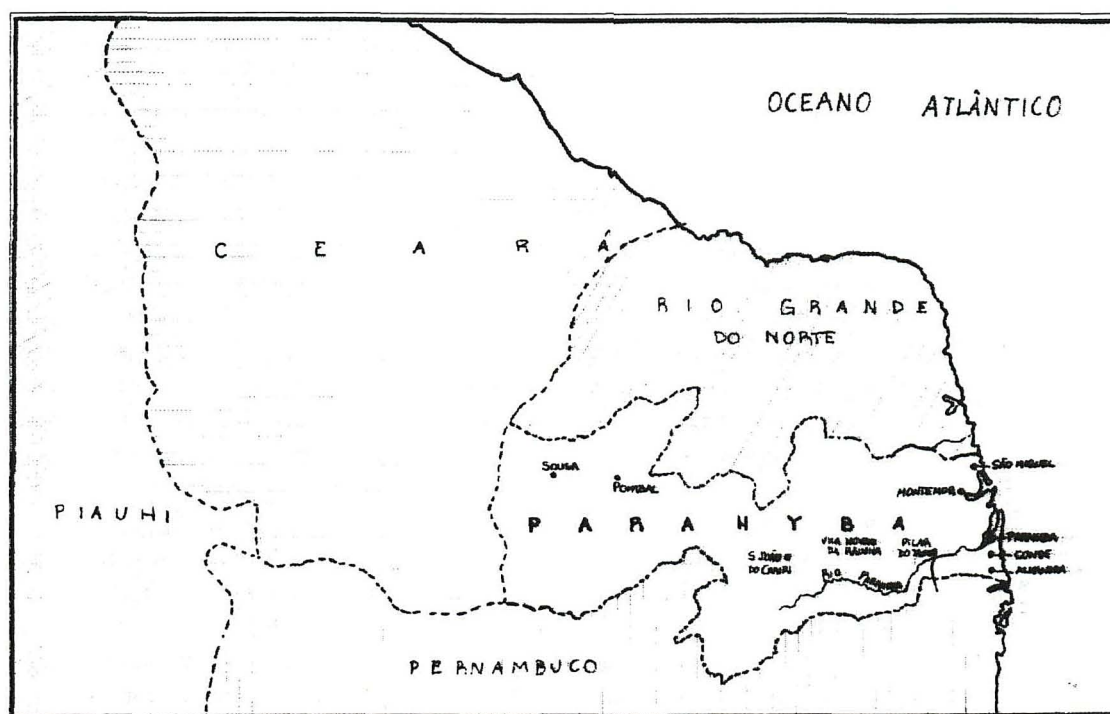
Escrevendo no início do século XIX, Aires de Casal estava em condições de descrever os resultados da política urbanística levada à efeito, na Paraíba, a partir da metade do século anterior. Assim, além da cidade de Nossa Senhora das Neves, ele identificou a presença de outras nove vilas, a maioria delas localizada ou próximo à costa, ou à cidade: Pilar do Taipu, Alhandra, Vila Real de São João do Cariri, Vila do Conde, Vila Nova da Rainha (Campina Grande), São Miguel da Baía da Traição e Montemor. Apenas duas vilas, Pombal e Souza, haviam sido erigidas no extremo oeste da capitania, próximas à divisa com o Ceará.⁵⁹

Segundo uma certidão de 19 de abril de 1766, passada pelo Contador dos Auditórios da cidade da Paraíba, entre 1758 e aquela data, haviam sido “novamente erigidas” quatro vilas naquela comarca: Nossa Senhora do Pilar do Taipu, Montemor-o-novo, Vila Nova da Baía de São Miguel (Baía da Traição) e Vila Nova do Conde. Na mesma certidão também são mencionadas as vilas de Alhandra e de Vila Flor (esta última no Rio Grande do Norte, com seu termo confrontando com o de São Miguel). Apesar do conhecimento que a Câmara da Paraíba tinha da criação das vilas citadas, seu secretário atestava, em 21 de

⁵⁸AIRES DE CASAL, v.2, p.145. A Paraíba, desde o final do século XVI, recebeu o título de capitania régia. Por sua vez, a capitania de Itamaracá vem a ser comprada pela Coroa portuguesa junto aos Marqueses de Loureiral, herdeiros do marquês de Cascais, em 1743. Ver PINTO, v.1, p.13-33 e 147.

⁵⁹AIRES DE CASAL, v.2, p.152-3. Fica ausente da relação de Aires de Casal a Vila Real do Brejo da Areia, criada em 1815, próxima a Montemor.

julho de 1766, que não havia encontrado o registro de nenhuma Ordem Régia sobre a criação delas.⁶⁰



Capitania da Paraíba do Norte e as vilas fundadas no decorrer do século XVIII.
Projeção sobre limites atuais. Desenho de Nicole Chagas Lima.

Precisar as datas de efetiva instalação dessas vilas é problemático. A mais antiga seria a vila de índios de Nossa Senhora do Pilar do Taipu. A antiga aldeia foi, provavelmente, elevada à nova condição ainda em 1758, por força de Alvara e Carta régia de 14 de setembro daquele ano,⁶¹ distando cerca de “doze léguas” da cidade, a sudoeste, na margem esquerda do rio Paraíba. Quanto às três outras vilas citadas na certidão acima mencionada: São Miguel e Montemor-o-novo localizavam-se ao norte, ambas no distrito, ou capitania, de Mamanguape, e não se sabe ao certo as datas efetivas de suas instalações; a vila do Conde ficava ao sul, e com relação à data de sua ereção, contrariamente à informação da

⁶⁰**AHU. PB**; Caixa 13. Como já apontado, tais ordens seguiram para o governo de Pernambuco.

⁶¹Irineu Ferreira PINTO informa a data da Carta régia como a de elevação da antiga aldeia de Taipu em vila (**Cf.** p.158). Todavia, não foi possível certificar que a instalação se tenha realmente efetivado naquela ocasião.

certidão, Irineu Ferreira Pinto atribui-lhe o ano de 1768. Já a vila de Alhandra, situada ao sul, “junto ao rio Capiberi”, ela teria sido instalada pelo juiz-de-fora do Recife, Miguel Carlos Caldeira Castelbranco, em 1765.⁶²

Entretanto, a criação de uma nova municipalidade sempre acarretava inconvenientes e reclamações por parte das já instaladas. E é uma representação da câmara municipal de N. S. das Neves, enviada ao governador da capitania Jerônimo José de Melo Castro,⁶³ em 1766, que acaba confirmando a ereção de “quatro vilas” de índios no “termo desta sempre leal Cidade da Paraíba”.

Ilmo. e Exmo. Sr.

A Vossa Ex^{sa}. representamos, para pôr na Real presença da Suprema e Fidelíssima Majestade, que sendo servido por carta de quatorze de setembro, de mil setecentos cinquenta e oito, dirigida ao Governador e capitão-general de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, sobre o estabelecimento das novas vilas, à imitação da justiça ordenada na de São José do Rio Negro, do Estado do Maranhão, para republicar os Índios, que até então viviam aldeados, no esperso[!] sertão desta capitania, sem aquele regime de vassalos, cometera com efeito aquela execução da Real Ordem ao bacharel Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelbranco, juiz-de-fora daquela praça, o qual pondo em execução tão reverente mandato, erigiu no termo desta sempre leal Cidade da Paraíba,

⁶²**Ver** PINTO, p.163-166. Aroldo de AZEVEDO (1957) não menciona nenhuma das cinco vilas citadas, **ver** p.38-40. Estas discrepâncias de datas são bastante comuns, e se devem ao próprio processo de fundação das vilas. Inicialmente, é expedida uma carta de criação, encarregando uma autoridade para proceder à instalação da povoação; uma vez ereta a vila, os autos de fundação eram remetidos para Lisboa, onde seriam confirmados, ou não. Assim, em geral, teríamos três datas distintas, ressaltando a ocorrência, vez ou outra, da não efetivação da ordem régia inicial.

⁶³Jerônimo José de Melo e Castro foi nomeado governador da paraíba em 05 de julho de 1763 e permaneceu nesse posto até sua morte, em 13 de maio de 1797, sempre reclamando e pedindo para ganhar um posto melhor. Interessante notar que, contrariamente à Resolução de 29 de dezembro de 1755, o rei atribuiu a ele o posto de coronel: “Atendendo a qualidade, merecimento e serviços de Jerônimo José de Melo e Castro, hei por bem nomeá-lo por tempo de três anos, e o mais que Eu for servido, enquanto não lhe mandar sucessor, Governador da capitania da Paraíba, com o mesmo soldo que tiveram os seus antecessores governadores dela, e com a subordinação ao Governador e Capitão-general da Capitania de Pernambuco, e com a patente de Coronel de Infantaria, de cujo posto terá exercício logo que chegar a este Reino, nas tropas dele, nas quais se lhe ficará conservando a sua antiguidade”. **AHU. Códice 383**.

quatro vilas, para onde os fez reconduzir, com excessivo trabalho, pela montanhesa vida, em que incivilmente viviam. [...]

Escrita em Câmara, 21 de julho de 1766.⁶⁴

Os oficiais da câmara da cidade da Paraíba, embora não estivessem se insurgindo contra a vontade do soberano de “republicar os índios”, manifestavam seu descontentamento com o que entendiam ser um prejuízo decorrente da diminuição do antigo termo municipal provocado pela criação de quatro novas vilas: “animando a cada uma das ditas vilas, o excessivo termo, tão diferente da insinuação da mesma ordem, ficando esta Cidade com o limitado de nove léguas, menos civilizado, e circulado com os novos termos das referidas vilas”. A câmara também se mostrava ciosa do papel de administradores do bem-comum, pois, mesmo destacando o esforço do juiz-de-fora do Recife em dar execução às Instruções recebidas, reclamavam não terem sido ouvidos no tocante à divisão das terras antes colocadas sob a sua jurisdição. Da mesma forma, demonstravam conhecimento da situação de subordinação que o governo daquela capitania sofria, indicando que coube ao governo de Pernambuco dar execução ao “reverente mandato” de civilizar os índios, conduzindo-os ao “regime de vassalos” e organizando-os em corpo político.⁶⁵

Na mesma representação, apenas fazendo uso de um recurso retórico, ou não, os oficiais daquela câmara ainda davam conta de que a política de civilização dos índios não estava alcançando os resultados esperados.

⁶⁴**AHU. PB**; Caixa 13. A carta foi assinada pelo juiz ordinário, três vereadores e procurador do Conselho.

⁶⁵Confirmando o zelo do juiz-de-fora Miguel Carlos Castelbranco, ele ainda erigiria a vila de Nossa Senhora do Desterro de Vilaflor, em 1766 (ou 1769), no Rio Grande do Norte. O nome dado à vila parece ser uma homenagem a D. Antonio de Souza Manuel de Meneses, Conde de Vila Flor, sobrinho de Pombal e governador de Pernambuco entre 1763-1768. **AHU. RN**; Caixa 7. Uma correspondência da câmara da cidade de Natal, dirigida ao Conselho Ultramarino, em 1775, informava que a capitania do Rio Grande do Norte possuía 5 vilas de índios, além daquela cidade. **AHU. Códice 264**, fl.115v.

Notadamente, manifestavam que a criação daquelas vilas, ao contrário de aumentar a arrecadação da Real Fazenda, antes a tinha diminuído;

no que esperamos de tão Pia, Católica, e Real proteção, se digne [de]terminar a cada uma daquelas vilas, o território de seis léguas, na inteligência do praticado com aquela vila de São José do Rio Negro, ficando esta Cidade logrando o mais, que de antes tinha, por que também redunde em aumento da Real Fazenda, no donativo dos ofícios de justiça, e alguns contratos, em que houve bastante diminuição, com a que teve este território.⁶⁶

Sabidamente, a carta foi dirigida ao governador da Paraíba, a quem restava administrar as queixas e os parcos rendimentos que sua capitania produzia. E o governador Jerônimo José de Melo e Castro não se ocupava apenas com as queixas dos moradores da cidade. Se ao governo de Pernambuco cabia a honrosa tarefa de fazer instalar as vilas de índios, e nomear seus diretores, a ele recaía um espinhoso encargo: fiscalizar os trabalhos que aqueles realizavam.

As cinco vilas que compreende esta Capitania, que podiam aumentar os dizimos reais, estão sem adiantamento algum, antes notoriamente decadentes, porque o meu General, devendo consultar para o provimento dos Diretores, de que tudo depende, pessoas de maduro conhecimento, se informa ao Ministro que não conhece os merecimentos dos soldados que tem nomeado, e o meu General aprovado. De que tem resultado gravíssimos prejuízos a Real Fazenda e aos pobres índios governados por sujeitos sem probidade, virtude ou capacidade, como são uns pobres soldados que o Ministro nomeou e o meu General conformou sem me ouvir quando devia nomear homens abonados de virtude e de razão.⁶⁷

⁶⁶Como se percebe, as ações praticadas por Mendonça Furtado em São José do Rio Negro passaram a ser tomadas como referência para situações similares; do mesmo modo, a menção feita pelos oficiais da câmara da cidade da Paraíba indica a existência de uma disseminação das mesmas determinações que havia recebido.

⁶⁷**AHU. PB**; Caixa 14. Carta de Jerônimo José de Melo e Castro a Martinho de Melo e Castro, 06 de setembro de 1776. Em 1784, o governador fala da decadência das 5 vilas de índios de sua Capitania (Caixa 15. Carta a Martinho de Melo e Castro, 14 de agosto de 1784).

A reclamação de Melo e Castro sobre os diretores nomeados para as vilas de índios receberia, em 1778, a seguinte resposta de José Cesar de Menezes, então governador de Pernambuco, por carta enviada ao Conselho Ultramarino: “se as cinco vilas de índios, de que faz menção na sua carta, se acham sem aumento, se deve imputar a culpa ao governador da Paraíba, por serem da sua jurisdição”.⁶⁸

E a nomeação dos diretores continuou a ser feita desde Pernambuco, como mostra essa carta patente de 1787:

Jozé Cesar de Menezes, do Conselho de Sua Majestade Fidelissima, seu Governador e Capitão General de Pernambuco, Paraíba e mais Capitánias anexas.

Nomeio para Diretor da Vila de Monte-mor o novo, da Capitania da Paraíba, a Gonçalves Lourenço Barboza, por nele concorrerem os requisitos para servir com honra o dito cargo, que exercerá enquanto por este Governo se lhe não determinar o contrário, sendo obrigado a cumprir inviolavelmente o Diretório. Pelo que ordeno ao Senhor Coronel Governador da Paraíba, e oficiais da Câmara da dita Vila, por tal o reconheçam, honrem e estimem, e estes lhe confirmem a posse e juramento de estilo, fazendo-lhe entrega do que dever receber, e deixando-o perceber os proes e precalços que diretamente lhe pertecerem na forma do Diretório.

Em firmeza do que lhe mandei passar a presente por Mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se registrará na Secretaria deste Governo e mais partes a que tocar. Manoel Barbosa da Silva Faria, oficial maior da secretaria de Governo a fez em Vila de Pernambuco aos vinte e três dias de julho de mil setecentos e oitenta e sete.⁶⁹

Nesse interím, desde 1770, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos já estava ocupada por Martinho de Melo Castro. Mas essa substituição não significou uma mudança na política de

⁶⁸**AHU. Códice 264**, fl.79. Carta do Governador de Pernambuco ao Conselho Ultramarino, 05 de setembro de 1778.

⁶⁹**AHU. PB**; Maço 41. Cópia de Carta Patente.

civilização dos índios da América portuguesa iniciada por Mendonça Furtado, muito ao contrário. José Subtil, investigando a composição dos quadros administrativos dos períodos pombalino e pós-pombalino, classifica como “simplista” a tese de que o afastamento de Pombal, com a subida de D. Maria I ao trono, significou uma “viradeira” quanto ao programa de reformas políticas empreendidas no reinado de D. José I.

Uma aproximação mais detalhada à conjuntura não permite concluir que se tivesse iniciado um movimento de contra-reforma, o que é inteiramente diferente de afirmar que muito provavelmente terá havido um movimento de rejeição e contestação à figura política do marquês de Pombal. Dito por outras palavras, será necessário separar o movimento de reformas do seu autor político [...].⁷⁰

Tal interpretação leva em conta, justamente, a presença de Martinho de Melo e Castro no governo mariano, bem como a reabilitação do antigo ministro-adjunto de Pombal, o desembargador José Seabra da Silva,⁷¹ que ocupou a Sécetaria de Estado do Reino, entre os anos de 1788 a 1801.

Assim, não causa estranheza que, mesmo no contexto pós-pombalino, verifique-se um empenho em dar prosseguimento à obra de “civilização dos índios do Brasil”,⁷² e mesmo à política urbanística promovida por Pombal.

⁷⁰SUBTIL (1998), p.419.

⁷¹Diz José SUBTIL (1998), p.419: “A prática política de José Seabra da Silva está por estudar e merecia que fosse realizada o mais rapidamente possível. Enquanto que a autoria, ao que parece, da **Dedução cronológica e analítica**, o guindam a um lugar cimeiro como teórico e doutrinário do regalismo/despotismo, o inventário dos seus despachos como procurador da Coroa e os testemunhos das suas intervenções, como titular do cargo em vários assentos de tribunais, formam o conjunto dos argumentos absolutistas e das réplicas anticorporativas mais corentes e emblemáticas”.

⁷²Em 1789, o tenente-coronel da cavalaria auxiliar da Bahia, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, oferecia ao príncipe D. João um **Plano sobre a civilização dos índios do Brasil**. O objetivo de Domingos Barreto era o de apresentar a “utilidade vantajosa que resultaria ao Estado da civilização do resto destes miseráveis, que aumentariam a povoação, aproveitariam a agricultura e a indústria, fazendo-se bons pais de família, bons esposos e úteis cidadãos”. Para tanto, comenta os resultados das vilas criadas na Bahia, desde 1769, e tece ácidas

Uma política que, em larga medida, contava com o apoio dos moradores dos sertões da Paraíba, gerando, inclusive, disputas entre os habitantes de povoações próximas que almejavam serem distinguidos pela criação das justiças locais. De tal modo que, em 1788, o governo de Pernambuco enviou correspondência ao ouvidor da Comarca da Paraíba, Antonio Felipe Soares de Andrade Brederode, autorizando-o a criar as vilas do Cariry, do Seridó e do Assú, as duas últimas em território potiguar.

Vi a representação que Vossa Mercê me dirigiu em 28 de março próximo pretérito a respeito do quanto seria útil ao bem e sossego do público e ao Real Serviço que se erigissem em vilas as povoações dos Cariris, Seridó e Assú; [...] com as criações das ditas vilas se obrigarão a recolher a elas os vadios para trabalharem, se promoveria o castigo dos delinquentes, adiantar-se-ia a agricultura e se aumentaria o comércio. Nesta certeza, e pela faculdade que S. M. me permite na real ordem de 22 de julho de 1766 de que remeto cópia, concedo a Vossa Mercê faculdade para erigir em vilas as povoações dos Cariris, que se denominará Vila Nova da Rainha, a povoação do Seridó, Vila Nova do Príncipe, e a povoação do Assú, Vila Nova da Princesa. Das cópias inclusas constará a Vossa Mercê os termos a que se procedeu na que por ordem de meu Predecessor erigiu na povoação do Piancó, José Januário de Carvalho, corregedor dessa comarca, para que nas povoações acima indicadas mande Vossa Mercê praticar o mesmo. [...] Concluídas as ditas criações, me remeterá os autos que [ilegível] para vir no conhecimento dos termos e distritos que a cada uma delas pertencer. Recife 28 de abril de 1788. Dom Thomaz José de Mello.⁷³

O ouvidor, porém, antes de se dirigir à povoação de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri, informou que, em sua opinião, a nova vila paraibana deveria ser instalada na freguesia de Campina Grande, por considerá-la em sítio mais

críticas à ação dos diretores nomeados, propondo uma efetiva fiscalização do disposto no Diretório, especialmente quanto ao estabelecimento de governos civis nas vilas de índios. **Ver** fls.6-6v. e fls.56-95v. (**AJUDA**. Cota 52-VIII-35).

⁷³Carta de 28 de abril de 1788; citada em PINTO, v.1, p.173. Na ocasião, o governo de Pernambuco estava ocupado por uma Junta interina.

apropriado, por ter “junto de si terras de plantar”, ao contrário do outro, “que não admite plantações e só unicamente fazendas de gados”. Essa opinião, como veremos adiante, estaria muito mais assentada em uma representação que lhe fora dirigida pelos moradores de Campina Grande, do que em sua própria experiência, fruto das correições a que estava obrigado fazer.

Afinal, Campina Grande recebeu a preferência, e em 20 de abril de 1790 foi erigida a Vila Nova da Rainha, pelo mesmo ouvidor Antonio Brederodes, observando um despacho do governo pernambucano datado de primeiro de dezembro de 1789: “O Doutor Ouvidor Geral da Comarca da Paraíba, ouvindo aos moradores de um e outro lugar proceda a criação da vila naquele lugar que for mais útil aos povos daquele distrito, na forma que lhe está determinado”.⁷⁴

Para que “este Povo possa melhor viver”

Não obstante a criação de juizes ordinários nas povoações e a instalação de novas vilas, de brancos e de índios, os moradores da capitania da Paraíba, durante toda a segunda metade do século XVIII, continuaram sofrendo as violências dos “ladrões e facinorosos” que habitavam os “sertões vizinhos”.⁷⁵ De

⁷⁴Esta discussão acerca da criação da Vila Nova da Rainha encontra-se em PINTO, v.1, p.174-179. Em carta de 06 de outubro de 1805, o governador da Paraíba, Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque, informava ao príncipe D. João: “A vila Nova da Rainha foi criada haverá coisa de 12 anos pouco mais ou menos, o que não consta de certo da Secretaria deste Governo por ser então subordinado ao Governo Geral de Pernambuco, por onde se expediu a ordem para a criação desta Vila, julgo que em consequência da Carta Régia de 22 de julho de 1766”. Na mesma carta, informava-se que, por ocasião da sua fundação, a população daquela vila era de 500 homens casados (“machos”) e 518 mulheres (“fêmeas”); 608 homens solteiros e 551 solteiras; 16 viúvos e 59 viúvas. **AHU. PB**; Maço 42.

⁷⁵**AHU. PB**; Maço 39. Essas informações foram retiradas de um processo que correu junto ao Conselho Ultramarino, no final da década de 1780. O processo trata de uma briga entre Francisco de Arruda Câmara, capitão-mor da vila de Pombal (PB), e o vigário dela, padre Antonio Luís Pereira. O mesmo Francisco de Arruda Câmara aparece em outro documento como sendo o capitão-mor da Vila de Goiana, da capitania de Itamaracá. Em outros papéis anexos ao processo, Francisco Câmara é acusado de cometer outras violências e haver matado a esposa com o uso de uma bebida venenosa.

outra parte, as vilas de índios enfrentavam constantes “abusos”, tanto dos moradores brancos como daqueles que haviam sido nomeados para o “seu governo”, como acontecia em Montemor-o-novo, que se compunha de uma “vila de índios” e de uma vila de brancos, sendo estes os responsáveis por sua câmara.⁷⁶ Tal situação tornou regra geral descrever as povoações de índios como decadentes.⁷⁷

Fernando Delgado Freire de Castilho, que sucedeu a Jerônimo José de Melo e Castro, morto em 1797, logo que assumiu o governo, obedecendo às instruções que lhe foram passadas pelas mãos do então Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, deu início ao processo que culminou na desanexação da Paraíba do governo geral de Pernambuco.⁷⁸

Uma de suas primeiras providências nesse sentido foi convocar a câmara da cidade de Nossa Senhora das Neves para que ela se manifestasse à respeito do assunto. Em carta de 28 de abril de 1798, ressaltando que “a este Senado não toque, segundo seu Regimento, mais que promover o bem viver do povo”, e que “seus sentimentos” seriam expostos observando tal preceito, os oficiais municipais atenderam à solicitação e encaminharam suas considerações: que, de fato, a situação de subordinação acarretava prejuízos diversos aos habitantes da

⁷⁶**AHU. PB**; Caixa 17. Carta de Jerônimo José de Melo e Castro ao Diretor da Vila de Montemor, 22 de setembro de 1794.

⁷⁷Apenas uma vila de índios, ao final do século XVIII, receberia melhores comentários: São Miguel, situada na baía de mesmo nome, antigamente conhecida como Baía da Traição. Em 1797, o provedor da Santa Casa da Paraíba, Bento Bandeira de Melo, em carta ao Conselho Ultramarino, dizia que ali havia muitos moradores, “tanto dentro, como nas suas circunvizinhanças, e é terra muito abundante de peixe e de farinha”. **AHU. PB**; Maço 40. Carta de 04 de maio de 1797. (A carta parece ter sido escrita em Lisboa). Segundo Irineu Ferreira PINTO, Bento Bandeira de Melo passou a ocupar o cargo de provedor da Santa Casa da cidade da Paraíba em 1795. **Ver** v. 1, p. 179.

⁷⁸Fernando Delgado Freire de Castilho foi nomeado em 23 de outubro de 1797, assumindo seu posto em 23 de março de 1798.

Paraíba, especialmente por causa das relações comerciais, posto estarem obrigados a negociar seus produtos através de Pernambuco.

Se no estado de um governo independente nascer nesta capitania um comércio direto, independente de Pernambuco, é de toda a prudente esperança que este Povo possa melhor viver.

Contudo, esta não era a única preocupação daqueles camaristas.

A ociosidade e vadiação, essa mãe comum de todos os vícios, contra a qual se declara asperamente a polícia, essa considerável causa de faltar a abastança dos viveres, melhor se pode evitar no estado da capitania independente, que sujeita. Pois que, apesar de que esta comarca acabe de ver as mais incansáveis aplicações da indagação e punição dos ociosos réus de polícia, contudo como os castigos são impostos em Pernambuco, faltando a estes habitantes o espetáculo triste dos que arrastam as pesadas cadeias, justa pena dos seus delitos, eles se não penetram tanto das notícias e por isso menos se emendam e eis aqui outra vantagem que porá termo ao prejuízo atual. [...]

Deus guarde a V. Exa. Paraíba, em Câmara de 28 de abril de 1798. João Batista Avondano, escrivão da Câmara que escrevi. Luiz Alvarez da Nóbrega, Augusto Xavier de Carvalho, Carlos Jorge Monteiro, José Lourenção da Silva, João Gomes Jasmim.⁷⁹

Informando-se sobre a situação da capitania, inclusive visitando povoações do sertão paraibano, Freire de Castilho tomou partido pela desanexação, especialmente por entender que aquela situação provocava infindáveis conflitos quanto às jurisdições dos diferentes oficiais e instâncias de governo. Suas ponderações, comunicadas em diversas cartas, encontraram um ambiente bastante favorável na Corte, de tal sorte que, em carta de 17 de janeiro de 1799, o príncipe-regente D. João comunicava ao Bispo de Pernambuco “e mais governadores interinos da mesma capitania”, haver a Rainha resolvido pela separação das capitanias da Paraíba e do Ceará do governo de Pernambuco. Ficariam, porém, “os governadores das ditas duas capitanias obrigados a

executar as ordens dos governadores de Pernambuco no que for necessário para a defesa interior e exterior das três capitanias e para a polícia interior das mesmas”.⁸⁰

Mesmo com sua autonomia de governo civil restaurada, o longo período de subordinação traria ainda alguns inconvenientes para Freire de Castilho, especialmente em um assunto. Como todo o processo de instalação de vilas na Paraíba havia sido conduzido desde Pernambuco,

e sendo um dos mais principais atos do Governo a criação das vilas naqueles lugares em que a sua população e aumento a vai exigindo; e não tendo ordens algumas que me possam dirigir a este respeito, faz-se indispensável que Vossa Majestade seja servida mandar-me dirigir por cópia aquelas que sobre este objeto tem sido expedidas para eu as fazer executar de modo que nelas se achar determinado, e for aplicável a esta Capitania.⁸¹

Nos últimos anos do século XVIII, a capitania da Paraíba seria descrita como tendo apenas algumas “povoações dispersas”, habitada por “cento e quarenta mil almas, pouco mais ou menos” (!); dela se conhecia pouco, fosse em relação ao interior, qualificado como “deserto”, fosse em relação à costa.⁸²

⁷⁹Citado em PINTO, v. 1, p. 185-6.

⁸⁰Citado em PINTO, v. 1, p. 214. Cópia desta correspondência só foi enviada para o governador da Paraíba em 26 de agosto de 1799.

⁸¹**AHU. PB**; Maço 34. Carta de 09 de outubro de 1799. A falta de informações sobre a criação de vilas na Secretaria de governo da Paraíba, provocaria ainda muitos dissabores aos futuros governadores. Em 1806, o governador Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque assim se pronunciava sobre a criação das vilas do Conde e de Alhandra. “As referidas vilas foram criadas há muitos anos para habitação de índios, e não consta da Secretaria deste Governo, nem da Ordem, nem do tempo em que se criaram.” **AHU. PB**; Maço 42. Carta ao Príncipe-regente, 23 de janeiro de 1806. Essa carta tratava de uma justificativa que o governador apresentava para a nomeação de um capitão-mor, visto que uma Carta Régia de 20 de julho de 1802 reclamava do grande número de nomeações de oficiais de Milícias e de Ordenanças que estavam pedindo o registro de suas cartas patentes. A Carta Régia dispunha que as nomeações só poderiam se dar em caso de guerra ou de criação de alguma vila ou cidade.

⁸²**AHU. PB**; Maço 29. Cópia de carta e papéis não datados, c. 1796-1801. Os números relativos à população paraibana, neste período, são os mais disparatados. Segundo o recenseamento de 1777, trabalhado por Maria Sylvia Porto Alegre, e considerado por Dauril Alden como “o mais completo registro demográfico do Brasil

Quanto aos núcleos de povoamento, em 1799, Freire de Castilho informava que, “além de outras povoações e lugares, contêm esta Capitania sete vilas, das quais quatro são de índios e três de brancos; contêm mais a povoação de Mamanguape situada ao pé do rio deste nome”.⁸³

As sete vilas consideradas por Freire de Castilho seriam as seguintes: Pilar do Taipu, Alhandra, Vila do Conde, Pombal, São Miguel, Montemor e Campina Grande. Em seu governo, em 14 de junho de 1800, seria instalada a vila de Souza, na povoação do Rio do Peixe (criação amparada pela carta régia de 22 de julho de 1766). Ainda em 1800, a freguesia de Cariris Velhos foi elevada à condição de vila, com o nome de Vila Real de São João, mas sua instalação só foi efetivada em 05 de maio de 1803.

Maria Sylvia Porto Alegre, estudando as “aldeias indígenas e povoamento do nordeste no final do século XVIII”,⁸⁴ reporta-se à uma ordem régia, de 18 de setembro de 1776, “extensiva a todas as capitanias do Brasil, que determinava a realização do primeiro recenseamento geral dos habitantes da colônia”. E, de acordo com os censos realizados nas capitanias de Pernambuco e suas subordinadas, em 1777-1782, a capitania da Paraíba contava com 5 vilas, mais a cidade de N. Senhora das Neves, e 11 freguesias. Em que pese alguma discrepância quanto à localização destas freguesias, elas eram as seguintes: “cidade da Paraíba, Mamanguape, Vila do Conde*, Pilar*, Bahia da Traição de S.

do século XVIII”, a população da Paraíba era de 51.169 habitantes (**apud** ALEGRE, p.199).

⁸³**AHU. PB**; Maço 27. Carta do governador à Rainha, em 09 de janeiro de 1779. Uma carta de outro governador da Paraíba, Luiz da Motta Feo, de 06 de setembro de 1803, tratando da “civilização dos índios”, faz-se referência à existência de cinco vilas de índios.

⁸⁴ALEGRE, Maria S. P. Aldeias indígenas e povoamento do nordeste no final do século XVIII : aspectos demográficos da “cutura de contato”. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo : ANPOCS, p.195-218, 1993.

Miguel*, Vila Flor*, Taipu, Cariri Velho, Campina Grande, Pombal, Seridó”. (As marcadas com asterisco foram consideradas como “freguesias de índios”).⁸⁵

A presença das freguesias de Vila Flor e de Seridó na lista das consideradas paraibanas, só se explica se considerarmos que as mesmas estivessem incluídas na jurisdição da ouvidoria da capitania da Paraíba. Vila Flor, ao menos, desde 1766, era um município norte-riograndense, criado pelo juiz-de-fora do Recife. Situação semelhante explicaria, por seu turno, a inclusão da freguesia de índios de Alhandra, localizada em território paraibano, na relação da capitania de Pernambuco.

A estrutura da administração portuguesa propiciava este tipo de confusão, pois, embora as capitanias fossem consideradas uma unidade administrativa civil (e militar), com o seu território dividido pelos termos municipais – por sua vez, subdivididos em freguesias ou paróquias (circunscrição eclesiástica que também servia à administração civil) –, as comarcas, circunscrição judicial que podia englobar diversos termos municipais, estendiam-se, em geral, para além dos territórios definidos para uma capitania.⁸⁶

⁸⁵**Cf.** ALEGRE, p.216. As fontes utilizadas por Maria Sylvia Porto Alegre foram: a) “Relação de todas as igrejas parochiaes que pertencem ao Bispado de Pernambuco dividido em capitanias; as distancias das freguezias, suas capellas alem das matrizes, o numero de sacerdotes, que nellas existem, alem dos parochos, seos fogos e as pessoas de dezobriga, por mandado de el rey nosso senhor”. – enviada pelo Bispo de Pernambuco, em 19 de fevereiro de 1777 [AHU. PE; Caixa 65]; b) “Mapa que mostra o numero dos habitantes das quatro capitanias deste governo, a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, e Ciará”. – enviada por José Cesar de Menezes, governador de Pernambuco, em 30 de setembro de 1777 [AHU. PE; Caixa 70]; c) “Idéia da população da capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notaveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido &a. &a. desde o anno de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador e capitam general Jozé Cesar de Menezes”. – enviado para Lisboa em 1782 (**Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.40 (1918), 1923). Esses documentos são entendidos como decorrentes da ordem régia de 18 de setembro de 1776. **Cf.** p.198-199. Ressalte-se que Maria Sylvia está atenta à presença de problemas nas fontes de que ela se utiliza, ressaltando que uma “abordagem comparativa fica, em parte, prejudicada”. **Cf.** p.199.

⁸⁶**Ver** PRADO JÚNIOR (1989), p.298-340; e, SALGADO, p.47-121.

Entretanto, pondo de lado essas confusões jurisdicionais, as preocupações da Coroa portuguesa para com o conhecimento do potencial humano, e econômico, da capitania da Paraíba foram reiteradas em 1797, quando da nomeação de Fernando Freire de Castilho para o exercício de seu governo:

Sobre a povoação, S. Majestade tem resolvido mandar imprimir tabelas, que Vossa Mercê há de fazer distribuir pelas freguesias, vilas e comarcas, para que nas mesmas se assente o número dos nascidos, vivos e mortos, casados, viúvos e solteiros de todas as idades, e que anualmente se mandarão a esta Secretaria de Estado para subirem a S. Real Presença.⁸⁷

Ocupações dos habitantes da Capitania da Paraíba do Norte, no ano de 1801⁸⁸

Ocupação	Número de pessoas
Corpo militar de linha	174
Magistratura e empregos civis	102
Clero secular	83
Clero regular	14
Agricultores	8.224
Artistas	622
Jornaleiros	842
Negociantes	310
Homens do mar, que vivem de pescar	22
Criadores de gado	410
Escravos	6.078
Escravas	4.537
Vadios e mendigos	425

Em atenção à ordem recebida, Freire de Castilho encaminhou para Lisboa um conjunto de informações sobre a população paraibana. Em 1801, foi realizado um inventário das ocupações dos moradores daquela capitania, que

⁸⁷Instruções de D. Rodrigo de Souza Coutinho para Fernando Freire de Castilho, de 23 de outubro de 1797. Citado em PINTO, v.1, p.180-183.

⁸⁸AHU. PB; Maço 32.

contava com um total de 55.573 habitantes, dos quais 17.232 eram brancos, 3.212 índios, 12.753 negros e 22.376 mulatos (os dois últimos compreendendo a situação de livres e escravos, sendo que os últimos totalizavam 10.615).

Embora esses dados não permitam estabelecer comparações seguras, em 1804, a população total da Paraíba parecia haver diminuído, em relação ao recenseamento de 1801. Para os 55.573 habitantes antes indicados, a estatística de 1804, realizada pelo governador Luiz da Motta Feo, acusava apenas 36.814 moradores.⁸⁹ Exagero anterior, displicência, ou catástrofe, não importa. Qualquer uma das duas cifras, se comparada à população do termo de sua capital (esta possivelmente mais exata, compreendendo 7.273 pessoas), permite perceber a importância da política urbanística pombalina levada a efeito naquela capitania.

Mapa da população do Termo da cidade de N. S. das Neves, 1804.⁹⁰
(Governador Luiz da Motta Feo)

	Casados	Solteiros	Viúvos
Homens	1.382	1.963	171
Mulheres	1.395	2.033	339

Consta, no original, a seguinte observação: “A diferença que há de 13 homens no número dos casados procede de se terem ausentado”.

O total de habitantes, que antes moravam dispersos no outrora extenso e único termo municipal existente na capitania, o da cidade de Nossa Senhora das Neves, encontravam-se distribuídos, e potencialmente agregados, nos novos municípios criados, com seus oficiais municipais e as tão almejadas (!) justiças d'El Rei, como demonstram os mapas de população, produzidos em 1801, de algumas das vilas fundadas na segunda metade do século XVIII.

⁸⁹**AHU. PB;** Maço 33. Os dados referentes a 1804 foram remetidos para o Conselho Ultramarino por intermédio do governador Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque, que sucedeu a Luiz da Motta Feo.

⁹⁰**AHU. PB;** Maço 41.

Mapas de população de algumas vilas da Paraíba, em 1801.⁹¹

	São Miguel	Montemor	Nova do Conde	Alhandra	Taipú	Pombal	Paróquia de N.S. do Pilar
Branços	111	12	257	13	1.847	1.524	2.014
Pretos	91	11	245	26	1.523	416	1.741
Mulatos	108	05	297	151	1.974	1.372	1.584
Sub-total	310	28	799	190	5.344	3.312	5.339
Índios	808	870	584	833	n.i.	n.i.	218

Note-se que as quatro “vilas de índios” – São Miguel, Montemor, do Conde e Alhandra – concentram a quase totalidade da população indicada acima de 3.212 indivíduos, e que a presença de brancos em seus termos é expressiva em dois casos, sendo majoritária na Vila do Conde. Ressalte-se também a situação da vila de Montemor, criada em 1774, que não consta da relação estabelecida por Maria Sylvia Porto Alegre. Ela foi instalada junto à povoação de Mamanguape, habitada por brancos e que sediou as instituições municipais.⁹² Aliás, o mesmo caso da vila de Nossa Senhora do Pilar do Taipú, onde foram estabelecidas duas povoações, uma para brancos e outra para índios.

Um panorama do que significou, enfim, a execução da política urbanística pombalina para a Paraíba, pode ser apreciada em um relato produzido pelo governador Luiz da Motta Feo e Torres que, nos anos de 1804 e 1805, empreendeu duas viagens pelo território da capitania, visitando quase todas as suas povoações; ficaram de fora as vilas do Conde e Alhandra, situadas ao sul da cidade da Paraíba, no litoral.⁹³

⁹¹AHU. PB; Maço 26.

⁹²Segundo AIRES DE CASAL, a povoação de Mamanguape estaria localizada no termo do município de Montemor, e sua posição de sede municipal decorreria tanto por sua antiguidade como por ser habitada por brancos. Os oficiais da câmara de Montemor residiam em Mamanguape. **Ver** v.2, p.154.

⁹³O objetivo das viagens de Luiz da Motta foi o de arrecadar uma “contribuição voluntária para acudir às urgências do Estado”, conforme lhe havia sido solicitado

A primeira viagem foi realizada entre os dias 10 de agosto e 08 de setembro de 1804, percorrendo um trajeto de 222 léguas (ida e volta). Partindo da cidade sede de governo, em direção ao oeste, a primeira vila visitada foi a de Nossa Senhora do Pilar de Taipu, situada às margens do rio Paraíba, na Ribeira do Taipu, a sudoeste da capital. Esta vila, que fora inicialmente povoada por índios, apresentava por ocasião da visita uma população majoritária de brancos.⁹⁴ A vila resumia-se a “uma só rua, com 61 casas, 4 tavernas, um bom edifício para as funções da Câmara, e outro para Cadeia”, além de uma igreja matriz, “boa ainda que antiga”. A principal atividade econômica dos moradores era a cultura do algodão. No termo municipal de Pilar do Taipu existia ainda a povoação de Itabaiana, com 150 casas, 4 lojas de fazendas secas, 10 tavernas e uma igreja “bem construída”.

A seguir, o governador passou pelo povoado de Bacamarte, no termo do município de Vila Nova da Rainha (Campina Grande). Esta, contrariando os argumentos que levaram à sua instalação naquele sítio, foi descrita como “pobre e pouco abundante, falta-lhe água nascente, os habitantes e os gados a bebem péssima. O clima é frio e úmido, e nas horas do sol, abrasador”. As poucas casas existentes não chegavam a formar uma rua, e não contava com casa de Câmara e Cadeia, e a igreja estava ainda em construção. “O número dos seus habitantes é diminuto, e a maior parte deles vive em diversos distritos, empregados na cultura do algodão e na criação de gados”.

por carta régia de 06 de abril de 1804. As informações apresentadas a seguir foram retiradas de: Descrição das viagens, que fez aos Certões da Paraíba do Norte, em 1804 e 1805, o Governador da mesma Capitania, Luiz da Motta Feo e Torres, então Chefe de Divisão. In: TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castelbranco e. **Memórias**, contendo a biographia do Vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres, a história dos Governadores Geraes de Angola desde 1575 até hoje, e a descrição geographica e politica de Angola e de Benguella. Paris : Fantin Livreiro, 1825. p.110-124.

⁹⁴Segundo um “Mapa de população” de 1801, a população branca era de 1.847 pessoas, e o número de índios não foi informado. **AHU. PB**; Maço 26.

Seguindo sua viagem, Motta Feo narra, de forma pitoresca, sua passagem por um trecho do caminho no qual se deu um grande ajuntamento de gente, “para quem um Governador era uma curiosidade rara”. Chegou, então, à Vila de São João do Cariri, cuja economia girava em torno da cultura do algodão e da criação de gado. Esta fora a outra freguesia que, em 1788, disputara com a de Campina Grande a honra de ser elevada a vila, com o nome de Nova da Rainha. Ao contrário da anterior, a vila de São João apresentava maior desenvolvimento, com uma igreja antiga, mas “decentemente preparada”, construída em terreno alto, “tendo à sua esquerda 30 moradas de casas, e formando com elas um dos lados da praça do Pelourinho”. Os edifícios para a casa de câmara e cadeia estavam quase prontos, feitos em “pedra e cal”.

Da sobredita praça, corre em linha paralela a estes edifícios, uma rua, que descendo pela encosta do monte, finaliza em outra, à beira do famoso rio da Matriz. Este rio, cujas águas são excelentes, tanto para banhos, como para beber, vai unir-se, na distância de poucas léguas, com o Paraíba.

Saindo de São João do Cariri, o governador enfrentou um longo caminho até alcançar a vila de Pombal. Passando por várias fazendas e pequenas povoações, a paisagem que descreve é agreste, marcada pela constante falta de chuvas e ribeiras secas. Sua próxima parada foi na povoação dos Patos, pertencente “às justiças da Vila do Príncipe da Capitania do Rio Grande do Norte, e às armas da Vila de Pombal, da Paraíba”.

Entre todas as vilas dos sertões da Paraíba, é a de Pombal a mais antiga, a de mais extenso termo e a de maior população. Está situada em uma boa planície, nas margens do rio Piancó, que neste lugar é assaz largo, porém, como todos os outros do interior, só abunda em águas no tempo das chuvas.

Instalada em 1772, essa vila contava com uma igreja matriz, 70 casas de moradia, casa de câmara e uma cadeia “pequena e velha”. Interessante ainda a

observação do governador de que todos aqueles edifícios estavam dispostos “formando um quadrado”.

A próxima vila visitada foi a de Souza, “criada em 1800, em um lugar chamado Jardim”. Localizada próxima à divisa com o Ceará, entre os rios do Peixe e das Piranhas, “reputa-se o seu termo, o mais fértil e o mais bem isento de secas de todos os outros da capitania”. Com um bom número de habitantes, a Vila Nova de Souza apresentava uma “boa igreja pronta e outra quase acabada”, casa de câmara, cadeia e “7 ruas com 127 casas sofríveis, 8 lojas de fazendas e 13 tavernas”.

Da vila de Souza, o governador retornou para a cidade de Nossa Senhora das Neves da Paraíba, fazendo o mesmo itinerário da ida. Passados quase cinco meses, Motta Feo empreendeu nova viagem, desta vez em direção a Mamanguape. O percurso, ida e volta, demorou três dias, entre 22 e 24 de fevereiro de 1805.

O estatuto político de Mamanguape é uma incógnita. Às vezes aparece mencionada como capitania, ou capitania-mor, e noutras vezes como distrito. O termo “capitania-mor” não significa necessariamente tratar-se de uma capitania tal como foi a Paraíba ou o Rio Grande do Norte.⁹⁵ Provavelmente, a utilização desta designação remonta a uma partilha daquele território feita ainda pelos donatários da capitania de Itamaracá. Dos documentos, depreende-se que o termo derivaria do posto de capitão-mor, comandante de uma guarnição militar ali estabelecida para proteger a baía da Traição. Enfim, Mamanguape era a porção litorânea setentrional da Paraíba, identificada pela Baía da Traição (ou

⁹⁵Não apenas Mamanguape, também a região de Taypu era chamada de “capitania”. E, para ambos os casos, é informada a existência de “freguesias”. Cf. “Relação da capitania do Taypu” e “Relação dos lugares e povoações da capitania de Mamanguape”. (AHU. PB; Caixa 12). Os dois documentos não apresentam

Baía de São Miguel) e pelo rio do nome que a identifica. Motta Feo designa-a por capitania, com “30 léguas de extensão para seu interior e 12 léguas de largura na costa”.⁹⁶

Compreende duas vilas, uma povoação maior e outras mais pequenas em diversos distritos, a saber: Camaratuba, Brejo da Areia, Serra da raiz, Bruxava e Bananeiras. As vilas são: São Miguel da Baía da Traição e Montemor, ambas povoadas de índios e cada uma com sua freguesia, e a povoação maior é Mamanguape. Esta é a capital, apesar de não ser vila; nela se fazem as funções do governo, para o que tem uma muito boa casa de câmara. [...] Tem esta povoação duas igrejas, a matriz e a de Nossa Senhora do Rosário, ambas edificadas em um alto. Conta, além disso, 129 casas de 1 andar, 2 de 2, 13 de palha, 11 lojas de fazendas secas, 10 tavernas, uma bótica e uma fábrica de descaroçar e ensacar algodão. Os habitantes desta capitania tiram a sua subsistência da cultura do algodão e das canas de açúcar, da criação de gados e das pescarias.⁹⁷

Segundo as descrições da viagem de Motta Feo, Pombal era a única vila paraibana a apresentar suas ruas e edifícios em uma disposição espacial aproximada àquela determinada nas cartas régias joaninas, que guiaram a criação de novas vilas naquele período. Como já apontado, excetuando-se as instruções passadas ao juiz-de-fora Castelbranco, para a ereção de vilas de índios, não foi possível localizar as ordens de criação das vilas paraibanas do século XVIII (nem mesmo seu governador as possuía!), o que impossibilitou avaliar que instruções os oficiais encarregados dessas novas fundações receberam. O que sobressai, entretanto, é uma justificação assentada na

indicação de autor e nem informam quando foram escritos, mas estão arquivados em pasta identificada com a data de 31 de maio de 1757.

⁹⁶Segundo a “Relação dos lugares e povoações da capitania de Mamanguape”, esta, “assim chamada, compreende de quarenta léguas de comprimento e dezesseis de largura, pouco mais ou menos”, situada entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba. **AHU. PB**; Caixa 12.

⁹⁷Como já informamos, a povoação de Brejo da Areia, pertencente ao termo de Montemor, seria elevada a vila, por Alvará régio de 18 de maio de 1815.

necessidade de conduzir as populações paraibanas a viverem sob as “justiças d’El Rei”, reduzindo-as, brancos e índios, às normas da “sociedade civil e comércio humanos”.

Piauí: que em cada freguesia seja fundada uma vila

Próxima à Paraíba, outra região, na segunda metade do século XVIII, mereceu as atenções de Carvalho e Melo, de Mendonça Furtado e de Martinho de Melo e Castro. O território do Piauí, pertencente à capitania do Maranhão,⁹⁸ era quase que inteiramente ocupado por fazendas, em sua maior parte formadas em terras arrendadas junto a grandes sesmeiros oriundos de Pernambuco e da Bahia.⁹⁹

Como mencionamos, até 1717, quando da instalação da vila de Mocha, o norte e o nordeste da América portuguesa só haviam recebido instituições municipais na faixa litorânea. Seu interior estava ocupado por fazendas de gado que serviam para congregar pessoas em suas sedes, quando do ataque de índios, ou em torno de suas capelas quando da visita de algum clérigo. Verificava-se também a existência de missões, para atender à obra catequética das ordens regulares. Juntamente com uns poucos exploradores, aos quais os governadores de capitania atribuíam funções militares, os padres constituíam-se nos únicos agentes da administração portuguesa nos extensos sertões americanos.

⁹⁸Na jurisdição eclesiástica, até 1729, o Piauí esteve sujeito ao Bispado de Pernambuco; a partir de então, passou a pertencer ao Bispado do Maranhão, existente desde 1677.

⁹⁹Desta situação, nos dão notícias a “Dezcrição do Certão do Peauhy [de 1697]”; MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**, p.280-299; e, PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**, p.179-180. Algumas das fazendas pertenciam a ordens religiosas regulares, que se dedicavam ao missionamento das populações indígenas.

No Piauí, após a ereção da antiga povoação da freguesia de Nossa Senhora da Vitória em vila, seus moradores, por intermédio dos oficiais municipais, passaram a solicitar que o rei lhes nomeasse um ouvidor, para lá residir, pois esta alçada de justiça só podia ser obtida nas cidades de São Luís do Maranhão e de Salvador, localizadas a grandes distâncias (“140 léguas” e “250 léguas”, respectivamente). Esse pleito foi atendido em 1722, quando chegou à vila de Mocha o seu primeiro ouvidor, encarregado de organizar a vida institucional local.

Senhor. Diz o Bacharel Antonio Marquez Cardoso, provido no lugar de ouvidor-geral da vila da Mocha do Piauí, criado de novo no sertão do Maranhão, que na dita vila assim para a ouvidoria, como para servirem com as justiças ordinárias, se devem ter criado, e criar de novo, os oficiais de Justiça e Fazenda que forem precisos.¹⁰⁰

Institucionalmente, pouco, ou quase nada, existia. A câmara de Mocha era responsável pela administração de todo o território piauiense, mas faltava-lhe oficiais, e recursos, para atender aos reclamos de seus moradores. Juntamente com a vila, outras duas povoações eram consideradas importantes. Ao norte, uma pertencente à freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Piracuruca, localizada na costa atlântica, no delta do rio Parnaíba, em um braço de rio conhecido por Igarassú.¹⁰¹ No extremo sul, a “120/130 léguas” de Mocha, ficava a povoação do Parnaguá, que passou a ser sede de um distrito.

¹⁰⁰**AHU. PI**; Caixa 1. Registro de consulta do Conselho Ultramarino, 1722. Segundo carta do ouvidor José de Barros Coelho, que sucedeu a Antonio Marquez Cardoso, este fora enviado para criar os ofícios de justiça; e foi o primeiro ouvidor daquela comarca. **AHU. PI**; Caixa 1. Carta do ouvidor José de Barros Coelho, 09 de janeiro de 1730.

¹⁰¹A freguesia de Nossa Senhora do Carmo contava com duas povoações; uma instalada junto a sua igreja, próxima ao rio Piracuruca e à serra da Ibiapaba (divisa com o Ceará) e outra situada no delta do rio Parnaíba, no lugar conhecido como Porto da Barcas, ou das Feitorias.

Em 1727, a câmara de Mocha elegeu dois “juizes ordinários” para servirem, cada um, nas povoações de Parnaguá e do Paraíba, assim como também foram criados os ofícios de provedores de defuntos e ausentes para as freguesia de Santo Antonio do Surubim e de Nossa Senhora do Carmo do Piracuruca. Segundo o ouvidor,

estes juizes, na forma em que se criaram, me parece se devem conservar, para a quietação dos moradores das ditas povoações, onde tendo o recurso da justiça para as suas causas se evitam por esse respeito os delitos que se podiam cometer, e os mais que se cometiam por outros respeitos sem grande causa em distância de mais de cem léguas desta vila.¹⁰²

Ao mesmo tempo em que tais providências eram tomadas, a câmara municipal reclamava da falta de rendimentos, visto o Concelho não possuir terras suas que pudesse arrendar. A vila de Mocha fora erigida em terreno que havia sido cedido à igreja, e o pároco local arrogava para si a cobrança de direitos fundiários, obrigando os moradores ao pagamento de rendas por sua utilização.¹⁰³ Em vista disso, não é de estranhar que a vila não contasse com casa de câmara e nem cadeia, ressentindo-se, também, de não existirem pedreiros ou carpinteiros “que a pudesse fazer como se devia”.

¹⁰²**AHU. PI**; Caixa 1. Carta do Ouvidor Antonio Marques Cardoso ao rei, 29 de junho de 1727. Todos esses procedimentos foram aprovados pelo rei, em carta de 16 de agosto de 1730.

¹⁰³O ouvidor Marques Cardoso assim se manifestou à Lisboa, em 1727: “E assim, para se evitarem dúvidas, me parece conceda Vossa Majestade à Câmara desta vila uma légua em quadra para a sua fundação, e mais rossarias que forem precisas para os moradores dela se sustentarem. E no caso que respeita à renda, que pagam alguns moradores ao Pároco desta vila, com o titulo de [ilegível] mandar Vossa Majestade declarar o que se deve observar nesse particular. E que para o Pároco se reserve, fora da dita concessão da légua de terra para a Câmara, a terra bastante para o pasto de três, ou quatro, cavalos [...]. Concedida a dita légua de terra, fica esta Câmara com renda, que pode tirar das casas que de novo nesta vila se fizerem, pagando-se-lhe de cada morada o foro que parecer justo conforme a terra que ocupar”. **AHU. PI**; Caixa 1. Carta do ouvidor Antonio Marquez Cardoso, 03 de outubro de 1727.

Senhor. Tomei posse deste lugar em os 3 do mês de dezembro do ano de 729 [...]. Compõe-se este lugar de uma vila que terá 25 até 30 vizinhos, e 450 até 500 currais de gados divididos por toda a capitania de 4 em 4 léguas. E em muitas partes, de vinte e 30 léguas se não acha morador algum. E donde são mais os currais e roças é no sítio do rio chamado Parnaguá, e outros no rio Parnaíba, não que sejam vilas ou aldeias, mas pela dita razão de serem nos tais sítios mais frequentes as roças e currais.

Não tem esta vila casa de câmara, e quando se ajuntam os vereadores, fazem os acórdãos em casas de [ilegível] ou na do juiz ordinário; não tem também cadeia.¹⁰⁴

Essa situação permaneceu inalterada por largo período de tempo. O território do Piauí somente voltaria a merecer maiores atenções da Coroa portuguesa na mesma ocasião em que Mendonça Furtado empreendia sua “ação civilizatória” nos confins da Amazônia.

Pelo serviço de Deus e do Rei, e bem estar dos vassalos

Antecedentemente, nos ocupamos da execução da política urbanística pombalina na capitania da Paraíba. Dada a situação de subordinação de seu governo, foi possível perceber que essa política também alcançou Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Contudo, ela não foi exclusiva dessa região em particular; no Estado do Brasil, as capitanias da Bahia, Porto Seguro, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro também receberam as atenções dos ministros de D. José I. Algumas mais, outras menos, consoante às necessidades das estruturas administrativas e institucionais locais.

¹⁰⁴**AHU. PI**; Caixa 1. Carta do Ouvidor José de Barros Coelho, 09 de março de 1730. No ano seguinte, o mesmo ouvidor, em carta de 13 de maio de 1731, expunha ao Conselho Ultramarino que “não achou formalidade alguma de ser cabeça de uma Capitania tão vasta, aquela chamada Vila de Mocha, que por ordem de Vossa Majestade fora criada havia 20 anos, porquanto nem tem Casa de Câmara, nem cadeia, nem Pelouro [pelourinho(?)]. Nem a Câmara tem rendimento algum, por estar de posse, o Vigário da Vila, de todo o sítio em que foi criada por merce que [ilegível] lhe fizera Vossa Majestade”. **AHU. Códice 266**, fls.279-281. Representação do Ouvidor do Piauí ao Conselho Ultramarino, 02 de maio de 1738.

Minas Gerais, Santa Catarina e o continente de São Pedro do Rio Grande também não ficaram alheios à política pombalina. Os dois últimos territórios, subordinados ao governo do Rio de Janeiro foram objeto de constante e muito cuidada atenção, especialmente no aspecto de uma ocupação sob imperativos militares. Quanto a Minas Gerais, a Coroa portuguesa interessou-se muito mais no controle das atividades de mineração e da circulação de bens e pessoas.

Considerando o ocorrido em Pernambuco e suas subordinadas, bem como a ação de Mendonça Furtado no Grão-Pará, a política portuguesa para seus domínios americanos, na segunda metade do século XVIII, pareceu ocupar-se especialmente com a civilização dos “naturais da terra”. Tal disposição, expressa desde 1751, foi reiterada em diversas ordens e instruções passadas às autoridades coloniais, e ao próprio vice-rei Conde da Cunha seria ponderado

que a restituição da liberdade e civilização dos mesmos índios são, no Brasil, as mais poderosas, ou as únicas armas com que podemos defender e ampliar os domínios desse vastíssimo continente.[...]

Achando-se pois Sua Majestade há muitos anos nesta clara e certa inteligência, é servido que V. Excia. promova estes utilíssimos estabelecimentos de índios livres e congregados em povoações civis, com toda aquela eficácia que a possibilidade lhe puder permitir.¹⁰⁵

A liberdade, ou mais propriamente, a civilização dos índios expressa um sentido eminentemente político, buscando transformá-los em vassalos do rei e

¹⁰⁵ **AHU. Códice 566.** Instruções de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha, de 26 de janeiro de 1765. Anexas às Instruções, além do Diretório impresso, seguiram cópias de documentos enviados anteriormente a diversos oficiais relativos à civilização dos índios: parágrafos das Instruções passadas a Gomes Freire de Andrade, de 21 de setembro de 1751, que dispunham “sobre a necessidade de prover a segurança dos territórios do Brasil, com a civilização dos índios”; alvará sobre a administração das povoações dos índios no Brasil, de 08 de maio de 1758, que ampliava o alcance de alvarás anteriores, de 15 de maio de 1553, de 07 de fevereiro de 1755 e de 06 de julho de 1755; alvará que estendia a vigência do Diretório para o Brasil, de 18 de outubro de 1758, devendo os governadores observar “tudo o que fosse aplicável às diferentes aldeias dos sertões de cada uma das referidas capitânias”; carta régia ao governador de Pernambuco, de 29 de julho de 1759, sobre os estabelecimentos de índios.

integrantes de uma “sociedade civil” na qual as instituições municipais eram sua expressão mais efetiva e palpável.¹⁰⁶ Contudo, o projeto político de Pombal, no qual a ação de civilização está inserida, não se dirigiu estritamente aos “naturais da terra”. Toda a população da América portuguesa, qualquer que fosse a sua qualidade,¹⁰⁷ deveria estar submetida aos ditames político-administrativos que se buscava implantar; aliás, orientados – vale reiterar – para assegurar a posse desses domínios frente à Espanha e outras nações européias. Nesse sentido, deve-se recordar o anunciado princípio da Aritmética Política, adotado por Carvalho e Melo, segundo o qual os homens são a mais importante riqueza de um Estado.

Isso significou, por um lado, reorganizar a administração das capitanias – a subordinação do governo da Paraíba ao de Pernambuco e a restauração da autonomia do governo paulista, em 1765, são dois exemplos dessa orientação – e, por outro, institucionalizar as ações de povoamento, dirigindo a criação de novas vilas e fomentando a eleição de juizes ordinários e outros oficiais para servirem em localidades que as demandas pelas “justiças d’El Rei” e a arrecadação dos direitos régios assim o solicitavam.

Juntamente com a criação de juizes ordinários para povoações pertencentes ao termo de determinada vila, mas distantes dela, os capitães-mores e capitães de ordenanças desempenhavam importante papel institucional.

¹⁰⁶Sobre esse assunto, em 1780, uma consulta enviada ao Conselho Ultramarino, sobre uma vila de índios situada na capitania do Rio de Janeiro, provocou a seguinte observação do Procurador da Fazenda Real: “Que as violências, as injustiças e desordens, o despotismo, a tirania e injusta escravidão dos índios tinha despovoado a América Portuguesa, e tinha feito com que em lugar de um vasto e opulento Domínio, cheio de vassalos úteis, e convenientes, esteja Vossa Majestade possuindo campos vastíssimos, desertos e de nenhum préstimo”. (AHU. **Código 235**. Representação do Capitão-mor da Aldeia de São Barnabé (“hoje denominada Vila Nova de São José d’El Rei, do distrito do Rio de Janeiro.”). Data do parecer, 22 de fevereiro de 1780.

Em 1754, por exemplo, o governador da Paraíba solicitava autorização para nomear capitães-mores para as povoações do Cariri, do Taipu e de Mamanguape, por terem grande número de moradores, “e só poderem os capitães-mores evitar as sublevações dos índios e os distúrbios dos vagabundos”. Aquelas povoações tinham seus capitães de ordenanças, mas o governador não os via com autoridade suficiente para coibir aquelas violências. D. José ordenou, em contrapartida, que fosse informado o número de moradores para saber se era recomendável prover os cargos solicitados, ressaltando que os capitães de ordenança deveriam, de todo modo, cumprir as mesmas ordens que os outros.¹⁰⁸

Quanto à reorganização administrativa na América portuguesa, verificou-se, no reinado de D. José I, além da elevação do Estado do Brasil à condição de Vice-Reino e a posterior extinção do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1772-1774), o fim das últimas donatárias e a criação de novas capitanias régias. Destas, no Estado do Brasil, a última a ser instalada foi a do Rio Grande de São Pedro, por carta régia de 9 de setembro de 1760, e que permaneceu subordinada ao Rio de Janeiro até 1807. Antes disso, em 1755, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, foi criada a capitania de São José do Rio Negro e, três anos depois, o território do Piauí era elevado à mesma condição.

O processo que levou à criação da capitania de São José do Piauí iniciou-se com uma ordem passada ao ouvidor-geral do Pará, em 1755.

Passareis logo a fazer tirar pelo oficial de Infantaria com o exercício de engenheiro, que mando na vossa companhia, um exato e individual plano do sobredito território [Piauí], e suas divisões, interpondo à vista dele o vosso parecer sobre a necessidade, que considerares, ou não considerares, em

¹⁰⁷Como veremos, a atenção da metrópole também esteve voltada para aqueles homens brancos considerados “infames e perniciosos vadios”.

¹⁰⁸AHU. **Códice 261**, fls.197v.-198. Carta régia ao governador da Paraíba, 02 de dezembro de 1754.

separar o mesmo território em duas ouvidorias, para serem mais fáceis as correições que nele se devem fazer; sobre as alfândegas, ou lugares, que vos parecerem mais dignos de serem erigidos em vilas; sobre os limites, que se não de assignar ao termo de cada uma delas; sobre as paróquias, e casas de Instrução Espiritual, que nas mesmas vilas se devem estabelecer; e sobre as pessoas, que para o governo civil de cada uma das referidas vilas achares mais idôneas e mais hábeis para promoverem nelas o bem comum dos seus habitantes.¹⁰⁹

O ouvidor-geral a quem foi endereçada tal ordem não chegou a executá-la. No entanto, uma Resolução Régia, de 31 de julho de 1758, anunciava a criação da nova capitania e a nomeação de seu primeiro governador, João Pereira Caldas, um antigo colaborador de Mendonça Furtado.

Fui servido criar de novo o Governo da Capitania do Piauí, subordinado ao Governo do Grão-Pará, e atendendo aos merecimentos e serviços que concorrem na pessoa de João Pereira Caldas, sargento-mor de infantaria do Pará, hei por bem nomeá-lo para governador da mesma capitania do Piauí, com a referida subordinação, por tempo de três anos, e o mais que eu for servido, enquanto lhe não mandar sucessor; o qual exercitará com a patente de coronel, vencendo de soldo dois contos de réis em cada ano, na mesma forma que vence o governador da capitania de S. José do Javari [do Rio Negro].¹¹⁰

João Pereira Caldas chegou à vila de Mocha em 17 de setembro de 1759, e tomou posse do governo no dia 20 do mesmo mês e ano. Em que pese a “referida subordinação”, e a mesma patente de coronel que lhe foi atribuída, o governador piauiense gozou de ampla autonomia, o que não se verificara na Paraíba.

¹⁰⁹**AHU. Códice 592.** Cópia de carta que acompanha correspondência enviada ao Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, 22 de julho de 1758.

Quanto ao engenheiro citado na carta, consta que ele, em outra ocasião, acompanhando o desembargador Marcelino de Gouveia, realizou alguns levantamentos cartográficos. Tratava-se de um militar, com o exercício de engenheiro, que foi promovido a capitão de infantaria, em 10 de junho de 1761. O nome é Henrique Antonio Gallucio [Galuzzi], e a sua nomeação deveu-se a serviços prestados no Grão-Pará sob as ordens de Mendonça Furtado. **AHU. Códice 382.**

¹¹⁰**AHU. Códice 382,** fls.84-84v. Cópia da Resolução Régia de 31 de julho de 1758, remetida ao Conselho Ultramarino, para que “o tenha assim entendido e nesta conformidade lhe mande passar os despachos necessários”.

Com Pereira Caldas seguiram o novo ouvidor-geral da capitania, Luís José Duarte Freire, e o Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia. Importante ressaltar aqui a presença deste último funcionário. O cargo de Desembargador, existente na estrutura legal portuguesa, era restrito às altas cortes de justiça do reino, o Desembargo do Paço e a Casa da Suplicação. Os que já haviam servido nessas cortes conservavam o título, e muitas vezes eram designados para a realização de “diligências” específicas em que estivessem envolvidos governadores ou outros oficiais maiores.

As competências de Marcelino de Gouveia foram definidas em Regimento datado de 22 de outubro de 1758 e compreendiam: fazer observar as leis de liberdade dos índios, examinar a situação dos títulos de concessão de sesmarias e a da arrecadação dos direitos da Real Fazenda, especialmente quanto ao contrato dos dizimos da Coroa firmado em 1725. Deveria ainda

fazer pôr em a sua devida observância as leis de Deus, e do reino, na melhor forma a administração da Justiça, permitindo-me para esse fim, até o poder depor os magistrados, e justiças, e substituir em os seus lugares quem, com o seu exemplo, reparasse os erros de seus antecessores.¹¹¹

E, não obstante o desempenho dessas atribuições, ele deveria auxiliar o governador e o ouvidor-geral em uma missão comum, a “de se reduzirem os sertões dessa capitania a Povoações bem estabelecidas, para que ao mesmo tempo em que nelas se introduza a Política, floresça a agricultura e o comércio com as vantagens que prometem a extensão e fertilidade do País”.¹¹²

¹¹¹**AHU. PI**; Caixa 6. Carta de Marcelino de Gouveia ao Conselho Ultramarino, 23 de outubro de 1760. Neste último aspecto, os poderes conferidos a Francisco Marcelino de Gouveia foram similares aos de um Corregedor de Comarca, cargo que não existiu em nossa estrutura administrativa colonial. Sobre as competências dos corregedores de comarcas, **ver Ordenações Filipinas**, Livro I, Título LVIII.

¹¹²**AHU. Códice 592**. Carta régia de 22 de julho de 1759.

“Lugares dignos de serem em vila erigidos”

Antes que Pereira Caldas assumisse seu posto no Piauí, o ainda governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dirigiu-se a ele, instruindo-o no desempenho de suas funções e recomendando que trabalhasse “em harmonia” e prestasse todo o auxílio ao desembargador Marcelino de Gouveia.¹¹³ As ordens que, em 1755, haviam sido endereçadas ao ouvidor-geral do Pará, passaram a ser da competência do desembargador; ou seja, ele tornou-se o responsável, juntamente com o governador, em emitir pareceres “sobre os lugares que devem ser em vilas erigidos, termos que estas hão de ter e pessoas que para o governo civil deles achasse mais idôneas, e sobre as casas de instrução espiritual que de novo se devem estabelecer”.¹¹⁴

Embora fossem dirigidas ordens nominais a cada um dos oficiais, governador, desembargador e ouvidor-geral, todos recebiam cópias dessas mesmas ordens, gerando uma situação que, à princípio, poderia provocar dissensões entre eles. O que pareceu não ocorrer no presente caso, ao contrário.

Pereira Caldas e Marcelino de Gouveia logo passaram a dar execução às ordens recebidas, produzindo extensos relatórios que enviavam à Lisboa. Ocupando-se em verificar a situação da capitania, o governador manifestou-se, no início de 1760, quanto à “ruína do comércio, e exigência que há de se lhe acudir prontamente”.¹¹⁵

¹¹³**PBA. Códice 160**, fls.65v.-71. Cartas diversas de Mendonça Furtado dirigidas a Marcelino de Gouveia, Pereira Caldas e ao ouvidor Luís Freire, de 13 a 22 de fevereiro de 1759.

¹¹⁴**AHU. PI**; Caixa 6. Carta do Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, 23 de outubro de 1760.

¹¹⁵**AHU. PI**; Caixa 5. Carta de João Pereira Caldas a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, 20 de janeiro de 1760.

A um relatório sucedia-se outro. E, “na conformidade das ordens de Sua Majestade”, o governador informava de sua intenção em erigir uma vila na aldeia dos índios Jaicós, à qual pensava agregar uma outra, “para ficar mais populosa a vila que ali intento estabelecer”. Quanto às povoações de brancos existentes na capitania, entendia que “as únicas capazes de serem erigidas em vilas, se Sua Majestade assim houver por bem”, eram as freguesias de Santo Antonio do Surubim, a “60 léguas para o norte” e a de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, a “120 léguas para o sul” da vila de Mocha, além da povoação do delta do rio Parnaíba, pertencente à freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Piracuruca.¹¹⁶

Estas informações derivavam do contido em carta régia de 29 de julho de 1759, a qual pode ser tomada como o documento que deveria orientar as ações de Pereira Caldas quanto à fundação de novas povoações no Piauí. Essa carta, porém, dispondo sobre a necessidade de se estabelecer “solidamente o Governo Civil e a administração da Justiça” naquela capitania, reportava-se diretamente às leis de junho de 1755, relativas à restituição da liberdade dos índios no Grão-Pará e Maranhão,¹¹⁷ o que acabou por provocar alguma reflexão por parte do governador.

Nessa ocasião, seu interlocutor em Lisboa já era Mendonça Furtado.

Ilmo. e Exmo. Sr. Meu General, e meu senhor, [...].

¹¹⁶**AHU. PI**; Caixa 5. Carta de João Pereira Caldas a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, 25 de janeiro de 1760. Na carta de 20 de janeiro de 1760, acima mencionada, o governador informava: “o sítio daquele Porto [do rio Parnaíba], seguram-me ser excelente, não só pelo seu assento, como pela grande abundância de caça que nele há, e de peixe que produz o oceano, e o rio Parnaíba, pelas margens do qual, há muito boas terras para roças, não faltando também a água necessária para quem ali assistir, cujas circunstâncias me obrigam a dizer a V. Exa. que facilitando-se por ali o comércio, não deixaria de ser sumamente conveniente estabelecer-se naquele lugar uma vila, que facilmente se iria aumentando”.

¹¹⁷**AHU. Códice 592**, fls.49-50v. Cópia da Carta Régia de 29 de julho de 1759.

Brevemente determino ir erigir em vila um lugar de índios, que dista desta vila, coisa de trinta e tantas léguas, sendo o único que deve passar a vila, pois outro que há é tão pequeno que estou na resolução de o unir ao sobredito, para ficar mais populosa a vila que ali determino estabelecer.

Não me adiantando por ora a fazer o mesmo a algumas povoações de brancos, que também devem ser eretas em vilas, porque refletindo nas minhas ordens, e juntamente nas de Francisco Marcelino, assenti que só se estendia a minha comissão para as povoações de índios.¹¹⁸

Em justa medida, a interpretação dada por Pereira Caldas estava de acordo com o texto da acima mencionada carta régia.

João Pereira Caldas, Governador da Capitania do Piauí. Eu El-Rei vos envio muito saudar. [...] Sou Servido que vós, de comum acordo com o Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, que passa na presente frota a este Estado, encarregado de diferentes diligências do meu Real Serviço, fazendo inviolavelmente executar as Leis de 6 e 7 de junho de 1755, que mandei publicar nesse Estado para efeito de se restituir aos índios a liberdade das suas pessoas, bens e comércio, na forma que nelas tenho determinado, lhes deis todo o favor, de que necessitarem, até serem constituídos na mansa e pacífica posse das referidas liberdades; fazendo-lhes repartir as terras competentes para a sua lavoura e comércio, nos distritos das vilas e lugares que de novo deveis erigir nas aldeias, que hoje têm e no futuro tiverem os referidos índios, as quais denominareis com os nomes dos Lugares e Vilas destes Reinos que bem vos parecer, sem atenção aos nomes bárbaros que têm atualmente, dando a todas as ditas aldeias o regular alinhamento e a forma de Governo Civil, que devem ter, segundo a capacidade de cada uma delas, na mesma conformidade que se acha praticado no Pará e Maranhão, com grande aproveitamento do meu Real serviço e o bem comum dos meus Vassalos, nomeando logo, e pondo em exercício naquelas novas povoações, as serventias dos ofícios das câmaras, da justiça e da fazenda, elegendo para elas as pessoas que vos parecerem mais idôneas, não permitindo por modo algum que os Regulares, que até agora se arrogavam o Governo secular das ditas aldeias, tenham nele a menor ingerência, contra as proibições do Direito Canônico, das

¹¹⁸**AHU. PI**; Caixa 6. Carta de João Pereira Caldas a Mendonça Furtado, 13 de março de 1760.

Constituições Apostólicas, e dos seus mesmos Institutos, de que sou Protetor nos meus Reinos e Domínios. [...].

Para que em tudo o que for pertencente às sobreditas fundações e administração dos negócios que tenho cometido ao Desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, obreis com ele de comum acordo, vos será com esta entregue a cópia da sua Comissão, a qual sendo assinada por Tomé Joaquim da Costa Corte Real, do meu Conselho e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos terá o mesmo crédito que a original. E tudo o referido executareis nesta conformidade de Plano, e sem figura de juízo, não obstante quaisquer outras leis, regimentos ou ordens que sejam em contrário, que todas Hei por derogadas para estes efeitos somente. Escrita em Belém a 22 de julho de 1759. REY.¹¹⁹

Ao mesmo tempo em que o governador do Piauí se propunha a cumprir as ordens recebidas, Marcelino de Gouveia ocupava-se de “sua Comissão”, também informando sobre o curso das providências adotadas.¹²⁰ De seus relatórios, interessa ressaltar o produzido em 20 de fevereiro de 1760, no qual expõe seu parecer sobre os lugares que julgava “mais dignos de serem em vilas erigidos”.

Secundado pelo engenheiro militar Henrique Antonio Gallucio e pelo ouvidor-geral, Marcelino de Gouveia iniciou em janeiro daquele ano um périplo pela capitania, descrevendo as suas povoações.¹²¹ A freguesia de Santo Antonio da Gurgéia, localizada em uma região que sofria frequentes incursões de índios bravios e que agregava cerca de “oitocentas e noventa pessoas maiores”, contava com uma capela sem portas e uma povoação composta por “seis limitadas casas” e “treze pessoas”. Tal situação mereceu os seguintes comentários: “não a considero capaz de ser em vila erigida”, mesmo porque o desembargador

¹¹⁹**AHU. Códice 592**, fls.49-50v. Cópia da Carta Régia de 29 de julho de 1759. Nesta carta, o rei também ordenava que o governador formasse um “Regimento de Cavalaria Auxiliar” na capitania.

¹²⁰**AHU. PI**; Caixa 5. Cartas diversas de Marcelino de Gouveia, do ano de 1760.

¹²¹Segundo se depreende do relatório, o engenheiro militar não esteve presente durante toda a jornada, e só havia chegado ao Piauí naquela ocasião.

entendia que seus habitantes não detinham as qualidades suficientes para “serem empregados em o governo civil”.

Apreciação semelhante foi dirigida à freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato, “porque quase todos existem em pobreza tal que os inabilita para qualquer despesa extraordinária”.

Igual impedimento considero em a 3ª, de Nossa Senhora da Conceição dos Aruazes, em que sim há quinze fogos no meio dos quais entram as casas de alguns índios, porque neste sítio houve Missão com o título da freguesia [...], mil e duzentas pessoas maiores, a maior parte das quais vivem em suma pobreza, e cinquenta e seis léguas de distrito, porém não se descobriram em toda ela mais de doze pessoas que possam ser promovidas ao governo civil, tanto assim que com grande dificuldade achou nela, e também em cada uma das sobreditas o Governador desta capitania, três que pudesse propor em os postos do Regimento de Cavalaria auxiliar que Sua Majestade foi servido mandar levantar nesta comarca.

A freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Piracuruca também não mereceu melhores observações de Marcelino de Gouveia, o qual, porém, enunciaria para a freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá, um “muito diferente conceito”.

Porque nela achei igreja que é freguesia decentemente preparada, com assistência do Santíssimo Sacramento e com renda destinada e estabelecida para a sua perpétua existência, e trinta vizinhos em casas quase todas cobertas de telhas, e algumas de sobrado, em lugar não desagradável [...]. Esta povoação me pareceu se deve em vila erigir, não só pelo que é, como pelo que pode vir a ser.

Considerava ainda que, se Parnaguá fosse erigida em vila, parte do distrito da freguesia de Santo Antonio da Gurgéia deveria ser incorporado ao seu termo.

Outra freguesia indicada para receber o atributo de vila foi a de Santo Antonio do Surubim, por ser possuidora de moradores para seu governo civil, com uma povoação estabelecida de trinta e sete fogos; “mas não me parece que

deve estabelecer-se em o mesmo lugar, não obstante o princípio que já tem”. Por fim, Marcelino de Gouveia declarava:

Não me persuado ser ao presente necessário o estabelecimento de mais vilas, nem também que a Sua Majestade se faz preciso mandar de novo fazer mais casas para instrução espiritual, por haver as precisas para o dito fim nas terras que podem ser em vilas erigidas, e só sim serão necessários ornamentos para se celebrarem os Ofícios Divinos na dita capela, que não os tem nem a Matriz. [...] Mocha a 20 de fevereiro de 1760.¹²²

As informações prestadas por Pereira Caldas e por Marcelino de Gouveia geravam, em Lisboa, a costumeira praxe administrativa: consultas e pareceres de conselheiros e procuradores, informações de autoridades coloniais, despachos régios. Nesse demorado trânsito de documentos, em 17 de junho de 1761, foi solicitado ao governador do Piauí que ele informasse o número de habitantes das freguesias de Parnaguá e de Santo Antonio do Surubim e se os terrenos em que estavam situadas dispunham “das comodidades precisas para se estabelecerem os logradouros públicos e rendimentos para as despesas do Conselho”.¹²³

Entretanto, não houve tempo para que Pereira Caldas atendesse a essa ordem. Pois, no dia 19 do mesmo mês e ano, era expedida outra carta régia, na qual D. José I comunicava haver resolvido erigir em vila cada “uma das oito freguesias que compreende esse Governo”.¹²⁴

¹²²**AHU. PI; Caixa 5.** Carta do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 20 de fevereiro de 1760. Enquanto aguardava as respostas de Lisboa, Marcelino de Gouveia estabeleceu, para as povoações de Parnaguá e Santo Antonio do Surubim, as normas que os juizes que haviam sido eleitos para elas deveriam seguir – “Direção que andem seguir os juizes das povoações abaixo declaradas nos seus respectivos julgados” – comunicando-as à Lisboa em 18 de fevereiro de 1760 (**AHU. PI; Caixa 5**).

¹²³**AHU. Códice 272**, fl.128v. Cópia de Despacho do Conselho Ultramarino ao Governador do Piauí, 17 de junho de 1761. Este despacho e a respectiva consulta foram gerados pela carta de Pereira Caldas datada de 25 de janeiro daquele ano, acima mencionada.

¹²⁴**AHU. PI; Caixa 9.** Cópia de Carta régia de 19 de junho de 1761.

Aparentemente, as considerações de Marcelino de Gouveia, expostas em seu relatório de 20 de fevereiro de 1760, não estavam sendo levadas em conta por D. José I, por seus ministros e por seus conselheiros, pois a carta régia ordenava que o governador procedesse à ereção das “oito freguesias” existentes no Piauí em vilas. Porém, as ponderações do desembargador não foram, de fato, perdidas ou postas de lado.

Mendonça Furtado, a quem competia dar o despacho das ordens reais relativas ao ultramar, encaminhou a Pereira Caldas, no mesmo 19 de junho, uma instrução secreta anexa à referida carta régia. Nesta instrução, que dispunha sobre os meios que deveriam ser empregados para o estabelecimento das novas vilas, era mencionada a “bem explicada carta” de Marcelino de Gouveia, na qual ponderava sobre “as dificuldades que lhe pareceu que obstavam a fundação de todas as outras vilas”.¹²⁵

Uma outra ressalva deve ser feita: a carta régia indicava “oito freguesias”, e o relatório de Marcelino de Gouveia apontava a existência de apenas seis, às quais deve-se somar a freguesia matriz de Nossa Senhora da Vitória da vila de Mocha. A cifra de oito, porém, decorria do contido na carta de Pereira Caldas, de 25 de janeiro de 1761, como se depreende do Despacho do Conselho Ultramarino de 17 de junho, o qual menciona a informação do governador “de que essa capitania se compõe de sete freguesias, além de uma dos índios Jaicós”; esta última não era, no sentido estrito, uma freguesia, posto que o aldeamento estava inscrito na de Nossa Senhora da Vitória.

¹²⁵**AHU. PI;** Caixa 7. Cópia de Instrução passada a João Pereira Caldas, por Mendonça Furtado, de 19 de junho de 1761. Importante destacar que, em sua instrução, Mendonça Furtado refere-se ao método que estava sendo utilizado na instalação de vilas “no território da capitania da Bahia, as quais havendo principiado há poucos anos por seis ou sete casas, se acham hoje populosas até o número de quinhentos e seiscientos vizinhos”.

Acompanhando a correspondência de Pereira Caldas, sabe-se que ele, o desembargador Marcelino de Gouveia e o ouvidor-geral Duarte Freire só tomaram conhecimento das determinações contidas na carta régia de 19 de junho de 1761, em meados de setembro daquele ano, quando voltavam de uma viagem à Barra do rio Parnaíba.¹²⁶

O mesmo gosto se fez comum a estes moradores, logo que lhes participei tão agradáveis notícias, as quais se fizeram tão dignas do seu contentamento que, imediatamente, o publicaram com as luminárias de três sucessivas noites.¹²⁷

Certamente, os moradores da vila de Mocha tinham motivo para comemorar. Assim como D. José havia resolvido erigir em vilas as freguesias da capitania, também determinava que, após realizadas aquelas fundações,

Hei por bem criar de agora para então a vila da Moucha em Cidade Capital desse Governo, para nela residir o Governo de toda a referida capitania, e por favorecer os meus vassallos dela, hei, outrossim, por bem que os oficiais da câmara, que forem na forma da Ordenação do Reino, gozem de todos os privilégios e prerrogativas de que gozam os oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão.¹²⁸

Seguindo as instruções contidas na carta régia, deu-se início à criação das ditas vilas no ano seguinte, e nessa realização ombrearam-se, em seu princípio, o

¹²⁶**AHU. PI**; Caixa 7. Carta de João Pereira Caldas a Mendonça Furtado, 19 de setembro de 1761. Esta viagem tivera início em 1º de junho daquele ano.

¹²⁷**AHU. PI**; Caixa 7. Carta de João Pereira Caldas a Mendonça Furtado, 18 de setembro de 1761. A mesma carta continha ainda uma solicitação: “Como porém os benefícios de Sua Majestade não têm termo a favor destes felicíssimos povos, parece-me justo representar a V. Exa. que eles ficariam mais bem servidos se o mesmo Senhor se dignasse de criar nesta capital o lugar de juiz-de-fora, porque sempre um Ministro letrado lhes há de administrar justiça com mais inteireza, do que um Juiz ordinário ignorante do direito e ordenações”.

¹²⁸Carta régia de 19 de junho de 1761. Com a nova dignidade, a antiga vila de Mocha tem seu nome mudado para Oeiras do Piauí, ou apenas Oeiras. Já a partir de 1º de dezembro daquele ano, as correspondências do governador indicam a nova designação. (**AHU. PI**; Caixa 7).

Note-se a reincidência de uma disposição presente na carta régia que criou a capitania de São José do Rio Negro e estabeleceu a fundação da vila que seria a sede de seu governo. Naquela oportunidade, os oficiais da câmara teriam os mesmos privilégios dos da cidade de Belém.

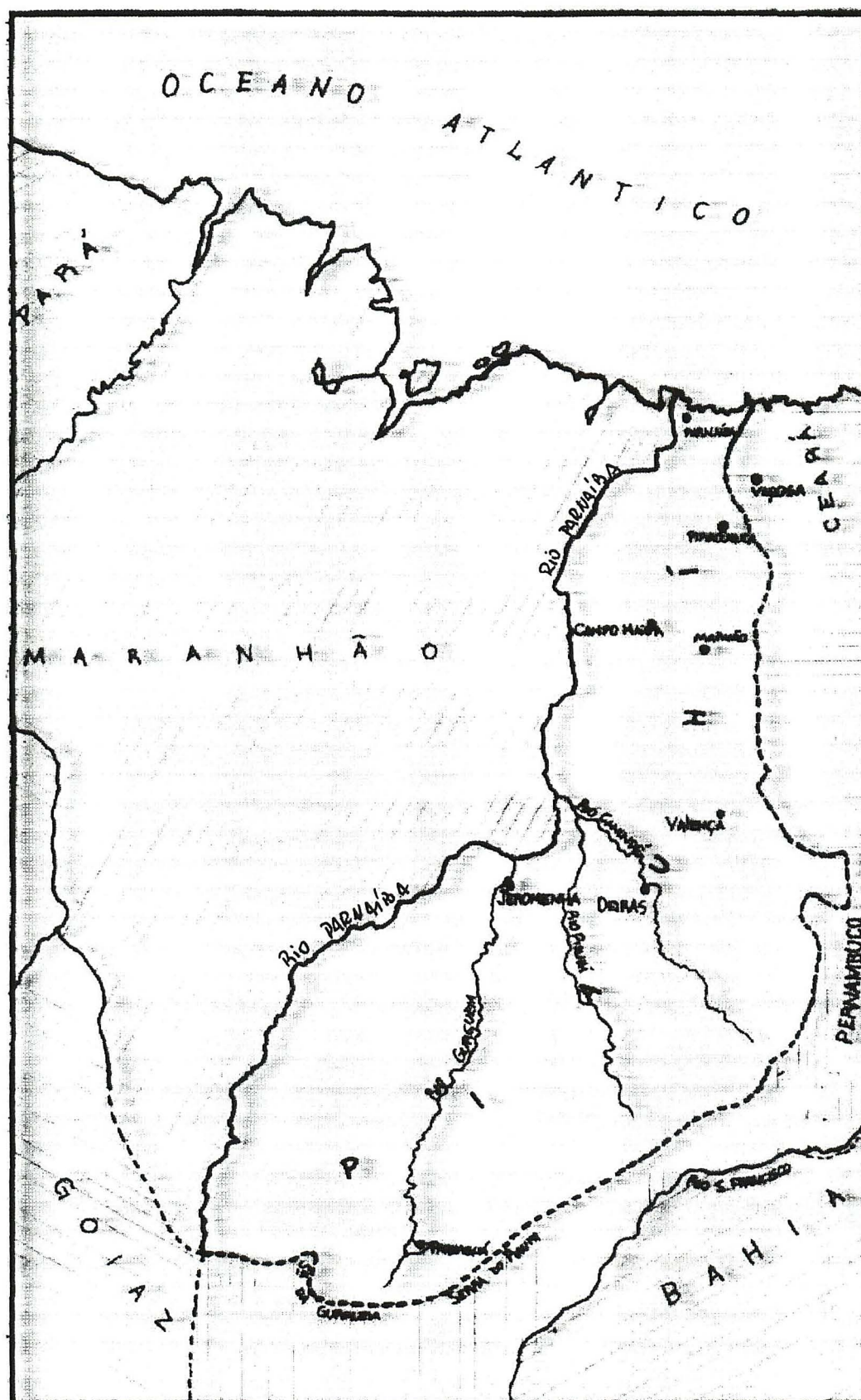
governador João Pereira Caldas, o ouvidor-geral Luís José Duarte Freire e o desembargador Francisco Marcelino de Gouveia.¹²⁹

Na freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Piracuruca foi instalada a vila de São João da Parnaíba; em Santo Antonio da Gurgêia, a vila de Juromenha; na de Nossa Senhora do Livramento, a vila de Parnaguá; na freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato, a vila de Marvão; em Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, a vila de Valença; e, na freguesia de Santo Antonio do Surubim, a vila de Campo Maior.¹³⁰

Assim, a intenção inicial de erigir em vilas e lugares as aldeias indígenas do Piauí, “dando a todas as ditas aldeias o regular alinhamento e a forma de governo civil”, presente na carta régia de 22 de julho de 1759, passou para segundo plano, e a população branca da capitania e suas povoações passaram a ser o principal objeto de atenção.

¹²⁹Marcelino de Gouveia, aliás, agradecerá a Mendonça Furtado tal atribuição: “Ilmo. e Exmo. Sr. Pelo ofício de 19 de junho, que V. Exa. se dignou de dirigir-me, com as cópias da carta régia, e aviso do mesmo dia e mês, que resolveram e ordenaram ao governador desta Capitania a fundação das vilas nas freguesias respectivas a esta comarca, fico entendendo o que devo praticar e executar nesta importante matéria, e sumamente gostoso por me favorecer o mesmo Senhor com a mercê de também me encarregar dela, porque em tudo desejo empregar-me em o Real Serviço”. **AHU. PI**; Caixa 7. Carta de 17 de setembro de 1761.

¹³⁰Na ordem acima, essas vilas correspondem, hoje, às seguintes cidades: Parnaíba, Jerumenha, Parnaguá, Castelo do Piauí, Valença do Piauí, Campo Maior. Segundo uma correspondência do ouvidor-geral do Piauí, a vila de São João da Parnaíba foi instalada pelo governador João Pereira Caldas em 26 de agosto de 1762. **AHU. Códice 272**, fls.152-152v. Carta Régia ao ouvidor-geral do Piauí, 13 de abril de 1765.



Capitania de São José do Piauí e suas vilas fundadas em 1762, incluindo-se a povoação da freguesia do Piracuruca e a Vila Viçosa do Ceará.
 Projeção sobre limites atuais. Desenho de Nicole Chagas Lima.

As vilas deveriam conservar sempre a mesma formosura

A criação das novas vilas foi comunicada à Lisboa em cartas dos meses de julho e de outubro de 1762.¹³¹ Como já mencionado, o rei português atribuía aos governadores de capitanias a competência pela escolha do sítio e da localização das novas fundações. E, embora Marcelino de Gouveia houvesse apontado certos inconvenientes quanto à situação de algumas povoações, as vilas piauienses, com apenas uma exceção, foram erigidas aproveitando-se os povoados sedes das freguesias já existentes.

Quanto ao seu aspecto físico, a carta régia de 19 de junho de 1761, ordenava que o governador deveria determinar

o lugar mais próprio para servir de praça a cada uma das ditas vilas, fazendo levantar no meio dela o Pelourinho, assignando área para se edificar uma igreja capaz de receber um competente número de fregueses quando a povoação se aumentar, como também as outras áreas competentes para as casas das Vereações e Audiências, Cadeias e mais oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta de sorte que fiquem largas e direitas as ruas.

Aos oficiais das respectivas câmaras, que saírem eleitos, e aos que lhes sucederem ficará pertencendo darem gratuitamente os terrenos, que se lhes pedirem para casas e quintais, nos lugares que para isso se houverem delineado, só com a obrigação de que ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve sempre a mesma formosura nas vilas, e nas ruas delas a mesma largura que se lhes assignar nas fundações.¹³²

Estas disposições já são nossas conhecidas, e se estendem à delimitação das terras do Concelho e dos termos municipais, como também sobre as formas

¹³¹**AHU. PI**; Caixa 8. Carta de João Pereira Caldas a Mendonça Furtado, 06 de julho de 1765. Na mesma ocasião Pereira Caldas remeteu “as relações de todos os fogos e moradores que existiam nos distritos das freguesias das mesmas vilas”.

¹³²**AHU. PI**; Caixa 9. Cópia da Carta Régia de 19 de junho de 1761.

de concessão de datas de terras para os futuros moradores. E, apesar de surgirem problemas quanto à “repartição das terras” entre Concelho e moradores de diversas vilas, Pereira Caldas, em 1765, asseverava a Mendonça Furtado que ainda assim as novas povoações adiantavam-se “mais do que se podia esperar, havendo-se erigido muitas casas em todas aquelas vilas, e em algumas delas em grande número”.

O ano passado, recomendei ao Desembargador ouvidor-geral desta Comarca que, com a ocasião de sua correição, continuasse a animar todos aqueles moradores, para prosseguirem no aumento das suas respectivas vilas, entregando-lhe juntamente a Planta, que mandei previnir, para melhor se regular o estabelecimento da de São João da Parnaíba, a qual sendo fundada em um sítio excelente, é, sem dúvida, a que promete maior adiantamento, em razão de estar em porto de mar.¹³³

A vila de São João da Parnaíba foi a única a ser estabelecida em uma nova localização. Pereira Caldas manteve a povoação do Piracuruca e a igreja de Nossa Senhora do Carmo no local anterior, fundando a nova vila no sítio da Testa Branca, próximo ao porto da barra daquele rio. Esta alteração, aliás, foi comunicada ao bispo do Maranhão.

Com esta ocasião direi também a V. Exa. que, havendo erigido uma das vilas que Sua Majestade me mandou fundar nesta capitania, junto à Barra do rio Parnaíba, e parecendo-me não só justo como conforme com as Reais Ordens que tenho do mesmo Senhor, que para ela vá assistir o Pároco que até agora residia na situação em que se achava a Paróquia da Freguesia da Piracuruca, em cujo distrito estabeleci a dita vila, se faz preciso que Vossa Excelência queira determinar assim ao referido Pároco, ao qual seria igualmente conveniente que Vossa Exa. lhe ordenasse que deixasse um coadjutor na mesma situação em que ele se acha morando, para não só acudir mais prontamente aos Fregueses que ficam em maior distância da vila com os

¹³³**AHU. PI;** Caixa 8. Carta de João Pereira Caldas a Mendonça Furtado, 06 de julho de 1765. Sobre a vila de Parnaíba, o governador informava que a Câmara dela passaria a receber os direitos do porto, “que antecedentemente pertenciam ao Senhorio da mesma situação”.

precisos sacramentos, como ainda para cuidar na conservação daquela boa igreja, que não deixará de acabar-se, dando Vossa Excelência esta providência.¹³⁴

Não obstante as boas expectativas de Pereira Caldas quanto ao crescimento de Parnaíba, essa vila traria alguns dissabores para o governo da capitania, pois o sitio escolhido para ela não havia agradado aos moradores, que preferiam a sua instalação junto ao Porto dos Barcos. Este descontentamento foi, aliás, demonstrado já no ano seguinte ao da criação da vila.

Segundo informações de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro,¹³⁵ sucessor de Pereira Caldas, este havia determinado que

à margem do rio Igarassú, em que se divide a Parnaíba, no campo chamado a Testa Branca se estabelecesse a nova vila, que denominou de São João da Parnaíba, ficando para a parte da foz do mesmo rio três quartos de légua distante do porto dos Barcos, ou lugar das Feitorias de carnes secas, que com grande utilidade desta capitania se extraem anualmente em embarcações que demandam pouco fundo, para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, e novamente Pará, precavendo com a referida distância o incomodo que causariam aos habitantes da dita vila a multidão de insetos e outros inconvenientes inseparáveis do tráfico das Feitorias.

Não havendo no determinado campo da Testa Branca casa alguma, o que já havia no lugar das Feitorias, com uma pequena ermida, ordenou o meu antecessor que neste se levantasse o Pelourinho, e estivesse enquanto naquele se não desse princípio a alguns edificios, e pudessem haver as primeiras acomodações. Vendo depois no ano de mil setecentos sessenta três, que o lugar

¹³⁴**AHU. PI**; Caixa 7. Carta de João Pereira Caldas ao Bispo do Maranhão, 18 de novembro de 1762. Interessante notar que, em 1772, o ouvidor Antonio José de Moraes Durão informava que a vila do Parnaíba “tem uma só freguesia da invocação de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca, mas fica 30 léguas distante da mesma, para a parte de Campo Maior. O templo é de pedra de cantaria assaz magnifico o que fez de despesa quase 200 mil cruzados, porém está sem uso e descoberto”. Cf. MOTT (1977), p.563.

¹³⁵João Pereira Caldas deixou o governo do Piauí em 03 de agosto de 1769, sendo substituído por Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, que tomou posse naquele mesmo dia. **AHU. PI**; Caixa 9. Carta a Mendonça Furtado, 03 de agosto de 1769. A nomeação do novo governador deu-se em 08 de novembro de 1768. **AHU. Códice 383**.

eleito e determinado se achava no mesmo estado antigo sem um só edifício, e que crescia a povoação das Feitorias, obrigou a alguns dos moradores mais distintos compreendidos na relação dos que se tinham oferecido para povoar a nova vila, a que dessem cumprimento ao que se tinham sujeitado, esperando que com este exemplo se resolvessem também os outros.

A repugnância com que obedeceram a esta ordem é bem evidente no subterfúgio que procurou o capitão-mor Diogo Álvares Ferreira, requerendo à câmara lhe mandasse demarcar área precisa para as casas, que devia levantar, e servindo-se da disposição em que estavam os oficiais da mesma câmara para alcançar o despacho e resposta do procurador, e ter com ela ocasião de dar melhor a sua escusa, como manifestam as cópias Letra B e de Letra C, a qual não sendo atendida, mas antes gravemente increpada do meu antecessor, nas cópias Letra D e Letra E, tomaram o acordo de principiarem algumas casas no lugar determinado, e foi para ele mudado o pelourinho.¹³⁶

Este trecho, transcrito de uma carta de Botelho de Castro, de 1770, faz parte de um longo processo que adentrou o reinado de D. Maria I.¹³⁷ De um lado, o capitão-mor Diogo Álvares Ferreira intentava conseguir licença para construir suas casas no sítio das Feitorias, contando com a anuência dos oficiais municipais; de outro, querendo fazer valer sua escolha, Pereira Caldas exigia que as casas fossem edificadas na Testa Branca, para onde havia sido transferido o pelourinho.

Entretanto, os moradores continuaram a desrespeitar as ordens do governador, construindo suas casas junto ao Porto das Barcas, de tal forma que na Testa Branca, segundo atestava a câmara de São João da Parnaíba, “se não

¹³⁶ **AHU. PI**; Caixa 9. Cópia de carta de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, 20 de junho de 1770.

¹³⁷ **AHU. Códice 272**, fls.188-188v. Em carta à Junta de Governo em exercício, em 1778, D. Maria solicitava informações à respeito da localização da vila e de seu progresso.

acha casa alguma, pois as que no dito lugar se fundaram estão quase cobertas de areia e caídas”.¹³⁸

Não obstante a disposição do governador em cumprir as determinações que deveriam reger as novas vilas criadas no Piauí, e fazer-se obedecer neste particular, o aspecto da cidade de Oeiras, em 1772, ficava muito aquém de todas as expectativas.

Não tem relógio, Casa de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro e sobre que corre litígio. A cadeia é coisa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e demais coisa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas, até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome.¹³⁹

O ouvidor Antonio José de Moraes Durão, autor das linhas acima, apresentou, passados dez anos da instalação das novas vilas, uma apreciação bastante contundente sobre o “adiantamento” que se esperava das povoações piauienses. Se a própria cidade de Oeiras, sede do governo, era tida como mera suposição, imagine-se as demais vilas.

A vila de Parnaguá, localizada ao “oes-sudoeste desta cidade”, a pouco mais de “90 léguas”, contava com apenas “29 fogos” e não dispunha de nenhum prédio público.

Está situada a Vila de Jeromenha quase ao poente desta cidade e dela dista pouco mais de 30 léguas. Quando se caminha para Parnagoá, fica à mão

¹³⁸**AHU. PI**; Caixa 9. Cópia de carta da câmara da vila de São João da Parnaíba a João Pereira Caldas, 27 de maio de 1769. Nesta data, os oficiais municipais ainda informavam da necessidade de se construir uma casa para a câmara e a cadeia, e visto tudo o que expunham, recorriam ao governador “para nos determinar o que devemos obrar neste particular”.

¹³⁹Descrição da capitania de São José do Piauí, pelo ouvidor-geral Antonio José de Moraes Durão, escrita em 15 de junho de 1772. Transcrita em MOTT (1977), p.552-566.

direita. Tem unicamente 5 fogos; os 18 que se lhe vêm são na circunferência. Não obstante ficar junto da Gorguea, e situada em lugar cômodo, nenhum aumento tem tido, como mostra o número de seus vizinhos, havendo 11 anos que é vila.

Estas duas vilas eram as que ficavam para a parte sul da capitania do Piauí, abaixo de Oeiras. Em direção ao Atlântico, a “18 léguas” da cidade, “no pior sítio de todo o seu distrito, sem águas, sem pastos e sem outra alguma das comodidades necessárias para qualquer povo”, encontrava-se a vila de Valença que, como as anteriores, não tinha “câmara, cadeia, açougue, ou outra alguma oficina”. A igreja local era uma “ermida de barro, mas arruinada”.

Acima de Valença, em direção a São João da Parnaíba, ficavam as vilas de Marvão e de Campo Maior, a cerca de “60 léguas” de Oeiras. Para o ouvidor Morais Durão, a vila de Marvão era reputada como

a pior de toda a Capitania, porque se acha no sítio mais seco e fúnebre da mesma. Tem únicas três casas ou moradores, para melhor dizer, pois ainda que aquelas são mais, não têm inquilino algum.

Lembre-mos, à propósito, que o desembargador Marcelino de Gouveia, em seu relatório de 20 de fevereiro de 1760, desaconselhava que as freguesias de Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato (Marvão),¹⁴⁰ de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes (Valença) e de Santo Antonio da Gurgéia (Juromenha) fossem “em vilas erigidas”. Das acima tratadas, apenas para a freguesia de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá o mesmo desembargador enunciava um “muito diferente conceito”, ou seja, “esta povoação me pareceu se deve em vila

¹⁴⁰Na transcrição da descrição que o ouvidor Antonio José de Morais Durão fez do Piauí, está grafado que a povoação daquela freguesia, “antes de vila se chamava sítio e Rancho do Mato, nome da fazenda em que se acha fundada”. Contudo, é perfeitamente legível, na carta de 20 de fevereiro de 1760, de Marcelino de Gouveia, a designação de “Rancho do prato”.

erigir, não só pelo que é, como pelo que pode vir a ser”.¹⁴¹ Expectativa vã, pelo que verificou o ouvidor Moraes Durão.

Quanto à povoação da freguesia de Santo Antonio do Surubim, que possuía “trinta e sete fogos”, no tempo de Marcelino de Gouveia, e moradores com qualidade suficiente para ser criada em vila, mas não no “mesmo lugar, não obstante o princípio que já tem”, Moraes Durão encontrou

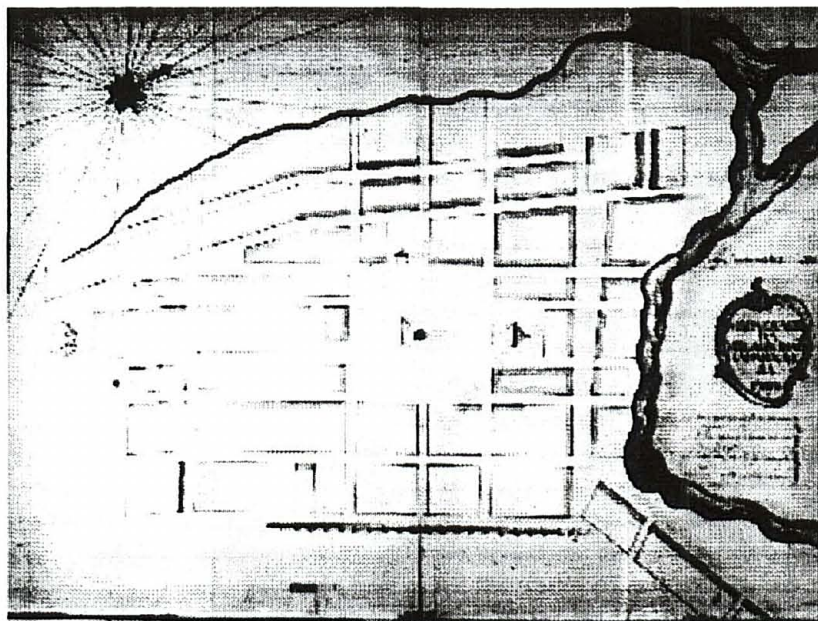
a Vila de Campo Maior, numa espaçosa e alegre campina, com 79 fogos e semelhanças de povoação do Reino, desafrontada de matos; é mais capaz de ser cidade que esta de Oeiras, que fica numa cafurna [furna]. Tem muito povo, muita fazenda e bons sítios. [...] Fica coisa de 50 léguas de terra distante desta cidade. [...] Contudo, não tem câmara, cadeia e açougue, nem outra alguma oficina pública, como já disse falando das mais vilas.

Das vilas criadas por Pereira Caldas, São João da Parnaíba foi a última a merecer a atenção de Moraes Durão, a qual, como já dissemos, teve a sua instalação em local diferente daquele em que ficava a povoação da freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Piracuruca.

O rio Parnaíba, depois de regar estes sertões por espaço de muito mais de 200 léguas, aumentado e caudaloso com todas as ribeiras desta capitania e algumas das do Maranhão, que correm por Pastos Bons, freguesia fronteira à Vila de Jeromenha, se sepulta no oceano, entre as capitanias do Ceará e do Maranhão numa ponta de terra que pertence a esta do Piauí, e que cehga a costa do mesmo mar, com a largura unicamente de quatro ou cinco léguas. Faz dois braços na barra com bem diferentes nomes: o da parte do Poente conserva o de Parnaíba, mas o do Nascente, toma o de Iguarani, e a ilha que forma entre um e outro se chama de Santa Isabel. No braço do Iguarani e na margem oriental dele, fica situada a Vila de São João distante quatro léguas da Costa do Mar. Tem uma só freguesia da invocação de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca, mas fica 30 léguas distante da mesma, para a parte de Campo Maior.

¹⁴¹ **AHU. PI**; Caixa 5. Carta do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, 20 de fevereiro de 1760.

Para Moraes Durão, a vila tinha aumentado, pelas rendas decorrentes do comércio “das carnes secas e couramas” estabelecido com a Bahia e Pernambuco. Quanto ao sítio de instalação da vila, e os desentendimentos que ele havia provocado, a descrição do ouvidor indica que as moradias estavam instaladas próximas ao lugar das Feitorias, e não na Testa Branca.



“Mapa exacto da Villa d’S. João da Parnaíba. 1798”.

Naquele ano, informava-se da existência de “366 fogos” na vila. As áreas sombreadas das quadras indicam as moradias. À direita, vê-se o rio Iguaçu, e acima “é um alagadiço”.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Os moradores da vila da Parnaíba, que preferiram desconhecer os motivos que levaram Pereira Caldas a escolher o sítio da Testa Branca para criar a vila, enfrentavam graves problemas.

Como o principal negócio que nela se faz consiste nos gados que se matam nas feitorias e estas ficam arrimadas [encostadas] à Vila, é natural padeçam as epidemias que quase todos os anos experimenta, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompe o ar com muita facilidade e produz o dano apontado. As moscas e outras savandijas [!] são tão inumeráveis que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes, e isto mesmo há de suportar precisamente toda a pessoa que vai de fora, porque só no tempo de verão se pode caminhar por aquele distrito, pois de inverno por ser baixo, e

alagadiço, se cobre de lagoas e faz absolutamente impraticáveis os caminhos, de sorte que o povo se tem visto na consternação de padecer algumas fomes por aquela causa, no referido tempo e assim é o da matança da referida vila.¹⁴²

Mas, não obstante tais dificuldades, a população da vila, em um período de pouco mais de doze anos, parecia haver se multiplicado várias vezes. Segundo informações de Pereira Caldas, em 1762, lá residiam 8 pessoas livres e 11 cativos, enquanto o restante do termo contava com 1.747 pessoas livres e 602 cativos. Para o ano de 1774, a população do termo de São João da Parnaíba, entre livres e cativos, somava 2.357 pessoas (contra 2.349, em 1762); porém, os moradores da vila, também entre livres e cativos, chegavam ao número de 337 pessoas.¹⁴³

Em relação às determinações que regularam a instalação das vilas piauienses, constantes na carta régia de 19 de junho de 1761, os moradores de São João da Parnaíba não foram os únicos a causarem problemas para Pereira Caldas. Especialmente quanto à exigência de padronização do aspecto exterior das moradias, em 1763, ele enfrentou uma contenda na própria cidade de Oeiras. Seu adversário foi o pároco local.

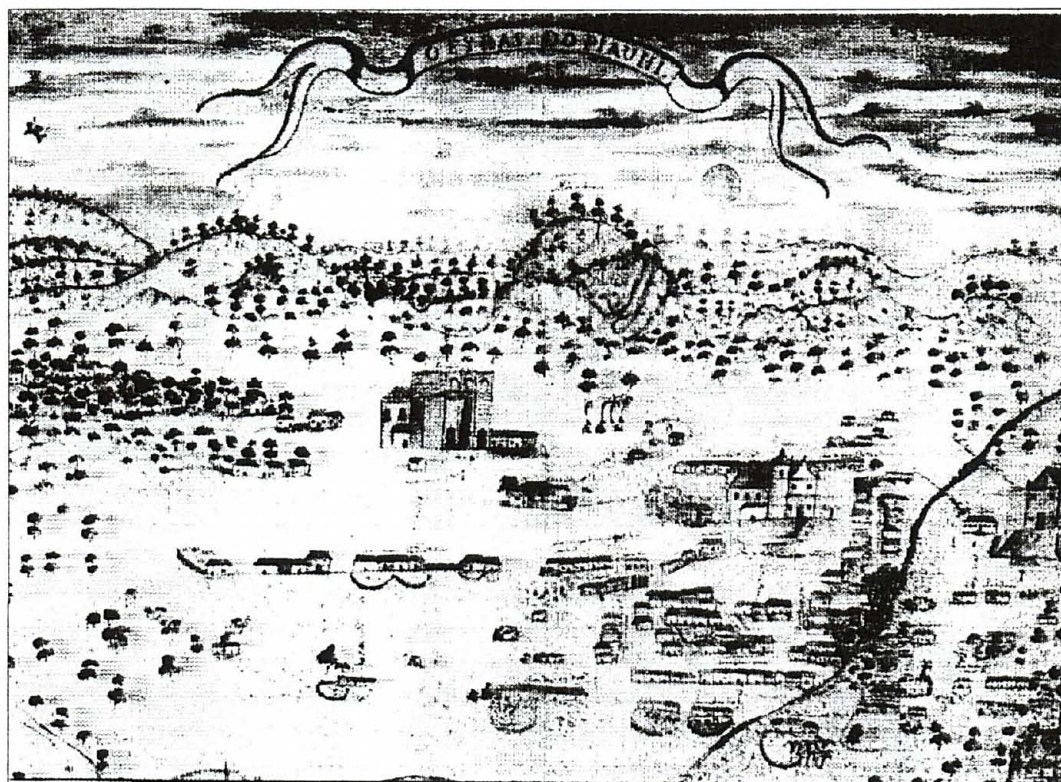
Segundo uma certidão do tabelião da cidade, o padre Dionisio José de Aguiar havia retirado uma parte do telhado de sua moradia e aberto uma nova janela, com a justificativa de que assim o fizera porque precisava de claridade para um quarto onde costumava estudar. O governador, atendo-se ao fato de que

¹⁴²Descrição..., **apud** MOTT (1977), p.552-566.

¹⁴³Para o ano de 1762, **cf.** “Resumo de todas as pessoas...”, apresentado adiante. Para 1774, conforme relação anexa à “Descrição” de Moraes Durão. As diferenças entre os métodos de ambos os levantamentos não permite comparações seguras. Moraes Durão não distingue livres e cativos, embora se utilize do critério “cores”, que é assim explicado: “Vermelho se chama na terra a todo índio de qualquer nação que seja; mamaluco ao filho de branco e índia; caful ao filho de preto e índia; mestiço ao que participa de branco, preto e índio; ulato ao filho de branco e preta; cabra ao filho de preto e mulata; curiboca ao filho de mestiço e índia; quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas se explicam pela palavra mestiço, o que eu faço, compreendendo nela os cabras e curibocas”.

“Sua Majestade lhe havia incumbido o mandar que os prospectos das casas desta dita cidade fossem todos uniformes”, exigia que o padre refizesse o telhado “que se achava junto às casas donde morava, na parte que fazia frente para a praça”. Por sua parte, o pároco, ao ser notificado pelo tabelião, respondeu: “que certamente o não hei de mandar cobrir”.

A discussão atravessou o Atlântico, com Pereira Caldas recorrendo à intermediação de Mendonça Furtado; e, ao menos nesta briga (da qual não sabemos o final), a câmara municipal de Oeiras tomou o partido do governador.¹⁴⁴



Cidade de Oeiras do Piauí, no século XVIII.
Autor desconhecido. Reprodução de cartão postal; Lisboa, IBL

¹⁴⁴**AHU. PI**, Caixa 8. Cópia de certidão do tabelião público do judicial e notas nesta cidade de Oeiras e seu termo, datada de 28 de julho de 1763. Menciona-se que o padre era aparentado (sobrinho) do Bispo do Maranhão.

Para que serviriam tais povoações?

Antecedentemente, apontamos um significado que as vilas fundadas no século XVIII, especialmente em sua segunda metade, poderiam exprimir. Ou seja, consideramos a possibilidade de reconhecê-las como um artefato cultural produzido para agregar as populações, civilizando e fazendo os habitantes dispersos pelos sertões participarem institucionalmente de um projeto político que objetivava assegurar para a Coroa portuguesa a posse de seus domínios americanos. E, naquela oportunidade, apresentamos um comentário do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira sobre as vilas de índios instaladas em São José do Rio Negro. Para ele, lembremo-nos, essas povoações estabelecidas por Mendonça Furtado e seus sucessores, além de não merecerem ser chamadas de vilas, não faziam o menor sentido: “sem gente, sem lavoura e sem comércio, não sei para que servem semelhantes povoações!”.

Quando acompanhamos a ação urbanística realizada na capitania da Paraíba, observamos que o juiz-de-fora do Recife, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelbranco, levou avante as determinações e instruções que havia recebido do governador de Pernambuco e que, efetivamente, erigiu em vilas antigos aldeamentos em território paraibano. Do mesmo modo, fomos informados da criação de novas vilas de brancos naquela capitania.

Depois, seguindo a descrição das viagens que o governador Mota Feo realizou em 1804 e 1805, ficamos sabendo no que resultaram aquelas povoações. Embora Mota Feo não tivesse visitado Alhandra e Vila do Conde, as outras duas vilas reconhecidas como de índios, São Miguel e Montemor, não mereceram maiores comentários de sua parte. Montemor, aliás, tinha sua câmara sediada na povoação de Mamanguape, e seus oficiais eram brancos. Pilar do Taipu, inicialmente criada para os “naturais da terra”, era já uma vila de brancos, e,

juntamente com São João do Cariri, Souza e Pombal, todas estas contavam com casa de câmara, cadeia e igreja. Algumas casas conformavam suas ruas e o espaço da praça. Para as vilas reconhecidas como sendo de moradores brancos, existentes naquele momento, podia-se perceber a existência de um espaço, digase, urbanizado. A exceção ficava por conta da Vila Nova da Rainha, que fora estabelecida em lugar impróprio.

Entretanto, como anunciamos, com ruas “direitas por cordas”, ou não, as vilas paraibanas, de brancos e índios, serviram para agregar a população daquela capitania à “sociedade civil e comércio humano”.

No Piauí, não obstante os esforços de Pereira Caldas, e além das notícias oferecidas pelo ouvidor Antonio José de Moraes Durão, em 1772, o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro informava:

As mais vilas da capitania se conservam no mesmo ser, tanto pelo respeito à povoação, como à indigência das suas câmaras. Por causa desta se acham sem cadeias em que punam os facinorosos, não tendo rendimentos com que as possam levantar, e a falta daquela faz que permaneçam as mesma vilas inabitadas, não sendo possível reduzir os seus moradores a virem assitir nelas, fazendo para isso moradas próprias, pois absolutamente dizem que lhes é impossível viver fora das suas fazendas, porque nela não só se aproveitam a si, se não que do seu trabalho resulta o aumento dos Reais Dízimos, o que não sucederia se os obrigasse a assistir nas vilas. Não meto nesta conta a sobredita de S. João da Parnaíba, porque nela pelo aumento em que está, e por ocasião do rendimento dos barcos, que anualmente tem, me representou a sua governança que com este dinheiro (posto que ainda lhe faltava alguma quantia) queriam fazer cadeia e casa de câmara, ao que com gosto assenti.¹⁴⁵

Fora o mesmo Botelho de Castro quem autorizara a transferência da vila de São João da Parnaíba para junto das feitorias, no lugar do Porto das Barcas,

¹⁴⁵ **AHU. PI**; Caixa 11. Relatório do governador Botelho de Castro a João Pereira Caldas, governador do Estado do Maranhão, 15 de maio de 1773.

procedimento a que me resolvi instado daqueles moradores, por me exporem não só a grande conveniência que tinham em existirem no dito lugar, para o seu comércio, se não ainda a multidão de casas que já se haviam fabricado nele, e que em outra parte absolutamente lhes não convinha estabelecer, de cujo procedimento dei conta a Sua Majestade, logo que o executei.¹⁴⁶

A criação das vilas piauienses e, em tese, de suas câmaras e ofícios municipais aparentemente não logrou os efeitos desejados. E isto reconhecia o próprio Pereira Caldas, para quem a capitania experimentava uma quase total falta “de homens de honra e confiança”.

O material humano, ou melhor, o “bem comum dos Vassalos” da capitania do Piauí esteve presente nas considerações régias quando da emissão da ordem para a criação das novas vilas. Tal como fora expresso na carta régia que criou a capitania de São José do Rio Negro e que dispôs sobre a instalação de sua sede de governo, D. José I concedia “privilégios e isenções” semelhantes para aqueles que se dispusessem a estabelecer residência nas novas vilas.

E atendendo a que a necessária observância das leis se não pôde até agora conseguir, para dela se colher aquele indispensável fruto, pela vastidão da mesma capitania, vivendo os seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros, sem comunicação, como inimigos da sociedade civil e do comércio humano, padecendo assim os descômodos e as despesas de irem buscar os Magistrados a lugares muito remotos e longínquos, de sorte que quando lhes chegam os despachos vêm tão tarde que não servindo para o remédio das queixas, lhes trazem somente a ruína dos cabedais; seguindo-se daquela dispersão e separação de famílias internadas em lugares ermos e desertos faltarem-lhes os estímulos e os meios para se fazerem conhecidos na Corte, e para serem nobilitados os que o merecerem, como sucede nas vilas e cidades onde os seus habitantes entram na governança delas e se graduam com os cargos de juizes, de vereadores e com os mais empregos públicos.¹⁴⁷

¹⁴⁶**AHU. PI**; Caixa 11. Relatório do governador Botelho de Castro a João Pereira Caldas, governador do Estado do Maranhão, 15 de maio de 1773.

¹⁴⁷**AHU. PI**; Caixa 9. Carta régia de 19 de junho de 1761.

Se D. José acenava com privilégios, e levava em conta as facilidades e benesses que os habitantes do Piauí poderiam ter quando congregados em “povoações bem estabelecidas”, também deixava manifesta sua atenção para com uma situação que era preciso combater: a dispersão da população por lugares ermos, com as famílias e indivíduos vivendo “em grandes distâncias uns dos outros, sem comunicação, como inimigos da sociedade civil e do comércio humano”.

Dados populacionais da capitania do Piauí¹⁴⁸		
Localidade	1760-1762	1771-1774
Cidade de Oeiras (e subúrbios)	1.180	1.252
Termo da cidade	2.495 ^(*)	4.448
Vila de Parnaguá	97	608
Termo da vila de Parnaguá	805	2.242
Vila de Juromenha	99	81
Termo da vila de Juromenha	598	1.450
Vila de Valença	156	407
Termo da vila de Valença	1.329	2.129
Vila de Marvão	65	93
Termo da vila de Marvão	994	1.233
Vila de Campo Maior	162	363
Termo da vila de Campo Maior	1.705	2.608
Vila de São João da Parnaíba	19	337
Termo da vila de São João da Parnaíba	2.349	2.357
(*) nesta cifra não foram incluídos os dados relativos aos dois aldeamentos indígenas situados no termo da cidade de Oeiras.		

Ainda que as informações demográficas que, em geral, acompanhavam o processo de instalação de novas vilas não se prestem à realização de

¹⁴⁸Quadro elaborado a partir de informações do “Resumo...”, produzido no governo de Pereira Caldas, e da “Relação das pessoas, fazendas, sítios que há nesta capitania de S. José do Piauí”, produzida pelo ouvidor Antonio José de Moraes Durão, **apud** MOTT (1977), p.567-574.

comparações seguras, a confrontação de dois levantamentos populacionais efetuados em ocasiões diversas podem nos permitir um melhor entendimento do que a criação dessas vilas significaram no interior da política urbanística do período.

No quadro acima, confrontamos dois levantamentos. O primeiro efetuado por Pereira Caldas, em 1760-1762; e o segundo pelo ouvidor Morais Durão, em 1771-1774. Para o primeiro período, foram agregados os dados relativos às pessoas livres e cativas, posto que o levantamento de Morais Durão não traz esta distinção.

Em números absolutos, Juromenha é o único caso de crescimento negativo da população “urbana”. As vilas de São João da Parnaíba, Valença e Parnaguá, no entanto, apresentaram um expressivo incremento de novos moradores, com aumento geral da população de seus termos. Do mesmo modo, a vila de Campo Maior teve o número de seus moradores mais que duplicado, enquanto Marvão experimentou um pequeno crescimento. Porém, aquilo que os números de 1771-1774 poderiam significar, em relação aos apresentados em 1760-1762, não encontra sustentação na descrição que os acompanhou.

Ainda assim, mesmo que as vilas não tivessem casas de câmara, cadeias, açougues, outras oficinas públicas, em alguns casos, nem mesmo moradias e moradores fixos, reputava-se que aqueles habitantes estavam vivendo sob o regime das justiças d’El Rei, congregados em “sociedade civil”.

Resumo de todas as pessoas livres e cativas, fogos e fazendas da Cidade, vilas e sertões da Capitania de São José do Piauí.¹⁴⁹ (Governo de João Pereira Caldas)				
	Fogos	Fazendas	Pessoas livres	Pessoas cativas
Cidade, capital desta capitania, e seus subúrbios ^(*) , por averiguação exata feita no ano de 1762	270	-0-	655	465
O Corpo militar pago, que guarnece a dita cidade, consistindo em uma Companhia de Dragões de sessenta praças, importa em homens	-0-	-0-	60	-0-
Freguesia e termo da mesma cidade, pelo rol de desobriga do dito ano de 1762, que entregou o Vigário Dionizio José de Aguiar	324	169	1.411	1.084
No Distrito da referida cidade se compreende o lugar do Cajueiro, dos índios da nação Jaicó, por uma relação dada pelo seu Diretor, no ano de 1767	28	-0-	354	-0-
No Distrito da mesma Freguesia, há também mais o novo lugar de São João de Sande dos índios da nação Guégué, por uma relação do seu Diretor dada no ano de 1766	30	-0-	337	-0-
Vila de Valença do Piauí, pelo rol de desobriga do ano de 1761, entregue em 1762, pelo Vigário dela Manoel Nunes Teixeira	39	-0-	121	35
Freguesia e termo da dita vila, pelo mesmo rol de desobriga	266	52	751	578
Vila de Marvão do Piauí, pelo rol de desobriga do ano de 1761, entregue em 1762, pelo Vigário dela Antonio Tavares da Silva	19	-0-	56	9
Freguesia e termo da dita vila, pelo referido rol de desobriga	176	39	715	279
Vila de Campo Maior, pelo rol de desobriga do ano de 1761, entregue em 1762, pelo Vigário dela Sebastião Vieira Sobral	31	-0-	128	34
Freguesia e termo da dita vila, pelo referido rol de desobriga	276	86	1.120	585
Vila de São João da Parnaíba, pelo rol de desobriga do ano de 1761, entregue em 1762, pelo Vigário dela José Lopes Pereira	4	-0-	8	11
Freguesia de Piracuruca, que é o termo da sobredita vila, pelo mesmo rol de desobriga	330	84	1.747	602
Vila de Juromenha do Piauí, pelo rol de desobriga que no ano de 1762, entregou o Vigário dela Alexandre de Souza Ventura	16	-0-	71	28
Freguesia e termo da dita vila, pelo mesmo rol de desobriga	77	51	300	298
Vila de Nossa Senhora do Livramento de Pernagoá, pelo rol de desobriga do ano de 1760, entregue no ano de 1762, pelo Vigário dela Francisco da Costa Silva	34	-0-	37	60
Freguesia e termo da sobredita vila, pelo mesmo rol da desobriga	130	55	229	576
	2.050	536	8.102	4.644
SOMA TUDO			12.744	
(*) a palavra subúrbio, refere-se ao espaço de uma légua ao redor da cidade.				

¹⁴⁹**AHU. PI.** Este “resumo” foi encontrado entre os documentos pertencentes à Caixa 8, que compreende os anos de 1763 a 1766. Mas, provavelmente, trata-se de um anexo ao Relatório que Pereira Caldas produziu em 1769, quando da transmissão de seu cargo. Note-se que o original apresenta um erro de soma.

Introduzir a justiça para que se atenuem os delitos

Antes mesmo da fundação das novas vilas piauienses, o desembargador Marcelino de Gouveia, ao mesmo tempo em se encarregava das “diferentes diligências” que lhe foram ordenadas por D. José I, tomava as primeiras providências, juntamente com o ouvidor Luís José Duarte Freire, para regulamentar o funcionamento da justiça na capitania do Piauí.

Inicialmente, instruiu em seus ofícios os juizes ordinários que haviam sido eleitos para as povoações de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, de Santo Antonio do Surubim e de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Piracuruca.¹⁵⁰

Depois, para que as novas vilas e os ofícios que estavam sendo criados se regulassem pelas leis do reino, sobressaiu a ação do ouvidor Duarte Freire, que permaneceu no Piauí até 1766.¹⁵¹ Quanto às providências que visavam regular o funcionamento das instituições municipais, Duarte Freire empreendeu freqüentes correições pelo território piauiense, estabelecendo as normas de funcionamento das novas câmaras, os rendimentos dos oficiais e supervisionando a elaboração das posturas municipais, como fez em Parnaguá e Juromenha, em 1763, e em Campo Maior, em 1764.¹⁵²

Sua função, enfim, era a de “instruir” (e corrigir, quando necessário) os juizes ordinários na aplicação das leis e os demais oficiais no exercício de ações em prol do “bem comum e bom regimento da terra”.

¹⁵⁰**AHU. PI;** Caixa 5. Cartas de Marcelino de Gouveia de 25 de janeiro e 04 de março de 1760.

¹⁵¹Em 1766, Duarte Freire foi substituído por Joaquim Correia de Sande, que faleceu no exercício de seu cargo em 1769. O ouvidor seguinte foi Antonio Alves Brandão. **AHU. PI;** Caixa 8.

¹⁵²**AHU. PI;** Caixas 7 e 8. Cartas do ouvidor Luís José Duarte Freire, de 02 de dezembro de 1762, de 28 de julho de 1763 e de 13 de julho de 1765, que inclui cópia das “Posturas e tachas da vila de Campo Maior”.

Ilmo. e Exmo. Sr. Desde o ano de 1766, em que o Desembargador Luiz José Duarte Freire, ouvidor que foi desta capitania, fez nela a última correição, nunca mais se puderam repetir, tanto porque o Doutor Joaquim José Correia de Sande viveu sempre com graves moléstias, de que faleceu em 12 de janeiro ao ano próximo passado [1769], como por ser tal a ignorância dos Advogados por todas as vilas, e cidade, da mesma capitania, que não há um só capaz de dirigir aos juizes leigos, que lhe sucederam pela lei.¹⁵³

Embora o trabalho de instituição das justiças e de administração do “bem comum” dos moradores das novas vilas ficasse aparentemente incompleto, desde o princípio o ouvidor Duarte Freire procurou obrigar aquela população ao cumprimento das determinações régias, especialmente no que se referia à civilização dos “naturais da terra”. Com relação a esse assunto, determinou que fossem registradas nos livros próprios das câmaras as leis que dispunham sobre as liberdades dos índios, exigindo que os seus oficiais e os “homens bons” do Concelho as observassem. A situação dos índios, aliás, motivaria um pedido daquele ouvidor para a instauração de uma devassa contra aqueles moradores brancos que, por “malícia”, transgrediam a lei, teimando em mantê-los cativos.

Mas a civilização dos índios não encontrava resistência apenas por parte dos brancos; os próprios índios, com certa freqüência, realizavam ataques às povoações e fazendas, o que motivou, em diferentes ocasiões, a decretação de guerras contra as “nações Timbiras, Gueguês e Acroás”.¹⁵⁴

¹⁵³ **AHU. PI;** Caixa 9. Carta de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, 30 de junho de 1770.

¹⁵⁴ **AHU. PI;** Caixa 8. Carta de João Pereira Caldas a Mendonça Furtado, 05 de julho de 1765. Segundo o Relatório, em nove meses, foram presos 337 e mortos mais de 400 índios. Dos presos, as crianças foram entregues aos moradores da cidade, com a condição de “as educarem, vestirem e sustentarem, enquanto se lhe houvessem de conservar em suas casas”. Os adultos, por sua vez, foram enviados para o Governo do Maranhão, “para os aplicar às Povoações mais remotas daquela capitania, na forma das Reais Ordens de Sua Majestade. Porém, parece que já dali têm desertado bastantes, apesar da distância em que se achavam”. É bastante difícil estabelecer as designações das tribos indígenas, dada a diversidade da grafia empregada; aqui, cotejamos com MOTT (1987-89).

Senhor. As continuadas queixas dos moradores da vila do Parnaguá, comprovadas com os assaltos que anualmente lhes faz o gentio seu confinante, chamado Acoroá, me obrigam a pôr na Real presença de Vossa Majestade, que sendo este também dos compreendidos na ordem para o meu antecessor fazer guerra ao denominado Gueguê, hoje descido e aldeado nesta capitania, ficou sempre aquele hostilizando as terras fronteiras sem mais contrário que a pouca oposição dos referidos moradores.¹⁵⁵

O confronto com os índios Acroás, que circulavam entre o norte da capitania de Goiás e o sul do Piauí, também provocava a fuga dos moradores brancos dos alistamentos para a guerra contra o “gentio bárbaro”. Segundo Botelho de Castro, aqueles preferiam ser reconhecidos como “criminosos por desobedientes”, vivendo errantes “como feras, ou idólatras da liberdade”, a se empregarem “no Real Serviço de Sua Majestade”.

Todavia, enquanto a população branca debandava de seus domicílios, o governo procurava dar curso à sua missão civilizatória, nem sempre bem sucedida. A estratégia empregada era a de, depois de “pacificadas”, transferir as populações indígenas belicosas para locais distantes de suas antigas aldeias. Assim aconteceria com os temidos Acroás, os quais o governador Botelho de Castro pretendia instalar em uma missão, denominada São Gonçalo do Amarante, “sita nos limites desta freguesia, distante desta cidade vinte e oito léguas em terras excelentes para cultura e boa conservação”.

Ilmo. e Exmo. Sr. O ano passado, em data de 7 de julho, participei ultimamente a V. Exa. que determinava fundar nesta capitania uma nova Missão para os índios Acroas, que pacifiquei. De presente, já se acha estabelecida a dita Missão com princípio de algumas casas, assistindo nela por pároco um bom religioso, e por Diretor o mesmo Tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, comandante da tropa que os extraiu das suas brenhas. Havendo porém acontecido que nas vésperas em que eu me preparava para,

¹⁵⁵ **AHU. PI**; Caixa 9. Carta de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, 20 de julho de 1770.

pessoalmente, ir fazer-lhes a divisão do terreno para a Igreja e casas de suas habitações, (tudo regulado por uma planta que fiz para ficar com harmonia e em boa ordem este estabelecimento) que maior parte desta gentildade, levada da sua mesma inconstância e das brutais máximas em que se criaram e sempre viveram, se sublevasse e fugisse outra vez para o mato. Não quis deixar de assim o fazer presente a V. Exa., e que expedi logo as indispensáveis tropas para os reduzir.¹⁵⁶

Luiz Mott nos oferece um bom resumo do que foi o “processo de civilização” dos índios realizado no Piauí, na segunda metade do século XVIII.¹⁵⁷ Lá, diferentemente do que ocorreu na Paraíba, em São José do Rio Negro e outras capitanias, não se chegou a instalar as famosas “vilas de índios” engendradas por Mendonça Furtado.

A Paraíba entrou no século XIX com nove vilas criadas e distribuídas por seu território, sendo que 5 delas haviam sido instaladas como “vilas de índios”: Pilar do Taipu, que depois passou a ser reconhecida como povoação de brancos, Vila Nova do Conde, Alhandra, São Miguel e Montemor, as duas últimas na região de Mamanguape.¹⁵⁸

Em contrapartida, no Piauí, além da missão de Nossa Senhora das Mercês, dos índios Jaicós, já existente quando da criação da capitania, foram

¹⁵⁶**AHU. PI**; Caixa 11. Carta do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro para Martinho de Melo e Castro, 14 de julho de 1773.

¹⁵⁷**Ver** MOTT (1987-89), *Conquista, aldeamento e domesticação dos índios Gueguê do Piauí, 1764-1770*.

¹⁵⁸As povoações criadas para abrigar os “naturais da terra”, embora também contassem com moradores brancos, localizavam-se próximas do litoral ou da cidade de Nossa Senhora das Neves. Além dessa, as consideradas vilas de brancos eram: no sertão do Piancó, Pombal e Nova de Souza; no sertão do Cariri, a Vila Real de São João e a Nova da Rainha. (**AHU. PB**; Maços 37 a 40 e Maço 42. Correspondências diversas dirigidas ao Conselho Ultramarino, 1805). Segundo o governador Amaro Joaquim Rapozo de Albuquerque, as vilas do Conde e Alhandra haviam sido criadas debaixo do regime do Diretório, para a habitação de índios. Porém, “pelo decurso deste tempo, se foram estabelecendo nas circunvizinhanças das mesmas muitos brancos, o que deu motivo a câmara da vila do Conde representar a precisão que havia de um capitão-mor para reger os ordenanças dos

estabelecidas mais duas: São João de Sande, para abrigar os Gueguês, e São Gonçalo do Amarante, na qual, em meio a constantes guerras, aprisionamentos, sublevações e fugas, os Timbiras, Gueguês e Acroás foram finalmente reunidos, em 1786. Todas as missões estavam situadas no “termo e distrito” da cidade de Oeiras.¹⁵⁹ Nelas, o governo e a administração dos índios eram exercidos pelos mesmos militares que lhes faziam a guerra, embora seus chefes recebessem, honorificamente, patentes “em que os constituía capitães, alferes e ajudantes das suas respectivas nações”.¹⁶⁰

Como vimos, a missão de São Gonçalo do Amarante seria criada, em 1773, pelo governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.

As outras duas aldeias, de S. João de Sande dos Gueguês e Nossa Senhora das Mercês dos Jaicós, se vão conservando como dantes. Esta, pela má conduta dos índios, que verdadeiramente são vadios e sumamente velhacos, nenhum aumento promete, porque é sabido mais vivem de furtar que de trabalho [...]. Aquela não é assim, porque os seus índios, não só trabalham o preciso sustento, se não ainda que com o que remanesce suprem algumas faltas desta cidade. O ajudante Antonio do Rego é o atual diretor desta missão, por conta de que o pai [tenente-coronel João do Rego Castelo Branco] está na dos Acroás, e me consta que os índios se dão bem com ele.¹⁶¹

O processo de redução dos índios ocorrido no Piauí talvez nos informe, com menos parcialidade, o que significou esse “projeto de civilização dos naturais da terra”, orientado pelas leis de 1755 e pelo **Diretório**.¹⁶² E, embora a

referidos brancos”. **AHU. PB**; Maço 42. Carta do governador Amaro de Albuquerque ao Príncipe-regente, 23 de janeiro de 1806.

¹⁵⁹Existem menções a outros aldeamentos localizados nos termos de algumas das vilas criadas, como o de Pimenteiras, mas não foi possível certificar suas existências.

¹⁶⁰**AHU. PI**; Caixa 9. Relatório de Botelho de Castro, 15 de maio de 1773.

¹⁶¹**AHU. PI**; Caixa 9. Relatório de Botelho de Castro, em 15 de maio de 1773.

¹⁶²**Cf.** ALMEIDA, Rita Heloisa. **O Diretório dos índios** : um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília : Editora da UnB, 1997.

resistência das nações indígenas não fosse uma situação exclusiva daquela capitania, sua população branca, especialmente a estabelecida no extremo sul, permaneceu sob constante ameaça de continuados ataques de índios não reduzidos à população civil.

No entanto, em que pesem as dificuldades de uns e outros, governantes e governados, a criação das novas vilas piauienses despertaria, nos moradores brancos, os anseios de viverem “na conformidade da lei” estabelecendo-se “as Justiças ordinárias, pelo estilo e forma das mais vilas da Província”. Ainda no século XVIII, os moradores do Arraial da Barra do rio Poti, pertencente ao termo da cidade de Oeiras, pediriam que ele fosse criado em vila, com a Matriz consagrada a Nossa Senhora do Amparo. Na representação enviada à Lisboa, é feita referência à carta régia de 19 de junho de 1761, transcrevendo-se, na forma de justificativa, diversos de seus itens. Ressalte-se, no entanto, que nenhuma outra vila seria criada em solo piauiense, naquele período.¹⁶³

Do mesmo modo, parte das considerações da mesma carta régia – aproximar os vassallos da Corte – demonstrou-se particularmente atendida.

Senhora. A obrigação que a lei do Reino põe aos vereadores das respúblicas, de tratar sobre o bem comum, aumento e utilidade dos povos, em que interessa a conservação dos vassallos e conveniência da Real Coroa Portuguesa, obriga ao Senado da Câmara da Vila de São João da Parnaíba a pôr na Real presença de Vossa majestade esta representação que com toda a submissão e devido acatamento espera da pia e benigna intenção de Vossa Majestade seja atendido para consolação de seus leais vassallos.¹⁶⁴

Movidos por sua situação de representantes dos moradores da vila de São João da Parnaíba, os oficiais de sua câmara solicitavam que D. Maria I lhes

¹⁶³**AHU. PI**; Caixa 7. Documento incompleto e não datado, mas inscrito na baliza temporal da segunda metade do século XVIII.

¹⁶⁴**AHU. PI**; Caixa 12. Representação da Câmara Municipal de São João da Parnaíba, 29 de dezembro de 1779.

declarasse a franquia de seu porto, tornando o comércio com o reino livre. Com isso, entendiam que “os habitantes desta capitania, e grande parte dos da do Maranhão”, viveriam contentes, por terem “a felicidade de verem bem logrado seu trabalho”.

Assim, em maior ou menor intensidade, percebe-se que tanto para os governos locais, quanto para a metrópole, a expectativa era, sempre, que as novas vilas crescessem e que os rendimentos da Fazenda Real também aumentassem. Se não a totalidade delas, alguma serventia tinham “as povoações bem estabelecidas”, da segunda metade do século XVIII.

Aritmética política e a política urbanística pombalina

Como já afirmamos, a instalação de vilas, de brancos ou de índios, constituiu-se em um dos elementos do projeto político para a América portuguesa conduzido por Carvalho e Melo na segunda metade do século XVIII. A situação e a localização nas novas vilas estavam determinadas por um conhecimento prévio do território em que seriam instaladas, ainda que não perfeitamente estabelecido. Uma povoação pré-existente – um arraial, um núcleo de casas ao redor de uma capela – ou informações prestadas por funcionários coloniais acabavam por indicar o sítio mais propício e, de outra parte, a escolha do local estava, geralmente, mais ou menos definida desde a metrópole.¹⁶⁵

Se a porção litorânea da América portuguesa poderia ser reputada como bem conhecida geograficamente, seu extenso interior ainda estava por descobrir

¹⁶⁵Com relação ao sítio e local de instalação de novas vilas, lembremo-nos: em 1736, o rei D. João V ordenava ao Conde de Sarzedas que ele se dirigisse às minas de Goiás e, que junto a um dos arraiais existentes, determinasse “o sítio mais a propósito para uma vila”; em 1761, D. Luís Diogo Lobo da Silva instruía o juiz-de-fora do Recife a formar vilas nas antigas aldeias dirigidas por missionários, nos

e povoar. Assim, as novas vilas, bem como as freguesias e capelas espalhadas pelos termos municipais, iriam cumprir outra importante ação inscrita na política ultramarina de D. José I.

Duas cartas de Diogo Mendonça Corte Real, enviadas para o governador e o bispo de Pernambuco, em 1756, anunciam essa ação.

Sua Majestade é servido que V. S^a. encarregue aos ouvidores das comarcas dos governos do Rio de Janeiro e Minas que ordenem a todas as câmaras das mesmas comarcas, que façam cada uma delas uma relação dos lugares e povoações dos seus distritos, com os nomes e as distâncias que há de umas às outras, praticando-se a mesma descrição dos rios que pelas ditas povoações passam, individuando os seus nascimentos, e os que são navegáveis. E em cada uma das vilas se declararão as distâncias de léguas, ou de dias de jornada que há das outras vilas circunvizinhas.¹⁶⁶

E, demonstrando o alcance e interesse da administração metropolitana por tais informações, o Bispo de Pernambuco deveria solicitar

aos párocos dessa Diocese que façam cada um uma relação dos lugares e povoações da sua freguesia, as distâncias que há de umas a outras, e os seus nomes, declarando também os rios que pelas ditas povoações passam, os nomes com que se denominam, se são navegáveis, e os seus nascimentos. As léguas e dias de jornada que há de um rio a outro, declarando-se também as pessoas que há de comunhão nas suas freguesias e capelas anexas a elas, cuja diligência manda o dito Senhor recomendar muito a V. Excia.¹⁶⁷

As razões que levavam o governo português a ordenar tal procedimento foram expostas por Diogo Mendonça Corte Real ao governador nos seguintes termos: “Todas estas notícias topográficas são necessárias para se formar uma carta geral de todo o Brasil, com individuação das terras estabelecidas nos

territórios sob jurisdição do governo de Pernambuco, conforme ordenara D. José I, em carta régia de 1759.

¹⁶⁶**AHU. Códice 582.** Carta de Diogo Mendonça Corte Real ao governador de Pernambuco, 13 de junho de 1756.

sertões, para cujo efeito manda o mesmo Senhor recomendar a V. S^a a brevidade desta diligência”.

Esta questão foi, depois, reiterada por Mendonça Furtado, em carta dirigida ao Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro.

Também é o mesmo Senhor servido que V. Excia. mande a sua Real Presença uma coleção de todas as cartas corográficas e topográficas, que tiver, e puder alcançar, das capitanias do Brasil, caminhos e lugares delas, vindo com a maior brevidade possível, ainda que não sejam copiadas com a maior perfeição, porque, na verdade, se não devem fiar de estrangeiros, nem ainda de portugueses, que deixam nas suas mãos cópias que com o tempo se possam divulgar.¹⁶⁸

Embora essa solicitação de Mendonça Furtado, que recomenda brevidade e segredo, tenha uma motivação particular – a situação de beligerância com a Espanha¹⁶⁹ – ela se prende a uma orientação mais ampla, que as cartas anteriores de Diogo Mendonça Corte Real permitem inferir e que se expressa nas ações de enumerar e nomear territórios, medir distâncias e, especialmente, contar a população.

Assim, concorrentemente à necessidade de “se formar uma carta geral de todo o Brasil”, a política urbanística pombalina dedicou-se, sobremaneira, ao controle institucional das populações, buscando que elas se adequassem aos seus princípios de governo. Neste tema particular, percebe-se uma crescente preocupação para com aqueles indivíduos que, vivendo “como feras, separados

¹⁶⁷**AHU. Códice 582.** Carta de Diogo Mendonça Corte Real ao Bispo de Pernambuco, 13 de junho de 1756.

¹⁶⁸**AHU. Códice 566,** fls. 2-2v. Carta de Mendonça Furtado ao Conde de Bobadela, 14 de outubro de 1761.

¹⁶⁹Em 1762, o governador de Buenos Aires invadiu a Colônia de Sacramento. A indefinição de fronteiras no sul continuou até 1777, ano em que foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso; a situação de beligerância, contudo, estendeu-se até 1801.

da Sociedade Civil”, cometiam toda a sorte de “crimes e atrozes insultos” contra os vassalos e as leis do reino português.

Ressalte-se que tal preocupação não foi, de todo, novidade. Contudo, a legislação sobre “vadios e facinorosos”, no período josefino, apresenta um novo conteúdo, especialmente se se considerar que ela estava inserida em um projeto político de longo alcance.

Segundo as Ordenações, o designativo ‘vadio’ seria aplicado a “qualquer homem que não viver com senhor ou com amo, nem tiver ofício nem outro mister, em que trabalhe ou ganhe sua vida, ou não andar negociando algum negócio seu ou alheio”. O vadio, chegando a uma povoação – “qualquer cidade, vila ou lugar” – tinha um prazo de vinte dias para arrumar um meio decente com que ganhasse a vida, caso contrário poderia ser “preso e açoitado publicamente”. O processo era sumário, podendo ser conduzido, em primeira instância, por juízes ordinários. As Ordenações ressaltavam: “mandamos a todos os julgadores que sobre este caso tenham particular cuidado e sejam muito diligentes em prender e castigar os tais vadios”.¹⁷⁰

A pena de açoite foi depois transformada em trabalhos forçados (“galês”) e, para os casos em que estes não coubessem, a pessoa seria degredada para algum dos domínios ultramarinos. A pena de degredo, prevista nas Ordenações, era aplicada conforme a conveniência que a Coroa portuguesa tinha de povoar seus domínios do ultramar. Os sentenciados eram degredados ora para a África, ora para a Índia, ora para o Brasil. Essa conveniência era comunicada aos

¹⁷⁰Ver **Ordenações Filipinas**, Livro V, Título 68. Utilizei aqui a edição organizada por Sílvia Hunold LARA (São Paulo : Companhia das Letras, 1999.), p.216-218. Embora se fale em vadios, no masculino, tal disposição era aplicada a todas as “pessoas ociosas e vadias, assim homens como mulheres”.

governadores, corregedores e ouvidores-gerais, das províncias do reino e das capitanias, aos quais cabia determinar a aplicação deste tipo de pena.

Em 1740, o Conselho Ultramarino encaminhou ao governador de Pernambuco ordens para que, nos crimes em que coubesse a pena de degredo, os condenados fossem mandados para Angola, “para servirem no Terço daquele Reino”. A ordem em questão foi emitida, no entanto, para dirimir uma dúvida do governador: se ele deveria sentenciar naquela pena apenas os “vadios que forem prejudiciais”, ou também aqueles que “por outros crimes e desordens” pudessem ser vistos como prejudiciais.

Me pareceu dizer-vos que não só devem ser remetidos os vadios para o Reino de Angola, mas também todas as mais pessoas em cujos crimes couber degredo para o dito Reino, ou a proporção se lhe puder acomodar.¹⁷¹

No Brasil, a pena de degredo para Angola, por força de um Decreto de 1755, foi substituída por outra. Os “delinquentes” passariam a ser punidos “no mesmo Lugar do seu delito, para melhor emenda sua, exemplo dos que os viram delinquir e para o serviço das obras públicas”. Esta mudança foi justificada pelo entendimento de que assim exigia a “utilidade pública e bem dos povos”.¹⁷²

Em 1766, os vadios que povoavam os sertões pernambucanos e das demais capitanias subordinadas, receberam nova atenção do governo português. Nessa ocasião, altera-se substancialmente o conteúdo da legislação anterior. O combate àqueles que viviam “como feras, separados da Sociedade Civil e

¹⁷¹Cópia de ordem régia de 29 de julho de 1740. Anexa a Consulta do governador da Paraíba de 19 de dezembro de 1799. O governador Fernando Freire de Castilho, dada a recuperação da autonomia do governo paraibano, solicitava informações sobre como proceder no processo e sentenciamento dos vadios presos em sua jurisdição. **AHU. PB**; Maço 27.

¹⁷²**Cf.** informações constantes na Consulta do governador da Paraíba de 19 de dezembro de 1799. **AHU. PB**; Maço 27.

comércio humano”, não seria mais estabelecido apenas com açoites, degredos ou galês; em carta régia, D. José I ordenava

que todos os homens, que nos ditos sertões se acharem vagabundos, ou em sítios volantes, sejam logo obrigados a escolherem lugares acomodados para viverem juntos em Povoações Civis que, pelo menos, tenham de cinquenta fogos para cima, com Juiz Ordinário, Vereadores e Procurador do Conselho, repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes. E isto debaixo da pena de que aqueles que, no termo competente que lhes assignar nos Editais que se fixarem para esse efeito, não aparecerem para se congregarem e reduzirem à Sociedade Civil nas Povoações acima declaradas serão tratados como Salteadores de Caminhos e inimigos comuns, e como tais punidos com a severidade das Leis.¹⁷³

A metrópole, porém, atenta às particularidades existentes nos sertões do Brasil, distinguia e excetuava dessa disposição, os roceiros, os exploradores organizados em “bandeiras ou tropas” e “os Rancheiros, que nas estradas públicas se acham estabelecidos com seus ranchos, para hospitalidade e comodidade dos viandantes, em benefício do comércio e da comunicação das gentes”. A estes homens seria atribuída, inclusive, autoridade para prenderem e encaminharem à justiça os “vadios e facinorosos” que encontrassem vagando pelos “caminhos e matos”. De certo modo, tratava-se de um mecanismo voltado para a arregimentação de todos os vassalos considerados úteis no projeto civilizatório em curso.

Enfim, a mesma ordem régia estabelecia que, para combater a presença de “homens tão infames e tão perniciosos”, nas comarcas do governo de

¹⁷³Cópia de carta régia de 22 de julho de 1766. Anexa à Consulta do governador da Paraíba de 19 de dezembro de 1799. **AHU. PB**; Maço 27. A pena prescrita para os salteadores era, em geral, a morte natural (**Cf. Ordenações Filipinas**, Livro V, Título 61). Contudo, verifica-se na documentação consultada a utilização da pena de degredo para este crime (**Cf. AHU. PI**; Caixa 9. Relatório do governador João Pereira Caldas, 03 de agosto de 1769).

Pernambuco, fossem observados os Decretos e Leis “que têm estabelecido neste Reino o mesmo sossego público”.¹⁷⁴

Tais disposições não foram exclusivas para o governo geral de Pernambuco. Assim como não o foi a presença destes homens reputados como “prejudiciais” à sociedade civil. Uma carta régia de igual teor à mencionada foi expedida ao Conde da Cunha, vice-rei do Estado do Brasil,¹⁷⁵ no mesmo ano. Ao final de seu registro, encontra-se a seguinte anotação: “na mesma conformidade se há de escrever aos governadores e capitães-generais das capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco”.¹⁷⁶

Combater e conduzir à Sociedade Civil os que vivem como feras

Quando João Pereira Caldas transmitiu o governo do Piauí para Lourenço Gonçalo Botelho de Castro, apresentou um extenso relatório “de todas as dependências relativas ao dito governo, e seus interesses”. Nesse relatório, os vadios que assolavam aquela capitania mereceriam especial atenção.

Pela maior parte, é quieta a gente da capitania, que nela se acha estabelecida, pois os insultos, e mortes, que ordinariamente acontecem, quase sempre se executam pelos infinitos vadios, que concorrem das capitanias vizinhas, e a que facilmente se lhe não pode vedar a entrada pela largueza e abertura destes sertões. As forças e oficiais de milícia têm as ordens mais eficazes para o pronto e vigilante procedimento, que se deve praticar com gente tão perversa e abominável, segundo dos indicados registros da secretaria pode constar. Conviria sumamente ao sossego público da capitania que nela se fizesse executar a Lei da Polícia, como à Corte tenho representado, e que também aqui

¹⁷⁴Cópia de carta régia de 22 de julho de 1766. Anexa à Consulta do governador da Paraíba de 19 de dezembro de 1799. **AHU. PB**; Maço 27.

¹⁷⁵O vice reinado de D. Antonio Álvares da Cunha, o conde da Cunha, teve início em 1763, com a transferência da sede do governo do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro, e estendeu-se até 1767.

¹⁷⁶**AHU. Códice 415**, fls.23v.-25v. Carta régia ao Conde Cunha, 22 de julho de 1766.

mesmo se processassem e sentenciassem os réus peões, que merecessem pena última, porque sendo aquela qualidade de gente a que mais se anima aos excessos, o terror, a presença do castigo os faria conter nas suas maldades [...]. Entre todas as freguesias desta capitania, são sem dúvida a da vila de Campo Maior, e a Ribeira de Caratêus, na de Marvão, os lugares em que mais insultos acontecem, pela maior vizinhança e comunicação que têm com a capitania do Ceará, donde comumente estão sempre passando os infinitos vadios e facinorosos, que ela dá de si e que mais se costumam encaminhar àqueles distritos, sendo que também a gente do da vila de Campo Maior não deixa de ser a menos boa da capitania, a mais inquieta e a menos domesticada. [...]

E como segundo o que já deixo dito, os muitos vadios que giram em o sertão são sempre os que cometem os maiores e mais continuados insultos. Pode V. Sa. se lhe parecer mandar de vez em quando dar uma limpa geral desta qualidade de gente em todas as feguesias da capitania, ao mesmo tempo fazendo remeter toda a que assim se apreender ao Pará, porque lá há onde se possa aplicar, sem o perigo dela tornar com facilidade, pois o dificulta a qualidade dos caminhos e as guardas que por eles se conservam.¹⁷⁷

Entende-se que, para Pereira Caldas, a presença de tais malfeitores constituía-se em dificuldade adicional para que as novas vilas piauienses não apresentassem “o maior aumento, que se podia esperar”.¹⁷⁸

Em 1767, estabeleceu-se uma troca de correspondências entre o tenente-coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, capitão-mor e governador interino do Ceará, e João Pereira Caldas.¹⁷⁹ Esse contato estava assentado na disposição de Borges da Fonseca em promover a criação das onze freguesias de brancos daquela capitania em vilas, tal como se havia feito no Piauí. A justificativa era a de se combater as desordens e a presença de “facinorosos e

¹⁷⁷**AHU. PI**; Caixa 9. Relatório de João Pereira Caldas, 03 de agosto de 1769.

¹⁷⁸Segundo Pereira Caldas, o principal obstáculo ao desenvolvimento das povoações piauienses era a falta de providências, por parte da Corte, quanto à regularização das concessões de terras, tanto para os Concelhos, como para os moradores.

¹⁷⁹**AHU. CE**; Caixa 7. Carta de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca a João Pereira Caldas, 29 de junho de 1767.

vagabundos que infestavam com abusos aqueles sertões, na falta da observância das leis e ordens de Vossa Majestade”.¹⁸⁰

Sobre uma política de horror contra a ociosidade

Na mesma ocasião em que foi ordenado ao governador de Pernambuco que combatesse a presença de vadios nos territórios sob sua administração, deu-se a nomeação de D. Luís Antonio Botelho de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, para o governo da capitania de São Paulo, bem como o restabelecimento de seu estatuto de capitania geral.¹⁸¹ Dado o contexto de beligerância entre Portugal e Espanha, quando o Conde da Cunha e D. Luís Antonio assumem seus postos as diversas instruções passadas ao vice-rei davam conta de que ele deveria “consolidar cada dia com mais vigor aquelas necessárias disposições” que garantissem a integridade dos domínios portugueses na América, conservando as tropas em alerta e fortificando e povoando os territórios sob sua jurisdição.¹⁸²

D. Luís Antonio, por sua vez, também receberia suas Instruções. Não obstante os cuidados militares, dos quais a exploração territorial fazia parte, o então Conde de Oeiras lhe recomendava especial atenção com os “vadios”,

¹⁸⁰**AHU. Códice 262**, fls.139-141, e 146v.-147. Consulta e parecer do Conselho Ultramarino sobre a proposta do capitão-mor do Ceará sobre se criar em cada uma das onze (11) freguesias de brancos, uma vila, como se havia feito na de São José do Piauí. Processo iniciado em 1767 e concluído em 09 de abril de 1783, com a proposta de criação de três vilas no Ceará.

¹⁸¹Nomeado em 14 de dezembro de 1764, o Morgado de Mateus chegou à capitania de São Paulo em 23 de julho de 1765, desembarcando no porto de Santos e principiando a governar desde aquela vila. Em 07 de abril de 1766, ratificou sua posse no governo junto a câmara da cidade de São Paulo, apresentando também a carta régia de 17 de janeiro de 1765, que restabelecia a independência de governo frente ao Rio de Janeiro.

Heloísa Liberalli BELLOTTO realiza uma bem cuidada, e extensa, apreciação da ação político-administrativa do Morgado de Mateus em São Paulo. **Ver Autoridade e conflito no Brasil colonial** : o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo : Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

¹⁸²**AHU. Códice 415**, fls.26-29. Carta de Mendonça Furtado ao Conde da Cunha, 22 de julho de 1766.

comparados, para o corpo político, à mesma situação que os “membros tolhidos e baldados pelas paralisias e outras enfermidades semelhantes” apresentavam para o corpo humano. Assim,

empregará V. S^a. todos os meios, que a sua prudência lhe sugerir, para estabelecer a política de horror contra a preguiça e ociosidade, e do amor à honra, que consiste no Serviço do Rei e da Pátria, e em contribuírem os Homens para a felicidade dos outros da mesma sociedade em que se acham, com os seus trabalhos do Corpo e do Espírito.¹⁸³

A data de 22 de julho de 1766 parece ter sido pródiga em correspondências do ministro português endereçadas ao governador e capitão-general de São Paulo. Várias delas tinham por assunto a descoberta de novas minas de ouro, empreendimento que D. Luís procurava obstar, acatando determinações provenientes de Lisboa. Tal procedimento, porém, não deve ser tomado como regra geral. O conde de Oeiras recomendava que se facultasse “licença, ajuda e favor” para que os “aventureiros”, movidos pela cobiça do ouro, penetrassem em direção à serra de Apucarana; um empreendimento que, contudo, precisaria ser realizado “debaixo de todo o segredo”, para evitar que os espanhóis tomassem conhecimento dele. E, mais importante, exigir-se-ia que os exploradores estabelecessem povoações “de dez em dez léguas, quando mais, recolhendo e civilizando para este efeito os índios”.

Devia-se, sim, impedir a exploração de minas de ouro em terras próximas a povoações já instaladas, especialmente no litoral.

¹⁸³**AHU. Códice 423.** Carta do Conde de Oeiras ao governador de São Paulo, 22 de julho de 1766. Além de se perceber que a idéia de civilizar as populações não se restringia aos “naturais da terra”, outro trecho desta carta mostra que as reformas educacionais que vinham sendo promovidas no Reino também repercutiam nos domínios ultramarinos: “E para V. S^a. aí formar alguns Homens que sejam Capazes de discernimento e de percepção, manda Sua Majestade remeter a V. S^a. alguns exemplares da Instrução dos Offícios de Cícero, que o mesmo Senhor mandou estampar para a educação da Nobreza do Seu Real Colégio desta Corte”.

Primeiramente, porque a cultura das terras, e os frutos naturais delas, é, pelo cálculo da Aritmética Política e Econômica do Estado, mais útil que a das mesmas minas, com tanta diferença quanta vai de vinte contra um. Em segundo lugar, porque no caso, que fossem mais úteis as tais minas, não deveriam permitisse nunca em tanta vizinhança das costas marítimas.¹⁸⁴

Ao lado de princípios teóricos da Aritmética Política, norteando a exploração das terras americanas, Carvalho e Melo também exprimia considerações de ordem prática, sabedor de uma maior facilidade para o desvio dos direitos régios sobre o ouro extraído, dada a proximidade à costa. Porém, a busca do ouro, naquele momento, serviria para animar os “paulistas” a se embrenharem pelos sertões em busca de novas descobertas. Essa exploração deveria ser incentivada e, ao mesmo tempo, dirigida pelo governador, o qual, seguindo as instruções que recebera, estava empenhado em fazer instalar novas povoações no sul e no oeste da capitania de São Paulo.

Sendo presente a S. M. a carta de V. S^a., que trouxe a data de 7 de dezembro do ano próximo passado, em que V. S^a. dá conta do intento que tem de fazer uma, ou mais povoações nas chapadas da Vacaria, em cumprimento das ordens que recebeu, para usar contra os nossos confinantes dos mesmos artificios de que eles por tantos anos se têm servido em prejuízo nosso.

O mesmo Senhor aprova este projeto de V. S^a., porém é preciso primeiro consolidarmos as povoações que estão da Vacaria para a parte de São Paulo, de sorte que quando formos povoar aquelas chapadas, nos achemos tão fortes nas costas deles, em povoações para os socorrerem, que os Castelhanos não possam vir disputar sem despesas de transportes, que eles, nesse caso, não hão de poder sustentar.

E nesta inteligência, ordena Sua Majestade, que V. S^a. remeta uma carta corográfica, posto que não seja exatamente calculada, mas que pelo menos dê uma idéia clara das povoações que temos desde São Paulo até as tais chapadas, das povoações castelhanas daquela parte, e da distância delas, e do

¹⁸⁴**AHU. Códice 423.** Cartas diversas do Conde de Oeiras ao governador de São Paulo, 22 de julho de 1766.

número de gente que, pouco mais ou menos, habitam as sobreditas povoações portuguesas e castelhanas. [...].¹⁸⁵

O estado guerra entre portugueses e espanhóis no sul do Brasil deu contornos muito próprios à ação urbanística desenvolvida pelo Morgado de Mateus. Nessa região, a instalação de povoações, com a arregimentação de moradores, prendeu-se especialmente a questões de cunho estratégico-militar e recebeu um acompanhamento constante da metrópole.

Até o ano de 1766, a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Curitiba) era a mais ocidental do sul do Brasil. As demais, ou estavam situadas na costa, ou acompanhavam o curso do rio Tietê até Itu e, mais ao sul, até Sorocaba. “Entre 1705 (data da criação de Pindamonhangaba) e 1767 (quando ocorrem fundações levadas a efeito pelo Morgado de Mateus) nenhuma vila foi fundada em território paulista”, assinala Heloísa Bellotto, atribuindo tal situação aos interesses da Coroa “voltados exclusivamente para a zona de mineração”.¹⁸⁶

Nesse aspecto, vale recordar a subordinação da capitania de São Paulo ao governo geral do Rio de Janeiro, o qual estendia sua jurisdição política e militar até o Rio Grande de São Pedro e à Colônia do Sacramento. Judicialmente, as comarcas de São Paulo e de Paranaguá, que faziam parte do território paulista estavam sob a autoridade da ouvidor-geral do Rio de Janeiro.

A comarca de São Paulo era a mais extensa, abrangendo aquela cidade e as vilas de Santos (até a chegada do D. Luis, lugar de residência do governador), São Vicente, Nossa Senhora da Conceição de Itanháem, São Sebastião, Ubatuba, Sorocaba, Itu, Mogi das Cruzes, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Jacareí, Jundiaí e Santana do Parnaíba. A comarca de Paranaguá, além da vila

¹⁸⁵**AHU. Códice 423.** Carta do Conde de Oeiras ao governador de São Paulo, 22 de julho de 1766.

¹⁸⁶BELLOTTO (1979), p.173.

do mesmo nome, abrangia Laguna, Curitiba, São Francisco, Cananéia e Iguape.¹⁸⁷

Não foram apenas a quantidade e a distribuição das vilas paulistas que chamaram a atenção do Morgado de Mateus quando este assumiu seu cargo.¹⁸⁸ Pouco povoadas, com a maior parte dos moradores residindo em seus “ranchos”, D. Luís observava que as povoações não podiam se desenvolver e tampouco atender os “interesses de Sua Majestade”, porquanto

todas eram pequenas, ainda as de maior nome, falta de gente, sem nenhum modo de ganhar a vida; os campos incultos, tudo coberto de mato bravo; a lavoura por mau método, pois só se plantava em mata virgem, pelo pouco que custa e pela repugnância que tinham de se sujeitarem ao maior trabalho de cultivarem os campos como neste Reino. Apenas colhia cada um para seu sustento próprio, e muito pouco sobejava para se vender ao público. Ninguém tratava de aproveitar os efeitos do País, por cuja causa se achava o Povo reduzido a mais lastimosa pobreza.¹⁸⁹

Nesse relato, de 1767, que também apresentava considerações de ordem moral à respeito dos habitantes da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus informava que, a vista de tal situação, desde a sua posse, “dera princípio às novas povoações e tinha solicitado com todas as suas forças o aumento da lavoura e do comércio”. Mas, o crescimento econômico, e por extensão, da arrecadação dos direitos régios, não foi o único motivo a sustentar as ações de D. Luís.

Guiando-se pelas instruções que recebia da metrópole (no mais das vezes, interpretando-as a seu modo), incentivou a formação de expedições para o oeste

¹⁸⁷**AHU. Códice 340.**

¹⁸⁸Caio JARDIM oferece uma boa descrição sobre o aspecto geral da capitania de São Paulo por ocasião da chegada do Morgado de Mateus. **Ver** A capitania de São Paulo (sob o governo do Morgado de Mateus, 1765-75). **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.53, p.5-82, dez.1938-jan.1939.

da capitania, buscando “a extensão dos domínios de S. Majestade, aumento desta capitania e interesse do bem comum”, o que significava explorar, ocupar e povoar as regiões lindeiras à América espanhola.

Notadamente, a atuação do capitão-general paulista esteve, no todo, revestida de caráter marcial. As expedições formadas sob sua supervisão eram organizadas na forma de “bandeiras”, comandadas por militares e compostas por “voluntários” alistados nos corpos de ordenanças e tropas auxiliares. A obrigação de arregimentar voluntários estava ao encargo dos capitães-mores das vilas e povoados, os quais sempre informavam que a maior parte dos moradores, “esquecidos da honra, zelo e fidelidade com que devem empregar-se no Real Serviço”, recusava-se a prestar “um tão útil serviço”. Contra esses homens, o governador acenava com a prisão e o envio para sentarem “praça na guarnição da marinha”; o mesmo “castigo” destinado para aqueles tidos como “vadios”.¹⁹⁰

Fruto das expedições para o oeste paulista, na rota do rio Tietê, em 1767, foi fundada a povoação e praça militar de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi, já em território pertencente à capitania do Mato Grosso, cerca de 250 léguas distante da cidade de São Paulo.¹⁹¹ O estabelecimento de Iguatemi logo provocou conflitos com as autoridades espanholas sediadas em Assunção, localizada a cerca de 80 léguas. Aquela praça

¹⁸⁹**AHU. Códice 239.** Carta de D. Luis Antonio ao Conde de Oeiras, 01 de dezembro de 1767.

¹⁹⁰**Cf.** JARDIM, p. 38. Carta de D. Luís Antonio para o capitão-mor de Itu, dezembro de 1766.

¹⁹¹Foi notória a intromissão do Morgado de Mateus em territórios de outras capitanias. Durante seu governo, estabeleceu disputas por limites com as capitanias de Mato Grosso, Goiás e Rio Grande de São Pedro.

militar, considerada a sua localização estratégica, foi merecedora de longa e intensa atenção das autoridades portuguesas.¹⁹²

A proteção militar da porção meridional da América portuguesa evidentemente orientou a ação de D. Luís no erguimento de vilas e povoações na capitania de São Paulo. Assim também o entende Mário Neme, para quem,

não obstante sua preocupação obcecante pelos negócios militares, ou talvez em virtude mesmo dela, D. Luiz Antonio deu amplo cumprimento às ordens régias relativas à criação de povoados e vilas. Destas, nada menos que oito foram erigidas durante o seu governo.¹⁹³

Segundo Mário Neme, as oito vilas instaladas foram as seguintes:

- no atual estado de São Paulo: São José do Paraíba (criada em 1767; atual São José dos Campos), São João de Atibaia (1769), Faxina (1769; atual Itapeva), Mogi-mirim (1769), Apiaí (1771), Itapetininga (1770);
- no atual estado do Paraná: São Luís de Guaratuba (1771);
- no atual estado de Santa Catarina: Nossa Senhora das Lages (1774).¹⁹⁴

Às acima citadas, deve-se acrescentar ainda, para o atual estado de São Paulo, as vilas de Sabaúna, próxima a Cananéia, a de São Luis do Paraitinga (1773) e a de Nossa Senhora da Escada (1767; hoje Guararema), não relacionadas por Neme. E, como povoações, além do Iguatemi, foram iniciadas as de Piracicaba, Araripa (Ararapira!), Santo Antonio da Barra de Paraibuna,

¹⁹²**Ver Documentos Interessantes...**, v. 5-10 [Yguatemy], e **Monumenta**. Verão 87. Projecto, ou Plano Ajustado Por Ordem de S.M.F. entre o Governador & Capitão Geral de São Paulo D. Luís Antonio de Souza & o Brigadeiro José Custódio de Sá Faria: 1772. Curitiba : Instituto Cultura & Patrimônio, 1987.

¹⁹³NEME, Mário. Piracicaba no século XVIII. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.45, p.135-185, mar.1938. p.143.

¹⁹⁴**Ver** NEME, p.170.

Campinas, Santo Antonio do Registro (hoje Lapa) e Sant'Ana do Iapó (Castro), as duas últimas no atual estado do Paraná e as demais em território paulista.¹⁹⁵

Em que pesem os objetivos militares, o Morgado de Mateus reconhecia “que a dispersão que se costumava habitar não permitia as devidas civilidades, nem a necessária doutrina espiritual”, donde decorriam, a seu ver, “a desordem natural dos costumes”.¹⁹⁶ Assim, passou a exigir de todos os que partiam para povoar que antes se casassem,

sobretudo os prisioneiros passíveis de alguma pena, aos quais se recomendava sumariamente que procurassem mulher.

Mais clamorosa ainda, a “caça” que se chegou a fazer, das pobres mulheres de má vida, para o povoamento das regiões visadas pela política anti-castelhana.¹⁹⁷

Para D. Luís, devia-se combater a dispersão da população, pois ela facilitava a presença dos “vadios e facinorosos” e de suas ações contra o bem estar dos moradores. Nesse sentido, desde o início de sua ação urbanística, foram expedidos inúmeros bandos¹⁹⁸ e ordens, forçando que as pessoas dispersas, ou “estabelecidas em sítios volantes”, se congregassem, preferencialmente, nas povoações que estavam sendo criadas sob a direção de capitães-mores povoadores por ele nomeados.

¹⁹⁵As informações complementares à lista de Mário Neme foram retiradas de BELLOTTO (1979), p.171-202. Para as datas indicadas, **ver** PEREIRA (1998), Anexo.

¹⁹⁶**AHU. Códice 239.** Carta de D. Luis Antonio ao Conde de Oeiras, 01 de dezembro de 1767.

¹⁹⁷JARDIM, p.41. **Ver também Documentos Interessantes...**, v.7, p.89.

¹⁹⁸Uma boa definição de “Bando” foi oferecida pelo regimento passado a D. Manuel Lobo, em 18 de novembro de 1668, quando este foi mandado estabelecer a nova Colônia de Sacramento. “Bandos ... são as leis vivas por onde se administra a justiça dos exércitos”. **Cf.** MENDONÇA (1989), p.33.

Ação e método para civilizar a América

As ações de D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão foram sempre acompanhadas e orientadas por Carvalho e Melo e pelos secretários do Ultramar, Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro. Sucessivas cartas exprimiam o “método e ordem” a serem observados na condução dos negócios de que fora encarregado.¹⁹⁹

Em 1771, Martinho de Melo e Castro, ponderava sobre as expedições que estavam sendo enviadas para a exploração dos sertões do Ivaí e do Tibagi e dos campos de Guarapuava, a partir do rio Pardo. Melo e Castro também fazia uso constante do termo ‘Aritmética Política’, e muitas de suas ordens estão eivadas de princípios administrativos firmados em bases estatísticas. Além disso, sua correspondência mostra um extremo cuidado – quase didático, pode-se dizer – na forma de expor seus pensamentos. Assim, como aquelas marchas exigiam grandes despesas, bem como atenção para com “os nossos confinantes”, recomendava-se que, antes de dar início a qualquer ação, fossem ponderados “os obstáculos que se podem encontrar”.²⁰⁰ Nesse sentido, reafirma-se a importância conferida à produção de cartas e descrições geográficas da capitania de São

¹⁹⁹O Morgado de Mateus – e seu método de governar, classificado como despótico –, recebeu inúmeras críticas, tanto dos habitantes da capitania, como de outras autoridades. Seu substituto, Martim Lopes Lobo de Saldanha, recebeu do vice-rei, marquês do Lavradio, uma carta datada de 26 de abril de 1776, que dizia: “eu nunca conheci homem, nem de mais curtos talentos, nem mais velhaco, e falho de sinceridade; eu aqui o tive bastantes meses, e em todos eles, me fez suportar bastantes impertinências, mas em todos eles, ouviu por muitas vezes, ou quase todos os dias, assim em público, como em particular, aquelas verdades, que eu sou capaz de falar”. LAVRADIO, Marquês do. **Cartas do Rio de Janeiro** (1767-1776). Rio de Janeiro : Instituto Estadual do Livro, 1978, p.169.

²⁰⁰AHU. **Código 424**. Carta de Martinho de Melo e Castro ao Governador de São Paulo, 01 de outubro de 1771.

Paulo, especialmente dos cursos dos rios Tietê, de D. Luís (Ivaí), Paranapanema, do Registro (Iguaçu), Paraná e Tibagi.²⁰¹

Mas a questão fisiográfica não era o único ponto das instruções oriundas de Lisboa. Carvalho e Melo e seus auxiliares demonstravam extremo interesse no conhecimento da população, e a realização de recenseamentos periódicos foi introduzida como norma administrativa geral, visando estabelecer o número e a qualidade dos moradores das vilas e freguesias, suas ocupações e os valores arrecadados para a Fazenda Real.

Essas preocupações estatísticas sobre as populações e as riquezas produzidas – base da Aritmética Política – levaram o Conselho Ultramarino a estabelecer, a partir de 1772, um modelo único para a realização desses levantamentos.²⁰² Os governadores das capitanias e as autoridades eclesiásticas, anualmente, deviam recensear as populações postas sob suas jurisdições, separando-as por classes de idade e de sexo, e por famílias (ou fogos), informando também sobre o número de nascimentos e óbitos ocorridos.

²⁰¹O Morgado de Mateus ordenava aos chefes de expedições que registrassem, em “diários”, o andamento das viagens e a descrição das regiões percorridas.

²⁰²Maria Sylvia Porto ALEGRE reporta-se à uma ordem régia, de 18 de setembro de 1776, “extensiva a todas as capitanias do Brasil, que determinava a realização do primeiro recenseamento geral dos habitantes da colônia”. **Ver** p.198.

**Modelo dos mapas de recenseamento solicitados
pelo Conselho Ultramarino em 1772²⁰³**

<u>Classes</u>	
<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>
até 07 anos (crianças)	até 07 anos (crianças)
07-15 anos (rapazes)	07-14 anos (raparigas)
15-60 anos (homens)	14-50 anos (mulheres)
60 anos para cima (velhos)	50 anos para cima (velhas)
com distinção para os que têm mais de 90 anos	
<hr/>	
Número de Famílias, ou Fogos	
Número de Nascimentos	
Número de Mortos	

Mas, não era suficiente apenas contar, a administração metropolitana também estava interessada em saber o que faziam e quem eram os habitantes de seus domínios.

Na palavra = habitantes = compreende todos os indivíduos vassallos de S. Majestade que vivem nesta capitania, pelo que se devem meter todos nas Relações atuais, e de cada ano, com a declaração, porém, que os Índios se deve declarar nelas [como] o são; como também os Sacerdotes de toda a qualidade, para tudo ser presente ao dito Senhor, em virtude de Sua Real Ordem [de 21 de maio de 1776]. São Paulo a 5 de dezembro de 1776.²⁰⁴

Esta explicação sobre o significado da palavra “habitantes” foi apresentada ao capitão-mor da vila de Mogi das Cruzes, que estava encarregado de realizar o recenseamento da população local. Naquele mesmo ano, o governador paulista Martim Lopes Lobo de Saldanha também reiterava ao capitão-mor da cidade de São Paulo o pedido de envio do Mapa de seus habitantes, no qual se incluíam o

²⁰³**AHU. Códice 424.** Tal disposição está expressa em diversas cartas de Martinho Melo de Castro, secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, a D. Luís Antonio, governador de São Paulo. No Arquivo Histórico Ultramarino, existem mapas de recenseamento, enviados para o Conselho em 1772, para a vila de Santos, a de Pindamonhangaba e a de Sorocaba.

²⁰⁴**Documentos Interessantes**, v.77, p.34.

número de escravos, “grandes e pequenos, conforme as referidas classes insinuadas”.²⁰⁵

O alcance da política urbanística pombalina

Os mapas de população apresentavam um nitido caráter militar, dado que todos os “homens”, aqueles maiores de 15 anos, passavam a estar inscritos no número dos efetivos das tropas auxiliares, ou de ordenanças. Mas eles também permitiriam acompanhar o esperado “aumento” das povoações, bem como, para a metrópole, tornavam-se importante instrumento de controle quanto à arrecadação dos direitos da Coroa.

Certamente, as condições de cada capitania e, mais especificamente, das novas vilas eram vistas por diferentes matizes e inscreviam-se em contextos específicos, não obstante a existência de uma política geral voltada para o controle de toda a população e do território da América portuguesa. As ações urbanísticas conduzidas na Paraíba, no Piauí e em São Paulo expressam diferentes facetas dessa política, e seus aspectos aqui abordados lhes são complementares.

No Piauí, não obstante toda a gama de problemas que os relatórios de seus governadores deixam entrever, a ação de Pereira Caldas despertou o interesse de seu vizinho, o tenente-coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, capitão-mor e governador interino do Ceará, desejoso de aplicar no território sob sua responsabilidade procedimentos similares.

Nesse caso em particular, verifica-se uma inegável influência da figura de Mendonça Furtado e de seus antigos subordinados, que passaram a ocupar

²⁰⁵**Documentos Interessantes**, v.76, p.182.

postos de governança, e demonstraram ser fiéis executores das instruções despachadas pelo então secretário da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

Persuado-me que já se não pode duvidar do despacho do Senhor Francisco Xavier de Mendonça, em quem todos são bem empregados. Não será lisongeiro quem disser que foi o Redentor dos índios, e que neles deu a Sua Majestade um número sem número de vassalos, que só o conheciam por cerimônia. E oxalá não houvessem por estes sertões tantos outros da mesma qualidade, sendo a maior causa desta rusticidade a falta de zelo, que muitas vezes se encontra nos que tinham obrigação de o ter.

Tenho visto coisas que nunca entendi que visse. Tomara já ver-me no meu regimento. Nele, e em toda a parte, confessarei quanto devo a Vossa Senhoria, e prezarei a honra de o servir com o mais afetuoso rendimento.²⁰⁶

Ainda em relação ao Piauí, a administração metropolitana, consciente da necessidade de manter as populações sob contínua supervisão e próximas às justiças e à autoridade real, aproveitar-se-ia do processo ali conduzido para resolver alguns problemas que as largas distâncias dos “incultos sertões do Brasil”, estavam provocando.

Eu, El Rei, Faço saber aos que este Álvaro virem que, sendo-me presente a grande distância de trezentas léguas, que medeia entre a Capital de Pernambuco, e a nova Vila Viçosa Real, ultimamente fundada sobre a Serra de Ibiapaba, e a outra distância, que vai da freguesia de São Bento de Pastos Bons, ou das Balsas, onde há as duas povoações de índios Amanajus, e de São Felix, pertencentes à capital do Maranhão, e a grande facilidade com que os moradores da dita vila podem recorrer à Cidade de Oeiras, capital do Piauí, e da mesma sorte à dita freguesia, hei por bem anexar a dita vila Viçosa Real, e seu termo, e a referida freguesia de São Bento, à sobredita capital do Piauí, em benefício daqueles meus vassalos, vexados com as violências, que necessariamente grassam, onde falta quem administre a Justiça, de que

²⁰⁶ **AHU. CE**; Caixa 7. Carta de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca a João Pereira Caldas, 29 de junho de 1767. A crítica do capitão-mor do Ceará dirigia-se ao governador de Pernambuco, a quem estava subordinado.

depende a paz e a tranquilidade pública dos povos. Ficando também pertencendo ao Bispado do Maranhão a dita vila Viçosa Real. [...].²⁰⁷

Porém, independentemente da vontade e disposições régias, as condições do Piauí não prosperavam como o esperado. Suas poucas roças “de farinhas” pareciam nunca render o suficiente e a criação de gado fazia-se em condições bastante difíceis, dada a escassez de água e aridez dos solos, o que obstava qualquer esperança de crescimento.²⁰⁸ A ocupação daquele território fora obra de particulares, em sua maioria pessoas associadas à Casa da Torre, que detinham extensas sesmarias naquela região. A situação fundiária da capitania, que já havia sido objeto de atenção do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, ainda não havia sido resolvida em 1773.

Senhor. Dizem os moradores da capitania do Piauí, em especial os roceiros e agricultores da mesma, abaixo assinados, que havendo mais de cem anos se descobrira a dita capitania, tem recebido muito pouco aumento em tão largo espaço de tempo, e se acha ao presente impossibilitada para sair da miséria, opressão e ruína que padece, porque sendo os suplicantes, com o seu trabalho os que procuravam fertilizá-la e engrandece-la, se acham impedidos.²⁰⁹

O motivo declarado do impedimento é a luta pela posse e exploração das terras entre sesmeiros e arrendatários; ocorrência, em parte, atribuída à inoperância do governo que não adiantara as medições, demarcações e confirmações das sesmarias concedidas. Tal situação fazia com que as terras não fossem cultivadas, ao mesmo tempo em que atos de violência expulsavam diversos moradores e faziam com que os preços dos gêneros alimentícios aumentassem.

²⁰⁷ **AHU. PI**; Caixa 9. Álvara régio de 28 de julho de 1770.

²⁰⁸ **AHU. PI**; Caixa 9. Carta de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro a Martinho de Melo e Castro, em 19 de junho de 1770.

Em 1776, o governo da capitania estava sendo exercido por uma Junta interina, composta pelo ouvidor-geral Antonio José de Moraes Durão, o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco e o juiz ordinário da cidade de Oeiras, que declaravam estar trabalhando para “todo o aumento possível e quietação” daquela capitania,

fazendo que nas vilas do Parnaguá e Parnaíba se fizessem Casas de Câmara, cadeias e Açougues, que nunca nelas houve, e noutras partes Pontes, calçadas e reparos de caminhos, adiantando a agricultura e protegendo o comércio com inegável utilidade de todos os moradores desta capitania, e principalmente zelando a Fazenda de S. Majestade, incorporada no Seu Real Fisco.²¹⁰

Além de preocupações de caráter econômico e civil, a instrução religiosa também ocupava as atenções da governança do Piauí. Justificando que a capitania era “de uma muito larga e extensa jurisdição de terras, em cujos limites se compreendem muito perto de duzentas e cinquenta léguas”, e que contava apenas com sete freguesias, correspondentes às povoações instaladas, solicitava-se que fossem mandados mais 2, ou 3, ou 4, “curas de almas”, de modo a “poderem acudir na necessidade aos fregueses”.²¹¹

Assim como no Piauí, Paraíba e São Paulo, a mesma política urbanística atingia outras capitanias. A passagem desta política para a prática ganhava contornos particulares, conforme os casos e as situações exigissem. A ação

²⁰⁹**AHU. PI;** Caixa 11. Trata-se de uma correspondência que tem anotada a data de 28 de abril de 1773, trazendo à margem um despacho dizendo que deveriam ser ouvidos o governador e o ouvidor.

²¹⁰**AHU. PI;** Caixa 12. Em dezembro de 1777, o ouvidor Durão foi preso mediante uma ordem régia vinda através do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, expedida em 02 de novembro daquele mesmo ano. Aparentemente, o ouvidor havia contrariado alguma ordem da rainha. Os vereadores e outros oficiais de Oeiras manifestaram-se a favor do ouvidor.

²¹¹**AHU. PI;** Caixa 12. Carta da Junta interina de governo à rainha, 06 de agosto de 1778.

corrigia e ajustava a teoria, como demonstrou Mendonça Furtado na Amazônia e as conjunturas apresentadas neste trabalho.

Ainda que as intenções projetadas não lograssem, no todo, o êxito esperado, e que viessem a merecer reparos futuros, a Amaurota pombalina conduziu a que outros também aspirassem ver instalada na América uma Cidade portuguesa.

Por volta de 1780, um “advogado”, Manoel Borges Neto Pimentel, ao que parece de Minas Gerais, endereçou uma carta a D. Maria I.²¹² Esse contemporâneo de Alexandre Rodrigues Ferreira sugeria que a rainha ordenasse ao governador da capitania de São Paulo que ele erigisse e construísse a “cidade de Jesus e Maria, no Mundo Novo”.

Para habitar a nova cidade, o “desembargador” da vila portuguesa de Tomar deveria escolher 300 casais, constituídos por 300 rapazes e 300 moças do lugar, estas as mais bonitas e eles os mais fortes. E estes casais viveriam dois a dois em uma mesma casa.

O aspecto visionário da proposta também se traduzia na forma da cidade, da qual o advogado anexava uma planta. De concepção radial, suas ruas formariam círculos sucessivos, ficando a igreja ao centro.²¹³ No perímetro externo seriam construídas “algumas fortalezas” e um fosso, “com suas pontes levadiças aonde for necessário para a servidão da mesma cidade”.

Não se tem notícias do encaminhamento dado à sugestão do senhor Manoel Borges Neto Pimentel, mas, relevando seu evidente despropósito, podemos, a partir dela, sintetizar os elementos constituidores da política

²¹²**Ajuda.** Cota 54-XIII-16(147).

²¹³A planta proposta pelo tal advogado reproduz o padrão das cidades ideais do Renascimento, quase sempre radiais.

urbanística praticada no Brasil, especialmente na segunda metade do século XVIII:

- a instalação de uma nova cidade (ou vila) deve ser entendida como um ato oficial, com sítio e localização previamente determinados;
- a existência de forma urbana desejada e pré-definida;
- a centralidade de edifícios públicos, assinalando a presença das instituições portuguesas;
- a utilização de um contingente populacional, inclusive com seu deslocamento, para assinalar a ocupação e domínio de uma “nova” porção territorial; e,
- o estabelecimento de regras para o convívio dessa população.

O conjunto destes elementos, que têm por objetivo produzir e organizar um assentamento urbano, em contraste a um ambiente “inculto”, caracterizam e delimitam o que vimos designando por **política urbanística pombalina**.²¹⁴

²¹⁴A idéia de uma “política urbanística pombalina” é um desdobramento daquilo que o professor, e amigo, Magnus Roberto de Mello Pereira, chamou de “ação urbanística pombalina”. Ver PEREIRA, Magnus R. de M. Rigores e métodos da cidade brasileira entre os séculos XVI e XIX. **Revista de Ciências Humanas**, Curitiba, n.2, p.191-218, 1993; e, PEREIRA, Magnus R. de M. Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino. **Ágora**, Santa Cruz do Sul (RS), n.1, p.61-82, 1995.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Considero que a questão proposta por Alexandre Rodrigues Ferreira, causada por seu estranhamento, ao se deparar com as vilas de índios instaladas na Amazônia a partir do governo de Mendonça Furtado, foi convenientemente discutida. Mesmo que, ao final do século XVIII, elas se apresentassem “sem gente, sem lavoura e sem comércio” e que, no início do século seguinte, fossem chamadas de povoações “mediocres”, por Aires de Casal, tais vilas pertenciam ao “vasto Reino do Brasil”.

Porém, o “mistério da unidade brasileira”,¹ ou melhor, “a que se deve atribuir então o tamanho sucesso na tarefa de ocupação e união do território brasileiro?”, indagação feita por Sílvio Mendes Zancheti,² ainda merece atenção.

Enfim, a cidade expressa as facetas da sociedade colonial. Foi ela que forneceu a base da conquista do território que representou a civilização no mundo novo, que administrou os homens, criou as suas formas e meios de representação

¹MACHADO, Instantâneos paranaenses. **A Ordem** (Órgão do Centro D. Vital), Rio de Janeiro, n.5, p.8-11, fev.1930.

²ZANCHETI, A cidade e o estado no Brasil colonial : colocações para um debate. **Espaços & Debates**, n.19, p.5-29, 1986.

política e que permitiu a construção de uma sociabilidade entre os indivíduos, impondo a ordem e mostrando a origem do poder.³

Nesse ponto, não podemos deixar de concordar com Zancheti, para quem o caráter político das cidades coloniais brasileiras se sobrepõe ao meramente econômico. Contudo, sua idéia de “formação de redes urbanas regionalizadas”, no interior de “ilhas econômicas”, como o Nordeste açucareiro, as áreas de extração de ouro e as regiões extrativistas, é, além de insuficiente, imprópria para explicar uma unidade territorial brasileira, que muitos autores pretendem seja tributária do período colonial.

A noção de rede urbana, empregada pela geografia,⁴ tem seu equivalente na história, e a palavra-chave é “povoamento”.

Três séculos depois. [...] A população ocupava a marinha desde Marajó até o Chui, e uma e outra margem do Amazonas desde a foz a Tabatinga e ao Javari. Nos tributários desta bacia os povoados, de preferência estabelecidos nos caudais de água preta, paravam a pouca distância da barra, exceto no rio Negro, onde as preocupações de limites tinham requintado a expansão natural, no Madeira, Tapajós e Tocantins, ligados a Mato Grosso e Goiás. Desde Piauí à linha singela do litoral correspondiam uma ou mais linhas interiores de povoamento nas beiras dos rios e nos chapadões do Parnaíba, do S. Francisco, do Paraná e regiões intermédias. Estas linhas, interrompidas a cada instante, melhor se diriam pontos indicando um traçado a realizar.

Observando a distribuição geográfica dos povoadores notavam-se duas correntes fáceis de distinguir. A corrente espontânea do povoamento tendia à continuidade e procurava a periferia a Oeste, ao Norte e ao Sul. A corrente voluntária, determinada por ação governativa, ambição de territórios ou vantagens estratégicas, aparecia salteada e desconexa, e começando da

³ZANCHETI, p.23.

⁴A esse propósito, convém lembrarmos a publicação pioneira de Pierre Deffontaines “sobre a origem e o crescimento da rede urbana brasileira”, bem como a produção de outros geógrafos que, a partir da década de 1960, voltaram suas atenções para a “evolução da rede urbana brasileira”. **Ver AZEVEDO, Aroldo. As cidades. In: Brasil – a terra e o homem; v.II, a vida humana. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1970, p.211-214.**

periferia procurava rumos opostos. Nas terras auríferas a ocorrência irregular dos minérios trouxe primitivamente a desconexão dos núcleos, mais tarde corrigida onde foi possível.⁵

Embora com outras palavras – “Estas linhas, interrompidas a cada instante, melhor se diriam pontos indicando um traçado a realizar” –, Capistrano de Abreu identifica a presença de “povoados” que, interligados, estabeleciam uma trama cingindo o território brasileiro, ainda que faltasse preencher alguns vazios. Também devemos levar em conta a sua observação sobre o povoamento determinado “por ação governativa”, que aos seus olhos se apresenta salteado e desconexo.

Igualmente, a idéia de “movimentos de expansão da população a partir de um núcleo organizado”, ainda que inscrita em uma perspectiva que privilegia “antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura”, como defendida por Brasil Pinheiro Machado, também se beneficia de uma noção que busca a definição de uma região ou de um território nacional, a partir do estabelecimento de uma hierarquia entre cidades e da possibilidade de comunicação entre elas.⁶

Mas, não obstante as recomendações do Conde de Oeiras, em 1766, para que D. Luís Antonio, quando fosse estabelecer as povoações que pretendia nos campos de Vacaria, consolidasse as já existentes pelo caminho, e a iniciativa concreta do governador Botelho de Castro em instalar um serviço de “correio”, ligando as vilas piauienses, em 1770, a idéia de se estar constituindo uma “rede urbana” no século XVIII afigura-se anacrônica.

⁵ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**, p.182.

⁶**Ver** MACHADO (1987) e (1981). Ressalve-se, quanto a Brasil Pinheiro Machado, seu interesse específico na produção de uma “história regional do Paraná”; para ele, a história das cidades paranaenses resumiria “muito bem a história toda do território”.

Para melhor comunicação das vilas da capitania com esta capital, e saber eu com cada mês o que se passa em qualquer delas, estabeleci um Correio do Parnaguá para esta cidade, passando por Jeriminha, e outro na Parnaíba, que passa por Campo Maior, Marvão e Valença, para a mesma, os quais são indefectíveis todos os meses, de cujo estabelecimento é pública a utilidade, até para a correspondência dos mesmos povos.⁷

Certamente existe aqui a centralidade de Oeiras em relação às demais vilas piauienses. Porém, o contexto em que isso se dava já é conhecido. A intenção manifesta de Botelho de Castro era a de evitar o “descaminho das ordens” que expedia. O estabelecimento de uma rede de comunicação entre as vilas, em que pese a “utilidade pública”, foi mera decorrência. Por sua vez, a consolidação das povoações sugerida por Carvalho e Melo estava imbuída de propósitos declaradamente estratégico-militares: garantir uma rota de abastecimento de viveres e armas entre São Paulo e Rio Grande de São Pedro.

O mesmo Senhor aprova este projeto de V. Sa., porém é preciso primeiro consolidarmos as povoações que estão da Vacaria para a parte de São Paulo, de sorte que quando formos povoar aquelas chapadas, nos achemos tão fortes nas costas deles, em povoações para os socorrerem, que os Castelhanos não possam vir disputar sem despesas de transportes, que eles, nesse caso, não hão de poder sustentar.⁸

Ademais, voltando nossos olhos para a extensa região administrada pelo governo geral de Pernambuco, “urbanizada” na segunda metade do século XVIII, todas as pretensões em reconhecer ali a existência ou a “formação de redes urbanas regionalizadas”, no interior de “ilhas econômicas”, caem por terra. Embora a câmara da cidade da Paraíba manifestasse seu inconformismo em ver carregados para Pernambuco os gêneros produzidos para seu comércio, os

⁷**AHU. PI**; Caixa 9. Relatório de Botelho de Castro, de 15 de maio de 1773. A criação do “Correio” fora comunicada à Lisboa em 1770.

⁸**AHU. Códice 423**. Carta do Conde de Oeiras ao governador de São Paulo, em 22 de julho de 1766.

negócios, e os problemas, administrativos ficavam nas mãos do governador da capitania, inclusive a fiscalização das ações dos “diretores” das vilas índios que eram nomeados desde Pernambuco.

Aliás, pelo que expunha o tenente-coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, governador-interino do Ceará, em 1767, os governadores pernambucanos pouca atenção davam para o que acontecia fora dos limites de sua capitania, exceto quando instados pela Coroa. No sertão cearense, região dos Cariris-novos, havia

em diversos distritos, dois juizes ordinários feitos pelos senhores Generais de Pernambuco, que só nestas eleições (que ordinariamente são más, por falta de conhecimento dos sujeitos) sabem os ditos senhores que aquele distrito é da sua jurisdição. os ouvidores ainda o sabem menos [...]. E por este motivo foi Sua Majestade servido anexar a nova vila que se criou na Barra, a que chamam Rio Grande, à Comarca da Jacobina, de onde também não tem vindo ouvidor algum a fazer correição.⁹

Esta situação talvez fosse apenas resultado da idiossincrasia deste ou daquele funcionário colonial, indisposto a empreender longas viagens para lugares distantes a “mais de 100 léguas, pouco mais ou menos”. A exceção, contudo, parecem ser os outros, que enfrentavam longas jornadas. Mas esta discussão é estéril; decerto, nem todos tinham o ânimo de um Mendonça Furtado, um Miguel Carlos Castelbranco, um Francisco Marcelino de Gouveia.

Mas estes homens ativeram-se às ordens que lhes foram dirigidas, emanadas desde Lisboa. Fora os casos semelhantes a um Miguel Carlos Castelbranco, juiz-de-fora do Recife, que foi criar vilas de índios na Paraíba e Rio Grande do Norte, porque assim lhe fora ordenado, os outros mantiveram-se nos

⁹**AHU. CE**; caixa 7. Carta de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca a Pereira Caldas, em 20 de junho de 1768.

estritos limites territoriais de suas jurisdições. Ressalve-se que a situação de Mendonça Furtado do Grão-Pará era bastante particular.

Devemos ainda recuperar um outro ponto. A retomada pela Coroa das antigas capitanias hereditárias e a instalação de novas, no século XVIII. Essa reorganização territorial da administração dos domínios portugueses na América, completa-se com a criação de novas províncias eclesiásticas e com o restabelecimento da autonomia do governo paulista. Quanto ao sentido das capitanias, lembremo-nos do que diz Marcello Caetano: “de facto cada capitania era uma colônia”, mesmo as subordinadas.¹⁰ Por outro lado, a criação do vice-reino do Brasil e a transferência de sua sede para o Rio de Janeiro podem ser entendidas a partir do pomposo título outorgado ao Conde da Cunha, “Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil”. Cabia a ele superintender as ações bélicas contra os espanhóis na região sul.

Do que vimos expondo, desde o início deste estudo, apesar de verificarmos a criação de expressivo número de vilas na segunda metade do século XVIII, às vezes por atacado, cada fundação é única. Certamente, essa unidade insere-se em um contexto e está diretamente relacionada à (pré-)existência, ou não, de outras. O objetivo manifesto para cada, e toda, instalação foi sempre o de levar uma população tida como dispersa a viver sob as “justiças d’El Rei”, entenda-se, as leis do Reino. A atenção para com a forma urbana, com destaque para a construção dos edifícios públicos e padronização das fachadas das moradias (mais intenção que realização concreta), significaria a presença do poder régio e das instituições portuguesas.

Instituições presentes na igreja, no pelourinho e sua praça, nas casas de câmara, nas cadeias, nos açougues (de cuja ausência tanto reclamava o ouvidor

¹⁰**Ver** CAETANO, As reformas pombalinas..., p.255.

do Piauí). Delimitado o termo municipal, sobre ele estendia-se a jurisdição da câmara e de seus oficiais. Um termo, à propósito, circunscrito aos limites da capitania em que a vila fora instalada e confinante aos outros termos existentes. Das atividades realizadas no interior de suas terras, a câmara tirava os rendimentos necessários para o desempenho de suas atribuições. Por sua vez, as rendas devidas à Fazenda Real, arrecadadas pelos provedores, tinham sua origem nos municípios de cada capitania.

Essas vilas eram ao mesmo tempo únicas e, em sua origem, unitárias, produtos de um mesmo modelo que pretendia “um duplo enquadramento dos habitantes das colônias: pela cidade (forma) e pelo município (instituição)”.

De acordo com Magnus Pereira, para a segunda metade do século XVIII,

As antigas noções de ‘conquista e conversão’ são substituídas no ideário português por um novo termo chave: ‘civilização’. Neste sentido, a cidade deixa de ser encarada como um instrumento ‘colonial’, se identificarmos colônia com a idéia de conquista, para se transformar em instrumento ‘civilizacional’. Daí a superação da política exclusivista de cidades reais e a sua substituição por uma ativa política de elevação de antigas povoações a vilas e, onde não as havia, a criação material e institucional das mesmas.¹¹

“A cidade que civiliza”, ou a cidade como sinônimo de civilização, foi o que animou a política urbanística pombalina. Levar os habitantes dos “incultos sertões” da América portuguesa a viverem juntos em povoações civis bem estabelecidas pode, enfim, ser entendido como uma ação consequente que produziu uma população de vassalos congregados em uma mesma *cidade*¹².

¹¹PEREIRA (1998), p.324 e 326.

¹²A *cidade*, em itálico, é aquela que produz um modelo de unidade, a Cidade. **Ver supra**, p.58.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino

Documentação avulsa

- Capitania da Paraíba

Caixa 12 (1755-1759)
Caixa 13 (1760-1768)
Caixa 14 (1769-1778)
Caixa 15 (1779-1785)
Caixa 16 (1786-1793)
Caixa 17 (1794-1798)
Maços 26 e 41 (séculos XVIII e XIX)
Maços 27 a 36 (século XVIII)
Maços 37 a 40 (1726-1826)
Maço 42 (1724-1825)

- Capitania do Rio Grande do Norte

Caixa 06 (1751-1757)
Caixa 07 (1758-1787)
Caixa 08 (1788-1804)

- Capitania de Goiás

Maço 01 (1731-1742)
Maço 02 (1734-1832)
Maço 03 (1736-1764)
Maço 04 (1736-1825)
Maço 05 (1739-1747)

- Capitania do Piauí

Caixa 01 (1684-1730)

Caixa 02 (1731-1740)

Caixa 03 (1741-1750)

Caixa 04 (1751-1759)

Caixa 05 (1760)

Caixa 06 (1760)

Caixa 07 (1761-1762)

Caixa 08 (1763-1766)

Caixa 09 (1767-1770)

Caixa 10 (1771-1772)

Caixa 11 (1773-1775)

Caixa 12 (1776-1783)

- Capitania do Ceará

Caixa 02 (1724-1736)

Caixa 03 (1737-1744)

Caixa 04 (1745-1748)

Caixa 05 (1749-1755)

Caixa 06 (1756-1760)

Caixa 07 (1761-1780)

- Capitania de Pernambuco

Caixa 59B (1759)

Caixa 60A (1759)

Caixa 60B (1759)

Caixa 80A (1777)

- Cartografia manuscrita

Capitania do Maranhão

- cota 839 (Mapa dos rios Parnaíba e Tocantins; ca. 1788) – Maranhão

Capitania do Piauí

- cota 847 (Planta da Vila de São João de Parnaíba; 1798)

Capitania de Goiás

- cota 866 (Mapa da capitania; ca. 1753)

- cota 867 (Mapa da capitania; ca. 1753)

- cota 868 (Planta de Vila Boa; 1758)

- cota 877 (Planta de Vila Boa; 1782)

- cota 880 (Mapa da capitania; 1805)

Capitania da Paraíba

- cota 883 (Baía da Traição; ca. 1755)

Capitania da Bahia

- cota 969 (Planta dos ribeiros Pardo, Jequitinhonha e Piauí; 1752)
- cota 983 (Vila Viçosa, Porto Seguro; ca. 1769)
- cota 984 (Vila de Portalegre, Porto Seguro; ca. 1772)

Capitania de São Paulo

- cota 1188 (Mapa da capitania; ca. 1744)
- cota 1200 (Mapa da capitania; ca. 1773)
- cota 1207 (Mapa da capitania; século XVIII)

Brasil – vária

- cota 1249 (“Verdadeira descrição dos campos de Curitiba; 1728”)

Códices

Código 02 [Livro de registro de decretos; Brasil e a outras possessões – 1741-1754]

Código 03 [Livro de registro de decretos; Brasil e a outras possessões – 1754-1771]

Código 101 [Livro de registro de provisões; Reino, Brasil e outras possessões – 1746-1750]

Código 102 [Livro de registro de provisões; Reino, Brasil e outras possessões – 1750-1755]

Código 103 [Livro de registro de provisões; Reino, Brasil e outras possessões – 1763-1771]

Código 230 [Livro de registro de avisos, ofícios, cartas e provisões régias para o vice-Rei do Estado do Brasil, governadores e outras autoridades de diversas capitanias do Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro – 1756-1779]

Código 231 [Livro de registro de avisos, ofícios, cartas e provisões régias para o vice-Rei do Estado do Brasil, governadores e outras autoridades de diversas capitanias do Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro – 1779-1807]

Código 235 [Livro de registro de consultas; Rio de Janeiro – 1758-1807]

Código 236 [Livro de registro de provisões e cartas régias para os governadores e outras autoridades de diversas capitanias do Brasil, especialmente São Paulo, Mato Grosso e Goiás – 1726-1751]

- Código 237 [Livro de registro de cartas régias e avisos para os governadores e outras autoridades de diversas capitanias do Brasil – 1752-1806]
- Código 239 [Livro de registro de consultas; São Paulo, Goiás e outras capitanias do Brasil – 1726-1779]
- Código 260 [Livro de registro de ordens régias dirigidas aos governadores e outras autoridades; Pernambuco e capitanias anexas – 1731-1744]
- Código 261 [Livro de registro de ordens régias dirigidas aos governadores e outras autoridades; Pernambuco e capitanias anexas – 1744-1757]
- Código 262 [Livro de registro de ordens régias dirigidas aos governadores e outras autoridades; Pernambuco e capitanias anexas – 1757-1805]
- Código 264 [Livro de resumos e registro de contas do serviço real; Pernambuco e capitanias anexas – 1757-1806]
- Código 266 [Livro de registro de consultas e de despachos; Pernambuco – 1712-1749]
- Código 267 [Livro de registro de consultas e de despachos; Pernambuco e capitanias anexas – 1749-1807]
- Código 272 [Livro de registro de avisos, ofícios, provisões, cartas régias e outros documentos para os governadores e outras autoridades; Maranhão e Pará – 1753-1796]
- Código 277 [Livro de registro de consultas; Maranhão, Pará e Piauí – 1759-1807]
- Código 340 [Livro de registro de correspondência de serviço; Rio de Janeiro e suas comarcas – 1758-1783]
- Código 342 [Livro de registro de contas do serviço real; Maranhão, Pará e Piauí – 1759-1798]
- Código 380 [Livro de registro de decretos; Reino, Brasil e outras possessões – 1750-1755]
- Código 381 [Livro de registro de decretos; Reino, Brasil e outras possessões – 1755-1756]
- Código 382 [Livro de registro de decretos; Reino, Brasil e outras possessões – 1756-1762]
- Código 383 [Livro de registro de decretos; Reino, Brasil e outras possessões – 1762-1777]

- Código 415 [Livro de registro de cartas, ordens e mais papéis expedidos pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos para o Estado do Brasil – 1765-1769]
- Código 423 [Livro de registro de cartas expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos para a capitania de São Paulo – 1765-1769]
- Código 424 [Livro de registro de cartas expedidas pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos para a capitania de São Paulo – 1771-1807]
- Código 465 [Livro em que registra as “Instruções gerais e perpétuas da capitania geral de Goiás” – 1777]
- Código 566 [Livro de registro de ordens régias; Rio de Janeiro e outras – 1761-1765]
- Código 567 [Livro de registro de cartas régias e outros documentos para o vice-Rei do Brasil e outras autoridades da capitania do Rio de Janeiro – 1769-1771]
- Código 582 [Livro de registro de cartas régias; Pernambuco – 1752-1756]
- Código 583 [Livro de registro de cartas régias; Pernambuco – 1756-1780]
- Código 591 [Livro de registro de ordens régias; Maranhão, Pará e Piauí – 1758]
- Código 592 [Livro de registro de ordens régias; maranhão, Pará e Piauí – 1756-1761]
- Código 594 [Livro de registro de avisos e instruções para os governadores e outras autoridades; Maranhão, Pará e Piauí – 1762-1768]
- Código 1215 [Livro de registro de provisões régias e outros documentos para os governadores e outras autoridades; Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitanias – 1719-1724]
- Código 1229 [Livro em que se registra o “Regimento que observam os governadores e capitães-gerais da capitania de Goiás, anotado e acrescentado com o traslado de todas as ordens régias, que o ampliaram, ou restringiram, por Dom Francisco de Assis Mascarenhas, governador e capitão-general da mesma capitania, 1806”]
- Código 1249 [Livro de registro de provisões relativas à Fazenda Real, expedidas pelo Conde de Oeiras para a capitania de Pernambuco – 1762-1771]

Biblioteca Nacional de Lisboa

Coleção Pombalina

Código 160 [Cartas que o Ilmo. e Exmo. Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general deste Estado escreveu ao governador da Capitania do Maranhão, e mais pessoas dela, tendo o seu princípio em 4 de janeiro de 1758].

Código 161 [Cartas que o Ilmo. e Exmo. Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general deste Estado escreveu ao governador da Capitania do Maranhão, e mais pessoas dela, tendo o seu princípio em 1756].

Código 162 [Registro das cartas em geral das duas capitanias do Pará e Rio Negro, que escreve o Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1754-1758].

Código 163 [Registro das cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, 1758].

Código 454 [Collecção Josephina, tomo 2 – leis diversas e vários documentos].

Código 456 [Collecção Josephina, tomo 4 – leis diversas e vários documentos].

Código 457 [Collecção Josephina, tomo 5 – leis diversas e vários documentos].

Código 625 [Miscellanea, cartas e papéis vários].

Código 626 [Miscellanea, cartas e papéis vários].

Código 677 [Cartas particulares, 1780-1799]

Código 686 [Miscellanea, papéis vários].

A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde d'Oeiras, Marquez de Pombal, Secretário de Estado e Primeiro Ministro do Rey de Portugal D. Jozé I. Amsterdam, 1788. [Código 677]

Diálogo sobre as Artes, hum Padrinho e o seu Afilhado. Sem identificação de autor, s/d. [Código 686/F3114]

Differents essais sur l'Arithmetique Politique, dont les titres sont aux pages suivantes; par Chevalier Guillaume PETTY. Londres, 1699. [Código 168]

Sobre o modo de escrever História, de Luciano de Samosata (ca.130-200 a.C.). [Tradução realizada pelo padre Custódio José de Oliveira, professor régio de

grego na Corte de Lisboa, em 1768, e que é oferecida ao Marquês de Pombal].
[Código 253]

Biblioteca da Ajuda

Carta a D. João, Príncipe-regente, do governador do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury, escrita em Santa Cruz do Aracati, 31 de dezembro de 1782. [Cota 54-XIII-16, 141a]

Carta à Rainha D. Maria I, do advogado Manoel Borges Netto Pimentel (Minas Gerais, s/d). [Cota 54-XIII-16, 147]

Carta política, de D. Luiz da Cunha, ao Senhor Rei D. José, sendo ainda Príncipe. s/d. (Apresenta algumas anotações à margem do texto, nas quais são comentadas algumas ocorrências no reinado de D. José I). [Cota 51-II-77]

Collecção de Forais, Regimentos, Pragmáticas, Leis, Manifestos e Sentenças. [Cota 44-XIII-60]

Memória político-econômica sobre o Maranhão, pelo Bacharel Joaquim José Sabino de Rezende Faria da Silva, secretário que foi dessa Capitania (início século XIX). [Cota 54-V-43]

Notícia de todos os governadores e população das províncias do Brasil (relativo ao ano de 1782). [Cota 51-IV-45(5)]

Oração acadêmica que pronunciou manoel de Azevedo Fortes na presença de Suas Majestades, indo à Academia do Paço, em 22 de outubro de 1739. [Cota 55-II-1(7)]

Plano sobre a civilização dos índios do Brasil, e principalmente para a capitania da Bahia. Ao Sereníssimo Senhor D. João, Príncipe do Brasil, Pio, Justo e Magnânimo, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Tenente-coronel do Regimento da Cavalaria Auxiliar da Capitania da Bahia. Lisboa, 22 de novembro de 1789. [Cota 52-VIII-35]

Representação feita a Sua Majestade, que Deus guarde, pelo Engenheiro-mor destes Reinos, Manoel de Azevedo Fortes, sobre a forma e direção que devem ter os engenheiros para melhor servirem ao dito Senhor neste Reino e suas Conquistas. 1720. [Cota 55-III-34(17)]

FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE REFERÊNCIA

A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional : inventários. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1928.

AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia brasílica**, ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. São Paulo : Edições Cultura, 1943. 2 v.

ARQUIVO NACIONAL (RJ). **Índice dos documentos relativos à América do Sul existentes na Biblioteca da Ajuda**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1968.

BARRETO, António. **Marquês de Pombal** : catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1982.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. **Inventário dos manuscritos (secção XIII)**; Colecção Pombalina. 1891.

BRITO, Paulo Joze Miguel. **Memória política sobre a capitania de Santa Catarina**, escripta no Rio de janeiro em o anno de 1816. Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1829.

CASTRO, João Bautista de. **Mappa de Portugal, antigo e moderno**; tomo 3º, parte 5. Lisboa : Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763

COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais** [1780]. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana; série Clássicos).

COSTA, Vicente José f. C. da. **Compilação systematica das leis extravagantes de Portugal**, offerecida ao Sereníssimo Senhor Dom João, príncipe do Brasil. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1799. [BNL/Fundo geral].

COUTO, Domingos do Loreto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 24, 1904.

CUNHA, D. Luiz da. **Testamento político**. Lisboa : Iniciativa Editorial, 1978.

Descrição das viagens, que fez aos Certoens da Paraíba do Norte, em 1804 e 1805, o Governador da mesma Capitania, Luiz da Motta Feo e Torres, então Chefe de Divisão. **In**: TORRES, J. C. Feo Cardozo de Castelbranco e. **Memórias**, contendo a biographia do Vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres, a história dos Governadores Geraes de Angola desde 1575 até hoje, e a descrição geographica e política de Angola e de Benguella. Paris : Fantin Livreiro, 1825. p. 110-123.

Dezcrição do certão do Peauhy Remetida ao Ilmo. e Rmo. Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco. **In:** ENNES, Ernesto. **As guerras no Palmares** (subsídios para a sua história), 1º v. – Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra”, 1687-1700. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1938. p.370-389.

Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa : Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Divisão de Arquivo do Estado. Vários volumes, 1913-1978.

Estatutos do Collegio Real de Nobres da Corte e Cidade de Lisboa. Lisboa : Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1777. [BNL/PBA – Códice 456].

[A] Evolução municipal de Lisboa : pelouros e vereações. Câmara Municipal de Lisboa, 1996.

Exposição das festividades, celebradas na reedificada Villa Real de Santo Antonio, no mez de maio do presente anno de 1776 ... junta-se o Sermão ... e o Elogio. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1776. [BNL/PBA – Encadernado 61].

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem philosophica pela capitania de São José do Rio Negro (1787). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 48, p.1-234, 1885; v. 49, p.123-288, 1886; v. 50, p.11-142, 1887; v. 51, p.5-166, 1888.

FERREIRA, Carlos Alberto. **Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul.** Coimbra : Universidade de Coimbra, 1946.

IRIA, Alberto. Inventário geral dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (Fontes para a história luso-brasileira). **Studia**, n.18, ago. 1966, p. 41-191.

LAVRADIO, [2º] Marquês do [D. Luiz de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas]. **Cartas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro : Instituto Estadual do Livro, 1978.

LISBOA, Amador Patrício [Francisco José Freire]. **Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755; ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima de El Rei D. José I, nosso senhor.** 1758. [Biblioteca da Ajuda, Cota 16-XIII-6.]

Livro das Posturas Antigas. Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

Mapa : imagens da formação territorial brasileira. (Pesquisa, texto e seleção de Isa ADONIAS). Rio de Janeiro : Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal**, e outros escritos. Mem Martins (Portugal) : Publicações Europa-América, s/d.

Memórias Goianas I. Universidade Católica de Goiás, 1982.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai** : primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro : Xerox do Brasil, 1985.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Século XVIII** : século pombalino do Brasil. Rio de Janeiro : Xerox do Brasil, 1989.

Monumenta. Verão 87. Projecto, ou Plano Ajustado Por Ordem de S.M.F. entre o Governador & Capitão Geral de São Paulo D.Luís Antonio de Souza & o Brigadeiro José Custódio de Sá Faria: 1772. Curitiba, Instituto Cultura & Patrimônio, 1987.

NEGRÃO, Francisco Negrão (org.). **Boletim do Archivo Municipal de Curitiba** : documentos para a história do Paraná. Curitiba. v.1-57, 1906-1932.

Novo dicionário da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.

Observações secretíssimas do Marquês de Pombal. **Gabinete Histórico**, tomo XVII, Lisboa, 1831, pp. 305-332.

Ordenações Filipinas, Livro I. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. [Reprodução fac-similar da edição de Cândido Mendes de Almeida; Rio de Janeiro, 1870].

Ordenações Filipinas, Livro V. (Organizado por Sílvia Hunold Lara). São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

Paralello de Augusto Cesar e de Dom José, o Magnanimo Rey de Portugal. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1775. [BNL/ PBA – Códice 456].

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba.** João Pessoa : Editora Universitária da UFPB, 1977. 2 v.

RATTON, Jacome. **Recordações** sobre ocorrências do seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1920.

- Regimento do Terreiro da Cidade de Lisboa, no anno de 1777.** Lisboa : Regia Officina Typografica, 1777. [BNL/PBA – Códice 456].
- Revista do Archivo Público Mineiro.** Vários volumes, anos II-XVI, 1897-1911.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, vários volumes [v.1, 1856-v.400, 1998].
- SÁ, Simão Pereira. **Historia topografica e belica da nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata** [1737]. Porto Alegre : Arcano 17, 1993.
- SALGADO, Maria da Graça (Org.). **Fiscais e meirinhos** : a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos [Padre Perereca]. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil.** Rio de Janeiro : Zelio Valverde, 1943. 2 v.
- SILVA, Silvestre Ferreira. **Relação do sítio da Nova Colônia do Sacramento** [1748]. [Nota preliminar de Brasil BANDECHI]. São Paulo, 1977.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. **Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais** [1807]. Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana; série Clássicos).

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- Acervo** (Revista do Arquivo Nacional), Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan.-jun. 97.
- ALBUQUERQUE, Martim de. Para a história das ideias políticas em Portugal (uma carta do marquês de Pombal ao governador do Maranhão em 1761). [Separata de] **Estudos Políticos e Sociais**, Lisboa, v. 6, n. 1, 1986.
- ALDEN, Dauril. **Royal Government in colonial Brazil**; with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley : University of California Press, 1968.
- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Aldeias indígenas e povoamento do nordeste no final do século XVIII; aspectos demográficos da “cultura de contato”. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1993, p. 195-218.

- [d'] ALENCASTRO, J. M. Ferreira. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XX, p.5-165, 1857.
- ALMEIDA, José D'. [6º Marquês de Lavradio]. **Vice-reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal** : 2º Marquez do Lavradio, 3º vice-rei do Brasil. São Paulo : Cia. Editora nacional, 1942. [Coleção Brasileira, v. 214].
- ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos índios** : um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- AMARAL, Ilídio do. Cidades coloniais portuguesas (notas preliminares para uma geografia histórica). **Povos & Culturas** (A cidade em Portugal: onde se vive), Lisboa, n. 2, p. 193-214, 1987.
- Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil/Portugal**. Belo Horizonte : PUC/MG, 1994.
- Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, v.1: A cidade e a história. São Paulo, 1974.
- APOSTOLIDÈS, J.-M. **O rei-máquina** : espetáculo e política no tempo de Luís XIV. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993
- ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios** : transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII** : Belém, Macapá e Mazagão. Lisboa, 1992. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- ARAÚJO, Ricardo B. Ronda noturna : narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, n.1, p.28-54.
- ARGAN, Giulio Carlo. **A história da arte como história da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1992.
- ARNAU AMO, Joaquin. **La teoria de la arquitectura en los tratados** : Alberti. Madrid : Tebas Flores, 1988.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa do Brasil** : a administração pombalina. 2.ed. Brailia : FUNCEP, 1983.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP**, n. 208 (Geografia n. 11), 1956.
- AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In: **Brasil – a terra e o homem**; v.II, a vida humana. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1970, p.211-282.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará** : suas missões e a colonização. 2.ed. rev. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1930.

- AZEVEDO, J. Lúcio de. **Épocas de Portugal econômico**. 2.ed. Lisboa : Clássica, 1947.
- BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará**; obras reunidas. Belém : Universidade Federal do Pará, 1973.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **As vilas Del-Rei e a cidade de Tiradentes**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1976.
- BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitectura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 187-223, 1938.
- BARRETO, Paulo Thedim. Casas de câmara e cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 9-125, 1947.
- BARRETO, Paulo Thedim. **Casas de Câmara e Cadeia**. Rio de Janeiro, 1949. Tese (Concurso para provimento da cadeira de Arquitetura no Brasil). Faculdade Nacional de Arquitetura, Universidade do Brasil.
- BAUMER, Franklin [Le van]. **O pensamento europeu moderno**. Volume I, séculos XVII e XVIII. Lisboa : Edições 70, 1990.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial : o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo : Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **O Morgado de Mateus**; governador de São Paulo. Coimbra, 1979.
- BESSA-LUÍS, Agustina. **Sebastião José**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990.
- BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina** – volume 1, América latina colonial. 2.ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina** – volume 2, América latina colonial. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BOLTSHAUSER, João. **Noções de evolução urbana das Américas**. Belo Horizonte : Universidade de Minas Gerais; Escola de Arquitetura, 1959-1961. 3 v.
- BOSCHI, Caio Cesar. Colonialismo, poder e urbanização no Brasil setecentista. **Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil/Portugal**. Belo Horizonte : PUC/MG, 1994, p.101-106.
- BOUDON, Françoise. Tissu urbaine et architecture: l'analyse parcellaire comme base de l'histoire architecturale. **Annales**: économies, sociétés, civilisations, Paris, p. 773-818, jun.-ago.1975.
- BOXER, Charles R. Uma instrução inédita de Luís Diogo Lobo da Silva – governador de Pernambuco, acerca da elevação das aldeias dos índios à

- categoria de vilas no nordeste do Brasil (1761). **Anais** do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da sede do Governo do Brasil da Cidade do Salvador para o Rio de Janeiro (1963). Volume VII. Rio de Janeiro : IHGB/Imprensa Nacional, 1967. p. 147-160.
- BOXER, Charles R. **A idade do ouro no Brasil**. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1969.
- BOXER, C. R. **O império colonial português : 1415-1825**. Lisboa : Edições 70, 1981.
- BRANCO, Camilo C. **O perfil do Marquês de Pombal**. 5.ed. Porto Editora, s.d.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Disciplinarização e trabalho : Curitiba, fins do século XVIII, início do XIX. **História: Questões & Debates**, n.14/15, p.117-127, jul.-dez. 1987.
- CAETANO, Marcello. O governo e a administração central após a Restauração. **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa : Atica, 1937-1940; v. 3, p.189-198.
- CAETANO, Marcello. As reformas pombalinas e post-pombalinas respeitantes ao Ultramar; o novo espírito em que são concebidas. **História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa : Atica, 1937-1940; v. 3, p.251-260.
- CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino** : esboço da sua história. Rio de Janeiro : Sá Cavalcante Editores, 1969.
- CAETANO, Marcello. **Estudos de história da administração pública portuguesa**. Coimbra : Coimbra Editora, 1994.
- CAMARGO, [Cônego] Paulo Florêncio da Silveira. **A instalação do Bispado de São Paulo e seu primeiro Bispo**. São Paulo, 1945.
- CANDIDO, Antonio (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CARNEIRO, David. **Hipócrates e a locação das cidades**. Curitiba : Editora J. B. Groff, 1930.
- CARNEIRO, David. **Duas conferências sobre a vida e a obra de Afonso Botelho de Sampaio e Souza**. Curitiba, 1950. [Série Botelhana 1].
- CARNEIRO, David. **Afonso Botelho de Sampaio e Souza** : seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná. Curitiba, 1951. [Série Botelhana 3].
- Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- CASSIN, Barbara *et alii*. **Gregos, bárbaros, estrangeiros** : a cidade e seus outros. Rio de Janeiro : Editora 34, 1992.

- CENTENO, Yvette Kace; FREITAS, Lima de (Coords.). **A simbólica do espaço** : cidades, ilhas, jardins. Lisboa : Editorial Estampa, 1991.
- CHAIM, Marivone Matos. **Sociedade colonial** : Goiás 1749-1822. 2.ed. Brasília : Ministério da Cultura, 1987.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo** : sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo : Perspectiva, 1985.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, s/d.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. **O poder concelhio** : das origens às cortes constituintes – notas da história social. Coimbra : Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- COELHO, Virgínia Aníbal. **Autonomias e despotismo** : a câmara e a vila de Santarém no reinado de D. José. Câmara Municipal de Santarém, 1993.
- Como interpretar Pombal no bicentenário da sua morte**. Lisboa : Brotéria, s/d [1982?].
- [La] CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo Amazonas**; 1735-1745. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.
- CORREIA, José Horta. **Vila Real de Santo António** : urbanismo e poder na política pombalina. Lisboa, 1984. Tese (Doutorado em História da Arte). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CORREIA, José Horta. Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo marquês de Pombal. **Pombal Revisitado**. Lisboa : Editorial Presença, 1984.
- CORTESÃO, JAIME. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro : Arte Nova, 1974.
- CUNHA, D. Luís da. **Testamento político**. Lisboa : Iniciativa Editorial, 1978.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, São Paulo, n.14, p. 141-148, 1944; n.15, p. 229-308, 1944.
- DELSON, Roberta Marx. **New towns for colonial Brazil** : spatial and social planning of the eighteenth century. Ann Arbor : University Microfilms International, 1979.
- DIAS, Manuel Nunes. Política pombalina na colonização da Amazônia: 1755-1788. [Separata de] **Stvdia**, Lisboa, n. 23, p. 7-32, abr.1968.
- DIAS, Manuel Nunes. **Natureza e estatuto da capitania no Brasil**. Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979.

- DIAS, Manuel Nunes. Estratégia pombalina de urbanização do espaço amazônico. **In: Como interpretar Pombal no bicentenário da sua morte.** Lisboa : Brotéria, s/d [1982?], p.299-365.
- DIAS, Manuel Nunes. Expansão européia e descobrimento do Brasil. **In:** MOTA, Carlos G. (Org.). **Brasil em perspectiva.** Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1987.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina** : política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ática, 1982.
- FALCON, Francisco José Calazans. A cidade-colonial : algumas questões à propósito de sua importância político-administrativa (séculos XVII e XVIII). **Anais do I Colóquio de Estudos Históricos Brasil/Portugal.** Belo Horizonte : PUC/MG, 1994, p.89-100.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder** : formação do patronato político brasileiro. 7 ed. Porto Alegre : Editora Globo, 1987. 2 v.
- FERNANDES, José Manuel. A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano. **In: A arquitetura.** Lisboa : Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991, p. 91-120.
- FERNANDES, José Manuel. O lugar da cidade portuguesa. **Povos & Culturas,** Lisboa, p. 77-112, 1987.
- FERREIRA, Tito Lívio; FERREIRA, Manoel Rodrigues. **História da civilização brasileira.** São Paulo : Biblos Editora, 1959.
- FLEUISS, Max. **História administrativa do Brasil.** Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1923.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Os núcleos urbanos planejados do século XVIII** : Porto Seguro e São Paulo. Salvador : Centro de Estudos Baianos da UFB, 1989.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil. **In:** SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.** Lisboa : Editorial Estampa, 1995.
- FRANÇA, José-Augusto. **Une ville des Lumières** : la Lisbonne de Pombal. Paris : École Pratique des Hautes Études, 1965.
- FRANÇA, José Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina.** 2.ed. Lisboa : ICALP, 1981.
- FRANÇA, José Augusto. **Lisboa: urbanismo e arquitetura.** Lisboa : ICALP, 1981.
- GARCIA, Rodolfo. **Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil** (1500-1810). Rio de Janeiro : José Olympio, 1956.

- GIRÃO, Raimundo; MARTINS Fº, Antonio. **O Ceará**. 2.ed. Fortaleza : Editora Fortaleza, 1945.
- GLAZER, Raquel. **Chão de terra** : um estudo sobre São Paulo colonial. São Paulo, 1992. Tese (Livre docência) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GORANI, Giuseppe. **Portugal** : a Corte e o país nos anos de 1765 a 1767. Lisboa : Lisóptima Edições, 1989.
- GUEDES, João Alfredo Libânio. **História administrativa do Brasil** : da restauração a D. João V. Rio de Janeiro : DASP-Serviço de Documentação, 1962.
- GUEDES, Max Justo. A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. In: **Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 10-38.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos : o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n.1, p.5-27, 1988;
- GUTIERREZ, Ramon. **Arquitectura y urbanismo en Iberoamerica**. Madrid : Ediciones Cátedra, 1992. 2.ed.
- HARDOY, J. E.; SCHAEDEL, R. P. (Orgs.). **Las ciudades de América Latina**. Buenos Aires : Ediciones SIAP, 1975.
- HESPAÑA, António Manuel. **História das instituições** : épocas medieval e moderna. Coimbra : Livraria Almedina, 1982.
- HESPAÑA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do antigo regime**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- História da Colonização Portuguesa no Brasil**; Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Porto : Litografia Nacional, 1921-4. 3v.
- História da Expansão Portuguesa no Mundo**. Lisboa : Ática, 1937-40. 3.v.
- História de Portugal** – v.4; o Antigo Regime. Lisboa : Editorial Estampa, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. t.1, v.1 – A época colonial; do descobrimento à expansão territorial. 8.ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. t.1, v.2 – A época colonial; administração, economia, sociedade. 7.ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1993.

- HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- JARDIM, Caio. A capitania de São Paulo (sob o governo do Morgado de Mateus, 1765-1775). **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 53, dez.1938-jan.1939, p. 5-82.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LAVEDAN, Pierre. **Histoire de l'urbanisme** : Renaissance et Temps modernes. Paris : Henri Laurens Éditeur, 1941. p. 469.
- LAVRADIO, Marquês do. **Cartas do Rio de Janeiro** (1767-1776). Rio de Janeiro : Instituto Estadual do Livro, 1978.
- LISBOA, João Francisco. **Obras**, v. 2, 1901 [sob edição de Antonio Henrique Leal].
- LORAUX, Nicole. A cidade grega pensa o um e o dois. **In:** CASSIN, Barbara *et alii*. **Gregos, bárbaros, estrangeiros** : a cidade e seus outros. Rio de Janeiro : Editora 34, 1992. p. 75-97.
- MACEDO, Roberto. **História administrativa do Brasil** : Brasil sede da monarquia-Brasil reino (1ª parte). 2.ed. Brasília : FUNCEP, 1983.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Instantaneos paranaenses. **A Ordem** (Órgão do Centro D. Vital), Rio de Janeiro, n. 5, p. 8-11, fev. 1930; n. 6, p. 131-144, abr.1930.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. A função histórica de Curitiba na conquista e povoamento do sul do Brasil. **Boletim PMC**, Curitiba, n. 9, p. 19-23, maio-jun. 1943.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional (uma nota prévia). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 3, p. 103-108, dez.1981.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 10, p. 3-23, jun. 1985.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 14, p. 177-205, jul-dez. 1987.
- MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil colonial. 4.ed. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1978 [1915].
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira. **Revista de História Econômica e Social**, Lisboa, n. 16, 1986.
- MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo : Melhoramentos, 1980.

- MARX, Murilo. **Nosso chão** : do sagrado ao profano. São Paulo : Edusp, 1989.
- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo : Nobel, 1991.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal** : paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- McCLUNG, William Alexander. Projectar Utopia. **In:** CENTENO, Yvette Kace; FREITAS, Lima de (Coords.). **A simbólica do espaço** : cidades, ilhas, jardins. Lisboa : Editorial Estampa, 1991. p. 87-105.
- MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará**. Belém : s. ed., 1976. 2.v.
- MENDONÇA, Marcos C. de. **A Amazônia na era pombalina**. Rio de Janeiro : IHGB, 1963. 3 v.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras : introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Revista da USP**, n.30, p.144-155, jun.-ago. 1996.
- MENEZES, J.L. M.; RODRIGUES, Maria do R. R. **Fortificações portuguesas no nordeste do Brasil** : séculos XVI, XVII e XVIII. Recife : Pool Editorial, 1986.
- MONCADA, Luís Cabral de Oliveira. **Estudos de história do Direito**; volume 1. Universidade de Coimbra, 1948.
- MONTEIRO, Nuno G. D. Pedro II regente e rei (1668-1706); a consolidação da dinastia de Bragança. **In: História de Portugal** – v. 4; o Antigo Regime. Lisboa : Editorial Estampa, 1998. p. 410-413.
- MOREIRA, Rafael. Uma utopia urbanística pombalina; o “Tratado de ruação” de José de Figueira Seixas. **In: Pombal Revisitado**. Lisboa : Editorial Estampa, 1984, p. 131-157.
- MORI, Klára Kaiser. Notas sobre a formação do espaço brasileiro. **Espaço & Debates**, n. 25, p. 90-103, 1988.
- MORSE, R. A evolução das cidades latino-americanas. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, 1975.
- MORUS, Thomas. **A Utopia**. Rio de janeiro : Tecnoprint, s/d.
- MOTT, Luiz. **Piauí colonial** : população, economia e sociedade. Teresina : Sec. de Cultura do Estado, 1975
- MOTT, Luiz. Descrição da capitania de São José do Piauí, 1772. **Revista de História**, São Paulo, n. 112, p.543-574, out.-dez. 1977.
- MOTT, Luiz. Conquista, aldeamento e domesticação dos índios gueguê do Paiuí, 1764-1770. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n.30/31/32, p. 55-79, 1987/1988/1989.

- NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial; 1777-1808**. São Paulo : Hucitec, 1981.
- NUNES, Odilon. **Súmula da história do Piauí**. Teresina : Cultura, 1963.
- NUNES, Odilon. **Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento**. Teresina, 1973. [Monografias do Piauí, série Histórica].
- ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo** : ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo UNESP, 1997.
- OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro : Ebrasa, 1971.
- PALACÍN, Luis *et alii*. **História de Goiás em documentos**; I. Colônia. Goiânia : Editora da UFG, 1995.
- PALM, Erwin Walter. Los origines del urbanismo imperial en America. In: **Contribuciones a la historia municipal de America**. México, D.F. : Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1951, p. 239-263.
- PEREIRA, Arnaldo Antônio. Para uma caracterização da política colonial pombalina; a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão. 1752-1759. **Primeiras Jornadas de História Moderna**. Lisboa : Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986. v.2. p.1075-98.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Rigores e métodos da cidade brasileira entre os séculos XVI e XIX. **Revista de Ciências Humanas**, Curitiba, n. 2, p. 191-218, 1993.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino. **Ágora**, Santa Cruz do Sul (RS), n. 1, p. 61-82, 1995.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **A forma e o podre** : duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades Medieval e Moderna. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado em História). Coordenação dos Cursos de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná.
- PEREIRA, Magnus R. de M.; SANTOS, Antonio C. de A. **300 anos, Câmara Municipal de Curitiba (1693-1993)**. Curitiba : Câmara Municipal, 1993.
- PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In: **Brasil – a terra e o homem**; v.II, a vida humana. São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1970, p.127-158.
- PETTY, William. Obras econômicas (Tratado dos impostos e contribuições; *Verbum sapienti*; Aritmética política). In: **Petty [e] Quesnay**. São Paulo : Nova Cultural, 1996. p. 5-199. (Coleção Os Economistas).

- PIAZZA, Walter F. **A epopéia açórico-madeirense** : 1748-1756. Florianópolis : Editora da UFSC, 1992.
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte; São Paulo : Itatiaia; Editora da USP, 1976.
- Planos de Ciudades Iberoamericanas y Filipinas** existentes en el Archivo de Indias. v.I – Laminas. 2.ed. s/l : Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981. p. ix.
- Pombal Revisitado**. Lisboa : Editorial Estampa, 1984. 2.v.
- PORTAS, Nuno. Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In: **Os portugueses e o mundo**. Conferência internacional. Actas. v. 6; Artes, arqueologia e etnografia. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1989, p. 25-32.
- [O] **Portugal de D. João V**, visto por três forasteiros. 2.ed. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1989.
- Portugal no Século XVIII**; de D. João V à Revolução Francesa. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1989.
- PRADO Júnior, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1963.
- PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21.ed. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- REIS Filho, Nestor G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil** : 1500-1720. São Paulo : Pioneira, 1968.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. **Estadistas portugueses na Amazônia**. Rio de Janeiro : Edições Dois Mundos, 1948.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. **História do Amazonas**. 2.ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1989.
- RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 14.ed. [revista e completada por Joaquim Ribeiro]. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1953. [1900].
- RITA, José Gonçalo Santa. Organização da administração ultramarina no século XVIII. **Congresso do Mundo Português** (Congressos V e VI, de História moderna e contemporânea de Portugal). Lisboa, v. 8, 1940, p.123-153.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. **Enciclopédia Einaudi**, v. 8: Região. Lisboa : Imprensa Nacional, 1986. p. 396-487.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1995.
- ROUANET, Sérgio Paulo. A cidade iluminista. **Revista da USP**, n. 26, p. 154-163, jun.-ago. 1995.
- SALGADO, Plínio. **Como nasceram as cidades do Brasil**. Lisboa : Ática, 1946.

- SALGUEIRO, Teresa Barata. **A cidade em Portugal** : uma geografia urbana. 2.ed. Porto : Edições Afrontamento, 1992.
- SANTOS, Paulo F. **O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Coimbra : V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968.
- SENNETT, Richard. Les villes américaines: plan orthogonal et éthique protestante. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, v. 42, n. 3, p.303-321, 1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A concessão de foro de cidade em Portugal** (dos séculos XII a XIX). Lisboa : s/e, 1973.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Marquês de Pombal** : o homem, o diplomata e o estadista. 2.ed. Lisboa : s/e. 1987.
- SILVA, Janice Theodoro da. **São Paulo 1554-1880** : discurso ideológico e organização espacial. São Paulo : Editora Moderna, 1984.
- SILVA DIAS, J. S. da. Pombalismo e teoria política. **Cultura: História e Filosofia**. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, v. 1, 1982, p.45-114.
- SILVA DIAS, J. S. da. Pombalismo e projecto político. **Cultura: História e Filosofia**. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, v. 2, 1983, p.185-318; v. 3, 1984, p.27-151.
- SILVEIRA, Luís. **Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar**. Lisboa : Ministério do Ultramar, s/d [195?]. 4 v.
- SMITH, Robert C. Colonial towns of spanish and portuguese America. **Journal of the Society of Architectural Historians**, Philadelphia, v. 14, n. 4, p. 3-12, dez. 1955.
- SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1939.
- SOARES, Sérgio Cunha. **Aspectos da política municipal pombalina** : a câmara de Viseu no reinado de D. José. Universidade de Coimbra, 1985.
- SOARES, Teixeira. **O marquês de Pombal**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro** : a pobreza mineira no século XVIII. 2.ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno atlântico** : demonologia e colonização; séculos XVI-XVIII. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

- SUBTIL, José. **O Desembargo do Paço** (1750-1833). Lisboa : Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.
- SUBTIL, José. No crepúsculo do corporativismo; do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807). **In: História de Portugal** – v. 4; o Antigo Regime. Lisboa : Editorial Estampa, 1998. p. 415-424.
- TAPAJÓS, Vicente. **História administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro : DASP, 1956.
- TAPAJÓS, Vicente. **O regime das capitanias hereditárias**. São Paulo : Cia. Editora Nacional, s/d.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História média de Minas Gerais**. 4.ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Sylvio de. **Vila Rica** : formação e desenvolvimento, residências. São Paulo : Perspectiva, 1977.
- VELHO, Otávio Guilherme (Org.), **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.
- VIANA, Francisco José Oliveira. **Populações meridionais do Brasil & Instituições políticas brasileiras**. Brasília : Câmara dos Deputados, 1982.
- VIDIGAL, Luís. **O municipalismo em Portugal no século XVIII**. Lisboa : Livros Horizontes, 1989.
- VIEIRA, Dorival Teixeira. A política financeira. **In: HOLANDA, Sérgio Buarque de** (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. t.1, v.2 – A época colonial; administração, economia, sociedade. 7.ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1993. p. 340-351.
- VIOTTI, Hélio A. O pombalino império da Amazônia na regência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. **Revista de História**, São Paulo, v.50, n.100, 1974.
- VISCONDE DE CARNAXIDE. **O Brasil na administração pombalina**. 2.ed São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1979.
- WEHLING, Arno. **A invenção da história** : estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro : Gama Filho, 1994.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.
- ZANCHETI, Sílvio M. A cidade e o estado no Brasil colonial : colocações para um debate. **Espaço & Debates**, ano 6, v. 3, n. 19, p. 5-29, 1986.
- ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil** (1532-1700). São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1948.